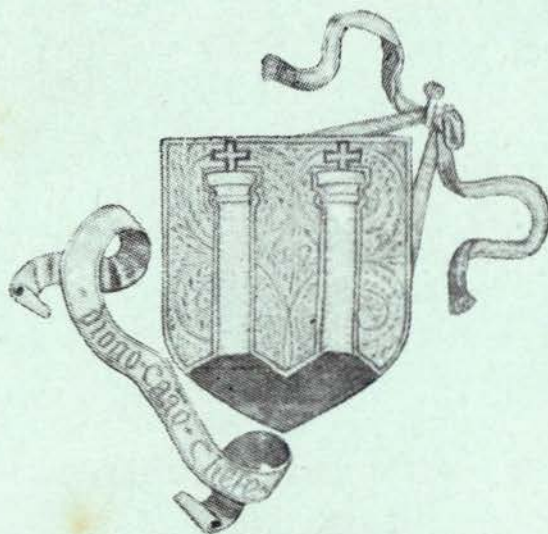




(COM TÔDAS AS LICENÇAS NECESSÁRIAS)

— COLABORADORES — SELECCIONADOS —

QUARTA SÉRIE



— TIRAGEM: 1.500 EXEMPLARES —

L I S B O A

«DIOGO-CAÃO»

= CAIXA POSTAL 362 =

— LISBOA —

DIRECTOR, REDACTOR, ADMINISTRADOR, EDITOR E PROPRIETÁRIO

PADRE MANUEL RUELA POMBO

Missionário aposentado de Angola e habilitado com o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista

Preços, em brochura :

I série	60\$00
II série	50\$00
III série	40\$00

Cada fascículo de dezasseis páginas da IV série custa avulso :

Na Redacção	1\$00
Nas mãos dos vendedores.. ..	1\$20
Em Angola	1,50

Na encadernação desta Revista convém juntar, em cada um volume, duas séries.

13-XII/39

DIOCO-CÃO

Revista Ilustrada de Assuntos Históricos Angolanos

(COM TÔDAS AS LICENÇAS NECESSÁRIAS)

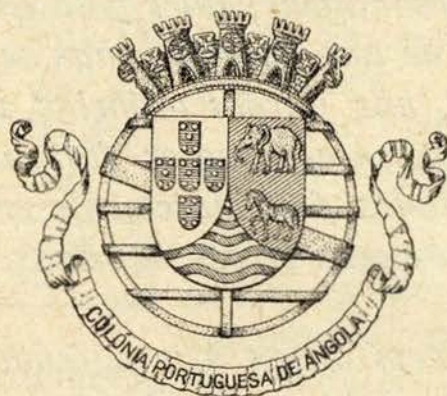
QUARTA SÉRIE

Director, Redactor, Administrador, Editor e Proprietário

PADRE MANUEL RUELA POMBO

(Missionário aposentado de Angola e antiquário amador)

COLABORADORES SELECIONADOS



L I S B O A

15 de Agosto de 1648

a

15 de Agosto de 1948

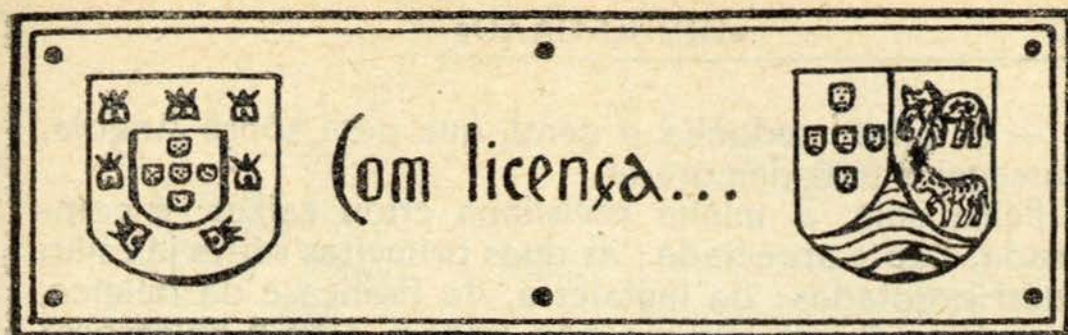
III Centenário da Restauração de Angola do Podêr dos Holandeses

— Quando se escreve a HISTÓRIA na idéa, não de forjar ou afeiçoar narrativas, mas de exhibir DOCUMENTOS, não de aformosear ou deturpar fisionomias em quadros onde, por arte ou por artifício, se procure, em vez do que é, o que se deseja, quer pela colocação acomodaticia dos personagens, quer pela expressão fisionômica excepcional de um momento, mas se pretende reproduzir do natural, nas feições próprias, o gesto usual, — é forçoso seguir passo-a-passo os figurantes da cêna pública e surpreendê-los freqüentemente em flagrante, nas suas virtudes e nos seus êrros, nas suas perfeições e nos seus defeitos.

O historiador nem acusa nem defende: instrue o processo e, como relator, resume os depoimentos, expõe os factos, analisa os documentos e entrega ao juri a decisão da causa.

TOMÁS RIBEIRO.

(História da Legislação Liberal Portuguesa,
Lisboa, 1891, à pagina 72 do tómo I)



CAROS LEITORES :

— *A História repete-se ; das mesmas causas resultam os mesmos efeitos ; é por isso que o estudo da História é indispensável aos Governantes.*

Vicente Almeida de Eça.



ENTRA NA SUA IV SÉRIE, com o presente número, a minha revistinha *Diogo-Caão*, que corajosamente continua a... navegar em mar agitado, ou de dificuldades.

O que vale a minha investigação pelas bibliotecas e arquivos de Lisboa — vós o podeis avaliar pelas páginas inéditas que aqui tenho publicado e publicarei ; os sacrifícios, que venho fazendo

para, independentemente e regularmente, a manter, — só eu os conheço ou sinto.

O meio letrado angolano sempre foi ingrato ou pouco generoso para os ressuscitadores do Passado, por 3 razões graves :

— O egoísmo presente ou pêso cotidiano das suas ocupações materiais,

— A vaidade estúpida de que tudo sabem resolver, sem auxílio da idea e acção alheias, e

— A crise medonha e geral, que pesa sôbre Angola, passageira mas demorada.

Felizmente, a minha revistinha criou raízes; é comprada, lida e apreciada; as duas primeiras séries já estão quasi exgotadas; da Inglaterra, da França e da Bélgica, raro é o mês em que me não pedem 4 ou 6 colecções; até do Cabo de Boa Esperança!

Por minha parte, dou trabalho aos tipógrafos e aos encadernadores, pago selos ao correio: sou assim útil, com o meu dinheiro, à economia nacional.

Semeio rapidamente: colho lentamente.

*

Embora lute com grandes dificuldades financeiras, um novo ou continuado prazer me arrastou para a publicação dos *Inéditos Coloniais* que dormiam nas bibliotecas de Lisboa, num sono ou quasi esquecimento ingrato.

São em número de 6 as obras que já tenho em publicação, aos fascículos: 4 sôbre Guiné e Cabo Verde, uma História de S. Tomé e o III tômo das *Guerras Angolanas* de Cadornega.

Se em lugar da verba diária de 25\$00, que tenho e disponho para as minhas publicações, eu tivesse a verba diária de 100\$00, o que me leva próximo de quatro anos para ser impresso, sê-lo-ia em um ano, sem demorar também a saída dos números da revista.

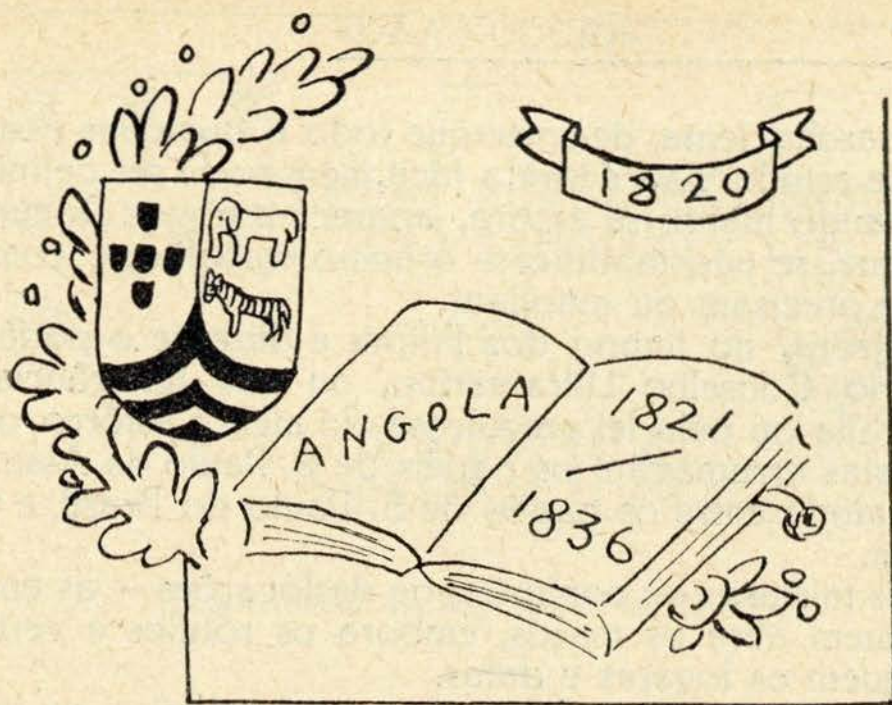
No entanto, paciência e alegria e coragem não me faltam abundantes, graças a DEUS.

Uma consolação intelectual, elevadíssima, possui e domina a minha alma: o que tenho escrito nestas páginas em defesa do património histórico e artístico e literário de Angola, é semente que tem caído em... boa terra, com frutos abundantes e úteis e proveitosos — para brancos e pretos e mestiços.

Lisboa. Agosto de 1937.

Padre RUELA POMBO.





Angola e a Independência do Brasil

NESTE ENSAIO HISTÓRICO SÔBRE AS LÚTAS Liberais em Angola, bem sabemos e reconhecemos e públicamente confessamos que a nossa investigação deixa muito a desejar : temos apenas, nestas linhas, o simples propósito de mostrar e documentar, pela vez primeira, esta *agitação política* por que passaram, não sem amargor, Luanda e Benguela, com o Vintismo e a Independência do Brasil.

As nossas considerações ou comentários, de natureza mais informativa do que crítica ou filosófica, elas não ultrapassam o valor de umas modestas achêgas, que podemos à disposição, e como guia, do historiador que a fundo queira estudar tal assunto, plenamente interessante.

Como sabe quem frequênta êstes logares, os nossos Arquivos Públicos estão muito atrasados quanto à arrumação e numeração e sumariação de seus Documentos : tal serviço, no próprio Arquivo Histórico Colonial, vai

em marcha lenta, de-sorte-que todo e qualquer assunto, que se estude, não é tarefa fácil, nem pode ser definitivo.

Quando menos se espera, aparecem novos Documentos, que, se não modificam o nosso trabalho, o completam e precisam ou ampliam.

Outrora, no tempo dos Filípes e durante o podêr do próprio Conselho Ultramarino, ou por ignorância da geografia ou pela lei preguiçosa do menor esforço, os arquivistas arrumavam os papéis de S. Paulo da Assunção de Luanda entre os papéis de S. Paulo do Brasil, e vice-versa.

Tais misturas ou confusões ou deslocções — as encontra quem abre os maços, embora os rótulos e verbetes marquem os logares e datas.

No meio de tal confusão ou em tal palheiro, ou em tal mônte, não é tarefa fácil nem cómoda achar... uma agulha perdida, quando se procura. Só por acaso.

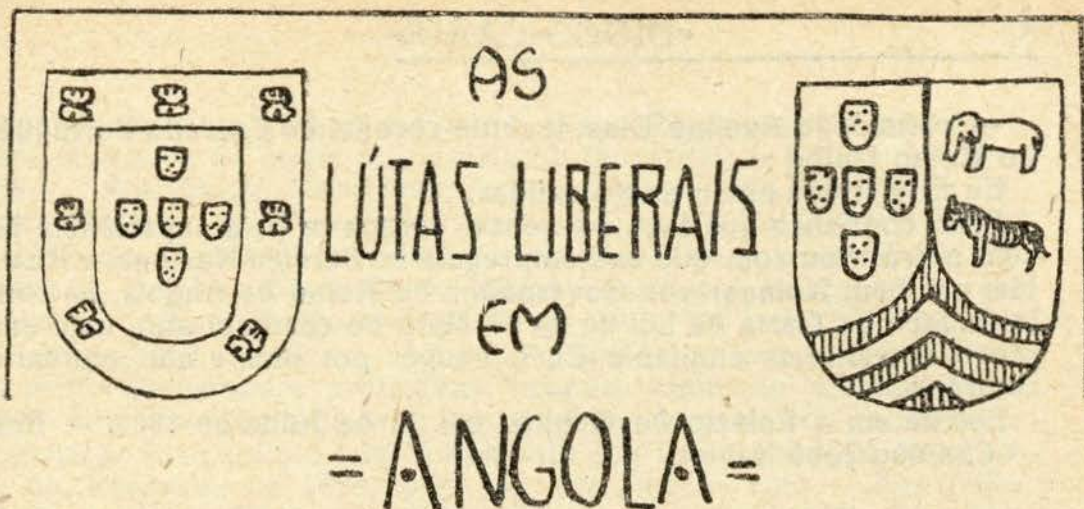
Aquí ficam publicadas estas linhas, não para nossa desculpa, mas para nossa defesa, dentro da sinceridade e amor da verdade, que caracterizam o nosso humilde e modesto trabalho de investigação.

As páginas da revista «**Diogo.Caão**» não... pesam no orçamento nacional nem um centavo, graças a DEUS.

Nossa revistinha é... independente.

P. P.





(Continuação da página 205 da III série)

Capítulo sexto

O Governador Cristóvão Avelino Dias

(1823-1824)

46. — Nomeação real



○ BISPO D. FREI JOÃO, PRESIDENTE da Segunda Junta, não podendo manter a ordem pública, participou para Lisboa a agitação, que corria em Luanda e Benguela, e pediu auxílio.

Foi atendido.

Os dois seguintes documentos referem a nomeação de Cristóvão Avelino Dias :

— «Atendendo às qualidades, merecimentos e serviços do tenente-coronel Cristóvão Avelino Dias : Hei por bem Nomeá-lo pela Carta Régia, que com êste baixa por cópia, para Governador do Reino de Angola, na conformidade da Carta de Lei de 29 de Maio último.

O Conselho-de-Guerra o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessários.

Palácio de Queluz, em 30 de Julho de 1822.» —

— «Cristóvão Avelino Dias, tenente-coronel do Exército Português do Reino Unido :

Eu El-Rei vos envio muito saüdar.

Pela confiança que faço de vossa pessoa e pela experiência do zelo e préstimo com que vos empregais no Serviço Nacional e Real: Hei por bem Nomear-vos Governador do Reino de Angola, na conformidade da Carta de Lei de 29 de Maio do corrente ano, cujo emprego exercitareis enquanto Eu o houver por bem e não mandar o contrário.

Escrita em o Palácio de Queluz, em 30 de Julho de 1822. — Rei.
— Cândido José Xavier.

No maço 56 de papéis avulsos de Angola (1821-1823) do Arquivo Histórico Colonial — têm estes dois documentos os números 72 e 73, respectivamente.

47. — Viagem

○ Governador Cristóvão Avelino Dias partiu do Tejo a bordo da Fragata *Príncipe D. Pedro*; aportou à Benguela no dia 30 de Abril de 1823 e dali escreveu uma carta a 7 de Maio.

Chegou à baía de Luanda a 24 de Maio e a 26 tomou posse do Govêrno das Armas e Presidência do Govêrno Provisório do Reino de Angola, como diremos no parágrafo seguinte.

Por sua vez, o Batalhão Expedicionário, que foi para Angola, embarcou na Charrua *Maia Cardoso*.

Comandava-o o tenente-coronel Luís António de Mendonça.

Em Benguela, no dia 2 de Maio desembarcou a companhia que para ali era destinada.

48. — A posse

Com a chegada de Cristóvão Avelino Dias deixou a presidência da Junta o Bispo Póvoas.

— «Ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1823, aos 26 dias do mês de Maio, nesta cidade de S. Paulo da Assunção de Luanda, Reino de Angola, no Palácio de Residência dos Ex.^{mos} Governadores,

estando presente o Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Bispo Diocesano-presidente, e mais Membros da Junta Provisória do Governo ; o Doutor Juiz-de-Fóra ; Presidente, Vereadores e Procuradores do Senado da Câmara ; Nobreza ; e Povo ; foi conduzido para a Sé Catedral o II.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Governador Cristóvão Avelino Dias, para se lhe dar posse do Govêrno dêste Reino e suas Conquistas ; e, tendo-se com efeito na mesma Sé lido a Carta Régia de 30 de Julho de 1822 pãra a entréga dêste Govêrno, — foi a mesma feita com as solenidades do estilo longamente praticadas, ficando assim na efectiva posse dêste dito Govêrno ; de que, para constar, se procedeu conforme a disposição do Capítulo I do Regimento dos Governadores, dado em 12 de Fevereiro de 1676, e se fez êste auto. — (aa) — Frei João, Bispo. — Cristóvão Avelino Dias, Governador. — Joaquim José Ferreira Campos. — Fortunato de Melo. — Francisco José Luís Vieira. — Marcelino José de Campos. — José António de Sequeira e Silva. — José Vieira da Silva. — Januário António de Sousa Gomes. — Joaquim Ribeiro de Brito. — Duarte José Rodrigues de Moraes.

Logo após a sua posse, a 2 de Junho, e talvez mal aconselhado, Cristóvão Avelino Dias mandou fazer o «*seqüestro dos bens dos súbditos do chamado Império do Brasil*», em represália ao decreto de 11 de Dezembro de 1822 do rebelde Govêrno do Rio-de-Janeiro, que havia mandado fazer primeiro êsse mesmo seqüestro em todos os bens dos Súbditos do Reino de Portugal, residentes no Brasil.

O mesmo fizera em Benguela o governador José António Pussich, em 6 de Maio.

50. — A complicação

Nesta questão dos seqüestros, Cristóvão Avelino Dias foi algo precipitado : alguns dos Membros da Junta, não por falta de carácter, mas por razão de interêsses individuais, quiseram fazer certas emendas na Acta em que o assunto fôra tratado, quanto ao comércio e navegação para alguns pórtos do Brasil.

Na reunião, impôs Avelino Dias à fôrça o seu modo de ver, mas, em nome do Povo de Angola, foi forjada uma representação com 27 assinaturas apenas, em que se pedia para Lisboa a liberdade de comércio com Pernambuco.

Os lesados ou representantes eram todos... negociantes de escravatura e oficiais de milícias.

Logo de entrada, os negócios políticos começaram a correr mal ao governador Cristóvão Avelino Dias.

O ódio público, a falta de dinheiro e comércio, as doenças dos soldados do Batalhão Expedicionário — tudo isto, que não era pouco, atormentava dia-e-noite o governador.

Numa sua Carta de 26 de Junho de 1823, conta Cristóvão Avelino Dias ao seu amigo José da Silva Carvalho tôdas as dificuldades com que se vê cercado, na Administração de Angola.

Esta carta, porque é muito curiosa, vamos dá-la na íntegra no próximo número.

(Continua)

Exposição Colonial

Com precisão matemática exemplar, foi inaugurada aqui em Lisboa, no dia 19 de Junho, a *Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa no século XIX*.

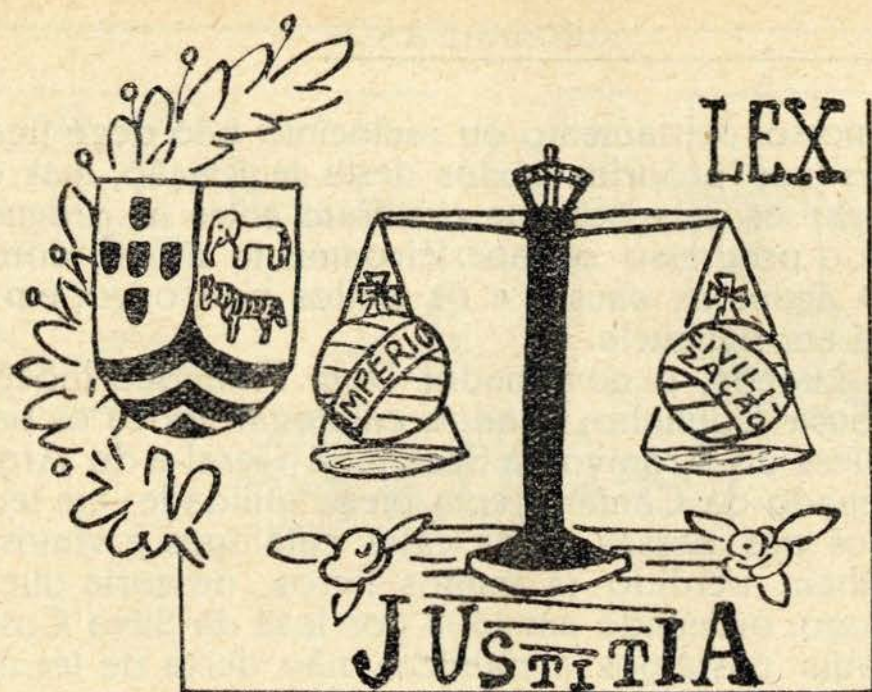
Arte, ciência, história, política, religião, bélica, ensino, comércio, ocupação, civilização, assistência médica — ali nos falamos, dentro da verdade plena, à inteligência e ao coração.

Um critério muito justiceiro presidiu à feliz organização daquele documentário, que é bellissimo e repleto de ensinamentos patrióticos.

Na Sala-da-Fé está algo de sagrado ou divino !!!...

Na Sala-do-Drama-da-Ocupação sente-se, na presença daquele simbolismo tam concreto e encantador, vontade de chorar !!!...

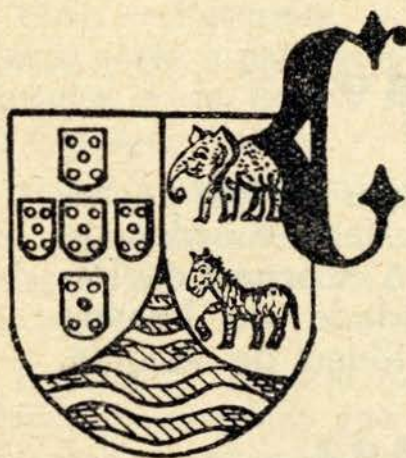
Padre POMBO.



Legislação Angolana

— A legislação metropolitana para as Colónias foi, em regra, consentânea com as melhores normas de cada época.

Almeida de Eça.



COM A PUBLICAÇÃO DÊSTE código — Catálogo das leis angolanas — a empresa da revis-tinha «Diogo-Caão» tem em mira ou fim fornecer aos seus curiosos leitores um preciosís-simo elemento sôbre os meios ou processos humanitários de que, através do tempo, têm usado os Portugêses na sua Coloniza-ção Ultramarina.

O nosso pensamento ou raciocínio não deve ficar-se apenas nos próprios textos desta legislação, mas deve procurar as relações que existiram entre as ordens régias e o progresso ou aperfeiçoamento moral, considerando assim as causas e os efeitos no Congo, em Angola e em Benguela.

Em Luanda, o governador Dom Francisco Inocência de Sousa Coutinho mandou catalogar todos os papéis e códices do Arquivo da Secretaria Geral e do Arquivo do Senado da Câmara, com plena utilidade: em tempo, tivemos nas nossas mãos esses catálogos e vimos que se tinham perdido já muitos livros, de sorte que este Catálogo, ordenado em 1802 por José da Silva Costa, e que aqui passamos a publicar, não deixa de ter muito interesse.

P. P.

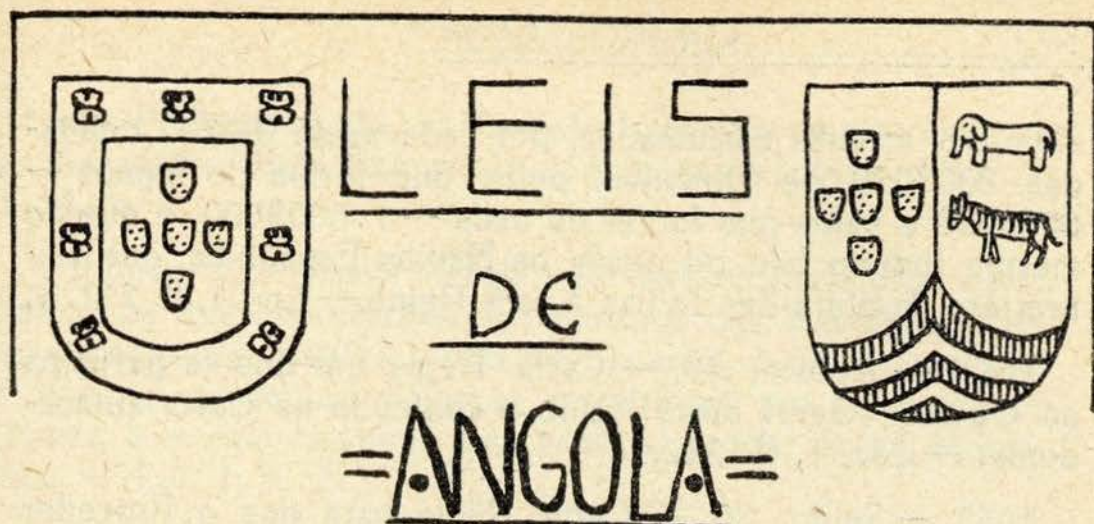
L I S B O A

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Catálogo

de tôdas as Ordens Régias, que existem na Secretaria do Reino-de-Angola, feito e ordenado por JOSÉ DA SILVA COSTA, Coronel do Regimento de Milícias da Cidade de Luanda e Secretário do Estado e Reino de Angola.

Ano de 1802



1600 AGOSTO, 20. — ALVARÁ PARA QUE OS serviços feitos no Reino de Angola, nas guerras e conquistas dêle, sejam qualificadas assim como por costume o são os que se fazem nos logares de África e nas Armadas e Partes da Índia, para se satisfazerem conforme a qualidade e importância dêles. — Liv. 4, fl. 1.

1605. — Março, 18. — Alvará que se refere a outro de 9 de Fevereiro de 1591 sôbre a proibição dos Navios Estrangeiros irem aos portos do Brasil e mais Colónias Portuguezas, e ainda os vassallos de outras Nações. — Liv. 7, fl. 249.

1641. — Fevereiro, 2. — Alvará com Apostila de 28 de Março sôbre a permissão concedida aos vassallos da Coroa de Portugal e do Estado do Brasil, para comerciarem com os da Coroa de Castela. — Liv. 7, fl. 250, v.

1651. — Março, 14. — Provisão para que se não possa obrigar os moradores dêste Reino, pelo espaço de dois anos, pelas dívidas contraídas antes da entrada dos Holandeses. — Liv. 4, fl. 15, v.

Agosto, 19. — Carta Régia, em que se participa haver sua Majestade permitido que os seus vassallos possam mandar os seus navios com escravos para as Índias de Espanha, pagando,

além dos direitos costumados, por cada navio de 200 toneladas 800\$000 de Donativo, pelos que forem de menos — 600\$000 e pelos que forem de mais — 1.600\$000, e que do mesmo Indulto hão de gozar os Navios Espanhóis, que vierem em direitura das Índias a êste Reino. — Liv. 1, fl. 211, v.

1651. — Agosto, 19. — Carta Régia em que se participa ao Ouvidor Geral dêste Reino o conteúdo na Carta antecedente. — Liv. 1, fl. 212.

1653. — Julho, 30. — Carta Régia para que o Provedor de Fazenda, em observância das Ordens, que se lhe expediram, admita os Navios Espanhois, que das Índias vierem, em direitura a êste Reino, fazer comércio. — Liv. 1, fl. 212.

1654. — Janeiro, 18. — Carta Régia para que se observe o que está determinado a respeito de se admitirem os Navios Espanhóis nêste Pôrto à compra de escravos, com tanto, porém, que não tragam outros gêneros além de prata, ouro, pérolas e esmeraldas, e que cada navio traga de sessenta mil cruzados para cima, e que nunca consintam mais de dois no Pôrto. — Liv. 1, fl. 212.

Março, 2 — Carta Régia em que se recomenda e ordena o mesmo da Carta antecedente — Liv. 1, fl. 212, v.

1656. — Setembro, 28. — Carta Régia em que se louva ao Governador ter aberto o comércio de Buenos-Ayres com êste Reino, e se lhe ordena que admita os Navios Espanhóis, que vierem das Índias, ainda que tragam menos dos sessenta mil cruzados, como estava ordenado, e que, no entanto que se haviam de demorar nêste Pôrto, façam uma viagem a Buenos-Ayres deixando aqui 12 castelhanos em reféns, e a fazenda, que puder ser, em depósito até voltarem — Liv. 1, fl. 213.

Outubro, 19. — Provisão para que nem o Governador, nem outra alguma pessoa possa exigir — do Desembargador António da Fonseca de Brito — que lhe comunique a Diligência, a que vem mandado a êste Reino, e lhe dêem tôda ajuda e favor de que necessitar. — Liv. 4, fl. 23, v.

1659. — Março, 4. — Carta Régia, para que se assista por conta da Fazenda Real aos Religiosos Carmelitas Descalços, com o que lhe fôr necessário. Liv. 4, fl. 35, v.

1660 — Outubro, 23. — Provisão para que se não obrigue os Moradores dêste Reino a ir às guerras de Sertão — Liv. 4, fl. 24, v.

Outubro, 9. — Carta Regia, em que se pede uma conta exacta do que importaram os Donativos dos Navios, que levaram escravos para as Índias de Espanha, e se ordena que o dinheiro procedido dêles se recolha em um cofre de três chaves, e se não dispenda sem especial ordem de sua Majestade. — Liv. 1, fl. 213.

1661 — Agosto, 31. — Carta-Régia, para que os moradores dêste Reino, que quizerem lançar no Contracto, mandem com tempo as suas Procurações ao Conselho de Fazenda. — Liv. 4, fl. 26.

1663 — Janeiro, 17. — Carta Régia, para que à custa dos Bens do Concelho e da Real Fazenda se faça uma Casa no melhor sítio desta Cidade para Convento dos Religiosos Carmelitas Descalços. — Liv. 4, fl. 44.

1666 — Abril, 4. — Provisão em que se determina que os governadores dêste Reino não percebam mais de 800\$000 de ordenado por ano; que os 400\$000 destinados para esmolas de irmãos pobres sejam distribuidas pelos Religiosos Carmelitas Descalços ou pelos Irmãos da Misericórdia; que aos sobreditos Religiosos se dêem 100\$000 do Prêgador do Bispado, ficando êles com a obrigação de fazer os sermões; que ao Físico-Mór se paguem somente 70\$000 e ao Cirurgião-Mór 30\$000, de seus ordenados. — Liv. 4, fl. 63.

Dezembro, 9. — Carta Régia em que se manda estranhar aos Religiosos da Companhia a Excomunhão que publicaram contra os que mandaram e os que lhes prenderam uns negros, que se opuseram à execução de um Bando, em que se proíbia andarem PORCOS pelas ruas da cidade. — Liv. 4, fl. 21.

1667 — Março, 7. — Carta Régia, para que no Real Nome se agradeça aos Capitães Luís Lopes da Siqueira, Manuel Rebelo de Brito, Diogo Rodrigues de Sá, Simão de Matos e os mais que se acharam na guerra, contra o Rei de Congo — o bem que nêle se portaram. — Liv. 4, fl. 75.

1668 — Janeiro, 20. — Provisão, em que Sua Majestade dá a Ermida de Santo António desta Cidade aos Religiosos Capuchinhos Italianos, para lhes servir de Hospício. — Liv. 4, fl. 22.

1669. — Setembro, 13. — Carta Régia, com que se remeteram os Capítulos de Paz celebrada com a Côrte de França. — Liv. 1, fl. 214, v.

1670. - Abril, 1 — Carta Régia, para que se proceda contra os Capitães das embarcações da Índia, que tomarem êste Pôrto, salvo se vierem em bandolas. — Liv. 1, fl. 215.

Maio, 23. — Carta Régia, para que os Governadores não levem quintos nem jóias das prêsas, que fizerem nas guerras do Sertão. — Liv. 4, fl. 60, v.

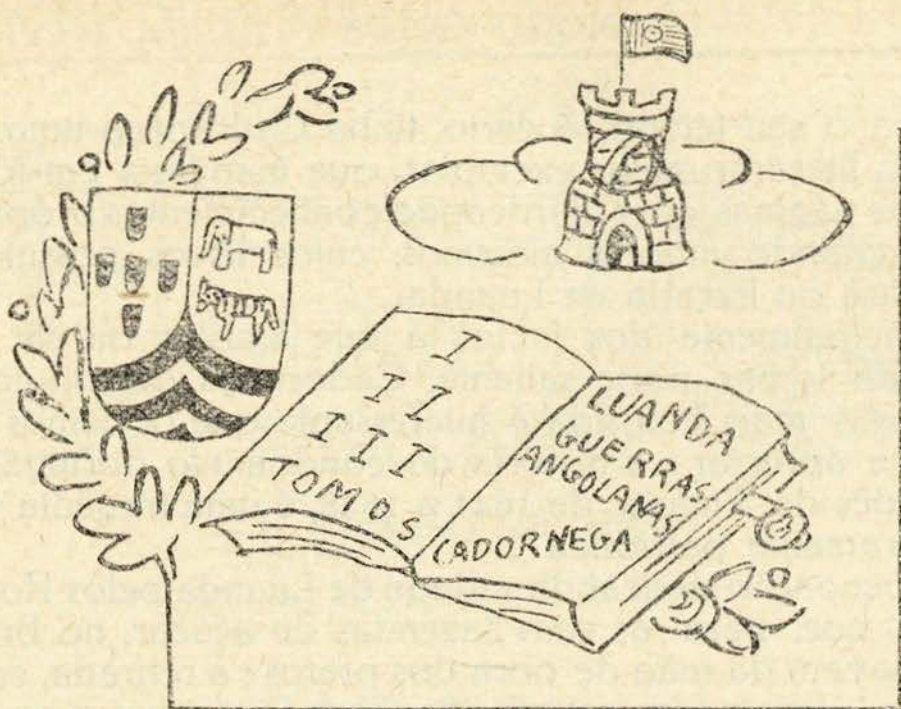
Maio, 31—Carta Régia, para que nos assentos de praça que se assentar aos degredados, se faça declaração das notas e anos de degrêdo em que foram condenados e as fês de officios, que tirarem, se lhes passem com as mesmas. Liv. 4, fl. 61, v

Julho, 19. — Carta Régia, para que o Ouvidor sentencieie as Residências dos Capitães das Fortalezas na presença do Governador com os Adjuntos apontados no seu Regimento, dando apelação e agravo das Sentenças. — Liv. 4, fl. 35.

Agosto, 19. — Carta Régia, para que o Ouvidor Geral dêste Reino sirva o Cargo de Juíz da Coroa, observando o que se dispõi no Cap. 22 do Regimento dos Ouvidores Gerais do Maranhão. — Liv. 1, fl. 159, v.

(Continua).





Guerras Angolanas



NESTA QUARTA SÉRIE, VAMOS EMPREGAR todos os esforços, ao nosso alcãce, para concluir a publicação do I tãmo da *História Geral das Guerras Angolanas*, — de António de Oliveira de Cadornega, que se vem arrasando desde a II série.

Do valor histórico e informativo da obra ou páginas de Cadornega — podemos dizer ou escrever que narra, por vezes, incompletamente os factos, mas não é para admirar : nem sempre viu ou consultou documentos, mas apenas ouviu narrações ou tradições, que, se de boca-em-boca ganharam em poesia, perderam na real acção.

Para o seu tempo, é certo, tinha Cadornega uma bagagem literária muito exemplar, que manifesta em tôdas as suas páginas, quèr alardeando conhecimentos próprios, quer citando autores clássicos, cujos livros possuíaem sua casa ou livraria de Luanda.

Principalmente dos factos a que assistiu, ou em que teve de tomar parte saliente, Cadornega deixou-nos a narração mais colorida e interessante que podemos de-sejar e apreciar: a história do condomínio portuguez e holandês de Angola, de 1641 a 1648, é uma tragédia verdadeiramente patriótica!!!

A occupação desleal da cidade de Luanda pelos Holandeses, que, para as suas fazendas de açúcar, no Brasil, precisavam da mão de obra dos pretos; a retirada, corajosa e plenamente estratégica, dos Portuguezes para o Presídio de Maçangano; as calamidades da nossa gente pelo sertão ou o desconforto, a sede, a fome, as doenças, as mortes; traições e infâmias e cárceres — é dêste assunto palpitante que vai agora tratar Cadornega.

Já nas páginas dêste número, a biografia ou fôlha de serviços de Bento Banha Cardoso, capitão sertanejo, valente e brioso e idealista, — merece a meditação atenta dos nossos Leitores.

A conquista das ilhas de Quinalonga é plenamente curiosa.

A doença das bexigas; os sistemas de comércio; a lavoura nas várzeas; o govêrno prático e útil de Fernão de Sousa; a burla da Rainha Ginga e a eleição de D. Filipe Airi para rei de Dongo — eis aqui, nestes dois capítulos XII e XIII, outras tantas curiosidades, prenhes de ensinamentos práticos, sempre úteis ou novos.

P. P.



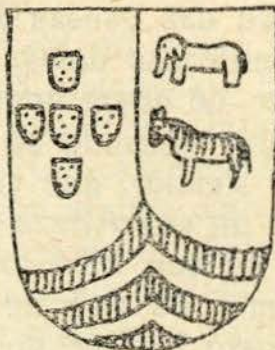
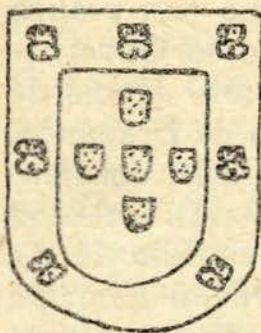
ANTÓNIO DE OLIVEIRA DE CADORNEGA

HISTÓRIA GERAL

== DAS ==

GUERRAS
ANGOLANAS

= LUANDA =



(Continuação da pág. 312 da III série)

1 6 8 0

TÔMO I — PRIMEIRA PÁRTE

Capitulo décimo segundo

— O governador Fernão de Sousa. — Provi-
dências úteis. — O capitão Bento Banha
Cardoso. — As ilhas de Quinalonga. — A
raíña Ginga.

72. Um grande socôrro militar.



NA ÉRA DE MIL SEIS CEN-
tos e vinte e cinco, vindo a go-
vernar êstes Reinos de Angola, não
trouxe Fernão de Sousa em sua com-
panhia muita gente de guerra, por-
que deixava aprestando-se um grande
socôrro para êstes Reinos, que havia
de trazer o capitão-mór Bento Ba-
nha Cardoso, que ficava na côrte de
Madrid, aonde havia ido, só a fim
de informar a el-rei D. Filipe o es-

tado das cousas dêstes Reinos de Angola, como tam práctico e noticioso delas, onde havia também ido o nosso Governador, de quem imos falando, a seus requerimentos, depois de haver assistido ao serviço da sempre Real Casa de Bragança, de Veador, que valia tanto como de Mordomo-mór, em tempo de sua Alteza a sereníssima Senhora Infanta D. Catarina e de seu filho o sereníssimo Senhor D. Teodósio II do nome do avô de sua Alteza que Deus guarde o Principe Nosso Senhor, do qual serviço se havia escusado por algum descônto ; e, como achasse na côrte de Madrid ao excelentíssimo senhor D. Duarte, filho de sua alteza a Senhora D. Catarina, irmão do senhor Duque D. Teodósio, onde podia tudo o que queria, vendo a êste fidalgo naquela côrte, e conhecendo havia sido creado de sua mãe e irmão, — fez com que logo fôsse despachado, conforme sua fidalguia e merecimento o estava pedindo.

Esta foi a causa, conforme notícias, de vir a tomar posse do govêrno e não esperar pelo socôrro, que se ficava aviando ; não exagera o autor a sua prosápia, pois há livros que relatam a antiga nobreza dos Sousas, que o curioso poderá ver em *Flores de Espanha e Excelências de Portugal*, escrito por António de Sousa de Macedo, em que faz chefe dos Sousas a Fernão de Sousa, governador de Angola, e no *Epítome* de Manuel Faria e Sousa, dado agora à impressão, traz desde seus princípios esta esclarecida família, e diz António de Sousa, por encarecimento, que, se o nosso primeiro Pai houvesse de ter sobrenome, se havia de chamar Adão de Sousa, que tam antiquíssimo é o apelido dos Sousas, com que o autor desta História tem tocado esta matéria, por vir a-propósito.

73. — A lavoura e o comércio.

Indo prosseguindo o seu govêrno, Fernão de Sousa tratou de pôr tudo em boa forma, dispondo as cousas da guerra com muito acerto, e, no govêrno político, fazendo justiça às partes e mandando aos julgadores dar-lhe seu devido cumprimento, provendo as fortalezas de Conquista de alguma gente e munições e do mais de que estavam faltas.

O mesmo havia feito, ao passar pela costa, ao Reino de Benguela que também se prosseguia em sua conquista e comércio, com a possibilidade que podiam; e vendo este bom e prudente governador que o sustento destes Reinos estava dependente do Estado do Brasil, donde vinham muitas embarcações carregadas de farinha-de-guerra para esta cidade e mais Conquista e, se faltavam em vir, havia muita carestia; e vendo também que as terras destes Reinos eram mui frutíferas e tinham grandiosas várzeas, onde se podia semear e fazer grandes **lavouras**, e que havia muita escravaria de homens brancos e gente fôrra para as poder cultivar, — exortou a todos os moradores e cidadãos, com razões mui forçosas, o mal que faziam em se não darem às lavouras aqueles que descançados não seguiam a guerra e conquista, e quere-rem estar dependentes, se vinham navios ou não do Brasil com o emprêgo da farinha, quando êles podiam ter isso de sobejo; que o lavrador não perdia sua nobreza por o ser, antes em tôda a parte eram tidos por homens bons da república, e mais, quando êles o não haviam de fazer com seu braço, pois tinham tantos escravos e serventes, que êle em nome de sua Majestade lhe queria repartir terras e dar-lhas de sesmaria nas terras e senhorio dos sobas conquistados, para que as possuíssem como cousa sua própria, com a obrigação do dízimo a Deus.

Fez esta fâla o Governador, estando os principais cidadãos e moradores presentes, com tanto juízo e modo que todos conheceram logo a muita razão que tinha, e que redundava tudo em bem e aumento da terra, com que lhe agradeceram o conselho e exortação que lhes fizera, e o Governador tratou logo de lhes mandar repartir as terras e várzea junto ao rio Bengo, Sequile e Bem-Bem, mais próximo à cidade, mandando por pessoas de satisfação, que elegeu para isso, dar a cada um conforme a possibilidade de família e escravaria que possuíam; e muitos conquistadores foram depois, por petições, pedindo terras para suas lavouras, o que o Governador trazia também por capítulo do seu Regimento, em que lhe ordenava assim sua Majestade; e em tôdas as Provisões de data de terra ou chãos para fabricar casas se faz menção do capítulo do seu Regimento; e, por dar notícia ao certo de tudo o que tem havido nestes Reinos de Angola, o porei aqui,

cujo teor é o seguinte, que assim ia dizendo a dita data — «as quais terras lhe dou, sendo caso que não estejam dadas por outra doação mais antiga, de sesmaria perpétua para êle e seus filhos e herdeiros e descendentes até o último possuidor, livres e isentas de todo o fôro, tributo e pensão, obrigadas sòmente ao dízimo a Deus; e as poderá dar, vender, trocar, aforar, escambar, repartir pelo modo e maneira que quiser e bem lhe estiver, como cousa sua própria e bens de sesmaria que são, com declaração que, dentro no tempo que em seu Regimento sua Majestade manda, fará nas ditas terras as benfeitorias conforme ao dito Regimento; e mando ao Ouvidor Geral dêste Reino lhe dê a posse com tôdas as entradas e saídas, novas e velhas, em que se meterão marcos de pedra altos, que bem declarem ser-lhe dada a dita posse; e assim êle como as mais justiças de sua Majestade que ora são e ao diante forem, lha deixem gozar livremente sem a isso lhe pôrem nenhum impedimento, porque assim o hei por bem e serviço do dito Senhor. Dada na cidade de S. Paulo de Luanda, sôbre o meu sinal e sêlo, e Luís Correia Coelho, secretário dêste Reino e do Senhor Governador, a fez por seu mandado em 8 de Janeiro de 1625, com declaração que, antes de se lhes dar a posse, se demarcará com os vizinhos com quem de direito deva e haja de partir, porquanto a Câmara não tem dúvida a se lhe haver de dar. Fernão de Sousa.» — Isto é o que continha a Doação.

Mostrou o tempo por diante que esta disposição foi causa de se sustentar o Reino de Angola e suas Conquistas, quando foi ocupado pelos Holandeses 7 anos, que mal se pudera conservar se não houvera lavouras da própria terra; e a mesma exortação fez aos moradores e habitantes de Vila da Vitória de Maçangano e à mais Conquista, Fortalezas e Presídios; e se deram depois disso tanto às lavouras que pudera ir farinha-de-guerra para onde ela dantes vinha.

74. Acção e vitórias de Bento Banha Cardoso.

No fim do ano de 1625 chegou ao pôrto da cidade de S. Paulo de Luanda o esperado socôrro. Não há notícia certa da quantidade de gente que fôsse, nem

há papel particular que o diga, mas diziam os soldados daquele tempo que foi dos maiores que tinham vindo à Angola, que constava de muitas naus; e, como tinha ido à presença do próprio Rei um homem de tanta autoridade como era Bento Banha Cardoso, que havia ocupado o posto de capitão-mór do reino e gente de guerra, sendo conquistador dos mais antigos e governador eleito destes reinos, e vinha com ordem de ir com a Conquista por diante, era força trouxesse socorro de gente em forma, com cabos e capitães que haviam vindo do Reino, por nome João Juzarte de Andrada, fidalgo nos Livros de El-Rei, e outra muita gente nobre; tendo o socorro a salvamento na cidade de Luanda, manifestando as ordens que trazia ao Governador e Capitão Geral, tomando inteligência, pelo tempo que havia faltado, das cousas da Conquista, achou que a rainha Ginga D. Ana de Sousa tinha largado a sua estância ou côrte dos Reis antigos de Angola, que era onde chamavam Cabaça por diante das Pedras de Mapungo, que distava da nossa última fortaleza da Ambaca mais de 30 léguas, e se tinha feito forte com a maior parte de sua gente em as ilhas de Quinalonga, as quais tinha atrincheiradas e fortificadas e as fazia ilhas o soberbo rio Quanza entre seus braços que as dividiam uma das outras e fazia ser cinco com terras espaçosas cada uma delas; e conhecendo o capitão-mór não podia passar com poder em forma às ditas ilhas, sem levar de cá embarcações ou forma e matéria de que as pudesse fazer, o que consultado e tomado parecer com o Governador e pessoas que naquilo podiam ter voto, dispuseram mandar fazer duas boas lanchas que fôsem em quartéis para se lá armarem, o que se pôs por obra, mandando-se fazer com tôda a brevidade.

75. A marcha por terra e pelo Quanza.

Feitos os quartéis das ditas lanchas, foram em patachos entrando a barra do Quanza até Maçangano pelo rio acima, com munições, armas de sobreceleste e os mais petrechos de guerra, com artilharia de campanha e o seu trem, tendo mandado diante este aprêsto, se abalou desta Cidade até Tômbo, seis léguas por terra da cidade ao rio Quanza,

e ali se embarcou com a gente de seu exército em lanchas e canoas pelo rio acima, levando da cidade gente barquiana e conquistadores antigos, acompanhados de sua escravaria e gente fôrra com boas matalotagens para o sustento da campanha; desta sorte chegou à Vila da Vitória de Maçangano, praça de armas da Conquista; naquela vila se preparou de tudo o mais que lhe faltava para seguir àquela emprêsa, ajuntando quantidade de carregadores para o comboio das lanchas em quartéis, artilharia e seu trem, armas e munições e fardagem da infantaria, que era imenso o gentio que se ajuntava para a carroagem, afóra muita guerra escoteira ou gente volante; para os acidentes da guerra a careciam de muitos consquistadores antigos para o acompanharem nesta guerra e algum chamando-o por estar ausente por cartas benévolas; e, porque veja o curioso o modo com que neste tempo se obrigavam os homens ao serviço real, porei aqui uma carta que veio ao autor à mão, por ser feita à pessoa de sua obrigação ou, para dizer tudo, a seu sogro, cujo teor é o seguinte:

— Senhor Capitão Fernão Rodrigues :

Espantado estou de me dizerem que V. M. não vem à guerra, e o sinto mais que se me faltaram vinte homens; parece-me que V. M. que não tem razão de lançar mão que o Governador que lhe faz agravo, porque a honra é prestar homem para os cargos e não tê-los quando não presta para êles, e o para quanto V. M. presta — já está sabido e quam grande soldado é; o que agora resta é buscar pão para os meninos, que honra já V. M. a tem ganhado que baste nesta terra; venha-se V. M. ter comigo e tome meu conselho pois sabe que sempre fui seu amigo e lhe fui afeiçoado; e bem sei que está pobre, e em tudo o que eu puder, o hei de ajudar.

Nosso Senhor guarde à Vossa Mercê.

De Lucala, 19 de Março de 1627, anos.

Serviðor de V. M.

Bento Banha Cardoso.

Desta sorte acariciou a êste Conquistador antigo, e assim agenciou a outros Conquistadores, pessoas de grandes sanzalas de gente preta, que tudo lhe era necessário para uma guerra que empreendia tam dificultosa ; com esta preparação marchou por terra para a fortaleza de Ambaca, indo comboiando todo aquele aprêsto de guerra com muito cuidado e trabalho, deixando naquela fortaleza a gente pouco versada no sertão, levando da barquiana e alguns sobas daquela capitania, que se tinham por leais e mais fiéis vassalos da Coroa de Portugal, como era um poderoso soba chamado Mubanga, parente dos reis antigos de Angola, o qual havia dado entrada por suas terras à conquista de Dongo, como atrás se disse em o Govêrno de Luís Mendes de Vasconcelos, levando guerra preta daquele distrito e lotação ; também nesta ocasião acompanhavam ao capitão-mór dois senhores fidalgos parentes dos reis de Angola, mui chegados e sucessivamente o eram da rainha Ginga D. Ana de Sousa, dos quais um dêles possuía a província do Airi ou muita parte, e o outro as Pedras de Mapungo, ambos irmãos, e senhores de muitos vassalos.

76 — O cêrco e investida.

Dêste sítio e alojamento marchou o Capitão-mór B. B. Cardoso em demanda das ilhas de Quinalonga, onde a Rainha Ginga estava fortificada, assistida de muitos Jagas como era casa e caieté que aquela astuciosa Rainha com seus ardis e indústria se havia assenhoreado dêles e de seus quilombos ; avistado que teve o Capitão-mór aquelas ilhas, fez alto, tomando o sítio conveniente em que alojou o seu exército, metendo-se o caudaloso rio Quanza de-permeio, estando de outra banda aquelas dilatadas Ilhas, que constavam de algumas cinco, com as costas em terra firme da outra banda metendo-se um braço daquele rio Quanza de-permeio, tendo nesta paragem formado o capitão-mór seu arraial mandando correr aquela campanha pelo capitão da gente de cavallo, que era neste tempo um conquistador dos antigos por nome Gaspar Borges Madureira, fazendo presas e tomadias de gente, acompanhado da mais gente de a-cavalo, e da guerra preta, mandando também pôr em ordem as lanchas,

unindo uns quartéis aos outros; vendo se aquella Rainha abarbada e oprimida com a vizinhança do nosso arraial, — ordenou uma sortida pelos mais esforçados de seus capitães com a melhor da sua gente, passando aqueles braços do Quanza em canoas, balsas e jangadas, com ordem da Rainha sua senhora que dessem de noute, para com a confusão entrarem o nosso alojamento, queimando tudo e as lanchas que armando se estavam, de que já tinha notícia de tudo; os quaes deram de noute seguindo a ordem que levavam, o que não deixou de causar, em a nossa gente, confusão por ser àquelas horas cousa não esperada, tendo alguns dos inimigos com aquele ímpeto entrado as nossas cortinas, mas acudindo o capitão-mór com o seu valor ao reparo, e os capitães e cabos a guarnecer seus póstos e cortinas, e o capitão de cavalos com seus soldados, que todos—nesta investida tam feroz daquele inimigo — fizeram bravuras, indo com muito valor rebatendo o inimigo, fazendo neles muita mortandade, mas eram imensos e mandados por pessoa tam obedecida dos seus.

Durou a contenda de uma e outra parte até o amanhecer, com o que a nossa gente ficou de melhor partido, vendo com quem pelejavam, empregando melhor seus tiros naqueles inimigos, e que elles vendo a vantagem com que pelejavamos, e que não podiam obrar à medida de seu desejo e eram mandados, se foram retirando, e em seu alcance a cavalaria e guerra preta, que foram degolando e aprisionando muitos inimigos até os braços do Quanza, onde iam buscar as suas embarcações, para passarem às Ilhas.

Nesta confusão se lhe afogou muita gente, em que foram bem diminutos e sacudidos nesta ocasião pelo acostumado valor dos Portugueses, com que resistiram e nela se houveram, não ficando os nossos sem perda de alguns Portugueses e gente preta e muitos feridos.

Ficou este valoroso Rei, que lhe chamavam Rainha por ser mulher, pesarosa de se lhe haver malogrado seu intento que entendeu daquela vez acabasse connosco e nos tomassem os seus às mãos, vindos mandados daquela sua Senhora, que elles amavam e respeitavam como a seu deus, amoucos a investir o nosso poder como muitas vezes o fez o gentio da Índia também com a nossa gente portugueza, e elles o usa-

vam nas guerras que entre si tinham como o contam as nossas histórias dos sucessos daquela monarquia e estado da Índia.

Foi o nosso capitão-mór dando ordem às lanchas, como dito é, unidos os quartéis; tendo-as postas em ordem de navegar, as mandou pôr à beira do rio Quanza, ajuntando mais algumas canoas, balsas e jangadas para passar às Ilhas a gente do nosso arraial com seus reparos, as suas frecharias, e muitos tiros de espingardas e mosquetes, que lhe não faltavam, que a sua indústria tinha havido, e muitas munições que o interesse e ambição faz dar armas aos inimigos, e agora os achávamos contra nós; e era cousa para notar o quanto estavam já vistos nas nossas cousas pela muita gente nossa fugida que tinham em seu poder, escravos dos portugueses, os quais estavam fazendo sentinelas nas suas estâncias e guaritas que tinham na ilha que chamavam de Mapolo, mais próxima a nós, que se da nossa parte as sentinelas davam uma badalada no sino que era o primeiro quarto de prima, da sua banda davam outra em sinos que também tinham; se duas, duas; e assim iam continuando os quartos e sentinela de dia e de noite, falando dela muitos desaforos, perguntando — *¿ está aí fulano? —* cuidando os procuravam para alguma cousa, respondiam-lhe; pois dissei-lhe que vá à Luanda, ou Maçangano, onde o tal era casado, ver sua mulher que está fazendo... estas e outras cousas com fulano, estas e outras maldades diziam das suas arrochoadas e fortificações, no mais socegado da noite para que os entendessem, o que era bem conhecido ser dito pelos nossos próprios escravos fugidos, que estavam com a gente da Rainha.

Capítulo décimo terceiro

A conquista das ilhas de Quinalonga. — A burla da Rainha Ginga. — O rei de Dongo. — A morte de Bento Banha Cardoso.

77. A invasão da ilha de Mapolo.



ESTANDO PREPARADO TUDO — lanchas, canoas, balsas, jangadas — para também passar às Ilhas a guerra preta com seu capitão-mór, que era um valente homem, ainda que de côres pretas, chamado António Dias Mungo, que era o nome dêste esforçado capitão da guerra preta e tandala do Reino, em quem o nosso gentio tinha muita fé em suas empresas por ser valeroso.

Armaram-se, os que se haviam de embarcar nas lanchas, das armas que costumavam nas guerras dêstes Reinos, que eram feitas de panos ou beirames muito acolchoados e desciam até os joelhos, com carapuças do mesmo, com suas viseiras, que tomavam até o pescoço, que resistiam às frechas como gibões de panos ou de ilhós, que alguns que podiam, levavam também dêste género, o capitão-mór de armas brancas e alguns dos principais conquistadores que também tinham, que haviam ocupado postos maiores na guerra; levando à vanguarda o Valeroso Caudilho, foram tabucando (tabucar — chamam na língua ambunda de — vadear e passar) ou passando aquele braço do rio, hospedados e recebidos daquela numerosa gente, que estava na primeira ilha, chamada de Mapolo, com muitos tiros de espingardas e mosquetes, que, ainda que não atiravam com muito acêrto, nos

mataram e feriram alguma gente, pelejando o nosso Capitão, com os mais companheiros, com muito valor; indo já perto de terra para tomar pôrto, lhe deu na primeira lancha a grande corrente do rio, com que os levava a grande precipício, em razão de umas cachoeiras, onde aquelas águas se despeñavam, e no mesmo perigo estiveram as mais embarcações, e o causou afrouxarem os remeiros com a vouga, por estarem muitos feridos das nuvens de pedras do inimigo e outros dos seus pelouros, que nem tudo se errava; foi necessário os mesmos soldados que iam nas embarcações, tomarem os remos nas mãos, por se não verem em tam evidente perigo, o que ajudou muito a lancha do capitão-mór, que estava no maior precipício, por ir muito descaído; em êste comenos tomaram dois soldados esforçados uma corda na mão, deixando a ponta amarrada na proa da lancha, e com ela saltaram à água perto da terra, e foram com todo o esfôrço tendo mão na lancha que não descaísse; sôbre esta acção à vista do inimigo, houve terrível pendência em defenderem o tomar a nossa gente terra, e a quererem ofender os dois valerosos soldados, que lhes atiraram chuveiros de frechas e arremessos de páus tostados e azagaias, mas êles com grande ânimo tendo fixo na corda, até que veio o Capitão-mór com os companheiros à terra, brigando todos com grande valor com aquele numeroso gentio, sustentando o pôsto em que desembarcaram, até chegar a outra lancha e mais embarcações; os dois esforçados soldados ficaram muito mal feridos, e a um dêles, que chamavam Rodrigo Serrão, filho desta terra de Angola, lhe deram com um pau tostado nos peitos que lhe fez mais mal que as feridas das frechas, e o Autor desta História o conheceu, e botava sangue pela boca daquela cruel pancada, até que acabou a vida em esta penalidade.

Desembarcado que foi todo o nosso poder, avançou o capitão-mór com a mais gente um baluarte de pau a pique e faxina, onde resistiram os inimigos com valor, matando e ferindo-nos alguma gente, até que com a valentia dos nossos foi entrado, com mortes de muitos inimigos; e da mesma maneira foram entradas as trincheiras e arrocheadas, com mortes também de inimigos, dando-se o sáco àquela primeira ilha de Mapolo, que êsse nome tinha o Cabo, que a defendia, em que se *canzou* ou apanhou muita gente inimiga e

Muito de seu mulhero, fugindo muitos para as mais ilhas circunvizinhas, ficando já aquela rainha Ginga destituída desta, em que tinha as maiores esperanças, por ser a fronteira das mais, em que tinha o melhor capitão com gente mais escolhida — nóva que lhe deu muita pena, vendo os que iam derrotados dela; nesta ilha se acharam muitos mantimentos e gado de tôda a sorte, que tudo era bem necessário à fome e miséria, que padecia a gente do nosso exército.

78. Na ilha do Tandala.

Tendo o Capitão-mór alcançado esta tamanha vitória, com tanto trabalho e fadiga, deixando naquela ilha a guarnição necessária, enquanto a desalojavam dos bastimentos que em si tinha, — se passou ao arraial de Tabi (*Tabi* chamão de assento) a curar as feridas e tomar a gente de seu exército um pouco de descanso para prosseguir com aquela árdua empresa; passados poucos dias, se tornou a embarcar com a sua valerosa companhia dos seus conquistadores, sendo êle o primeiro em estas acções de guerra para dar exemplo aos mais, indo em demanda da Ilha-do-Tandala, que estava também fortificada com suas arrocheadas; sôbre a entrada delas houve grande batalha e porfiada peleja, tendo havido ao desembarcar grande defesa, em que teve aquele gentio muita mortandade, e da nossa parte se derramou muito sangue, com mortes de alguns Portugueses, que o chamado Tandala é o govêrno do rei e o que governa todo o reino; estava por esta razão acompanhado de bons capitães e da melhor gente.

A seu pesar, saltaram na Ilha os valerosos Portugueses, fazendo tôdas as dificuldades lhanas com seu esforço, indo logo de volta com o inimigo cometer as trincheiras, que com grande bizzarria avançaram, não valendo ao inimigo a sua resolução em as defenderem com tiros de espingardas e mosquetes e azagaias, com nuvens de frechas, até que com valor e esforço foram entradas, pondo naquele conflito tudo a ferro; passado êle, foi a nossa guerra preta com seu valente capitão-mór aprisionando muito gentio, percorrendo por tôda aquela ilha, que era grande, de muito circuito, fugindo alguns

a nado e em jangadas para as outras ilhas, que ainda estavam em seu poder; nesta se achou o que na primeira, de mantimentos e gados.

79. Tréguas de três dias.

Havendo o capitão-mór alojado seu exército nesta Ilha-do-Tandala, para dali ficar mais vizinha às outras e as ir rendendo, depois de haver tomado algum alívio a tanta canceira, se embarcou para as mais ilhas, como foram a do Angola-Ambole, onde havia muita gente de guerra, assim de jagas como dos seus, que, como esta dignidade de Angola-Ambole é entre elles, como entre nós, capitão geral da gente de guerra, — razão por que tinha muita escolhida e boa, onde houve muita resistência, e o mesmo foi na ilha do Mue-ne-Lumbo, que era outra dignidade das principais daquele reino; e, por não dar o autor enfado ao curioso leitor, as não relata mais miúdo por extenso, conforme a notícia que teve dos mesmos conquistadores que se acharam em tôdas as ocasiões que houve na guerra e empresa destas Ilhas, com quem elle autor teve muita conversação, por um dêles ser seu sogro.

Veio só a ficar por render a Ilha em que estava a Rainha Ginga Dona Ana de Sousa com sua côrte e do melhor que possuía; vendo-se ela abandonada, mandou seus embaixadores ao Capitão-mór, pedindo-lhe a não apertasse tanto, que bastava o dano e guerra que lhe tinha feito nas mais ilhas, que ela queria ser filha de Maniputo (*Mani* quiere dizer Senhor e *puto* quiere dizer Portugal) e sua vassala, que dentro em tres dias viria em pessoa com sua côrte ao arraial; que, entanto ela se preparava, lhe desse logar a isso e se viesse para o seu quilombo de Tabi (Quilombo de Tabi chamavam ao Arraial onde estava de assento e alojado), onde ela — rei — prometia de passar e ajustar uma boa paz com Maniputo e seu Capitão-mór e vassallos; e, como esta matéria era de tanta consideração, tomou o Capitão-mór conselho com os cabos maiores da guerra e capitães e pessoas particulares de consideração, que naquela guerra e em sua companhia se achavam, — conquistadores antigos — os quais foram de pa-

recer se lhe concedessem os 3 dias que pedia para ver se se podia tomar termo de uma vez com aquela tam belicosa Mulher e Rainha ou Rei, como ela se chamava, e não admitia o de fêmea; e que, quando nos burlasse, como assim o entendiam alguns dos presentes, que para si fazia o mal, porque nunca haveria socego nem ela o teria, e que se mostrava com isso àquele gentio, que nos acompanhava e seguia e tinham sido seus vassallos, que por amor do Rei de Angola não tinham êles quietação nem a gente portuguesa, com que se lhe concederam os três dias e o Capitão-mór se recolheu ao Arraial de Tabi a esperar por sua vinda.

80. A rainha Ginga foge para o sertão.

Enquanto o Capitão-mór esperava os 3 dias concedidos à rainha Ginga Dona Ana de Sousa, vendo o muito que haviam obrado naquela guerra alguns Conquistadores, em que se haviam singularizado com muito esforço e valor, armou cavaleiros aos de maiores merecimentos, com tôdas as cerimónias que se costumam a fazer em tais actos, com a autoridade que tinha de capitão-mór do Reino e gente de guerra por sua Majestade e por ser comendador da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e fidalgo da Casa de sua Majestade, e assim ser uso na guerra de Africa o fazer-se; e de tudo o que ia obrando nesta Conquista, dava parte por seus enviados ao Governador e Capitão-Geral dêstes Reinos, mandando-lhe as suas ordens para o que havia de ir obrando.

Havendo o nosso Conquistador esperado os 3 dias aprazados e vendo não vinha a Rainha, nem recado para a mandar passar nas suas embarcações, entendeu logo fôra estratagem a trégua dos 3 dias que havia pedido; e, mandando reconhecer a ilha, a acharam deserta e a Rainha fugida com o inumerável gentio que consigo tinha, o que, sabido pelo Capitão-mór, tocou a rebate e mandou logo sair o capitão da gente de a-cavalo com guerra preta escoteira e êle na rectaguarda com parte de seu exército gente de bom pé, deixando parte no arraial de Tabi para sua guarda, e foi em seguimento daquela astuta Rainha, fazendo-lhe muita prêsa, depois que lhe foi dado na trilha, de muitos escravos e escla-

vas, que uns por não poderem marchar com os mais, e outros que a Rainha e os seus iam deixando pelos caminhss de indústria, para se ocupar a nossa gente na prêsa dêles e nos empachar, para com isso ter mais fuga que a não seguissem tam ligeiro, — marchou o Capitão-mór alguns dias atrás da Rainha Ginga em seu alcânçe, o que vendo era por demais querer-lhe dar alcânçe, ao muito que se ia alongando pelo sertão dentro, chegando a um sítio que chamam a Quina Pequena (*Quina* chamam a cova e a esta chamavam pequena porque havia outra maior), mandou fazer alto a tôda a sua gente e, descansando alguns dias do grande trabalho da marcha, se recolheu ao seu Arraial.

81 — O rei D. Filipe de Mapungo.

Vendo o Capitão-mór aquella nossa inimiga tam alongada e destituída de quási todo seu Reino, e porque não intendesse esta abundancia que movia só aos Portugueses a ambição de dominar aquele Reino de Angola de que tôda a gente abunda são naturais, tendo êle também prometido ao Senhor da Província de Airi, chamado Dambi Airi, de o fazer Rei, por ser da estirpe real dos reis antigos de Angola e Dongo, e por êle e um irmão seu nos haverem acompanhado como vassallos da Coroa de Portugal, o qual segundo irmão se chamava Angola-Airi, Senhor das Pedras de Mapungo à opposição da Rainha Ginga, de quem êles se não fiavam e eram havidos dela por traidores à sua corôa, por se haverem abandeado com os Portugueses, e lhes beberia o sangue, se os pudesse haver às mãos, o que não era muito beber-lho quem, como jaga, comia carne humana, seguindo seus ritos e costumes, não lhe lembrando o nome que tinha de cristã, chamada Dona Ana de Sousa, como dito é; — esta determinação teve o Capitão-mór de fazer rei o senhor de Airi e sua Província, com parecer e ordem do Governador e Capitão Geral, a quem havia dado parte de tudo; isto foi neste arraial chamado o Quilombo dos Corvos, pelos muitos que acudiram à carnice assim da gente morta na guerra como da muita que havia morte das **bexigas**, que foi como ramo de peste, e ficou também memória assim esta notável conquista

como a mortandade que causaram as bexigas de qualidade que, quando o gentio queria afirmar alguma cousa com juramento, diziam Moquindonga, porque muitos participaram da-quele mal contagioso, a uns — morrendo-lhes pais, a outros — irmãos, a outros — parentes, causa por que lhes lembrava tanto ao nosso gentio já baptizado, estando no grémio da Igreja Católica, não tam metidos nas suas idolatrias, em que muito haviam trabalhado, como dito é, os Padres da Companhia de Jesus com o seu costumado espírito, pondo a muitos em o caminho da Salvação, de que haviam participado o que agora se fazia Rei e seu Irmão e outros fidalgos seus parentes.

E porque também do mal contagioso das bexigas participaram estes dous senhores da Província do Airi, o irmão mais velho por nome — Dambi-a-Aire ou Airi-Aquiloangi, a quem estava feita a promessa, outros diziam que fôra primeiro Rei e ao depois disso morrera, e o verifica um seu testamento em que nele pede a seu testamenteiros — o capitão-mór António de Abreu de Miranda, conquistador antigo e o capitão Joseph Carrasco, que sendo de idade um filho seu por nome Dom Simão e, da terra, Dambi-Airi o fizessem rei, pois êle lhe sucedia como seu filho, mas nesta ocasião se fez com ordem do Governador, Capitão-mór e mais Conquistadores, em nome de sua Majestade Católica, na éra de 1627, a — D. Filipe, primeiro dêste nome, Angola-Airi, Senhor das Pedras de Mapungo e Maozondo, Rei de Dongo, que compreendia o seu senhorio do Airi e Pedras e outros muitos sobas anexos do que tocava a Dongo, que as nossas armas haviam conquistado, como também antecedente ao feito agora rei e a seus irmãos e mais parentes, que obrigados disso e de se arrecearem da Rainha Ginga, que era tirana, pois havia morto o seu próprio sobrinho, que havia de ser rei, filho de seu irmão Angola-Ambandi, rei de Angola; e, degolado o tio por se lhe querer afastar, como dito é, vindo-se de baptizar da cidade de Luanda, e a estes seus parentes, de que falamos, fizera o mesmo, se os acolhera às mãos, que a todos reputava por suas peças e dizia que, quem era rei, não tinha parentes.

82 — Parentes do rei novo.

Este rei novo, de que imos falando, se chamava neste tempo Senhor das Pedras do Mapungo, à falta de varão por parente mais chegado, e conheceu êle autor a uma fidalga sua sobrinha por nome Dona Ângela, que também se chamava Senhora das Pedras de Mapungo, por lhe pertencerem por seu pai, que havia sido senhor delas, e êste seu tio, rei, as possuía como nação e ser sítio forte por natureza e nelas se assegurar da Rainha Ginga, sua inimiga; e, antes que passemos àvante, diremos — pois falámos atrás em o sobrinho da Rainha Ginga, de quem ela foi patricida, — em como fizeram os Governadores e Capitães Gerais dêstes Reinos muita instância por via de alguns Conquistadores, como foi um de que êle autor viu cartas em seu poder, ou de seu genro, o qual se chamava o sogro António de Abreu de Miranda, de quem já falámos, e ao diante também, e o genro casado com sua filha — Lopo de Carvalho Fogaça, em que enconciendavam muito fizesse com o Jaga Casa não entregasse o Menino à Rainha Ginga, e visse se o podia haver a nós, porque se entendia o que dêle havia de vir a fazer; isto foi antes dêste Jaga Casa vir ao serviço da Corôa de Portugal, o que jâmais pôde remediar-se, amigando-se a dita Rainha com êste Jaga Casa só a fim de colher o sobrinho às mãos, como acolheu e se tem dito o funesto fim que teve.

Nomeou o Capitão a êste Rei, vassalo da Corôa de Portugal, seu domínio, como dito temos, com sobas nomeados e demarcação de seu reino chamado Dongo, pelo haver conquistado o Governador e capitão geral Luís Mendes de Vasconcelos, como se disse em seu Govêrno, e prometeu êste Rei D. Filipe Angola Airi pagar de vassalagem cem cabeças de escravos todos os anos, ao que lhe disse o Capitão-mór que visse o que prometia, no que se tornou a ratificar, o que lhe não parecia muito pela opulência do Reino, em que então estava, o que, ao depois, não pôde cumprir; que muitas vezes para uma pessoa alcançar o que deseja, promete muito e, depois de alçado, não cumpre nada.

Prometeu lhe o Capitão-mór por si e pelo Governador, e em nome da sua Majestade, de o defenderem de seus inimi-

gos e, vindo o Capitão-mór para baixo, de lhe deixar duas companhias com seus capitães e mais oficiais em sua guarda, o que lhe cumpriu, quando veio de volta.

83. Uma aposta entre dois pombeiros.

E porque se entenda a opulência de pessoas e comércio, que havia neste Reino de Angola, como ainda hoje há, mas não em tanta abundância, que há muitos anos que se tira água desta fonte, no sertão e nos quilombos, quando havia guerras de mais proveito do que as de hoje, iam muitos negros Mercadores ou Comerciantes, chamados Pombeiros, com muita fazenda *banzada* (*Banzada* era o cômputo que haviam de dar por cada escravo, a que chamam banzo ou banzos; *funar* é comprar ou mercenciar) de seus senhores, a *funar* péças, e eram tam dextros nisto que se prezavam de fazer aquele negócio.

Sucedeu haver neste Quilombo chamado dos Corvos, entre muitos outros, dois Pombeiros, escravos de homens brancos que negociavam largo e tiveram entre si porfias qual dêles era melhor mercante; das porfias chegaram às apostas, e, com efeito, apostaram seis péças ou seu valor em fazendas, tomando por juiz de sua diferença para, nela, ouvidas as partes, dar sentença ao mesmo Capitão-mór, a cuja presença foram com sua querela, e, manifestando a que iam, lhes mandou, por passar tempo, que não há-de ser tudo guerrear, que propusessem suas razões e *fundassem* (*fundar* é arrazoar o que tem para dizer; *mucano* é o pleito com que vem), o seu *mucano*.

Disse, o que lhe coube primeiro falar: eu vim a êste Quilombo com fazendas de meu senhor e fiz duzentas péças, e nenhum Pombeiro, de quantos há neste Quilombo, se me igualou, nem o que está presente, com se prezar tanto disso.

Respondeu o competidor: é o que fizeste a tôdas essas péças que compraste?

Respondeu: que lhe haviam as mais delas morto das bexigas, que havia havido naquele quilombo.

Disse então o outro: por essa razão eu venho a ser melhor pombeiro, porque eu tinha comprado cento e cinqüenta

peças, e, tanto que vi vinham dando as bexigas e mortandade na gente, me desfiz delas com muita brevidade, vendendo-as a outros pombeiros a-troco-de fazendas, e as guardei até que passou aquele mal; e agora, que é passado, tenho comprado as mesmas peças e as tenho feitas para levar a meu senhor; e as tuas, ainda que fôsem mais do que as minhas, do que tu te gabas, estão mortas e enterradas, e as minhas estão vivas e sãs.

Vê tu agora é qual de nós soube negociar melhor?

A êste julgou o Capitão-mór ser melhor Pombeiro, e que havia ganhado as peças da apósta.

Uma história é uma representação do que se vai contando; não a há sem entremês; sirva esta contenda disso.

84. — Morte de Bento Banha Cardoso.

Tendo o Capitão-mór com seu exército rendido as Ilhas de Quinalonga, afugentado a rainha Ginga com os seus ferozes Jagas, que muitos haviam largado as vidas e sido prisioneiros, criado novo Rei, feito tudo o que foi do serviço de El-Rei deixando todas as cousas da Conquista de Angola em boa forma, deixando guarda ao Rei de Dongo Dom Filipe de Sousa de duas companhias de infantaria, — se veio recolhendo para ir à Cidade de Luanda a dar conta de mais perto da obra ao Governador, com a gente moradora e conquistadora que o haviam acompanhado.

Chegado que foi à Vila da Vitória de Maçangano, adoeceu de tam continuado trabalho que havia passado naquela jornada e conquista, que em breve largou a vida, e foi sepultado em a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória de Maçangano.

Sua morte foi muito sentida daqueles Conquistadores, que o haviam, em tantas ocasiões de guerra, acompanhado, havendo-se com êles como companheiros, e não como mandador, com o que atraía as vontades de todos; e se pode dizer: foi dos Conquistadores que mais trabalharam nestas conquistas.

Tudo a morte acabou, e não perdoa ao maior monarca.

(*Contmua*).



DOIS AMIGOS DE ANGOLA

Coronel Alfredo Felner

Na tarde de 21 de Janeiro acompanhei, com a minha alma cheia de tristeza, até o Cemitério do Alto de S. João, os restos mortais dêste meu saudável Amigo.

Desde o Natal de 1936 que não nos havíamos mais encontrado nestas Bibliotecas e Arquivos de Lisboa; sabia que estava doente, mas não em perigo de vida, pelo que a notícia da sua morte foi para mim uma surpresa, que fortemente me abalou.

O sr. Cor. Felner tinha uma paixão activa e operosa por tudo o que de útil e progressivo interessava à vida da nossa Colónia de Angola, que bem serviu, como militar brioso, como industrial inteligente e como historiador culto.

Há anos — creio que a pedido do sr. Comandante Ernesto de Vilhena — começara a procurar pelos arquivos de Lisboa tôdas as informações velhas e antigas, existentes sôbre pesquisas minerais em Angola, desde os fantásticos môtres de prata de Cambambe até ao côbre de Bembe e de Benguela ou Catanga, — estudo precioso e abundante que deixou pronto para entrar na tipografia.

Ao mesmo tempo, como é natural, tomou um entusiasmo especial e incançável pela história geral daquella colónia, tendo organizado e publicado em 1933 o grosso volume «ANGOLA — Apontamentos sôbre a occupação e início do estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela»

— obra que vai desde o descobrimento por Diogo Caão até à Invasão Holandesa, em 1641.

O seu trabalho tem pequenos deslizes, que são desculpáveis.

Pensava ainda continuar esta obra até fins do século XIX ou 1910, para o que tinha já muito material ordenado.

Momentos antes de expirar, ainda lhe ouviram balbuciar a palavra ANGOLA!!!...

Sei também, porque me mostrou o plano, que tencionava publicar as «*Novíssimas Epanáforas — Estudos de História Angolana*», que deviam compreender ou conter sete Relações de assunto variado e muito interessante.

Na freguesia de S. Paulo, onde morava, o sr. Cor. Felner era muito querido e respeitado pelo BEM que fazia aos pobres, que, numerosos e agradecidos, assistiram às suas exéquias e às missas que por sua alma foram celebradas.



Dr. Luís Wittnich Carrisso

Conheci em 1927, em Luanda, o sr. Dr. Luís Carrisso, quando pela vez primeira pisava aquelas terras ultramarinas em missão técnica da sua especialidade — o estudo da Flora Angolana.

Ficou encantado com o que estudou e viu: de volta à Metrópole, nas suas conferências públicas não se cançava de elogiar Angola, com um fanatismo infantil...

Entusiasmado, entusiasmou os NOVOS, levando em 1929 à Angola a Excursão Académica.

Pela terceira vez se encontrava agora em Angola, onde faleceu repentinamente no dia 14 de Junho p. p.

O seu cadáver foi transportado para a Metrópole: na manhã de 24 de Julho, estive na Igreja da Conceição-Nova de Lisboa, junto da urna, a rezar as minhas piedosas orações pelo eterno descanso de sua alma.

Morreu no sertão de Moçâmedes, em plena actividade cien-

tífica, tendo nas mãos umas plantas que colhera no chamado môrro «*Os não paralelos*».

Angola inteira, em homenagem agradecida ao ilustre Sábio, vai erigir-lhe, no lugar da sua morte, condigno monumento.

Do célebre naturalista alemão Jorge Marcgrav, que morreu em Luanda no ano de 1644, forneci, há meses, ao sr. Dr. Carrisso algumas informações, que me pediu.

Pelo que escrevi sôbre técnica agrícola de Angola às páginas 197-202 da I série desta revista e 151-152 da II série — o sr. Dr. Carrisso, a sorrir-se, e porque entendia o meu jogo de tabela, chamou-me primeira e segunda vez *maliçioso*...

Agosto, 1937.

Padre RUELA POMBO

ESTUDANTES ULTRAMARINOS

Por iniciativa do Ex.^{mo} Sr. Ministro das Colónias — Dr. Francisco Vieira Machado — visitou o Continente um grupo escolhido de alunos dos Liceus de Lourenço-Marques, Luanda e Sá da-Bandeira, na companhia de alguns dos seus dignos Professores.

Foi uma visita ou viagem repleta de ensinamentos, e também muito útil pelo lado patriótico ou sentimental.

Os Rapazes do Cruzeiro, por tôda a parte por onde passaram, tiveram um acolhimento carinhoso e retiraram da Metrópole muito satisfeitos e saúdosos.

P. P.

História Colonial Portuguesa

De 25 de Julho a 1 de Agosto, esteve reunido em Lisboa o Primeiro Congresso Histórico da Expansão Portuguesa no Mundo.

A imprensa diária publicou larga notícia dos trabalhos apresentados pelos Congressistas Nacionais e pelos Estrangeiros.

As teses e comunicações versaram sobre assuntos diversos e mui curiosos: a náutica e cartografia dos nossos descobrimentos marítimos; a ocupação da África, Ásia e Brasil pelos Portugueses; e a lição do Passado na prática ou utilidade económica do Presente.

As diversas resoluções tomadas sobre a valorização e conhecimento dos Documentos dos nossos Arquivos públicos e particulares — são dignas de todo o elogio, e merecem dos poderes públicos o mais generoso auxílio material.

No encerramento solene do Congresso, que se realizou na Sociedade de Geografia, o Ex.^{mo} Sr. Ministro das Colónias — Dr. Francisco Vieira Machado — disse no seu discurso que a execução deste trabalho cultural fôra obra dos srs. Dr. Manuel Múrias e rev.^{do} Dr. Serafim José Leite, a quem felicitou publicamente, agradecendo também a sua bela acção.

*

Recebemos, há dias, o fascículo espécime da *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, empresa grandiosa de que são competentíssimos Directores os srs. Drs. António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias,

O plano geral da importante obra está bem organizado: assunto vastíssimo, gravuras escolhidas e colaboradores cultos ou de categoria.

Tam oportuna e notável iniciativa literária é digna do nosso pleno louvor, por ser, acima de tudo, uma iniciativa de verdadeiro carácter nacionalista.

P. P.

15-DE-AGOSTO

Segundo se lê nos telegramas, que os jornais de Lisboa publicaram nos primeiros dias dêste corrente mês de Agosto, prepararam-se grandiosas festas comemorativas da Restauração de Luanda do poder dos Holandeses, tanto na capital, como em tôda a colónia de Angola.

O que foi aquela calamidade política do condomínio português e holandês de Angola, de Agosto de 1641 a Agosto de 1648, nós o vamos recordando nas páginas desta revistinha, como preparação remota do III Centenário.

Em Angola, naqueles 7 anos de martírio, mostraram bem os Portugueses a fôrça e qualidade de seu Patriotismo !!!...

P. P.

HISTÓRIA MILITAR

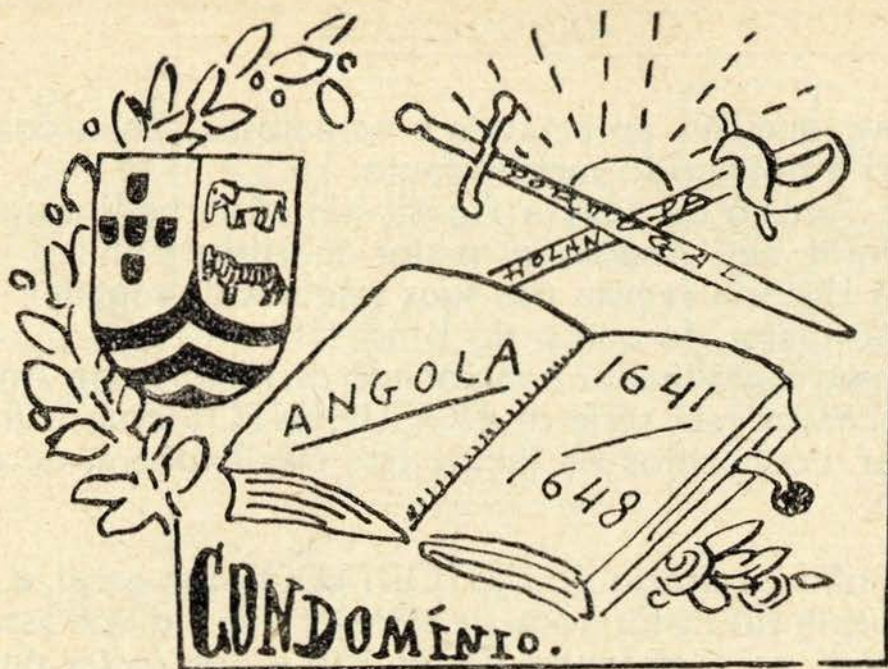
Foi por nós publicada, às páginas 289-302 da III série desta revistinha, a *Relação* da conquista das Pedras Negras de Pungo Andongo, feliz successo que, a 29 de Novembro de 1671, ganharam as Armas Portuguesas.

Tal documento impresso, que existe, como dissemos, na Secção dos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, tem por autor D. Luis de Meneses, terceiro Conde de Ericeira, que, sôbre a revolução de 1640 e conseqüente guerra com Espanha, também escreveu os dois volumosos tomos da *História de Portugal Restaurado*.

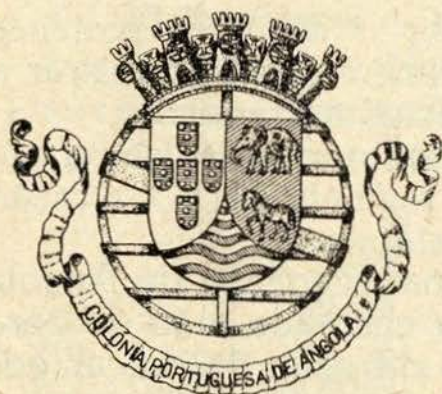
Esta informação bibliografica encontra-se na *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado, à página 116 do tómo III, da segunda edição.

P. P.





OS HOLANDESES EM ANGOLA



NO NOSSO ESTUDO, SÔ-
bre o condomínio portu-
guês e holandês de Angola, te-
mos seguido mui de perto a
narração de António de Oliveira
de Cadornega, que assistiu à ca-
lamidade.

Como, em breve, vamos dar
as próprias páginas de Cador-
nega aqui nesta revistinha, pas-
samos então agora a publicar alguns DOCUMENTOS de
alta importância ou valor, que existem no Arquivo His-
tórico Colonial da Junqueira, em Lisboa.

Um ou outro documento, na sua fôrma oficial ou ta-
belioa, repete ou repisa o mesmo assunto, mas, no entanto,
o depoimento das diversas testemunhas tem as suas dife-

renças, que são apreciáveis e vantajosas, assim completando a notícia do mesmo facto.

De Agosto de 1641 a Agosto de 1648, os Portugueses sofreram em Angola o maior martírio político que a nossa História regista nas suas páginas de sangue ; igual, se não maior do que o do Brasil!!!...

Como investigador apaixonado da História-de Angola, publicamos esta série de DOCUMENTOS com o fim de tornar conhecidos os factos que êles expõem, de nossa parte.

— «Ao contrário do HISTORIADOR em geral, e especialmente do historiador de síntese, que vai dos assuntos a tratar para as fontes dêstes, isto é dos *factos* para os *documentos* que dêles se ocupam, — nós, como *editores* de documentos, iremos, geralmente, dêstes para os assuntos que êles versam, para o facto que êles expõem.» —

Com êste método racional ou de harmonia com os ensinamentos do nosso Professor de *Fontes de História de Portugal* — sr. dr. António Ferrão, nesta e noutras páginas da nossa revistinha nada mais temos em vida do que fornecer aos nossos Leitores DOCUMENTOS oficiais, que são plenamente ilustrativos.

Quanto ao seu pêso ou valor — não nos pertence comparar e criticar êstes Documentos, nem mostrar a verdade e imparcialidade dos factos narrados.

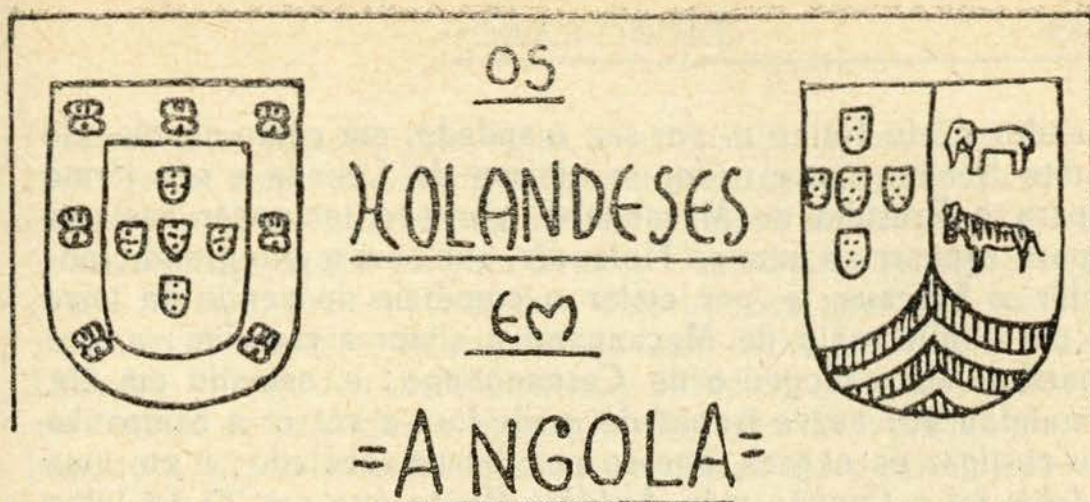
Ainda que se dê 50% de desconto, por dentro ou por fóra, a tôdas as testemunhas do seguinte AUTO, a razão fica ao lado dos Portugueses, justamente.

Os Holandeses só pensaram na ocupação de Angola para dali levarem os pretos — a chamada mão de obra — para as fazendas de cultura da cana de açúcar que tinham em exploração em parte do Brasil, que nos usurparam.

LISBOA, Agosto de 1937.

Padre RUELA POMBO.





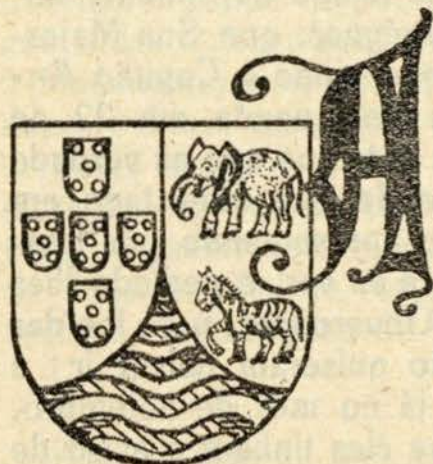
(HISTÓRIA MILITAR)

SUBSÍDIO DOCUMENTAL

I

(21 de Fevereiro de 1643)

**Auto que o Ouvidor-Geral dês-
te Reino – Capitão Francisco
de Figueiroa – mandou fa-
zer para, por êle, se pergun-
tarem testemunhas sôbre o
conteúdo em êle :**



ANO DO NASCIMENTO DE
Nosso Senhor Jesus Cristo de 1643,
aos 21 dias do mês de Fevereiro,
nos aposentos em que vive o capi-
tão Francisco de Figueiroa, Ouvi-
dor-Geral dês-te Reino, mandou a
mim escrivão, adeante nomeado,
fazer êste auto para, por êle, pre-
guntar testemunhas, por comissão
que para isso lhe dera o Senhor
Pedro César de Meneses, Gover-

nador dêste Reino e, por seu mandado, em como depois que dito Senhor Governador se retirou de Luanda e seu têrmo para o Presídio de Maçangano, por não ter podêr bastante para esperar ao inimigo Holandês, que com muito grande [podêr] o buscava; e, por evitar o comércio do gentio da terra com o dito, saíu de Maçangano a situar a campina; e, por melhor sítio, elegeu o de Casoangongo; e, estando em êle, mandou por vezes tropas de gente fora a correr a campanha e castigar os negros, que se nos tinham rebelado; e em uma delas foi o Capitão-mór *António Bruto*, que, em 20 de Julho de 1642, saíu do dito sítio duas vezes com soldados e chegou à barra do rio Dande e sítio de Lefune e Icaú, e, em nenhum dêstes sítios, achou gente dos Holandeses, porque os ditos nunca ocuparam êstes sítios com gente de assistência, e só o que ocuparam foi da barra do Bengo até o sítio que chamam de Diogo de Siqueira, que será pouco mais de uma légua, onde, em umas casas que em o dito sítio estão, assistiram alguns soldados, sem terem fôrte, nem reduto, nem artilharia; e neste mesmo sítio lhes fez a nossa guerra uma entrada em 10 de Agosto do dito ano, em que mataram muita gente preta dos inimigos, que se nos tinham rebelado e estavam neste sítio, e cativaram outra, e por outras vezes lhes fez a nossa guerra outras entradas, que chegaram a avistar Luanda, sem nunca acharem nos caminhos encontro de Holandeses, porque os ditos nunca possuíram mais terra que até o dito sítio de Diogo de Siqueira; e êste ainda, como dito é, sem fôrte, nem artilharia; e, posto que os ditos Holandeses chegaram até o sítio, que chamam de Namboà-Calombe e aí fizeram residência e assênto, foi já em tempo que tinham notícia do assento e capitulações das Tréguas, que Sua Majestade celebrou com os Estados; porque vindo o Capitão António da Fonscca Dornelas à cidade de Luanda em 22 de Agosto do ano passado de 1642, ou o tempo que na verdade se achar, com uma caravela de aviso de Sua Majestade, em que vinham as ditas Capitulações, e apresentando um treslâdo destas impresso em Lisboa para as ver, e pedindo-lhes o deixarem ir aonde estava o nosso Governador, para lhe dar o prégo de Sua Majestade, — o não quiseram deixar ir; e então ainda dali a muitos dias, mas já no mês de Setembro, ocuparam o dito, sítio, em tempo que êles tinham o aviso de

Holanda das Capitulações feitas, e publicadas, já na Luanda; tanto assim que, mandando o Director da Luanda ao seu secretário Gaspar Croacen, em 25 de Setembro, ao sítio de Namboà-Quiçanse, aonde então o Senhor Governador residia com o seu Arraial, com o aviso das Capitulações que lhe havia vindo de Holanda e da publicação que delas havia feito na Luanda, — logo detrás dêle mandou o dito Director da Luanda uma tropa de soldados a ocupar o dito sítio de Namboà Calombe; e, vindo-se recolhendo para a Luanda o dito Secretário, depois de haver dado o aviso ao Senhor Governador, porque se recolheu pelo caminho de Golungo, quando chegou ao dito sítio de Namboà Calombe, vendo que estava ocupado com os ditos Holandeses (pelo que dêle se julgou pelo que havia dito), o estranhou haverem chegado tanto acima pela terra dentro, porque manifestou que os ditos Holandeses só haviam de chegar ao sítio da Quilunda, aonde o Sr. Governador tem o nosso Arraial, e aonde o foram buscar; e que os ditos Holandeses ocuparam somente a barra do Quanza, com um forte pequeno e não passaram dali para cima para o sertão; e, posto que fizeram uma entrada até o sítio que chamam de Calumbo, logo se retiraram, sem fazerem demora, nem assistência alguma com soldados, nem com forte, nem artilharia; tanto assim que, chegando os ditos Holandeses com um patacho seu a este sítio de Calumbo e mais adiante rio acima, tendo notícia disso o Sr. Gov., no tempo que residiu em Maçangano, mandou quatro lanchas com soldados, e, investindo o patacho no dito sítio de Calumbo, o tomaram; e toda a gente, que com êle estava, veio prisioneira à Maçangano, à qual se deu liberdade, depois de publicadas as Tréguas; e, ficando a nossa gente das lanchas senhores do patacho e sítio, se recolheram à Maçangano e nunca, depois deste successo, os ditos Holandeses fizeram assistência no dito sítio; e, porque conste desta verdade, mandou o dito Ouvidor-Geral fazer este Auto, por mandado do Senhor Gov. Pedro César de Meneses, para, por êle, perguntar testemunhas em que assinou. E eu, Hipólito de Almeida Falcão, escrivão neste Reino de Angola, que o escrevi. — Francisco de Figueiroa.

*

Aos 23 dias do mês de Fevereiro de 1643, neste Arraial e

Sítio de Gango, nas casas de morada do Capitão Francisco de Figueiroa, Ouvidor-Geral e Auditor-do Campo, aonde eu escrivão fui, aí por êle foi dado juramentos às testemunhas ao deante nomeadas, cujos ditos e nomes são os seguintes, de que fiz êste têrmo ; e eu Hipólito de Almeida Falcão, escrivão que o escrevi :

Manuel de Medeira, sargento-mór dêste Reino de Angola, de idade que disse ser de 45 ancs, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos Santos Evangelhos, que lhe foram dados pelo dito Ouvidor, em que pôs a sua mão direita e prometeu dizer a verdade, e do costume disse nada.

E preguntado êle testemunha que sabe e é verdade que o Sr. Gov. Pedro César de Meneses mandara ao capitão-mór António Bruto duas vezes com o seu quilombo de guerra branca e preta e chegou até à barra do rio Dande e ao sítio de Lefune e Icaú, e em nenhum dêstes sítios sabe êle testemunha que acharam Holandeses ; só sabe que nas casas, que chamam de Diogo de Siqueira, que será da barra do Bengo pouco mais de uma légua, assistiram nestas casas alguns soldados Holandeses, mas sem terem nelas reduto, nem artelharria alguma, e sabe outrossim êle testemunha que neste mesmo sítio lhe fez a nossa guerra uma entrada em 10 de Agosto de 642, em que mataram muita gente preta, que estava rebelada com o inimigo Holandês ; e, por outras vezes, lhe fizeram outras entradas e chegaram a avistar Luanda, sem no caminho acharem Holandês, porque nunca ocuparam mais terra que o dito sítio de Diogo de Siqueira, e êste ainda hoje sem fôrte nem artelharria ; e ouviu dizer ao Capitão António da Fonseca Dornelas, que chegara à cidade de Luanda em 22 de Agosto de 642, ou o tempo que na verdade se achar, com uma caravela de aviso de Sua Majestade, em que vinham as ditas Capitulações e apresentando um treslado delas impresso em Lisboa para as ver, e, seu embargo disso, lhe não quis deixar trazer o prégo ; e outrossim sabe êle testemunha que dali a muitos dias, já no mês de Setembro ocuparam o dito sítio, em tempo que êles tinham já o aviso de Holanda das Capitulações feitas, e publicadas já na Luanda ; e outrossim sabe êle testemunha, por ouvir dizer a Diogo Gomes Morales. capitão que então ia para a Luanda prisio-

neiro com outros, que êle dito Capitão Diogo Gomes Moraes encontrara a tropa de gente que ia para Namboà-Calombe, por ordem do Director, tomar o dito sítio, sendo que já deante ia o Secretário Gaspar Croacen com as pazes ao Senhor Gov., depois de publicadas já na Luanda; e sabe que, vindo de volta dito Secretário, em companhia do Feitor de Sua Majestade Diogo Lopes de Faria e o Licenciado António Guerreiro, que iam assentar algumas cousas por ordem do Sr. Gov., encontraram e ouviram rumor de gente, ao que o dito Secretário e a sua gente tomaram armas e se puseram em defesa, por lhes parecerem sobas rebelados, pôr haver noticia de estarem ali Holandeses; e, tanto que a viram e o Secretário conheceu ser gente sua, ficou espantado, e êles lhe disseram, ao dito Secretário, que estavam ali fazendo azeite de palma; e isto ouviu dizer ao Feitor Diogo Lopes e ao Licenciado António Guerreiro, que vinham com o dito Secretário; e outrosim sabe que os Holandeses meteram pela barra do Quanza um patacho, que chegou até Calumbo, onde o nosso Gov. o mandou tomar, com umas lanchas, e se lhe tomou com tôda a gente que tinha; e sabe mais que por terra chegou gente dos Holandeses até o dito sitio de Calumbo e que logo se retirou; e sabe que nunca tiveram outro fôrte algum mais que o da barra do Quanza, que é um fôrte pequeno, de que não houve noticia alguma, senão depois de nóvas das Pazes, por que sempre as nossas lanchas andaram franqueando o rio Quanza e as nossas tropas na campanha; e mais não disse, e assinou o seu testemunho com o Ouvidor Geral. E eu, Hippolito de Almeida Falcão, escrivão que o escrevi — Figueiroa. — O sargento-mór — Manuel de Medela.

*

O capitão *Diogo Lopes de Faria*, feitor da Fazenda de Sua Majestade, de idade que disse ser de 50 anos, testemunha jurada aos Santos Evangelhos, que lhe foram dados pelo dito Ouvidor, em que pôs sua mão direita e prometeu dizer verdade do que soubesse do dito auto, e do costúme disse náda:

E preguntado êle testemunha pelo conteúdo no dito auto, disse êle testemunha que sabe e é verdade que o Sr. Gov.

mandara ao capitão-mór António Bruto, por duas vezes, uma — sôbre a barra do Dande, por Icaú e Lefune e correu todos os contornos, fazendo dano com a gente que levava, de que matou e trouxe prisioneiros dos rebeldes nossos e levantados de Congo, e a outra saída — que foi para o rio Bengo e à barra; e em tôdas estas saídas não achou tropas de Holandeses, nem fortificação alguma, excepto os que estavam nas casas do arimo de Diogo de Siqueira, pela terra dentro da barra pouco mais ou menos de uma légua; e na sobredita casa não se sabe que houvesse nunca artelharia; e outra vez que o dito Gov. mandou a André da Costa com os quilambas e deu nas quicumbas dos levantados, que estavam amparados por baixo da dita casa, pela banda do mar, em que matou muita gente e prendeu, — não havia na dita casa Holandeses, que assim o declararam negros que chegaram a ela; e disseram que lhes atiraram dois tiros negros empacaceiros, que na dita casa estavam; e disse mais êle testemunha que no decurso da guerra o dito Gov. mandou outras tropas de gente de cavalo e de pé com gente preta, e correram a terra, avistando à cidade da Luanda, por vezes, e deram volta por a Ensaca, de uma e de outra banda, sem acharem nunca Holandeses, situados nem em tropas; e declarou: sabe as cousas acima referidas por assistir sempre no Arraial e inquerir das pessoas principais, que foram nas ditas jornadas; e declarou mais que, estando o dito Gov. em Maçangano, em cuja companhia êle estava, tendo aviso que no rio Quanza estava um patacho Holandês com infantaria, que havia subido por cima de Calumbo, o dito Gov. mandou aprestar quatro lanchas, que lhe saíram e o renderam, com morte e prisão de todos os que nêle havia, os quais prisioneiros foram restituídos com os mais que havia, com as nóvas das pazes; e sabe outrossim que em todo êste tempo os ditos Holandeses não fizeram assento nem fortificação em todo o rio Quanza, mas que, depois da publicação das pazes, se soube que os ditos Holandeses haviam feito uma estacáda na barra do Quanza, onde dizem que têm alguma artelharia; e outrossim disse êle testemunha que havendo chegado ao arraial de Namboá Quicanse, aonde estava o dito Gov., o Secretário Holandês — Gaspar Croacen, a denunciar as Capitulações das Pazes entre o Rei, Nosso Senhor, e os Senhores Estados, o dito Gov.

mandou a êle testemunha e juntamente ao licenceádo António Guerreiro à cidade da Luanda, para tratarem com o Director Cornélio Nivelant as matérias de conveniência para bem da dita paz; e chegando à Várzea de Quitendele, por conselho dos guias, deixaram o caminho de Chouzo e tomaram o dito rio Bengo, por respeito da água, e descendo por um outeiro, que fica sôbre o rio, viram em baixo no mesmo rio gente preta, que parecia de guerra, de que os Holandeses, que acompanhavam ao dito Secretário, se alteraram e apparelharam as armas, e assim acometeram aos negros, que logo se passaram à outra banda do rio e, tocando os ditos Holandeses da companhia do Secretário as trombetas, da outra banda acudiram dois Holandeses, tendo por novidade o dito Secretário e os de sua companhia, por não saberem que estavam ali; e, daí a pouco, chegou um ajudante, a que chamavam Comendador e disse que estava ali fazendo uma casa forte, a qual paragem era nas terras de Namboá-Calombe; e logo êle testemunha fez aviso ao dito Gov. do que os ditos Holandeses faziam, afirmando-lhe que, sem dúvida, haviam tomado aquella determinação depois da publicação das Pazes; e mais não disse, e assinou o seu testemunho com o dito Ouvidor. E eu Hipólito de Almeida Falcão, escrivão, o fiz e escrevi. — Figueiroa. — Diogo Lopes de Faria.

*

O capitão *António Teixeira de Mendonça*, cabo de companhias, de idade que disse ser de 38 anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos Santos Evangelhos, que lhe foram dados pelo dito Ouvidor, em que pôs sua mão direita e prometeu dizer verdade do que lhe fôsse perguntado, e do costume disse náda:

E perguntado êle testemunha pelo conteúdo no Auto atrás declarado, disse ele testemunha que sabe e é verdade que o dito Gov. deitara por vezes tropas fora a correr a campanha e como em uma foi o capitão-mór António Bruto, entre o rio Bengo e Dande, e chegou à barra do dito Dande e até o sítio do Lefune e Icaú e em nenhum dâstes sítios achou gente dos Holandeses, porque os ditos nunca ocuparam êstes sítios com gente de assistência; e só o que ocuparam, foi o da bar-

ra do Bengo até o sítio que chamam de Diogo de Siqueira, que será pouco mais de uma légua, aonde em umas casas, que no dito sítio estão, assistiram alguns Holandeses, sem terem fôrte, nem reduto, nem artelharia, e neste mesmo sítio lhe fez a nossa guerra uma entrada, em dez de Agosto de 642, em que mataram muita gente preta dos inimigos, que se nos tinham rebelado, e cativaram outra, e por outras vezes lhe fez a nossa guerra muitas entradas, como foi no mesmo tempo com uma tropa de 70 homens e alguns de cavalo, em que foram algumas passoaas por mandado dêle testemunha, que governava a dita tropa, a queimar o alojamento de dois sobas, que estavam amparados dos Holandeses, que assistiam na dita casa de Diogo de Siqueira, e lhas queimaram, sem lho impedirem os Holandeses; e assim mais correu tôda a campanha sem achar tropa alguma de Holandeses; e por outras vezes foi êle testemunha, por mandado do dito Gov., com gente de cavalo e alguns negros, reconhecer à Luanda e ver os navios que tinham no pôrto, o que fez de muito perto, sem impedimento algum; e se recolheu pela Ensaca, avistando o Quanza, até o Arraial onde estava o dito Gov., sem achar tropa alguma de Holandês, ficando a campanha limpa; e outrossim disse êle testemunha que sabe que vindo ao pôrto da Luanda o cap. António da Fonseca Dornelas, com aviso de Sua Majestade e manifestação das Pazes, o não quiseram deixar trazer as vias de S. Majestade ao dito Gov.; e depois que a êles lhes vieram e as aprêgoaram na Luanda, mandou o Secretário manifestá-las ao dito Gov.; e neste meio tempo, que o Secretário foi com a tal manifestação, se pôs uma tropa de Holandeses no sítio da Namboá-Calombe, porque até o tal tempo não houve notícia de que aí chegassem Holandeses, por a nossa guerra preta se sustentar dos frutos desta mesma várzea; e outrossim disse êle testemunha que, metendo os ditos Holandeses um patacho com infantaria e artelharia pelo Quanza, que chegou até cima de Calumbo, tendo o dito Gov. aviso dêle pelas lanchas que, em vigia, andavam no dito Quanza, mandou aprestar 4 lanchas, que investiram o dito patacho e o renderam, matando e cativando os que nêle estavam, e nunca mais o dito Holandês possuiu no Quanza coussa alguma, nem êle testemunha soube, nem ouviu que os Holandeses tivessem no tal rio Quanza fortificação alguma, salvo

depois da publicação das pazes, que se lhe viu na barra do dito Quanza um reduto, que estavam fazendo, que se presume: se fez depois da publicação das pazes; e mais não disse e assinou o seu testemunho, com o dito Ouvidor; e eu, Hipólito de Almeida Falcão, escrivão que o escrevi. — Figueiroa. — António Teixeira de Mendonça.

*

António Bruto, capitão-mór neste Reino de Angola, de idade que disse ser de 58 anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos Santos Evangelhos, que foram dados pelo dito Ouvidor, em que pôs sua mão direita e prometeu dizer verdade do que lhe fôsse perguntado e soubesse; e do costume disse náda:

E perguntando êle testemunha pelo conteúdo no Auto atrás, disse êle que sabe e é verdade que, depois da retirada do Sr. Gov. da Luanda, por não ter poder bastante para ter o encontro ao Holandês, por ser sua fôrça grande, depois de estar em Maçangano saiu à campanha, situando-se em Casoangongo, e daí mandou por vezes tropas de gente branca e preta fóra correr a campanha, e como foi por duas vezes, em que foi êle dito Capitão-mór testemunha com tôda a sua gente até passar da outra banda do Dande, perto do Lefune, aonde fez muito destrôço nos inimigos rebeldes, que se haviam rebelado e se juntaram para, com o favor do Holandês, nos darem guerra, os quais desbaratou, matando muitos e cativando, e mandou chegar a dita tropa até à barra do Dande, aonde chegaram sem terem vista nem encôntro de Holandês nenhum, por não terem sítio ocupado na dita barra do Dande, nem em todo aquele distrito que êle correu; e só o que ocuparam os ditos Holandeses, foi da barra do Bengo até o sítio do arimo de Diogo de Siqueira, que será pouco mais de uma légua, aonde estiveram alguns Holandeses, em umas casas que estavam no dito sítio, sem artelharia, nem fórte, nem reduto, nem estavam de assistência, porquanto, vindo ao dito sítio a nossa guerra, chegou às ditas casas e prendeu e matou muita gente preta, que tinham negado a obediência à Sua Majestade e se amparavam do Holandês, mas nem saiu nem viu a nossa guerra Holandês algum, que as defendesse, aonde se

mostra não estarem no dito sítio de assistência ; e assim mais em outras tropas, que foram avistar à Luanda, nunca acharam Holandeses, que lhe saíssem ao encontro ; e outrossim disse êle testemunha que é público e notório que o cap. António da Fonseca Dornelas veio à Luanda em 22 de Agosto de 1642, ou tempo que na verdade se achar, com as Capitulações das Tréguas, que S. Maj. celebrou com os Estados, e o Holandês lhe não quis dar passagem para que viesse dar o prégo de S. Maj. ao dito Gov., apresentando-lhe ao dito Director dos Holandeses o treslado das tréguas, impresso em Lisboa ; e depois de haver vindo aos ditos Holandeses as tréguas e as publicarem na Luanda, as mandou o dito Director pelo seu secretário Gaspar Croacen ao dito Gov., que então estava situado com o seu Arraial em terras de Namboa-Quicanse, com o aviso das capitulações, que lhe havia vindo de Holanda ; e logo saiu uma tropa de Holandeses, depois de saído o Secretário, que a mandou o Director a ocupar o sítio de Namboá-Calombe, que serão 20 léguas da Luanda ; e sabe êle testemunha que até então o dito Holandês não tinha ocupado o dito sítio, nem chegado a êle ; e depois, voltando o Secretário Holandês, com mais duas pessoas que o dito Gov. mandou com ele, pelo caminho de Golungo, encontraram a dita tropa no dito sítio de Namboá-Calombe e estranharam o estarem ali e avisaram ao dito Gov. que começavam a fazer uma casa ; e outrossim disse êle testemunha Capitão-mór que em todo o tempo andou por ordens do dito Gov. em campo, sendo senhor sempre da campanha, matando e cativando muita gente dos sobas rebeldes levantados, que se juntaram com o dito Holandês para nos poderem fazer dano ; e outrossim sabe êle testemunha que, vindo um patacho holandês pelo Quanza acima, com infantaria, por cima de Calumbo, tendo o nosso Gov. aviso, mandou aprestar 4 lanchas com soldádos, que foram investir o dito patacho e o renderam com tôda a gente, que dentro estava, e os levaram presos à Maçangano, à qual se deu liberdade, depois das Pazes aprêgoadas ; e outrossim sabe êle testemunha que nunca o Holandês teve no dito Quanza, nem por mar nem por terra, sítio algum ocupado com gente, e só sabe que na barra do Quanza tem um reduto com artelharía ; o qual se colige : se fez depois de êles terem notícias das pazes do aviso do Capitão António da Fon-

seca Dornelas, quando trouxe o prégo de El-Rei Nosso Senhor, que não quizeram deixar trazer ao dito Gov., porque até então só tinham uma nau da banda de fóra da barra; e mais não disse êle testemunha, e assinou o seu testemunho com o dito Ouvidor. E eu, Hipólito de Almeida Falcão, escrivão, o escrevi. — Figueiroa. — António Bruto.

*

Diogo Gomes Morales, capitão de Infantaria, de idade que disse ser de 42 anos, testemunha jurada aos Santos Evangelhos, que lhe foram dados pelo dito Ouvidor, em que pôs sua mão direita e prometeu dizer verdade do que lhe fôsse preguntado e soubesse; e do costume disse nada:

E preguntado êle, testemunha, pelo conteúdo no Auto atrás, disse que sabe e é verdade que o dito Gov. mandou por vezes tropas: uma — em que veio o Capitão-mór António Bruto, veio êle Capitão Morales com a sua companhia, e vieram correndo até a barra do Dande e Lefune, queimando a banza do soba Maniengue levantado, fazendo guerra aos ditos negros, e lhe mataram muita gente e cativaram alguns; e dali se recolheram por Icaú, costeando todo o rio, por uma banda e outra, sem acharem impedimento algum de Holandeses, nem fôrtes nem tropas que o encontrassem, ficando a campanha livre; e outrossim disse êle testemunha que, saindo com sua Companhia a correr a campanha, chegaram até às casas de Diogo de Siqueira, que será uma légua, pouco mais ou menos da barra do dito Bengo, e nas ditas casas estavam alguns Holandeses e amparados dêles muitos negros rebeldes, a quem a guerra investiu, e se mataram muitos e cativaram alguns, queimando-lhes as casas e alojamentos dos ditos negros, sem que da dita casa lhe saísse Holandês algum; e daí deram volta à campanha, passando pela Ensaca, à vista do rio Quanza e se recolheram ao Arraial, sem impedimento algum, por estar a campanha livre; e outrossim disse êle capitão: sabe que o dito Holandês não tinha nada no Quanza e que um patacho que meteu pelo dito rio Quanza acima, com infantaria e artilharia, tendo aviso o dito Gov. pelas lanchas, que tinha no dito Quanza de vigia, mandou aprestar 4 lanchas, que investiram o dito patacho e o renderam, matando e

cativando tôda a gente que tinha ; e isto disse êle testemunha sabia por ir com a sua Companhia, por mandado do dito Gov., a dar por terra calor às ditas lanchas ; e não sabe êle testemunha que houvesse alguma noticia de que os ditos Holandeses possuíssem nada no Quanza, senão, depois das pazes declaradas, lhes viu estarem trabalhando em um reduto na barra do dito Quanza, o que se presume ser começado depois das pazes declaradas ; como outrossim sabe êle testemunha que a tropa que foi à Namboá-Calombe, de que êles, dizem, estão de posse, foi depois de ter passado o Secretário Holandês com a manifestação das pazes para o dito Gov. e serem já na Luanda publicadas ; e isto disse êle testemunha : sabia por ir neste meio tempo prisioneiro à Luanda e assim lho dizerem geralmente os Holandeses ; e outrossim disse êle testemunha : sabia não terem nunca os Holandeses fortificação em nenhuma parte mais que a gente que tinhã nas casas de Diogo de Siqueira, uma légua da barra ; e mais não disse e assinou o seu testemunho, com o dito Ouvidor ; e eu, Hipólito de Almeida Falcão, escrivão, o escrevi. — Figueiroa. — Diogo Gomes Morales.

*

Lopo Soares Pereira, de idade de 40 anos, testemunha jurada aos Santos Evangelhos, que lhe foram dados pelo dito Ouvidor, em que pôs sua mão direita e prometeu dizer verdade do que lhe fôsse preguntado e soubesse, e do costume disse nada :

E preguntado êle testemunha pelo conteúdo do auto atrás, disse êle testemunha que sabe e é verdade que o dito Governador mandou por vezes tropas fóra, a correr a campanha, como foi uma em que foi o capitão mór António Bruto, em que êle testemunha foi, e foram correndo o rio Dande todo, até quási à barra e Icaú e Lefune, matando e cativando muitos negros levantados, que ali assistiam, queimando-lhes suas libatas e desalojando-os donde viviam, sem nunca verem fortificação de Holandeses, nem tropa que lho impedisse ; e, recolhendo-se pela mesma campanha, não achou em parte alguma gente holandesa, mais que no rio Bengo, uma légua da barra, em as casas da fazenda de Diogo de Siqueira, donde

assistiam alguns holandeses ; e não sabe terem nelas artelha-
ria alguma ; e disse mais êle testemunha : sabia que em ou-
tras tropas que vieram, por mandado do Governador, a correr
a campanha e reconhecer à Luanda e se recolheram pela
fralda da Ensaca, reconhecendo o Quanza, nunca encontraram
tropa holandesa, que lho impedisse, nem sabe êle testemunha
ter o dito hólandês fôrça em nenhuma destas partes ; e um
patacho, que pelo Quanza meteram, com infantaria e artelha-
ria, tendo aviso dêle o Gov. por lanchas que de vigia trazia
no rio Quanza, logo mandou aprestar 4 lanchas com infantaria
a tomar o patacho, o que com efeito fizeram, rendendo,
matando e cativando a gente que vinha dentro, com o que não
tornaram mais ao dito rio Quanza ; e um fôrte pequeno, que
hoje possuem na barra do Quanza, se não soube dêle senão
depois das pazes aprêgoadas, o que se presume : houvesse
feito depois da chegada do aviso, que trouxe nóvas das pa-
zes, que êles não quizeram admitir ; e outrossim disse êle tes-
temunha que ouviu dizer geralmente que, depois das pazes
aprêgoadas na Luanda e partido o Secretário holandês com
nóvas das pazes ao sítio donde estava o dito Gov., saíra nas
suas costas uma tropa de holandeses, a sitiá o sítio de Nam-
boá-Calombe, e até então não tinham mais cousa alguma que
até ás casas de Diogo de Siqueira, que é uma légua da bar-
ra ; e o mais não disse êle testemunha, e assinou o seu teste-
munho de seu sinal costumado e com o dito Ouvidor ; e eu,
Hipólito de Almeida Falcão, escrivão, o escrevi. — Figueiroa.
— Lopo Soares Pereira.

*

João da Silva Pereira, ajudante neste Arraial, de idade que
disse ser de 40 anos, pouco mais ou menos, testemunha ju-
rada aos Santos Evangelhos, que lhe foram dados pelo dito
Ouvidor, e prometeu dizer verdade do que soubesse e lhe
fôsse perguntado, e do costume disse nada :

E perguntado êle testemunha pelo conteúdo no Auto atrás,
disse êle testemunha que sabe e é verdade que o dito Gov.
mandou por vezes tropas fóra a correr a campanha, como foi
uma em que foi o capitão-mór António Bruto e êle, o dito
ajudante, o acompanhou, e veio correndo com êle até quási
à barra do Dande, donde mandou reconhecer a dita barra

pela gente preta, e por outra vez passaram o Lefune e vieram por Icaú e por estas partes cativaram e mataram muitos negros rebeldes, queimando-lhes as casas em que viviam, sem nunca encontrarem tropa holandesa, nem lhe acharem fortificação alguma, nem nunca a tiveram mais que uma casa na fazenda de Diogo de Siqueira, uma légua da Barra do Bengo, e sabe êle testemunha que por muitas vezes vieram nossas tropas, pela campanha, reconhecer à Luanda, recolhendo-se pela Ensaca, sem verem fortificação do inimigo, nem encontrarem tropa holandesa que lho impedisse; e outrossim disse êle testemunha: sabia que, vindo um patacho holandês pelo rio Quanza acima, tendo o Gov. aviso dêle pelas lanchas que trazia de vigia no dito rio, mandou aprestar 4 lanchas, com infantaria, que fôsem investir o dito patacho, o que fizeram e o renderam, matando-lhe e cativando-lhe toda a infantaria que dentro tinha, o que disse êle testemunha: sabia por se achar com a infantaria que foi por terra, em companhia do capitão mór, a dar calor às ditas lanchas; e sabe êle testemunha que nunca tiveram fortificação alguma nestas partes, mais que um reduto pequeno, que na barra do dito Quanza tinham, que se lhe viu depois das pazes aprêgoadas; e outrossim disse êle testemunha que sabia que em Namboá-Calombe nunca estiveram holandeses, nem possuíram ali nada; e, depois que o Secretário holandês levou as pazes a manifestá-las ao dito Gov., depois de serem aprêgoadas na Luanda, foi uma tropa a sitiá-lo dito sítio de Namboá-Calombe, e isto disse êle testemunha: sabia por haver mandado gente sua ao dito sítio, depois de estar o dito Secretário holandês com o dito Gov., com as pazes: e ao dito lhe veio a sua gente com mantimento do dito sítio, e tornando outra vez a dita gente a buscar mantimento ao dito sítio, lho não trouxeram por então encontrarem aí a tropa dos holandeses; e isto foi depois das pazes aprêgoadas; e mais não disse e assinou aqui o seu juramento com o Ouvidor; e eu, Hipólito de Almeida Falcão Encerrabodes, escrivão, o escrevi.—Figueirôa.—João da Silva Pereira.

O licenciado *Antônio Guerreiro*, testemunha jurada aos Santos Evangelhos, que lhe foram dados pelo Ouvidor, em

que pôs sua mão direita, e prometeu dizer verdade do que lhe fôsse perguntado, e do costume disse nada :

E, perguntado êle testemunha, pelo conteúdo no Auto atrás, disse êle testemunha, que sabe e é verdade que depois do dito Gov. se retirar à Maçangano, mandou por vezes tropas de gente para correr a campanha e o mesmo fez no sítio de Casoangongo, em que foi o capitão-mór António Bruto, que saíndo em 20 de Julho de 1642, com infantaria, foi pelo Dande abaixo e chegou ao Lefune e Icaú, e em nenhum destes sítios achou gente dos holandeses, porque os ditos nunca ocuparam os ditos sítios com gente de assento, e só o que ocuparam, foi da barra do Bengo até o sítio que chamam de Diogo de Siqueira, pouco menos de uma légua, aonde assistiram alguns soldados, em umas casas sem terem forte, reduto nem artilharia ; e sabe êle testemunha que no dito sítio lhe fez a nossa guerra uma entrada, no mês de Agosto, em que mataram muita gente preta, que se nos tinha rebelado, e cativaram outra ; e por outras vezes lhe fez a nossa guerra outras entradas e chegaram a avistar à Luanda, sem nunca acharem encontro de holandeses no caminho, porque os ditos nunca possuíram mais terra que a do dito sítio de Diogo de Siqueira ; e também se recolheram tropas nossas pela Ensaca, avistando o rio Quanza, sem nunca acharem resistência, gente, nem fortificação ; e a terra que os holandeses ocuparam em Namboá-Calombe, foi já depois de terem notícia das capitulações das tréguas que Sua Majestade celebrou com os Estados, porque, chegando o capitão António da Fonseca Dornelas à Luanda em o mês de Agosto de 1642, ou tempo que na verdade se achar, em uma caravela de aviso em que vinha o prégo de sua Maj., e pedindo aos holandeses lhe dessem caminho para donde estava o dito Gov, — o não quizeram deixar ir, e dali a muitos dias mandaram uma tropa de gente ocupar o sítio de Namboá-Calombe, sendo já, quando o ocuparam, publicadas na Luanda as capitulações das tréguas que lhe haviam vindo de Holanda, o que é de supor que, publicadas na Luanda as capitulações das tréguas em 25 de Setembro de 1642, como se mostra de Carta-de-crença, com que o Director mandou o seu Secretário Croacen ao sítio de Namboá-Quiçanze, onde estava o dito Gov. com seu Arraial, depois dêle saíu a tropa de sol-

dados ; e, depois dos 25 de Set., em que já estavam publicadas as capitulações, occuparam os ditos holandeses o sítio de Namboá-Calombe; tanto assim que, tornando-se para a Luanda o dito Secretário, e elle testemunha, em sua companhia, veio por mandado do sr. Gov. por deputado das conveniências que o dito Gov. tratava fazer, e; porque tomaram o caminho de Galungo, tanto que chegaram ao sítio de Namboá-Calombe, vendo que estava occupado com a tropa de seus holandeses, estranhou vê-los ali e haverem chegado tanto acima pela terra dentro ; e manifestou que os ditos holandeses não haviam de chegar mais que ao sítio de Quilunda, onde o dito Gov. teve o seu Arraial ; e assim o alcançou elle do dito Secretário pelo que com elle tratou ; e, outrossim, sabe elle testemunha que do rio Quanza não occuparam os holandeses mais que somente a barra, com um forte pequeno, e não passaram dali para cima para o sertão ; e ainda, que no sítio que chamam de Calumbo, fizeram uma entrada, logo se retiraram sem fazer demora, sem assistência, nem forte, nem soldados ; e sabe elle testemunha que chegando os holandeses ao sítio de Calumbo e mais adiante rio acima com um patacho, muito tempo antes de se publicarem as pazes, e, tendo aviso disso o dito Gov., mandou 4 lanchas com soldados, os quais tomaram o dito patacho e o trouxeram à Maçangano, com a gente, que nele estava prisioneira e a nossa gente ficaram senhores do patacho e do sítio, franqueando sempre o rio. Depois deste successo, nunca os holandeses fizeram assistência no dito rio e sítio de Calumbo ; e mais não disse ; e o que dito tem, o sabe por andar em companhia do dito Gov. e assistir com elle, e pela maneira acima dita, e assinou seu testemunho com o dito Ouvidor. E eu, Hipólito de Almeida Falcão Encerrabodes, escrivão, o escrevi. — Figueiroa. — António Guerreiro.

O capitão *Gaspar Borges Madureira*, de idade que disse ser de 50 anos, testemunha jurada aos Santos Evangelhos, que lhe foram dados pelo dito Ouvidor, e prometeu dizer verdade do que lhe fôsse preguntado e soubesse ; e de costume disse nada :

E, preguntado elle testemunha pelo conteúdo no Auto atrás,

disse êle testemunha que sabe e é verdade que depois que o dito Gov. tomou sítio em Casoangongo, mandou ao capitão-mór com guerra branca e preta correr a campanha, o que fez, correndo o Dande todo até à barra, e rio Lefune, recolhendo-se por Quanza e Icaú, sem nestas partes achar tropa holandesa, nem fortificação nenhuma, e o gentio da terra levantado, que encontraram, mataram e cativaram e lhe queimaram suas libatas e casas, em que viviam, sem acharem residência alguma de holandeses, porque os ditos nunca occuparam êstes sitios com gente de assistência, e só o que occuparam foi da barra do Bengo até o sitio que chamam de Diogo de Siqueira, que será pouco mais de uma légua, onde, em umas casas que no dito sitio estão, assistiram alguns soldados sem terem fôrte, nem reduto, nem artilharia; e neste mesmo sitio lhe fez a nossa guerra uma entrada, em 10 de Agosto de 1642, em que mataram muita gente preta dos inimigos, que se nos tinha rebelado e estavam neste sitio, e cativaram outra; e por outras vezes lhe fez a nossa guerra outras entradas, que chegaram a avistar à Luanda, sem nunca acharem nos caminhos encontro de holandeses, porque os ditos nunca possuiram mais terra que até o dito sitio de Diogo de Siqueira, e êste ainda, como dito é, sem fôrte, nem artilharia, e dali se recolheram as nossas tropas pelas fraldas da Ensaca, avistando o Quanza, sem impedimento algum de holandeses. E outrossim sabe êle testemunha que metendo os holandeses um patacho pelo rio Quanza acima, por cima de Calumbo, teve aviso o dito Gov. pelas lanchas que trazia no dito rio Quanza e logo mandou aprestar as lanchas, que foram investir o dito patacho, o que o fizeram e o renderam, matando parte da gente que tinha e a demais levaram prisioneiros ao dito Gov.; e sabe êle testemunha que o dito holandês nunca teve em o dito rio Quanza fortificação alguma, salvo um reduto pequeno na boca da barra; e sabe que o fizeram depois que tiveram notícia das Pazes; e outrossim sabe êle testemunha que em Namboá-Calombe não esteve nunca reduto algum, nem holandeses, e a tropa, que ali se foi pôr, foi depois de as pazes serem aprêgoadas na Luanda e o Secretário holandês tinha vindo a manifestá-las ao dito Gov. da parte de seu Director; e isto sabe êle testemunha por, ao tal tempo, estar, por ordem do dito Gov., chegado

ao dito sitio, donde com tôda a guerra preta, que tinha, corria aqueles sitios sem nunca neles achar holandeses, nem gente que lho impedisse, nem fortificação nenhuma, donde, depois de manifestar as Pazes no Arraial, o mandou o dito Gov. recolher; e, depois de êle testemunha ser recolhido, veio novas ao Arraial que havia chegado ali aquela tropa holandesa, a qual nova mandou o feitor Diogo Lopes de Faria que ia de volta com o Secretário holandês, que tinha vindo manifestar as pazes; e al não disse e assinou seu testemunho com o dito Ouvidor. E eu, Hipólito de Almeida Falcão Encerrabodes, escrivão, o escrevi. — Figueiroa. — Gaspar Borges Madureira.

*

Custódio António da Silva, Alferes de uma Companhia, da idade de 21 anos, testemunha jurada aos Santos Evangelhos, que lhe foram dados pelo dito Ouvidor, e prometeu dizer verdade do que lhe fôsse preguntado e soubesse; e do costume disse nada:

E, preguntado pelo Auto atrás, disse êle testemunha que o dito Gov. botou por vezes tropas fora a correr a campanha e a castigar os negros que se nos tinham rebelado; e em uma delas foi o capitão-mór, a quem êle testemunha acompanhou e foi correndo o rio Dande, e mandou avistar a barra, e passou ao Lefune e se recolheram por Icaú, sem acharem nenhuma fortificação, nem tropa holandesa, que lhe resistisse, nem impedisse a campanha. Só acharam alguns negros rebeldes, que mataram alguns, e, outros trouxeram prisioneiros, queimando-lhes os alojamentos, em que viviam; e outrossim sabe êle testemunha que o inimigo holandês nunca teve na campanha fortificação nenhuma, salvo em umas casas, no rio Bengo, de Diogo de Siqueira, uma légua da barra pouco mais ou menos, donde tiveram alguns soldados, sem artilharia, nem reduto; disse mais êle testemunha, que, amparados da dita casa, estavam muitos negros rebeldes, e que uma tropa nossa, por mandado do dito Gov., investiu com êles ao reduto das ditas casas, e lhe mataram muitos e cativaram outros, sem das ditas casas lhe sair infantaria a defender a campanha; e disse mais êle testemunha: sabia que algumas tropas nossas, assim de pé como de cavalo, vieram por vezes

reconhecer à Luanda e se recolheram pelas fraldas da Ensaça e avistaram o Quanza, e não acharam impedimento algum, e em nenhuma destas partes acharam fortificação, nem sabe que a tivessem, mais que a que acima tem dito; e outrossim disse êle testemunha: sabia que metendo o holandês um patacho pelo rio Quanza acima até Calumbo, com artilharia e infantaria, do que, tendo aviso o dito Gov. por lanchas que no dito Quanza trazia de vigia, apresta 4 lanchas e mandou que fôsem investir o dito patacho, o que se fez e o renderam, matando-lhe alguma gente, e a mais levaram prisioneira ao Gov, com o que ficou o dito rio livre; e um fôrte pequeno, que hoje tem na barra do Quanza, se lhe viu depois das Pazes aprêgoadas, o que se presume: se fez depois da chegada do aviso que o capitão António da Fonseca Dornelas trouxe de sua Majestade, que êles não admitiram; e outrossim disse êle testemunha: sabia que nas terras de Namboá-Calombe nunca estiveram holandeses situados, nem lá chegaram, salvo depois das pazes aprêgoadas na Luanda, e com elas vir o Secretário dos holandeses manifestadas ao dito Gov.; e, depois de isto manifesto, veio uma tropa detrás do dito Secretário e se pôs no sítio de Namboá-Calombe, pôsto donde nunca haviam estado, nem na campanha ter nunca fôrte, nem reduto, mais que o que acima dito tem. E mais não disse êle testemunha, e assinou seu testemunho, com o dito Ouvidor. E eu, Hipólito de Almeida Falcão Encerrabodes, escrivão, o escrevi.—Figueiroa.—Custódio António da Silva.

*

O capitão *João do Couto* de idade que disse ser de 49 anos, testemunha jurada aos Santos Evangelhos, que lhe foram dados pelo dito Ouvidor, em que pôs sua mão direita e prometeu dizer verdade do que lhe fôsse preguntado e soubesse; e do costume disse nada:

E, preguntado êle testemunha pelo conteúdo no Auto atrás, disse que sabe e é verdade que do Arraial de Casoangongo mandou o dito Gov. por vezes tropas a correr a campanha, e em uma delas, em 20 de Julho de 642, foi o Capitão-mór António Bruto, por duas vezes, a quem êle testemunha acompanhou e foram correndo todo o rio Dande e mandaram re-

conhecer a barra dêle, e passaram ao Lefune, e voltaram pelo Icaú, sem, em tôda esta campanha, acharem holandeses, que lho impedissem, nem fortificação alguma, porque, nos tais sítios, nunca a tiveram, e se acharam alguns negros rebeldes levantados do Congo, a quem investiram por lhe fazerem resistência e mataram a muitos e outros trouxeram prisioneiros, queimando-lhe suas libatas, em que viviam; e outrossim disse êle testemunha: sabia que neste rio Bengo em as casas de Diogo de Siqueira, que será pouco mais ou menos uma légua da barra, assistiam alguns holandeses, sem fórte nem artilharia e nunca possuíram outra cousa, e sempre a campanha foi livre; e vindo uma tropa nossa que chegou pegado às ditas casas donde matou alguns negros, e outros cativos, sem da casa, que os amparava, saírem holandeses, que os defendessem; disse mais êle t.^a que sabe que por vezes vieram algumas tropas de pé e de cavalo reconhecer à Luanda e se recolheram pelas fraldas de Ensaca, avistando o rio Quanza, sem acharem fôrça alguma, nem quem lho impedisse; e disse mais êle t.^a sabia que, metendo o holandês um patacho pelo Quanza acima, com infantaria e artilharia, que chegou por cima de Calumbo, foi avisado o dito Gov. por lanchas que no rio trazia de vigia, e logo mandou aprestar 4 lanchas que fôsem investir o dito patacho, o que fizeram, e o renderam, matando-lhe alguma gente, e a demais levaram prisioneira ao dito Gov., com o patacho; e não sabe êle t.^a que no rio Quanza tivessem fôrça alguma, salvo, em a bôca da barra, um reduto pequeno, que se lhe viu depois das pazes aprêgoadas, o que se presume: fizeram depois de haver chegado António da Fonseca Dornelas, em um aviso por mandado de S. Maj, com o manifesto das Pazes, que os ditos Holandeses não quizeram admitir por melhor conseguirem seu desígnio; e outrossim disse êle sabia que, depois das pazes aprêgoadas na Luanda e ir o Secretário dos Holandeses manifestá-las ao dito Gov., e sendo já no Arraial manifestas, depois disso veio uma tropa de infantaria holandesa a sitiar o sítio de Namboá-Calombe, que até então nunca até ali tinham chegado — cousa que o dito Secretário, vindo de volta para a Luanda, estranhou achá-los ali; e o que tem dito, disse êle t.^a que sabia por andar na campanha e assistir com o dito Gov.; e mais não disse êle t.^a, e assinou seu testemunho, com

o dito Ouvidor. E eu, Hipólito de Almeida Falcão Encerrabodes, escrivão, o escrevi. — Figueiroa. — João do Couto.

*

O capitão *Manuel Rodrigues de Almeida*, de idade de 38 anos, testemunha jurada aos Santos Evangelhos, que lhe foram dados pelo dito Ouvidor, em que pôs a sua mão direita e prometeu dizer verdade do que lhe fôsse perguntado e soubesse; e do costume disse náda:

E, perguntado êle pelo conteúdo no Auto atrás, disse êle t.^a que sabe e é verdade que o dito Gov. mandou por vezes tropas a correr a campanha e castigar os negros que se nos tinham rebelado, em uma delas foi o capitão-mór António Bruto em 20 de Julho de 642 e correu todo o rio Dande, mandando avistar a barra, e chegou até o Lefune, voltando pelo Icaú, sem, em nenhuma parte destas, encontrar holandeses, porque nunca ocuparam sítio nem logar algum, e por estas partes mataram e capturaram muitos negros, que se haviam rebelado; e só o sítio que os ditos holandeses ocupavam, foi da barra do Bengo até o sítio da fazenda de Diogo de Siqueira, que será pouco mais de uma légua, aonde, em umas casas, que no dito sítio estão, assistiram alguns soldados sem terem fórte, reduto, nem artilharia; e é tanto assim, que neste mesmo sítio lhe fez a nossa guerra uma entrada em 10 de Agosto do dito ano, aonde lhe mataram muita gente preta rebelada, que ao redor das ditas casas se ampararam dêles ditos holandeses, e cativaram outros, sem que saísse holandês a impedi-lo, e por outras vezes lhe fez a nossa guerra entradas, correndo o campo até avistar a mesma Luanda, e voltaram pelas fraldas da Ensaca e avistaram o rio Quanza sem nunca acharem encontro algum de holandeses, porque nunca ocuparam mais que o sítio de Diogo de Siqueira; e, fazendo os ditos holandeses uma entrada pelo rio Quanza em um patacho, com artilharia e infantaria, rio acima, e chegando por cima de Calumbo, — tendo o dito Gov. aviso dele, por lanchas que no dito rio trazia de vigia, logo mandou aprestar 4 lanchas, com infantaria, para que fôsem investir o dito patacho, o que assim fizeram e o renderam, matando gente que nele estava, e os mais trouxeram prisioneiros com

o dito patacho, aos quais se lhe deu liberdade, depois das Pazes publicadas; e nunca ali tiveram sítio, nem fizeram assistência, salvo, na barra do dito Quanza, um reduto pequeno, do qual se não soube senão depois de pazes, e se colige: o fizeram depois de terem notícias das pazes, quando chegou o capitão António da Fonseca Dornelas com o prégio de S. Maj. à Luanda, que êles ditos holandeses não quiseram guardar, nem consentir: viesse; e outrossim disse êle t.^a que, depois das Pazes prègoadas na Luanda e ter ido o Secretário holandês manifestá-las ao dito Gov. e serem já no dito Arraial publicadas, depois disto veio uma tropa de holandeses a Namboà-Calombe, sítio donde nunca estiveram, nem chegaram, e no dito sítio situaram, o que foi muito estranhado do dito Secretário achá-los no dito sítio, quando se veio recolhendo para à Luanda; e sabe êle t.^a pelo ver: que os ditos holandeses nunca possuíram cousa alguma na campanha, em que estivessem de estância, salvo a casa de Diogo de Siqueira, como acima tem dito; e o que disse, sabe êle t.^a por andar nas tropas que correram a campanha; e mais não disse êle t.^a; e assinou seu testemunho com o dito Ouvidor. E eu, Hipólito de Almeida Falcão Encerrabodes, escrivão, o escrevi. — Figueiroa. — Manuel Rodrigues de Almeida.

*

O capitão *Estácio de Sá de Miranda*, de idade de 39 anos, test. jurada zos Santos Evangelhos, que lhe foram dados pelo dito Ouvidor, em que pôs sua mão direita e prometeu dizer verdade do que lhe fôsse perguntado e soubesse, e do costume disse náda:

E, perguntado êle t.^a pelo conteúdo no Auto atrás, disse êle t.^a que sabe e é verdade que o dito Gov. botou por vezes tropas fóra a correr a campanha, como a em que veio o capitão-mór António Bruto, que em 20 de Julho de 642 veio duas vezes com infantaria e chegou ao rio Dande e sítio do Lefune e mandou avistar, e Icaú, e em nenhum destes sítios achou gente dos holandeses, porque nunca os ditos ocuparam estes póstos com gente de assistência, e só o que ocuparam, foi da barra do Bengo até às casas de Diogo de Siqueira, que será pouco mais ou menos de uma légua; aonde em

umas casas, que no dito sítio estão, assistiram alguns soldados, sem terem fôrte, reduto, nem artelharia; e neste mesmo sítio lhe fez a nossa guerra uma entrada, em 10 de Agosto de 642, em que à gente preta rebelde, que amparada das ditas casas estavam, lhe mataram muita e cativaram outra, queimando-lhe suas libatas e casas em que viviam, sem lhe saírem holandeses, nem impedirem a campanha, que sempre foi livre; e outrossim sabe êle t.^a que por outras vezes vieram tropas a correr a campanha e avistaram a Luanda, passando pelas fraldas da Ensaca e avistaram o Quanza, sem acharem impedimento algum; e disse êle t.^a sabia que um patacho, que os ditos holandeses meteram pelo rio Quanza com artelharia e infantaria e que chegou por cima de Calumbo, disto foi avisado o dito Gov. por lanchas que no dito rio trazia, e logo mandou aprestar 4 lanchas que fôsem investir o dito patacho, o que fizeram e o renderam, matando alguma gente e os mais trouxeram prisioneiros com o dito patacho ao dito Gov., com que ficou livre o Quanza; e um fôrte pequeno que têm na barra, se lhe viu depois das pazes aprêgoadas e se presume: o fizeram depois de vir António da Fonseca Dornelas com o aviso que êles não quizeram admitir, por melhor fazerem seu negócio; e outrossim disse êle t.^a que sabe que no sítio de Namboà-Calombe nunca chegaram holandeses, nem estiveram; e, quando depois de aprêgoadas na Luanda e o Secretario, por mandado do Director, tê las vindo a manifestar aonde estava o dito Gov., no sítio de Namboà-Quicanze, donde já eram também aprêgoadas, depois disso chegou uma trôpa de holandeses e se pôs em Namboà-Calombe, para situar; e, vindo de volta o Secretario em companhia de Diogo Lopes de Faria, feitor de S. Maj., e se encontraram com essa tropa, que ali estava, o que estranhou o dito Secretario, por não saber estar ali a tal tropa, por ter chegado muito acima donde nunca haviam chegado; e o que tem dito, sabe êle t.^a por assistir sempre em tôdas as tropas que saíram a correr a campanha, e nunca soube terem os ditos Holandeses pôsto algum mais que o que atrás tem dito; e não disse mais êle t.^a; e assinou o seu testemunho com o dito Ouvidor; e eu, Hipólito de Almeida Falcão Encerrabodes, escrivão, o escrevi: — Figueirôa. — Estácio de Sá de Miranda.

*

E eu, sobredito *Hipólito de Almeida Falcão Encerrabodes*, certifico que êste treslado de sumário de testemunhas se tirou do próprio, que em meu cartório fica, a que me reporto e com êle o consertei *de verbo ad verbum*, subscrevi e assinei de meu sinal costumado. — Hipólito de Almeida Falcão Encerrabodes.

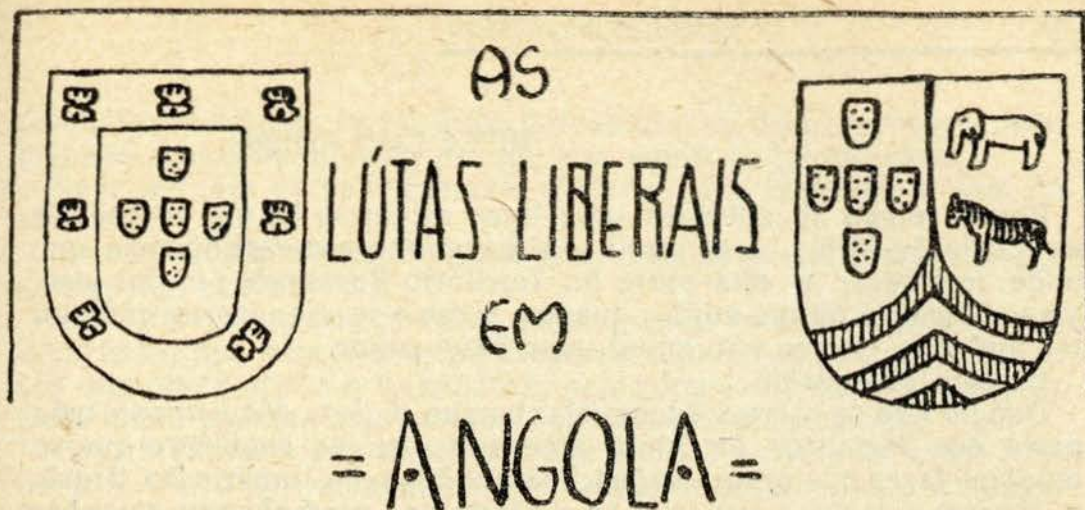
E declaro que não vai êste auto sumário consertado com outro escrivão, por neste dito Arraial o não haver. E eu, sobredito, o escrevi e vai consertado com o Capitão Francisco de Figueiroa, Ouvidor Geral neste Reino.

Hipólito de A. F. Encerrabodes.

Francisco de Figueirôa.

Nóta do P. P. — A dez de Janeiro de 1643, estiveram em Luanda Diogo Lopes de Faria, feitor da fazenda de sua Majestade, e o licenciado António Guerreiro a tratar de vários negócios com o Director Cornélio Nivelant: a réplica dos portugueses e a resposta do Holandês serão publicadas na frente.

♦ ♦ ♦ ♦ ♦



Capitulo sexto

O Governador Cristóvão Avelino Dias

(1823-1824)

(Continuação da pág. 10)

50. — Os seqüestros brasileiros



COMO ÍAMOS DIZENDO, NESTA época agitada, a questão do comércio angolano-brasileiro não era assim lá muito fácil de se resolver: o governador Cristóvão Avelino Dias, que à força quis impôr os seus modos de pensar, ou agir, bem depressa reconheceu que lhe faltava o apoio moral dos habitantes da cidade de Luanda, como sempre.

A 26 de Junho de 1823, por sua própria mão escrevia Cristóvão Avelino Dias ao ex-secretário José da Silva Carvalho a seguinte Carta, que é muito curiosa e completa, ainda que se lhe dê o descônto suficiente:

II.^{mo} e Caro Amigo :

Pouco tempo te sobejará para leres as cartas de um degredado na Costa-de-Africa, mas muito vai na minha correspondência que pode interessar a esta parte do Território Português; e, por isso, tens obrigação de me aturar, quando mesmo te esqueceres que sou teu amigo, o que eu não quero, nem devo supor.

Bastará de exórdio...

Depois que te escrevi daqui pela charrua *S. João Magnânimo*, uma parte dos Membros da Junta arrependeu-se do seqüestro que se mandou fazer nas propriedades dos súbditos do Império do Brasil, e chegou a tanto a sua falta de carácter que pretenderam emendar a Acta em que este negócio se tinha decidido.

Levantei-me então e terminei a sessão, dizendo-lhes — «que sustentaria os meus princípios de não-navegação para os portos do Rio de Janeiro e Pernambuco, até ao último soldado que tivesse debaixo de minhas ordens».

Confesso-te que me lembrou nesta ocasião Cromwell e Bonaparte, mas os homens, na sessão seguinte, emendaram a mão e mostraram-se arrependidos.

Como directamente não puderam levar àvante esta sua danada tenção, forjaram uma representação de 97 assinaturas em nome do povo de Angola, em que se pede a liberdade de comércio de Pernambuco, cuja representação penso que irá na fragata *Príncipe Dom Pedro*.

Uma grande parte dos assinantes são officiaes de Milícias negociantes de escravatura.

Chamei-os e disse-lhes: que de duas cousas uma deviam escolher — ou serem Negociantes ou officiaes Militares, — que eu, quando assentei praça, lembrei-me que havia leis repetidas que proíbiam o comércio aos militares; que o primeiso devêr do Militar era ser essencialmente obediente, e o primeiro devêr do negociante era ser essencialmente interesseiro; assim, que era necessário renunciar a uma destas qualidades, que, reunidas, eram incompatíveis com o brio militar e qualidades de súbdito obediente; que eu me esquecia de suas faltas passadas, quando elles decidiam da sorte do Governo estabelecido por uma representação à Câmara da Cidade; que este tempo tinha acabado; e ainda: que este facto era coonestado com o sagrado direito de petição; que isto servia de me prevenir contra as suas maquinações futuras, etc.

Fico, porém, na tenção de ocupar os tais Officiaes de Milícias, de tal maneira que lhes não reste muito tempo para nova representação.

Esta ordem de seqüestro ofende visivelmente os interessados individuos mais poderosos deste Reino, mas hei-de sustentar a minha opinião e decisão do Governo provisório a todo o custo.

Tenho-lhes feito ver que não são um povo à parte, mas uma porção de súbditos da grande família Portuguesa; e que seria vergonhoso que este país commerciasse com uma Cidade, cujas tropas estão

combatendo contras os heróicos defensores da Baía ; porém a náda d'isto os brutos se movem, porque têm moral de degredádos.

Aquí me têm verdadeiramente cercado, sem comércio e sem dinheiro.

Ontem, recebi os meus soldos com cédulas (papel provincial que já ninguém quere trocar.

Além do ódio público, que é consequência certa da opposição aos interesses dos negociantes de escravos, tenho a lutar com as doenças que têm atacado o Batalhão Expedicionário de um modo espantoso. Estão prontos hoje metade dos que desembarcaram.

Peço-te muito encarecidamente que o Govêrno olhe para êste Reino com olhos de piedade, porque tem sido desprezado e roubado, desde a sua descoberta.

Daquí vai na Fragata, e transportes, o valor de mais de 140 contos de réis — em Marfim, Ferro, Enxofre e Madeiras para um brigue de guerra, que talvez nunca iria para Portugal, se a Expedição não viesse. No entanto, uma Provincia que faz tais presentes, merece alguma contemplação.

Se nós perdermos a Baía, é necessário por força que Portugal, se quiser conservar isto, mande dinheiro para pagar à tropa e empregados que o Govêrno Provisório e Junta da Fazenda representam nesta ocasião.

Se a Baía se perde, a comunicação com êste país é muito difficil-tosa, pois que os navios, que vêm para esta Costa, têm de navegar ao longo da costa do Brasil, mas lembro que a comunicação pode ser feita em navios neutros, por conta do Govêrno.

Um navio de vapor seria muito conveniente ; e, se êste partido fôr tomado pelo Govêrno, peço-te que ouças primeiro o comandante da Fragata, que te deve pessoalmente entregar esta carta, o qual é um official inteligente e muito constitucional e honrado.

Aquí achei em vigor e execução o Regimento antigo dos Governadores e Capitães Generais e, por um assênto nas Actas do Govêrno Provisório, que êste Regimento se conservaria em vigor enquanto as Côrtes não fizessem outro em seu lugar, por ser inapplicável a legislação dos Governos Provisórios do Brasil a êste Reino.

Alguna razão lhe encontro nesta resolução, porque tendo sido até aqui os Capitães-móres juizes que sentenciam em primeira instância nos distritos de sua jurisdição, seria necessário mudar esta fôrma de processo, substituindo-lhe novos Juizes.

Mas uma tal legislação é impossivel harmonizar-se com o Sistema Constitucional e eu vejo-me assim muito embaraçado e com um trabalho incrível e pouco proveitoso.

Não posso explicar-te o espirito público d'êste país, senão dizendo-te que os interesses desta canalha estão intimamente ligados com o comércio do Brasil, e que não há outro meio senão sustentar êste país pela força.

É provável que, se a Baía se perder, o Brasil empreenderá tomar posse d'êste Reino, mas mui difficil-toso lhe será realizar êsse plano, se Portugal mandar pólvora e dinheiro para pagar aos soldados e officiais.

Peço-te que fales com o Capitão-de-Fragata João Vitor Jorge, para te informar do estado de carestia dos géneros do país, carácter dos habitantes, etc.

Visitas à tua Senhora, Ana Maria, João e Pequenos.
Não escrevo hoje ao João por falta de tempo.

Luanda, 26 de Junho de 1823.

Teu amigo

Cristóvão Avelino Dias

Apesar da sua linguagem agreste, este documento particular dá uma ideia perfeita da agitação política que se vivia em Luanda: o tempo, sem o auxílio nem de pólvora nem de dinheiro, se encarregou de harmonizar os interesses angolanò-lusò-brasileiros.

51. — Dissolução da Junta

Em razão de ter chegado de Lisboa, pela galera *Indústria*, a notícia de que sua Majestade El-Rei D. João VI havia sido restituído aos direitos e prerogativas de que usavam os seus Augustos Antecessores, a Junta Provisória do Govêrno dissolveu-se a dois de Outubro de 1823.

Esta acta não foi assinada pelos dois membros Francisco José Luís Vieira e Marcelino José de Campos, por se acharem doentes.

Assinaram-na: Cristóvão Avelino Dias, Joaquim José Ferreira Campos, Leonardo José Vilela, Fortunato de Melo e Joaquim da Costa Faria.

52. — Felicitações

Em Luanda, ainda que com alguma demora, faziam sempre éco os acontecimentos metropolitanos: neste Ofício número 46, pelo Ministério da Guerra, o governador Cristóvão Avelino Dias felicita a sua Majestade, por ter assumido os direitos e poder de que gozavam os seus Augustos Predecessores.

II.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. :

Eram seis horas de tarde do dia 28 de Setembro, quando aqui aportou a galera *Indústria*, trazendo a Proclamação de sua Majestade, datada de Vila Franca de Xira aos 3 de Junho deste ano, e por ela entendi a resolução que o mesmo Senhor tinha tomado de reasumir as rédeas do Governo com aquela plenitude de poder e direitos de que sempre gozaram seus Augustos Predecessores nos tempos mais felizes da Monarquia Portuguesa, estendendo sua magnânima generosidade e solícitude paternal a querer dar a seus súbditos uma Constituição, que esteja em harmonia com suas opiniões, costumes e necessidades actuais, a fim de os livrar dos horrores da Guerra-Civil, em que se achavam sepultados.

Ainda que eu quisesa, não teria expressões com que pudesse exprimir à V. Ex.^a os sentimentos de satisfação e júbilo que um tam interessante como agradável acontecimento me causou; e, apesar de ser bem sabido o meu amor e fidelidade à Pessoa de sua Majestade e igualmente bem conhecidos os meus desejos pela prosperidade da Pátria, a que me honro de pertencer — no entanto, na presença da geral alegria e regozijo que todos os Portugueses têm patenteados por verem sua Majestade restituído à posse de seus imprescendíveis direitos e alta gerarquia, de que leis opressivas e incoerentes o haviam privado, — ser-me-ia impossível guardar silêncio, sem o risco de parecer estúpido ou culpado.

Assim, naquela mesma tarde, em que recebi a Real Proclamação, ordenei imediatamente que salvassem as Fortalezas deste Pôrio e Cidade, em demonstração do geral contentamento que tam venturosos sucessos deviam causar neste Reino, e que a Tropa da Guarnição desta Cidade formasse em Parada Geral para lhes serem comunicadas as Ordens e Intenções de sua Majestade, as quais foram ouvidas com geral aplauso da tropa e habitantes desta Cidade, dando repetidos Vivas e Aclamações à Pessoa de sua Majestade e Real Família.

Rogo, portanto, à V. Ex.^a haja de expor na Presença de sua Majestade os sentimentos de Fidelidade inalterável, amor e obediência que tributo, como devo, à sua Real Pessoa, nesta remota parte da Monarquia Portuguesa.

Deus guarde à V. Ex.^a muitos anos.

S. Paulo da Assunção de Luanda, aos 3 de Outubro de 1823.

II.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real.

Cristóvão Avelino Dias
Governador do Reino de Angola

Tôdas estas manifestações e festas, da parte da Tropa, não eram sinceras: dois dias depois, revoltou-se o Batalhão Expedicionário.

53. — A sublevação

Principalmente por causa das doenças, os soldados do Batalhão Expedicionário queriam, quanto antes, regressar para Portugal: não faltou quem explorasse esta saúdade natural, caluniando-lhes as intenções.

— «Pelas dez horas da noite do dia 5 do corrente mês (Outubro de 1823) o Batalhão Expedicionário — mandado por sua Majestade em Dezembro do ano próximo passado a guarnecer este Reino e para ficar nele destacado por espaço de 3 anos, na conformidade do decreto de 29 de Maio de 1822, depois de depôr o tenente coronel Luis António de Mendonça e os três capitães mais antigos, — nomeou por seu comandante ao capitão do mesms batalhão José Joaquim Fragoso.

Seriam 11 horas da mesma noute, quando o novo Comandante nomeado appareceu com o Batalhão formado, armas carregadas e duas peças de artilharia defronte da casa de minha Residência.

Entrou nela acompanhado de alguns mais Officiaes e, servindo de orador, me expôs:

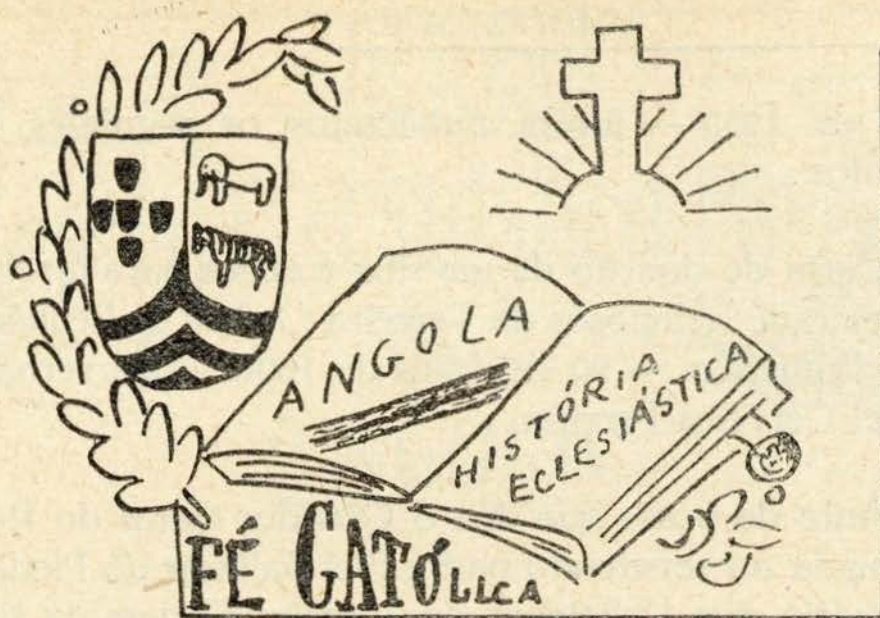
— Que, para evitar a efusão de sangue e tumulto, tinha aceitado o comâdo do Batalhão, para o que os Soldados o tinham nomeado, com o fim de me representar que elles decedidamente queriam regressar para Portugal, visto que, pelas notícias chegadas de Lisboa no dia 3 do corrente, constava estarem as Côrtes dissolvidas e, portanto, abolido o decreto de 29 de Maio de 1822, que só lhes concedia as báixas depois de 3 anos de serviço».

No Conselho-Militar, cuja sentença foi lida no dia primeiro de Novembro de 1823, foi resolvido mandar de castigo para os Presídios vários officiaes. Os soldados embarcaram para Lisboa.

Na acta do referido Conselho Militar consta, mas não se provou, que o fim da revolução de 5 de Outubro de 1823, era «para nomearem novo Govêrno, içarem a Bandeira do Brasil e sujeitarem-se ao Imperador, negando a obediência que sempre juraram ao nosso amado Rei o Senhor Dom João VI».

(Continúa).





Convento Franciscano

em

Luanda



NA NOSSA III SÉRIE FORAM publicadas as *Memórias do Convento de S. José de Angola*, conforme o manuscrito que está na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa: vamos agora cumprir a promessa que fizemos à página 248 da referida série, completando com êstes Documentos e Informações as *Memórias de Frei Vicente Salgado*.

No número 1 do vol. I dos *arquivos de angola* — Ou-

tubro de 1933 — foram publicados os seguintes Documentos :

— Carta de doação de um sítio e chãos para fazer um Convento de Religiosos da Terceira Ordem da Penitência de S. Francisco. — 20 de Abril de 1606. — Governador Manuel Cerveira Pereira.

— Auto de posse que deu o Ouvidor Geral do Reino de Angola ao reverendo padre Frei Baltasar da Piedade, Comissário dos Religiosos da Terceira Ordem da Penitência de S. Francisco, que a êste Reino vieram. — 21 de Abril de 1606.

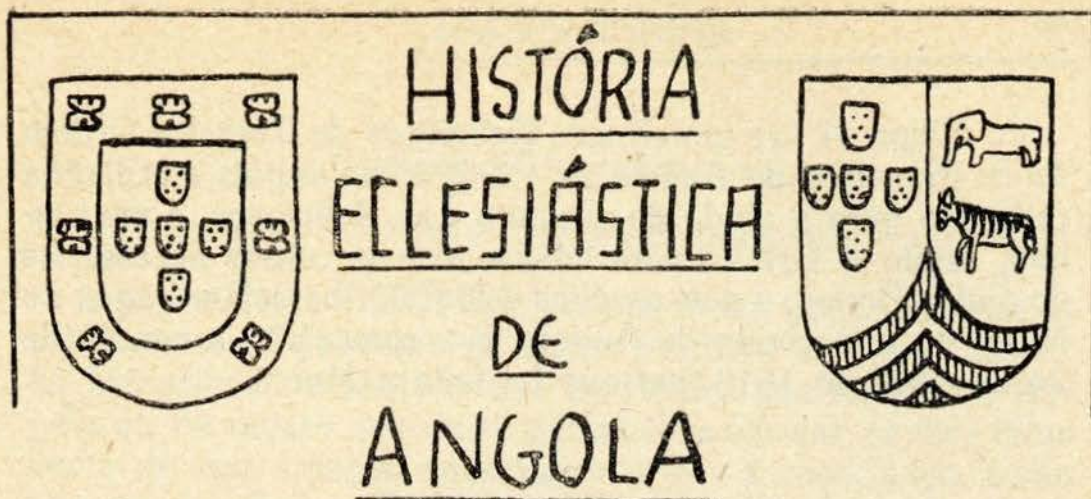
— Auto de nova posse, após a Restauração de Luanda do podêr dos Holandeses. — 28 de Março de 1651.

A acção dos Frades Franciscanos foi em Angola muito humilde, mas também profundamente benemérita : isto prova a documentação que os nossos Leitores já conhecem e mais esta que passamos a publicar nas páginas da nossa revistinha.

Lisboa, Agosto de 1937.

P. P.





Convento de S. José de Luanda

(Varios Documentos e Informações)

BIBLIOTECA DA ACADEMIA
DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Códice 342, vermelho



PRETENDE-SE SABER NA Torre-do-Tombo a formalidade do Decreto, que, parece, é do sr. D. Filipe II, a respeito de uns cento e vinte mil réis, que o dito Senhor mandou dar da Real-Fazenda aos Religiosos do Convento de S. José de Luanda, e este decreto está na tal Torre-de-Tombo, com o título de Convento de S. Francisco de Luanda — 120\$000.

S. Francisco de Angola. Alvará de 120\$000 de ordinária.
L.º 29 de Filipe II, fl. 224, v.

D. Filipe II faz mercê aos Religiosos da Terceira Ordem de S. Francisco de Angola de 120\$000 de esmola e ordinária cada ano para a ajuda do sustento dos Religiosos, e para vinho, azeite e farinha para hóstias e mais cousas necessárias do Culto Divino, e que os ditos 120\$000 lhe sejam pagos no Feitor do dito Reino de Angola, que começarão a vencer de 24 de Abril de 1613, em que foi feita a Mercê.

*

ALVARÁ

Os Religiosos da Terceira Ordem, em Angola. Cento e vinte mil réis em cada ano.

Eu El Rei faço saber aos que êste Alvará virem que Eu hei por bem e me praz fazer Mercê por esmola e ordinária removivel ao Convento e Religiosos da Terceira Ordem de S. Francisco do Reino de Angola de 120\$000 réis em cada ano, assim para ajuda do sustento dos Religiosos que residem no dito Convento, como para vinho, azeite, farinha para hóstias e mais cousas necessárias para o culto divino, e os 120\$000 lhe sejam pagos no Feitor do dito Reino, e os comecem a vencer desde os 24 de Abril passado dêste ano presente em que lhe fiz esta Mercê.

E mando ao dito Feitor, que agora é e ao deante fôr, ou que seu cargo servir, que do dito dia em diante pague aos ditos Religiosos 120\$000 réis em cada ano por virtude dêste sòmente e pelo traslado dêle, que será registado no Livro de sua despesa e conhecimentos em forma de seu Prior do dito Convento, ou seu síndico ou procurador bastante, e lhe será levado em conta o que lhe assim pagar.

E mando ao Governador do Reino de Angola e a todos os meus Contadores, Provedores, Justiça e Officiais e para quem pertencer : que assim o cumpram e façam em todo cumprir e guardar como neste se contém, o que valerá como carta começada em meu nome, sem embargo da Ordenação do II livro, t. 40, que dispõi o contrário.

E se passou por 3 vias, e uma só haverá feito.

Lisboa, a 25 de Maio de 1613.

Códice 291, vermelho

Primeiro livro dos Acórdãos e Assentos de Definitório — 1613 a 1721

1616. — Fôlha 5. Ordena-se, em Mesa Capitular, que se celebrou neste Convento de Nossa Senhora de Jesus, aos 27 de Dezembro de 1611, — que os Frades que vierem de Angola ou de outras quaisquer partes ultramarinas, se lhes tome conta do que trazem, encarregando-lhes a consciência como parecer ao Padre Provincial; e, achando-se que sonegam alguma cousa do que trouxerem, se lhes tome tudo para a Religião. Porém, do que na verdade trouxerem e manifestarem, se lhe dará a metade para suas necessidades.

1619. — Fôlha 8. Actas feitas em Definitório do Capitulo Provincial, celebrado no Convento de Lisboa, a 9 de Novembro: Ordena o nosso Rev. Padre Provincial com todo o Definitório que daqui em diante o Ministro que fôr do Convento de Angola se não venha dêle senão depois de chegar lá o Ministro novamente eleito, o qual levará poder para syndicar dêle, e a syndicação, que fizer, a trará o dito Ministro, que acabou o seu triênio, selada e lacrada, e apresentará em Definitório com sua carta, contas, gastos, recibos e inventários; e vindo sem estas cousas assinadas pelos discretos do Convento, como é costume, e sem que lá haja chegado o novo Ministro seu sucessor, não terá voto em Capitulo; e o que vier, terá voto em o Capitulo seguinte, guardando o que nisto se lhe manda. Porém, porque importa ao bom govêrno da Província, mandará a mesma syndicação por uma ou duas vias, aprovadas outrossim pelos mesmos discretos, e a própria a trará êle com sua pessoa.

1621. — Fôlha 10, verso. — Definitório de 29 de Setembro. — Ordena-se que nenhum Frade que vier de Angola ou qualquer outra parte ultramarina, não possa trazer mais que o necessário para sua matalotagem e trato de sua pessoa; e trazendo qualquer cousa, desde que se declara que é da Religião, e achando-se que êle esconde alguma cousa que traga, seja castigado como proprietário; e desta maneira querem que se entenda qualquer outra determinação que houver na Província.

Fôlha 11, verso. — Acôrdo, em que se applicam as ordinárias de Angola a êste Convento de Lisboa : Hoje em 13 dias de Outubro de 1621, se ordenou em pleno Definitório que, vista a informação e visita dos Religiosos que estão e estiveram em Angola, no nosso Convento de S. José de Luanda, lhe pareceu cousa justa, assim ao Prelado como aos Súbditos, applicarem-se as ordinárias que sua Majestade dá ao dito Convento de Angola, às obras desta Casa por se poderem lá sustentar sem elas, como todos dizem ; todo o Definitório as applica e há por applicadas às obras dêste Convento de Lisboa.

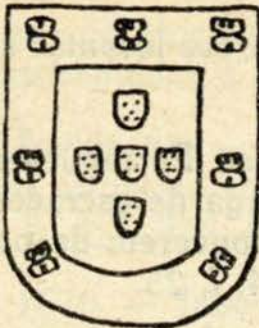
1628. — Fôlha 14, verso. — Continua Ministro do Convento de S. José de Luanda o padre frei Jacinto Campelo, prêgador.

1629. — Fôlha 17. No Definitório de 15 de Dezembro, foi eleito Ministro do Convento de Luanda o p. frei João da Cruz, confessor. — Fôlha 18, verso : Mais se manda que o Religioso que fôr morar em o Convento de S. José de Luanda será obrigado a assistir no dito Convento por seis anos, os quais se contarão da ida, estada e vinda ; e o Padre Geral não poderá dispensar senão em caso de muita necessidade, o que constará do Prelado do dito Convento de Angola. — Fôlha 19 : Mais se ordena que o Religioso que uma vez fôr Prelado em o nosso Convento de S. José de Luanda, Reino de Angola, não torne lá outra vez se não parecer ao Definitório ser necessário.

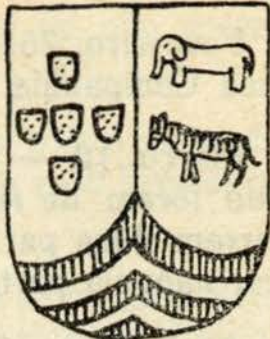
1633. — Fôlha 21. — No Definitório de 9 e 10 de Janeiro foi eleito Ministro do Convento de Luanda o padre frei João das Neves, confessor. — Fôlha 21, verso : Idem, se ordena que qualquer Religioso que vier de Angola, como de qualquer outra embarcação, tenha obrigação de dar conta ao Padre Provincial, em chegando, de tudo o que trouxer em dinheiro, como em outros quaisquér gêneros de fazenda, prata, ouro, mercadorias, letras trazidas em seu nome ou de outra qualquer pessoa ; e, quem o contrário fizer, em qualquer tempo que disto conste, será declarado e castigado como proprietário e dado por inábil para os officios da Religião.

(Continúa).





LEIS
DE
=ANGOLA=



(Continuação da página 16)



1670 SETEMBRO, 18 — Provisão, em que se declaram as penas em que incorrem os Mestres e Capitães dos navios da Índia que, sem urgente necessidade, tomarem o pôrto de Luanda, assim como os que lhes comprarem fazendas, inclusivé os Governadores e Ministros. — L. 4.º, f. 14.

1671. — Abril, 1. — Carta-régia para que António de Castro e Sousa, Escrivão da Fazenda e Matrícula, possa nomear pessoa da satisfação do Governador, que sirva os ditos ofícios, pagando-lhe a parte que é costume, visto a impossibilidade em que se acha de os servir. — L. 4, f. 45.

Outubro, 21. — Carta-régia que acompanhou uma cifra, para, por ela, se escreverem as coisas de maior importância. — L. 1, f. 215.

1672. — Janeiro, 12. — Carta-régia em que se manda acabar a Fortaleza de S. Miguel, e que, acabada ela, se continuem as que forem mais necessárias. — L. 1, f. 215, v.

Fevereiro, 26. — Carta-régia, em que se aprova levantar-se uma Companhia de cavalos — L. 4, f. 20, v.

Março 18. — Provisão para que os Navios Portuguezes, que forem de Angola ao Maranhão com carga de escravos, forem duas partes dos Direitos delas, que houverem de pagar naquela parte, em que os pagam. — L. 4, f. 25.

Abril, 20. — Carta-régia, para que se mandem reparar a Igreja Matriz da Cidade de Luanda, e a do Espírito Santo. — L. 4, f. 18.

Maió, 20. — Carta-régia, para que se não consinta que se vendam no pôrto de Luanda as prêsas que se fizerem os Ingêses e Holandeses uns aos outros. — L. 1, f. 215, v.

Junho, 28. — Carta-régia para que se defendam os Navios das Nações, com quem tivermos paz, de quaisquer outros que, debaixo de tiro da artilharia das nossas Fortalezas, os quizerem ofender. — L. 1, f. 216.

Setembro, 28. — Carta-régia, para que se não faça deligência pelos escravos do Rei do Dongo, a quem as nossas armas venceram, e se conceda um Perdão geral a todos que se tiverem ausentado das suas terras por causa da guerra. — L. 4, f. 20.

1674. — Abril, 6. — Carta-régia, para que dos quatro centos mil réis, destinados para obras pias, se dêem cem mil réis por ano aos Religiosos Carmelitas Descalços. — L. 1, f. 19.

Outubro, 16. — Carta-régia, em que se aprova fazer-se um Hospital em Benguela, e consignarem-se para Ordinária dêle os dízimos daquela Capitania. — L. 4, f. 16, v.

Novembro, 9. — Carta-régia, para que se pague ao capitão António Zuzarte de Almeida o seu sôlido desde o dia em que neste Reino se lhe passou Patente do dito pôsto. — L. 4, f. 19, v.

1675. — Maio, 9. — Carta-régia, para que se não obrigue Luís de Carvalho a ir à guerra do sertão, visto ter-se conce-

dido aos Moradores dêste Reino o privilégio de não serem constrangidos a ir às guerras do sertão. — L. 1, f. 216, v.

Junho, 30. — Carta régia, que recomenda a execução de uma Provisão sobre a defesa desta Cidade e seus Presídios. — L. 1, f. 216, v.

1676. — Janeiro, 24. — Provisão para que se paguem pela Fazenda Real as casas em que assistir o Bispo dêste Reino. — L. 4, f. 57.

Fevereiro, 6. — Provisão para que se paguem ao Bispo dêste Reino os seus ordenados, contando-se-lhe desde o dia da morte do seu antecessor. — L. 4, f. 64, v.

1679. — Fevereiro, 7. — Provisão, para que se conceda preferência aos navios do Rio de Janeiro na monção dos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, com tanto que não passem de quatro. — L. 4, f. 13, v.

Julho, 4. — Carta régia, para que, sucedendo vir ter a êste Reino alguma fazenda do vice-rei da Índia Luís de Mendonça Furtado, que falecera na viagem, se seqüestre e ponha em arrecadação, procedendo-se contra os que desencaminharem alguma, ou para isso derem ajuda. — L. 1, f. 216, v.

1680. — Fevereiro, 12. — Carta régia para que, não havendo inconveniente, se conceda licença a Francisco Tavares para se vir curar a Portugal. — L. 1, f. 217.

Março, 24. — Carta régia, que acompanhou o Alvará, pelo qual se declarou livre o comércio de Moçambique e Sofala. L. 1, f. 217.

Março, 29. — Carta régia, para que, entrando neste pôrto de Luanda alguma embarcação vinda da Índia ou de qualquer outra parte, que não seja da jurisdição dêste Reino, os Governadores não mandem desembarcar os presos que nelas vierem, e, quando a necessidade assim o peça, os façam recolher na cadeia. — L. 1, f. 217, v.

Março, 29. — Carta régia, para que aos oficiais da guarnição da cidade de Luanda se lhes pague o seu soldo por

inteiro. como determina a Provisão de 10 de Janeiro de 1658.
— L. 1, f. 217, v.

1681. — Janeiro, 24. — Carta-régia para que se não deixe sair Navio algum dêste pôrto de Luanda sem levar Capelão.
L. 1, f. 217, v.

Fevereiro, 3. — Carta régia, para que se não embarace a saída dos Navios do Contrato dêste Reino, logo que estiverem aviados para seguir suas viagens. — L. 1, f. 217, v.

Abril, 10. — Carta-régia, para que ao capitão de artilharia se pague o soldo em letra. — L. 1, f. 218.

Julho, 8. — Carta-régia, para informar sôbre o arbítrio que propôs o Provedor da Fazenda para poupar a despesa, que se faz com o sustento dos cavalos, entregando-se êstes aos Moradores para os sustentar e servir-se dêles, com obrigação de os entregar quando forem necessários. — L. 1, f. 218.

Agosto, 6. — Carta-régia, em que se proíbe que alguém tenha mais de um ofício, ou seja de propriedade ou seja de serventia. — L. 1, f. 218, v.

Agosto, 23. — Carta-régia em que se ordena: I — que se não façam mais capitães de passagens; II — que, quando em alguma companhia faltar o capitão, a fique governando o alferes; III — que, nas propostas para oficiais, se relatem os serviços dos que se propuserem. — L. 1, f. 218, v.

Agosto, 29. — Carta-régia, em que se manda observar o Regimento dado a Aires de Saldanha. — L. 1, f. 218, v.

Setembro, 16. — Carta-régia. em que se determina que os três caixões de papel selado, que se acharam na Câmara, se gastem na Secretaria dêste Reino, nos livros de Matrícula, e em cartuchos de pólvora. — L. 1, f. 218, v.

Outubro, 27. — Carta-régia, em que se determina: I — que se cumpra uma Provisão da mesma data, na qual ordena S. Majestade que de todos os contratos, que se fizerem com a Real Fazenda, como das contribuições aplicadas para sustento da Infantaria e Paz de Holanda, se tire para as Muni-

ções uma propina igual à que levar o Governador ou os Ministros; II — que os Navios, que navegarem para as Conquistas, sejam obrigados a trocar dois barris da pólvora que trouxerem por outros dois que estiverem nos armazéns. — L. 1, f. 219.

1682. — Janeiro, 27. — Carta-régia para informar o que poderá custar o reparo de que necessita a Igreja e Convento do Carmo. — L. 1, f. 219, v.

Outubro, 13. — Carta-régia para informar se nesta cidade há pessoa que tenha dois Ofícios, dos quais era obrigada a renunciar um, como se determinou pela Carta-régia de 6 de Agosto de 1681. — L. 1, f. 220.

1683. — Janeiro, 2. — Carta-régia em que se pede uma Relação de tôdas as pessoas que servem nêste Reino, assim em postos vivos como reformados. — L. 1, f. 220.

Maio, 24. — Carta-régia para que se conceda licença a João Nunes Machado, para se recolher a Portugal. — L. 1, f. 220.

Dezembro, 28. — Carta-régia em que se participa a morte da Rainha Nossa Senhora. — L. 1, f. 220, v.

1684 — Fevereiro, 4. — Carta-régia, em que se participa que ao Provedor de Fazenda se ordena afrete por conta da Real Fazenda duas Charruas para conduzir da Baía para êste Reino os cavalos necessários, para prefazer o número de cem. — L. 1, f. 220, v.

Fevereiro, 4. — Carta-régia, em que se determina que os Navios, que tiverem carga própria, possam sair quando quiserem, sem dependência da antiguidade. — L. 1, fols. 220, v. e 221, v.

Fevereiro, 4. — Carta-régia, em que se responde ao Governador que não há que alterar no que dispõi o Capítulo 5.º do Regimento dêste Govêrno, em que se lhe proíbe aceitar proventos dos sobas e potentados vassallos. — L. 1, f. 221.

Fevereiro, 4. — Carta-régia, em que se desaprova o arbi-

trio, que propôs o Governador, de se mandarem vir do Brasil as fardas para a Infantaria. — L. 1, f. 221.

Fevereiro, 4. — Carta-régia, em que se participa ter-se ordenado ao Governador do Rio-de-Janeiro remeta 60 casacas de algodão estofadas para êste Reino, por se conhecer que são as que mais resistem às flechas. — L. 1, f. 221.

Fevereiro, 4. — Carta-régia, em que se responde ao Governador que não é conveniente a introdução de éguas neste Reino; e que a respeito das licenças, que se concedem aos navios para carregarem com preferência, se proceda sempre com tôda a atenção. — L. 1, f. 221, v.

Fevereiro, 14. — Carta-régia, para que, a respeito-do provimento dos Póstos, se observe o que está determinado pelo Regimento e mais Ordens particulares. — L. 1, f. 221.

Fevereiro, 20. — Carta-régia, em que se manda dar posse do Contrato dêste Reino a Diogo da Fonseca Henriques. — L. 1, f. 221, v.

Fevereiro, 26. — Carta-régia, para informar sôbre o préstimo e suficiência de Luís Mendes Henriques, que pede confirmação do pôsto de capitão de Engenheiros. — L. 1, f. 221, v.

Março, 18. — Carta-régia, para que se deixe servir o ofício de Escrivão da Fazenda a Vicente Borges Pinheiro, enquanto lhe não chega a sua Carta. — L. 1, f. 222.

Março, 20. — Carta-régia, para que o navio *Rei David* tenha preferência, na saída, a todos os que estiverem neste pôrto de Luanda. — L. 1, f. 222.

Março, 24. — Carta-régia, para que no provimento dos pôstos não haja outra diferença entre brancos e negros e mulatos senão a que resultar do maior ou menor merecimento. — L. 1, f. 222.

Março, 28. — Provisão para que nenhum Capitão-mór ou Cabo, que fôr ao sertão, possa pedir baculamentos aos sobas e potentados, sob pena de perdimento dos pôstos, e de restituírem em tresdôbro tudo o que tiverem levado. — L. 1, f. 222, v.

Março, 29. — Carta-régia em que se pede uma Relação das pessoas capazes para o pòsto de capitão-mór do Campo, e se manda dar baixa ao que proveu o governador João da Silva, contra a Ordem que proíbiu fazer capitães de passagens. — L. 1, f. 222, v.

Março, 29. — Carta-régia, em que se participa que D. Francisco de Lima, que fugira da prisão, anda por capitão de uma embarcação de levantados, o que faz necessaria tôda a cautela com os navios que aparecerem, ainda que tragam Bandeira Portuguesa. — L. 1, f. 222, v.

Março, 30. — Provisão, em que se manda regular a saída dos Navios, pela antiguidade das suas entradas, e que, acontecendo entrarem juntos dois ou mais navios, prefira o que fôr maior, e que só gozem da preferênciã, e sejam exceptuados desta regra, os que na mesma Provisão se declaram. — L. 1, f. 223.

Março, 30. — Carta-régia, que acompanhou uma Provisão da mesma data, em que se manda fazer um Colégio contíguo ao dos Padres da Companhia, no qual se ensinem 12 moços negros, assinando-lhes 250\$000 para sua sustentação. — L. 1, f. 223.

Abril, 6. — Carta-régia, para que se examine a fortaleza que se tem feito para defesa desta Cidade e seu Pôrto, e, parecendo conveniente, se continue. — L. 1, f. 223.

Abril, 6. — Carta-régia sôbre a mesma matéria da antecedente. — L. 1, f. 224, v.

1685. — Fevereiro, 5. — Carta-régia para informar sôbre o requerimento em que o P. Inácio de Araújo, sacristão da Igreja Matriz de Luanda, pede aumentos da consignaço applicada para vinho, cera e hóstias. — L. 1, f. 224, v.

Fevereiro, 28. — Carta-régia, para que se não embarace que o patacho de Giraldo Rodrigues saia quando quiser, tendo carga própria. — L. 1, f. 225.

Agosto, 15. — Carta-régia, em que se responde ao Governador que se espera de seu zêlo: continue a observar o seu Regimento, a respeito dos baculamentos. — L. 1, f. 225.

Outubro, 5. — Carta-régia, em que se aprova a licença que se concedeu aos Capitis-móres de Ambaca e Muxima, para se irem curar a Portugal, e o provimento que se fez de outros para os ditos póstos. — L. 1, f. 225.

Outubro, 18. — Carta-régia, em que se pede uma Relação do que importaram os presentes, que se têm recebido dos sobas, e a despesa que se fez nos retornos. — L. 1, f. 225, v.

Outubro, 19. — Carta-régia em que se responde ao Governador: continue a observar a Provisão de 30 de Março do ano passado, sôbre a saída dos Navios, que dêste pôrto de Luanda fôrem para o Reino ou suas Conquistas. — L. 1 f. 225, v.

Outubro, 27. — Carta-régia, em que se recomenda a observância do que se determinou por outra de 4 de Fevereiro do ano passado, a-respeito-da saída dos navios. — L. 1, f. 225, v.

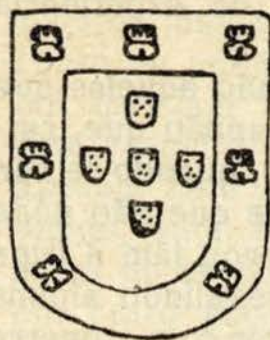
Outubro, 31. — Provisão por que se concede à Irmandade do Santíssimo da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios uma preferênciã de 500 cabeças, por tempo de quatro anos. — L. 4, f. 74, v.

Novembro, 4. — Carta-régia, para que se experimente se as casacas de algodão estofadas, que se mandaram vir do Rio-de-Janeiro, se podem usar em Angola e se resistem às flechas. — L. 1, f. 226.

(*Continúa*).

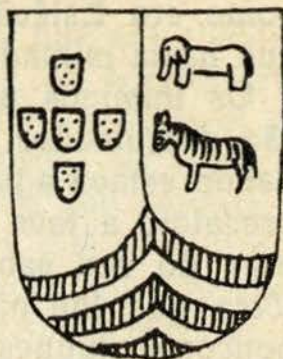


HISTÓRIA GERAL



== DAS ==

GUERRAS
ANGOLANAS



= LUANDA =

(Continuação da página 37)

1680

TÔMO I — SEGUNDA PARTE

Capítulo primeiro

— Continuação do governo de Fernão de Sousa. — A morte de Bento Banha. — Paio de Araújo de Azevedo. — A Rainha Ginga. — Defesa da cidade de Luanda. — Navegação do rio Quanza.

1. A rainha D. Ana de Sousa



FOI MUI SENTIDA DO GOVERNADOR e capitão geral a morte do capitão-mór Bento Banha Cardoso, e muito mais quando soube que a Rainha Ginga D. Ana de Sousa havia dado um repentino assalto em o nosso Reino-de-Dongo, e levado, prisioneiros, alguns soldados portugueses, por andarem desarmados com um dos capitães, que havia ficado em guarda do Rei, que seu

nome era Estêvão de Seixas Tigre, soldado de experiência que havia militado nas guerras de Itália.

Os inimigos não vencem muitas vezes senão aqueles que são descuidados, como lhe sucedeu a êste capitão que, cuidando estava aquela inimiga dali mui distante, quando se não precatou, a teve sôbre si tam aceleradamente que não pôde usar do seu saber e destreza, mas o não levou tam à tripa fôrra que lhe não custasse muito sangue, resistindo alguns poucos portugueses, que se puderam encorporar com a guerra preta do Rei do Dongo Dom Filipe.

2. Eleição de Paio de Araújo.

Com esta nóva tratou logo o Governador Fernão de Sousa de eleger capitão-mór do Reino e guerra, e foi nomeado para tam necessário pôsto o Paio de Araújo de Azevedo, pessoa autorizada e de serviços, conquistador dos mais antigos, que ainda hoje se conserva na cidade de S. Paulo da Assunção descendência sua autorizada; mandou logo ao novo eleito sair da Cidade com aprêsto necessário, com ordem que buscasse aquela inimiga até a haver às mãos e desbaratar todo o seu poder, com que sempre nos molestava.

Saído que foi o capitão-mór da Cidade, marchou por terra até à Vila da Vitória de Maçangano, e a bagagem e munições pelo rio Quanza; chegado que foi àquela vila, se preparou com tôda a brevidade que lhe era necessária para aquela empresa, levando consigo alguns moradores daquela vila, conquistadores, com sua escravaria; dali marchou para Ambaca, onde se acabou de aviar de guerra preta, avisando a el-rei de Dongo D. Filipe Angola Airi estivesse prestes com sua guerra para irem em busca daquela inimiga comum, que tanto desejava destruí-lo, por ter o nome de rei, dado pela Coroa de Portugal, e seus vassallos portugueses, de que havia tido grandíssimo pezar que parente seu tam chegado e seu vassallo, que havia sido, tomasse aquele título em seu vitupério, sendo cousa ordinária e costume antigo assim em os reis desta Etiópia, como sobas e senhores, não quererem ver deante de si os que lhes podem vir a suceder no reinado, sobado ou senhorio, nem os que estão a caber, se dão por

seguros juntos dos que estão nos governos, que por qualquer cousa ou antojo lhe dão com a cabeça fóra, ou secretamente lhe mandam dar cousa com que lhe acabam a vida, e, por êste respeito, os que são pretensores, tirados os filhos, se afastam para a terra de algum fidalgo soba seu parente ou amigo, onde se livrem de lhes não fazerem mal os que possuem os senhorios ou sobados, e se faltando, por morrerem em outro successo, os vão buscar os principais macotas da terra e os trazem de onde estão, retirados, para o Govêrno, não precedendo o filho pelo não haver ou por ser de má natureza, ou ainda moço; vão então buscar o tio ou parente mais chegado; a estes pertencêres chamam gingos na sua língua, que vale tanto como dizer gente que está para herdar.

3. Uma sanguinolenta batalha.

Encorporado que esteve o Capitão mór com o Rei de Dongo, a sua guerra e a de outros sobas nossos vasallos marchou em busca da Rainha Ginga, nossa inimiga, dando pelo caminho alguns assaltos em alguns sobas do seu partido; e, por mais que eram inquiridos os que se apanhavam, para dizerem a parte certa em que estivesse, jãmais o quizeram descobrir, ainda que os chegaram a tormentos [êste gentio tem um juramento, a que chamam tomar *azenza* que, ainda que os matem, não hão de descobrir náda do que lhe perguntam], guardando lealdade à sua Senhora, e lhes parecer que, se descobrissem, morreriam logo.

Indo por diante marchando alguns dias, lhes saíu muita gente ao caminho, a representar batalha ao nosso exército; conheceu então o capitão-mór pelas divisas das bandeiras que era gente da Rainha Ginga e dos Jagas que a acompanhavam, e que não podia estar dali muito longe; formou o capitão-mór a sua gente como valeroso capitão e conquistador, a que dava o terreno logar, e se começou a travar uma sanguinolenta batalha; e, por mais gente que o vigor das nossas armas matava no inimigo, cada vez persistiam com mais valor, até que, passadas algumas horas de combate, vieram a declinar, pondo-se em fugida e os nossos em seu alcãce, indo-se degolando e aprisionando muita gente.

Seguindo o capitão da gente de a-cavalo com sua companhia e soldados de bom pé e guerra preta escoteira [escoteira se diz por ir desembarçada de bagagem, mais que as armas nas mãos, que é arco, frechas, azagaias e machadinha, que tudo acomodam bem], tendo-se seguido esta derrota de tam famosa e renhida batalha, vendo que não achavam o que tanto desejavam, que era a pessoa da Rainha Ginga, — se recolheram ao corpo do exército, carregados de despojo, do que foram largando, e muita gente prisioneira.

Deram todos muitas graças a Deus e à Sua Mãe Santíssima pela vitória alcançada, com podêr da nossa parte inferior, que evidentemente se via: nascia tudo de particular favor do Céu, que favorecia as Armas Portuguesas contra tam inumerável gentio, gente, pela continuação da guerra, valerosa e dextra nas armas, mas gentia e idólatra, que essa era a vantagem que da nossa parte havia serem católicos filhos da Santa Madre Igreja.

4. Cêrco inútil contra a Rainha Ginga.

De alguns Jagas, que na referida batalha se aprisionaram, se soube em como a Rainha Ginga estava dali distância de léguas, com quilombo tungado ou aquartelado, que tomava léguas o que ocupava por sua grandeza e multidão de gente e quilombos de jagas, e que tinha as costas na Quina Grande, sítio iminente e o mais dêle despenhado pelas bandas, não tendo mais que uma entrada; com esta certeza e informação, que a deram os jagas, na verdade por ela não ser sua senhora natural, por serem outra casta de gente, como dito é, com outro senhor ou senhores à-parte, ainda que a acompanhavam já como se foram seus vassallos, e o mesmo seus Senhores, como eram o Jaga Casa, e Cajete, que primeiro haviam militado debaixo de nossas bandeiras, mas os que são soldados de fortuna e não vassallos nativos vão para onde lhe vai melhor, mas não deixam por isso de ficarem com nota de desleais e bandoleiros, pouco capazes para dêles se fiar náda.

Tendo se aquelas certas notícias, ficou o Capitão-mór e mais exército alvoraçados com a nóva, fazendo de conta haviam achado aquela inimiga que tanto buscavam com trabalho e

disvelo, para ver se de uma vez se acabava de todo, aprisionando-a; e, destruindo-lhe seu poder, se considerava tudo em paz; foi marchando o nosso poder em busca do sítio quilombo e povoação, indo aqueles jagas, que haviam dado as notícias, por guias; andadas algumas jornadas por aquele sertão dentro, havendo pelo caminho tido muitas ocasiões de guerra e recontros, dispostos e ordenados por aquela valerosa Amazona que não socegava em buscar todos os meios de arruinar e desbaratar o poder português, e mais sabendo que a nossa fadiga era tôda em buscá-la e fazer-lhe o mesmo que nos desejava fazer, com o que foi chegando o capitão-mór com o seu exército à vista do seu quilombo, onde começou a haver uma terrível batalha, saindo tôda a sua inumerável gente à campanha rasa a ter-nos o encontro, onde se batalhou de parte a parte com grande porfia, estando aquela artilosa Pintasileia de parte conveniente vendo tudo e distribuindo as ordens, animando aos seus a nos darem muitas e contínuas investidas, ao cabo de muitas horas de porfiada contenda e muita mortandade da parte inimiga, vendo o esforço invencível da Nação Portuguesa, e que contra o Céu não valem mãos, — tratou aquela Rainha Ginga de se ir pondo em salvo com tempo, deixando os seus ainda na lida, com ordem: sustentarem a batalha até mais não poderem, o que assim fazendo os seus por muito espaço, até que vendo a sua Senhora retirada com tempo bastante de estar alongada, foram perdendo terra, até que, de uma vez, viraram as costas, indo em seu alcance a gente que o capitão-mór tinha destinada para isso, como eram o Capitão-de Cavalos com os da sua Companhia, gente branca de bom pé e guerra preta volante, indo matando, aprisionando no alcãnce muito daquele gentio, e o Capitão-mór marchando com o mais poder na rectaguarda; vendo aquela valerosa Rainha Ginga que lhe iam dando alcãnce, foi largando muita bagagem, e entre ela os nossos Portugueses prisioneiros, que havia aprisionado com seu cabo, quando deu o assalto, que dito é, a el-rei de Dongo D. Filipe Angola Airi; e isto fazia só a fim de nos entreter e sevar ou empachar com o muito que ia largando, e o fez até às próprias Irmãs Infanta Dona Grácia e Dona Bárbara, que já neste tempo haviam tomado a água do Santo Batismo, no tempo que a irmã Rainha se tinha baptizado.

Não tratava mais: de ela se pôr em salvo e escapar de nossas mãos, e, como tinha as costas nos despenhadeiros daquele sítio chamado Quina Grande, já preditado dela que, em algum apêrto grande lhe havia de servir de refúgio, fazendo costas para êle, e entendendo o capitão mór que a tinha naquele sitio encalhada e cercada por tôdas as partes de penhas e da nossa guerra, quando se chegou a penetrar o dito sítio — achou-se havia despenhado ela e tôda a guerra volante, e o mais que a pôde seguir por aquêlas altíssimas brenhaa, por cordas amarradas nas árvores, que no máto se acham a que chamam *engunho*, que vem a ser como cipó do Brasil, e é matéria muito forte; por elas se foram pegando e descendo até o profúndo daquelas brenhas, que, quando a nossa gente chegou a descobrí-los, parecia aquela gente lá em baixo como formigueiro de formigas, que tam alta era esta iminência e profunda aquela concavidade, chamada a Quina Grande [Cova Grande] ou na sua língua Quineni, por ser a pequena em outra paragem, que também lhe serviu de escápula, como esta agora, quando fugiu da ilha de Quinalonga, e nos deixou burlados, como atrás se disse.

5. Riqueza de despojos.

Desta sorte escapou, e por êste estilo referido, esta Raí-nha Ginga, deixando a maior parte da sua bagagem e mulhero, as duas Infantas suas Irmãs e o nosso Cabo com os Portugueses que tinha prisioneiros, e muita fardagem de fazendas e sedas e outras cousas de valor, tornando-se o Capitão-mór e seu exército fatigado com tam contínuas marchas, trazendo menos alguma gente portuguesa e muitos feridos, se veio a descançar às povoações que havia largado aquela fugitiva Raí-nha, que se tinha tam alongado que era impossível poder-lhe dar alcânce, não podendo passar por aqueles despenhadeiros a nossa gente de a-cavalo, nem tam pouco a infantaria e mais da gente de a-pé; e, para se dar volta àquella serrania, havia-se mister muito tempo.

Seguindo o Capitão-mór naquela ocasião aquele dito do invicto Imperador Carlos V quando foi do cerco de Viena de Áustria pelo gram-turco Solimão, lhe vieram dizer que ia o

inimigo fugindo, que era tempo de o seguirem até Constantinopla, respondeu mui severo — *al inimigo que huie pontes de plata* — dito alfim de um monarca e soldado insigne !

Muito teve que fazer o nosso exército em esbulhar tanto circuito de gente e povoações quantas havia por aquela parte, que diz a êste respeito o espanhol que — *duellos com pan son buenos* ; e, se não havia nesta ocasião pão molete, havia ao menos com o que êle se compra : muitas cabeças de escravos e escravas, que, com ser o trabalho muito, vieram todos desta emprêsa muito contentes, dando graças a Deus e à Sua Mãe Santissima em dar à Nação Portuguesa tam assinaladas vitórias ficando o Rei do Dongo mais socegado e seguro no seu Reino, vendo aquela inimiga comum destituída de todo o Reino de Angola, por sua má natureza, indo-se a goarecer a reino estranho, como era o de Matamba, governado também por mulheres como ela, em que haviam entrado primeiro nossas armas à sua conquista ; em tempo do Governador Luís Mendes de Vasconcelos foi aquela valorosa entrada e conquista, como se tem referido, por seu tenente-general e filho João Mendes de Vasconcelos.

6. Generosidade de Fernão de Sousa.

Com o referido successo ficou o governador e capitão general Fernão de Sousa mui satisfeito do obrádo pelo capitão-mór Paio de Araújo de Azevedo ; e, passado alguns meses mandou a rainha Ginga, Dona Ana de Sousa, sua embaixada ao governador em demanda das Infantas sua Irmãs, principalmente da mais moça Dona Bárbara a qual lhe mandou graciosamente sem querer resgáte por ela, só a-fim-de ver se podia trazer aquella Rainha ao verdadeiro caminho de Deus, mas sempre se achava nela pouca afeição às cousas de Deus e aos vassallos portuguezes ; e já neste tempo se achava com poder e quási assenhoreada do Reino de Matamba, aonde se tinha ido goarecer, e por fim se veio a assenhorear em tudo daquelle Reino, o que num certo modo ficava com a nação portuguesa recompensada, porque, — se ela nos foi largando o Reino de Angola de que era senhora por seus antepassados, ainda que o tinha havido tirânicamente, como dito

é, sendo patricida de seu sobrinho, a quem pertencia a Coroa por el-rei seu pai, e nunca querer vir ao conhecimento verdadeiro, — êste Reino de Matamba, de que ela agora se havia senhoreado, primeiro pertencia à Nação Portuguesa e Coroa de Portugal, seu domínio, pela conquista que nele tinham feito as Armas Portuguesas, e ela agora o invadia e usurpava à falsa fé contra direito e razão, indo-se valer dêle para sua conservação e velhacouto; havia destituído a sua senhora natural dêle, tratando-o como seu e a Rainha de Matamba como sua escrava e tributária.

Ao contrário succedeu a esta Rainha Ginga do que à Católica Rainha da Escóssia, que, vindo à Inglaterra a valer-se de rainha daquela Gram-Bretanha Isabel, fiada no parentesco e amizade de que entre ambas havia, onde vinha buscar refúgio e amparo — achou uma áspera prisão contra tôda a urbanidade das gentes, mas ç como havia de achar clemência, sendo de lei contrária à sua? — quando esta rainha Ginga, achando agasalhado e acolheita naquela Rainha de Matamba, e sendo ambas gentias e idólatras, se lhe apoderou de seu reino, em paga da hospedagem; não há neste mundo de quem se fie! . . .

7. Fortificação do pôrto de Luanda.

Vendo o nosso Governador que, quando veio a esquadra flamenga do corsário Pieter Heyen a infestar êste pôrto da cidade de Luanda, não havia em tôda a praia desta cidade reparo nenhum de trincheira com que se cobrisse e defendesse a Marinha, a que algum inimigo de mar em fóra não pudesse tam a seu salvo botar gente em terra, e tentando isto como bom e prudente Governador, — deu ordem que com todo o cuidado se fizesse um recinto de trincheira, que abraçasse tôda aquela praia, a qual se fez, de pedra e cal, da altura de um homem, com seus fortins e brechas, capazes para a artilharia, para descortinar de um ao outro aquela dilatada praia, como se vê ainda hoje, se bem tudo danificado, que o tempo tem consumido em parte, como consome outros edifícios maiores.

8. Expediente e actividade.

Indo o Governador dando expediente a todos os negócios tocantes ao seu bom govêrno, acudindo às cousas necessárias, como foi prevenir a guarda da navegação do rio Quanza de Cabos de experiência de infantaria, para sua guarda e comboio, a respeito dos Quiçamas, que sempre com tomadas e assaltos desinquietavam aquela navegação tam necessária para a Conquista e mais Reino, em razão do comércio que em patachos, lanchas e canoas subia a todos os pumbos, e vindo para a Cidade de Luanda as mesmas embarcações com seus retornos de peças e marfim e os mais géneros e frutos da terra para o sustento; achando-se o Governador à toda a hora apto e composto para ouvir os querellosos e dar despacho a todos, o que havia exercitado na assistência do Paço da sempre Real Casa de Bragança, como quem havia assistido àquele serviço tantos anos, dando expediência ao cargo que occupava, de Vedor daquela tam numerosa e grandiosa Casa e Palácio, que a tudo atendia em razão do cargo que occupava, que era o melhor e mais fidalgo que naquella Real Casa havia; — foi um dia um Morador dos mais autorizados da Cidade a visitá-lo e, como viu que da visita queria passar à conversação, lhe disse o Governador: ¿ se o trazia algum negócio que com êle tivesse? — e vendo que não tinha, lhe disse que, quem governava, tinha muitas occupações e não podiam fazer o que os outros homens que tinham tempo para suas conversações, o que êles não podiam fazer pelo peso do Govêrno, e mais que, como seu amigo, lhe dava um bom conselho, que não fôsse nunca à casa de quem governava senão tendo algum negócio, que... dos governadores — quanto menos — melhor!

Estas e outras cousas lhe sucederam no decurso do seu govêrno, que não relato por não causar fastio ao curioso Leitor, que o quero grato para que releve as imperfeições desta minha História, e, para remáte do que se pudera relatar e escrever, lhe foi dado ao nosso Governador o nome de Governador Perfeito, porque em tôdas as suas acções assim o mostrou; tendo governado, como dito é, lhe veio a suceder no govêrno Dom Manuel Pereira Coutinho.

Capítulo II

— O governador Dom Manuel Pereira Coutinho. — Fortalezas da Conquista. — Regimento da navegação do rio Quanza. — António Bruto e os Dembos. — Prevenção contra os Holandeses. — O bispo D. Francisco do Soveral.

9. Talento e sábias providências do Gov. Coutinho.

Acha-se por alguns papéis de serviços de Conquistadores e Provisões, que em seu tempo passou, em como foi governador e capitão geral destes Reinos Dom Manuel Pereira Coutinho, na éra de 1633 para 34 anos; de sua fidalguia pudéramos dizer muito, pois a poucos passos vem a topar, conforme as notícias, com a antiga e nobilíssima Casa do Conde da Feira, ramo daquele sempre invicto Condestável D. Nuno Álvares Pereira, tronco da Real Casa de Bragança, como também o era Dom Manuel Pereira Forjaz, de quem, em a primeira parte desta Historia, havemos feito menção, em o breve govêrno que teve nestes Reinos; por Coutinho vem a topar com a esclarecida Casa Conde Redondo, das chegadas à Real Casa de Bragança; estas qualidades de tam bom sangue acompanhavam ao Governador de quem imos falando; e, para corresponder às obrigações que o acompanhavam, começou a dispor as cousas do seu Govêrno e boa direcção dêle, como de sua idade e talento se esperava, assim em a disposição do que tocava às cousa da guerra como govêrno político; fazendo ou mandando fazer inteiro cumprimento de justiça às partes, amparando os pobres, assim brancos como pretos, a não serem avexados dos poderosos; preparando as fortalezas da Cidade de todo o necessário à sua defesa, e mandando bastecer as fortalezas da Conquista de soldados e munições para o que se oferecesse com o gentio da terra.

10. Os atáques dos quiçamas.

E tendo notícia por disso ser avisado, que os sobas da Província da Quiçama se desaforavam em fazer tomadas em a navegação do rio Quanza, chave da Conquista, proveu novamente por capitão e guarda daquela navegação a Fernão Rodrigues, soldado de experiência, conquistador antigo, que já havia ocupado o mesma pôsto [nomeado] pelo bispo governador D. Frei Simão Mascarenhos, para o que lhe deu oficiais menores com infantaria e ordens, e regimento por escrito, para que, sendo lhe necessário mais infantaria do que lhe era consignada, a pedisse, e trocasse pelos que tivesse enfermos naquele serviço, nas fortalezas sitas na navegação daquele rio Quanza como são Muxima, Maçangano e Cambambe, e os capitães das ditas fortalezas dessem seu devido cumprimento ao que ordenava em seu regimento àquele Capitão, a quem encarregava o cuidado e desvelo de negócio de tanta importância; e que pedisse com bom modo àqueles sobas daquela Província entregassem os escravos fugidos dos vassallos portugueses; e que mandasse por seus oficiais andar as lanchas dos comboios sem entenderem com aqueles beliciosos quiçamas, mas que, desmandando-se ou fazendo algumas tomadas, lhes izesse todo o mal que pudesse, não os deixando arrimar ou lavrar, nas isangas, as terras beira-rio, nem passar desta outra banda a seus negócios, que era cousa para êles de grande pezar; em êste modo acomodou aquela guarda na forma dita; e, para que se veja êste dizer do Governador por suas mesmas palavras, vai aqui trasladado o meu Regimento, cujo teor é o seguinte:

Regimento para o Capitão do Quanza.

Primeiramente — que o Capitão do Quanza marche pelo Quanza arriba, mui bem consertado, fazendo suas vigílias e adestrando a sua gente:

Que as embarcações, patachos e lanchas — que achar, as visite e saiba: se trazem armas; e não consinta andar embarcação sem andarem os homens, que nela forem, mui bem armados, pondo-lhes graves penas e castigos, se os achar mais sem armas; e juntamente se vão pelo rio abaixo ou rio acima,

sem terem de ver [intrrometer] com a gente da Quiçamã, ainda que lhes fale mal:

Que visite os outavos, que têm quitandas e saiba: se nas feiras fazem algumas velhacarias, e não lhas consentir, provendo no quizongelo, se é grande ou pequeno, mandando nisso o que fôr justiça, conforme aos tempos:

Que o soba que vir que faz mal, fazê-lo com muito resguardo e segurança sua, o mais que puder ser, se sabe se não faz nada sem risco;

Que o soba Gongo, que é o mais perigoso do Quanza e o que mais fala, — a êste mandará um recado muito bem ensinado, e que entregue a gente que tem, pois Mulumba e Embuila a vão entregando; a êle, que está ao longo do Quanza e todos os dias fala connosco é bem que a dê, e, se a der, terá todo o amparo no Senhor Governador; e, se a não quiser dar, que nem hão de semear nas isangas nem tratar na Ilamba; e lhe hão de fazer todo o mal que puderem; e da resposta, que der, se avisará ao Sr. Governador; e estas lanchas continuarão seu trabalho desde o outavo de Songa até à Rocha de Cambambe; e, se lhe parecer ao Capitão de ser até Cacova, o poderá fazer, acudindo a tôdas as ocasiões que se moverem e avisando mui miudamente à Luanda do que succeder, para o Sr. Governador de cá mandar o que bem parecer:

E êste R. se cumpra como nele se contém.

Luanda, 12 de Abril de 1634 anos. E eu, o Secretário António Rodrigues de Oliveira, o escrevi.

Dom Manuel Pereira Coutinho.

Êste era o Regimento do Capitão do Quanza, que, para tirar a gente das fortalezas ou a trocar, como atrás se disse, era a ordem à parte que aqui se não treslada pelo mesmo teor, por não molestar ao Curioso Leitor e se ter dito a substância dela: fiz aqui menção de como, naquele tempo, dispunham as cousas os Governadores e o que zelavam o Serviço Real, para que se veja no tempo de agora o que então se obrava.

11. Os sobas Dembos

E vindo nóvas ao Governador e Capitão Geral em como os sobas Dembos, que são mui poderosos, faziam mui-

tas avexações e tomadias de fazendas a homens brancos e a negros tratantes, e não davam os caminhos francos ao negócio das peças, recolhendo em si muita gente fugida, escravos dos Portugueses, sem os quererem entregar, nem restituírem a seus senhores, e o que mais nisto havia criminado, era um Soba, poderoso senhor de muitos sobas e vassalos, chamado — Ambuíla, — pôs o Governador em conselho com pessoas doutas, Senado da Câmara e principais Cidadãos da República — e se seria justo fazer guerra àquele soba Dembo e seus Aliados, visto seu desafôro de não dar por cartas nem ordens, que êle Governador lhe tinha escrito e mandado, o que ventilado e discutido pelos do conselho semelhante negócio, vieram a conferir que era justo fazer-se-lhe guerra, visto sua rebeldia, e não haver outro modo mais suave para se obrigar a vir ao que era razão.

Tomado êste parecêr, nomeou o Governador por capitão-mór da gente de guerra desta emprêsa a António Bruto, [Bruto é, não tam bruto que não sinta quam mal a sorte lhe pinta: isto disse êle em certa ocasião], soldado de experiência e conquistador antigo, que se havia achado em muitas batalhas e recontros de guerra neste Reino, de quem já havemos feito menção na I parte desta História.

Começou logo a pôr por obra esta campanha, alistando gente, preparando armas e munições, avisando à Vila da Vitória de Maçangano e mais Presídios: que estivessem prontos para, até tal dia, se virem a juntar em paragem certa, a encorporarem-se com o mais corpo do Exército, que havia de sair da cidade, por onde ficava mais direita a derrota para aquela paragem e soba dembo Ambuíla.

Tendo-se preparado, o eleito Capitão-mór saiu da Cidade, acompanhado dos mais cabos maiores, capitães de Infantaria e moradores homens de cabedais, de gente preta, conquistadores do sertão, que acompanhavam esta emprêsa, por serviço de seu Príncipe, fazendo êste serviço à sua custa com muito gásto de suas fazendas, indo marchando com ordem militar até à Camulemba, sítio de província de Ilamba consignado, em que se havia ajuntar o mais poder, vindos de Maçangano e dos mais Presídios da Conquista.

Junto que esteve tudo, e muita guerra preta, acompanhada de seu valeroso capitão-mór António Paulo Dias, pelo ape-

lido de terra Musungo Aanga, com seu samba Tandala Sebastião da Costa, Baxi Gandeli pelo nome da terra, homem preto de encutos (ou vestidos), com os mais oficiais menores, o qual capitão-mór e tandala do Reino mandou tocar seus instrumentos bélicos: como é um chocalho grande de folha de ferro fechado por cima e bandas, e por baixo aberto, a que chamam muucu, que, dando nele com um maço de pau, sôa muito longe, como o poderá fazer num sino as pancadas ou badaladas, que dão neste seu instrumento bélico, que só o capitão-mór e tandala do Reino pode mandar tocar, e, em sua falta, o seu samba Tandala, que é a segunda pessoa do governo de guerra preta; a suas tocaduras, que são devagar e compassadas, acode tôda a guerra preta, e é sinal para todos se ajuntarem naquele sítio; e por êle se dá sinal quando se há de marchar; e ao arranchar, à tarde, se dão aquelas pancadas, para que tôda a gente preta, que anda ao largo, ali acuda e tenha entendido que ali se arrancha aquela noute, e vem a ser o governo por onde, entendo, se governa êste nosso gentio. Além disso, têm neste instrumento muita superstição, e muito mais os Jagas e Gentios que não têm lume de fé.

Também lhe é dado e permitido a êste capitão-mór da guerra trazer uns tambores pequenos, a que chamam capopos, que são como atabales, que se podem comparar aos que se permitem aos nossos generais nas guerras; e só êle pode usar dêste instrumento e por êle, ao que se tem dito, é conhecido de todos.

Tem êste capitão-mór potestade para castigar a sua gente de guerra, que não obedece a seus bandos e ordens e se desmanda fóra do exército, cortando-lhes orelhas, e às vezes as cabeças, conforme o crime que hão cometido, sem apelação nem agravo.

Fiz aqui esta declaração pelo não ter feito em as ocasiões de guerra, que se hão relatado, que se não pode falar em tudo junto, e mais sendo o escritor historiador moderno em estas matérias de Escrituras: o mesmo que aqui se tem dito, se fez em tôdas as outras guerras que havemos tido neste Sertão; ao diante se dirá da pessoa e merecimentos dêste dito capitão-mór da guerra preta e Tandala dêste Reino.

Saiu o nosso Exército deste sítio de Camulemba [Camulemba é uma árvore de gram copado, que tem êste nome], ao

som de caixas e trombetas, com as Bandeiras de guerra arvoradas, o capitão de cavalos diante com sua companhia, e a guerra preta volante com suas bandeiras e divisas, levando a quimbuca [bagagem] no meio da gente de guerra, com munições, artilharia de campanha e armas de sobreceleste; com esta ordem foram marchando, passando o rio Zenza e o Dande para as terras daquele soberbo inimigo, o qual, entrando o nosso exército em suas terras e domínio, veio em seus esquadrões, a que elles chamam Mosengos, a receber o nosso poder com travada escaramuça, onde tiveram os nossos a primeira batalha em que houve, da nossa parte, perda de gente, de mortos e feridos, pelas muitas armas de fogo com que se achava aquele Inimigo, assistido de muitos daqueles Dembos que são como a potentados livres, e, no tempo de hoje, subordinados como vassallos do Príncipe Nosso Senhor.

Opôs-se o valor dos Portugueses a tamanha multidão, pelejando com grande esforço e valentia, rebatendo tôdas as furiosas investidas daquela numerosa gentildade, com bizzarria portuguesa, matando dos inimigos muita quantidade, até que, experimentando à sua custa o poder de nossas armas, e da artilharia de campanha granizando bala miúda, prostrando a muitos por terra, com que veio a ceder seus ímpetos furiosos, e foram perdendo terra e os nossos sôbre elles matando e apriõinando a muitos; e, vendo não tinham saído bem em pelear com o poder dos Portugueses a peito descoberto em campanha rasa, se foram recolhendo a suas fortificações, assim de trincheira de pau-a-pique e faxina, como a muitas pedras fortes e inexpugnáveis, que, como a terra dêste Dembo Ambuíla é muito dilatada e tem muitos sobas seus vassallos, tinha muitas fortalezas destas, em que se recolhia seu inumerável gentio.

12. O cerco às trincheiras.

Foi marchando o Capitão-mór com seu poder em demanda dos bongues [trincheiras] do inimigo e os foi avançando com grande valor, disparando o inimigo, dêles, muitas armas de fogo, frecharia e tiros de azagaia, com que houve muitos feridos e alguns mortos dos nossos valerosos Portu-

gueses ; e, como a distância das trincheiras tinham grande circunferência, estando a nossa gente portuguesa combatendo por uma frente aquelas dilatadas trincheiras, onde havia acudido o mais grosso poder, foi o Capitão-mór da guerra preta — Paulo Dias Musungo Aanga — picar e investir aquele inimigo por outra parte distante, acometendo as trincheiras do inimigo com muito esforço e valor, que nele era bem conhecido pelas muitas ocasiões de guerra, em que se tinha achado, acompanhando nossas bandeiras com o cargo de capitão-mór e tandala do reino e gente preta, e levava sempre em sua companhia gente do seu partido, grandes soldados discípulos da sua escola, com o que vendo a resistência e defesa daquela esforçado gentio a não ser entrada em suas fortificações, — tomou o seu bastão que trazia por insígnia e atirou com êle dentro das trincheiras, dizendo aos seus: Ihe fôssem buscar o seu Bastão e Insígnia de El-Rei de Portugal, ao que investiram todos com tanto denodo e valor, esforçando-os o seu caudilho, que entraram as trincheiras apesar do inimigo, com mortes de muitos defensores, resgatando o bastão do seu Capitão-mór, e aprisionando a muitos dos inimigos.

Nêste mesmo tempo entrou o Capitão-mór com a gente do nosso exército pela parte que combatia com muito esforço e valentia as trincheiras do inimigo, apanhando ao inimigo em meio de uma e outra parte ; fizeram nele uma grande degolação, aprisionando a muitos e *canzando* [= saqueando] suas povoações, próximo àquela Dembo ; e os mais fidalgos sobas vendo-se entrados, incorporados com muitos dos seus, furaram e se puseram em fugida, que, como vestem poucos vestidos, são mui ligeiros no correr ou fugir quando se vêm em aperto ; por qualquer parte escapam e se retiram para os seus velhacoutos e fortalezas de suas pedras ; e, o capitão-mór com seu exército sitiou a principal, onde se recolheu aquele Dembo com muitos dos seus, por ser a mais inexpugnável que em seu senhorio havia e de maior grandeza, onde havia recolhido muito do seu mulherio e gente inútil, por ter dentro campo espaçoso de searas e muitos bastimentos juntos, para manter a si e à sua gente em o cêrco, que já considerava sôbre si, para o que se havia prevenido, como dito é ; e, enquanto se ocupa a nossa guerra e exército nele, iremos discorrendo em outras matérias.

13. Comparações pessoais e os serviços do Tandala.

A primeira [matéria] seja dizer, antes que nos passe por alto, os muitos merecimentos que havia em o Capitão-mór da guerra preta e Tandala do Reino — Paulo Dias Musungo Aanga: comparo a êste preto, só em as côres, que o mais tudo tinha de branco, àquele que houve em Flandres em tempo do excelente Duque-de-Alba, que se intitulou El Negro valiente em Flandres Fulano de Alba.

Mas é porque havemos de buscar comparações estranhas, quando as temos no nosso Portugal e Estado do Brasil do nosso tempo?

O esforçado e sem pavor Amrique Dias, que, com o seu terço de gente preta de Angola, como êle também o era, obrou maravilhas, como em nossas Histórias o contam Francisco de Brito Freire — [«História da guerra basílica»] e agora novamente o traz o Autor do «*Castrioto Lusitano*», o digníssimo abade de S. Bento da muito nobre e populosa Côrte da Cidade de Lisboa — [Frei Rafael de Jesus]; o de que falamos, não desmerecia dos dous apontados, assim em valentia como em apessoado e trato de sua pessoa em tôdas as matérias, e chegou a ter um filho sacerdote, do seu mesmo nome, e filhos casados com pessoas autorizadas, de quem teve um neto, que foi clérigo também, e tem ainda descendência autorizada em a Vila da Vitória de Maçangano.

Foi mui respeitado e obedecido de todo o gentio deste Reino, de qualidade que, pela muita mão que tinha com êles, lhe acumularam seus émulos, que em todo o estado não faltam, que êle se queria alevantar com o gentio nosso doméstico e fazer-se dêle senhor!

Formaram-lhe culpas, de sorte que o achegaram à prisão e com elas o embarcaram por via das Índias de Castela para a Espanha, a ir dar descargo de si á Côrte de Madrid.

Indo assim embarcado, foi de Índias embarcado em um galião da frota, em ocasião que veio uma Armada Holandesa ou do Pé-de Pau ou de outro, de modo semelhante a buscar os galiões da prata, de que eram mui amigos, como são todos, mas é por seus cabedais; houve grande peleja e principalmente foi muitas vezes abordado e botada gente dentro em o galeão,

em que ia êste valeroso Preto, o qual com uma espada e rodela botou por vezes os Holandeses fóra do galeão, com que o não puderam render — cousa que foi falada em toda a Armada o valor e esforço com que se houve o Preto de Angola, com que se divulgou a fama, chegando à Côrte de Madrid a El-Rei D. Filipe, que mandou logo o levassem à sua presença, e o honrou, mandando-lhe dar boa ajuda de custo, e, por o mais honrar, o mandou livrar na Mesa do Desembargo do Paço. Livre que foi, o proveu novamente da sua Real Mão nos póstos que occupava nestes Reinos de Angola — de Capitão-mór da guerra preta e Tandala do Reino, que êle autor muito bem conheceu e conversou.

Morreu no tempo do Govêrno do Governador e capitão geral dêstes Reinos e suas Províncias e Conquistas Pedro César de Meneses, antes da tomáda da cidade de Luanda pelo holandês. Fiz êste compêndio dêste honrado homem, que é bem fique na lembrança das gentes os que obram bem no serviço do Príncipe e da Pátria.

[Tandala é o que serve de intérprete, e era cousa de muita autoridade ver a um homem dêstes, a quem o gentio tinha por ídolo, ajoelhado aos pés do Governador em a sala do Docel, quando vinha algum soba, estar êle desta sorte servindo de intérprete. Servia de Tandala, que é intérprete; quando vinha algum soba a falar ao Gov., estava de joelhos aos pés do Governador.]

14. Uma finta.

Indo o Governador D. Manuel Pereira Coutinho prosseguindo o seu govêrno, como de seu fidalgo sangue se esperava, veio pela Majestade Católica uma finta á cidade de Luanda, remetida sua execução ao Ouvidor-Geral, que então era Dionísio Dores de Albergaria, o qual indo à Camara a falar em seu cumprimento com o Senado da Câmara, estando no Paço do Concelho, tendo notícia disso a gente da cidade, — veio o povo atumultuado, apelidando que não queriam fintas, nem as aceitavam, por ser isto uma terra de conquista, e não haver nela rendas certas, em que se pudessem impor e pagar; que dependia o sustento desta terra de um trato incerto e duvidoso; isto, com grandes clamações aos Officiais da Câmara e Procurador do Povo: que não viessem em tal; o

que, visto o rebuliço, ficou o das fintas indeciso, indo-se para sua casa o dito Ouvidor Geral, o qual quis tornar a persistir no pôr das fintas, ao que tornou a acudir o numeroso Povo, a que acompanhava muito do gentio assistente na cidade, à casa do Ouvidor Geral, com grande alvoroço, e correria muito risco, se a êle não acudira o Governador em pessoa, com o virtuoso Prelado, que então era D. Francisco do Soveral, bispo de Congo e Angola; a presença e autoridade de ambos foi causa de não chegarem com o Ouvidor a um extremo, prometendo àquele povo, para sua quietação, que tais fintas se não poriam, com o que ficou socegado aquele alvoroço do Povo e mais gente da Cidade.

15. Os Holandeses no Brasil.

No tempo deste govêrno vieram nóvas a êstes Reinos de ser tomado Pernambuco pelos Belgas Holandeses e por ser caso, como estavam tam perto, não viessem a invadir esta Praça, se preparou o Governador, fazendo algumas fortificações, como foi um trincheirão com um fortim na marinha, em uma abérta que entrava para a Lagoa dos Elefantes, neste tempo as cassimas da Maianga, cuja obra encomendou ao Capitão João Pegado da Ponte, genro do famoso conquistador João de Velória, na qual fortificação pôs muita assistência e gasto de sua fazenda, por serviço de seu Príncipe.

E tendo o Gov. aviso que no pôrto de Pinda estava uma nau flamenga, divertindo por ali o negócio do Reino de Congo, mandou uma embarcação bem abastecida de munições, de armas e soldados práticos das guerras da Conquista, e por cabo ao valeroso Capitão-mór Pero de Sousa; chegou ao pôrto de Pinda e achando a nau inimiga ser mui possante, fiado na gente que levava, foi caíndo sôbre ela, que se achava ancorada; e vendo o Flamengo a deliberação da nossa gente, sendo a nossa nau mui inferior, havendo recebido algumas cargas de mosqueteria, foram largando as armas, digo as amarras (sic) por mão, foram fazendo-se ao mar, que donde acham dentes se desviam de ser mordidos, com que largaram o pôrto de Pinda contra suas vontades, mui bem hospedados de nossas armas.

16. Elogio do Governador.

E por dizermos alguns Louvores deste bom velho e Governador, que ainda que o era e branco todo, era grande homem de a-cavalo, e o a-trasava, pondo-se em cima d'êlê com aquela velhice; não é grande encómio dizer que o nosso Gov. era grande cavaleiro, pois parece que a todo o fidalgo lhe vem por herança o serem-no, e que vêm já ensinados das entranhas de suas fidalgas mãis.

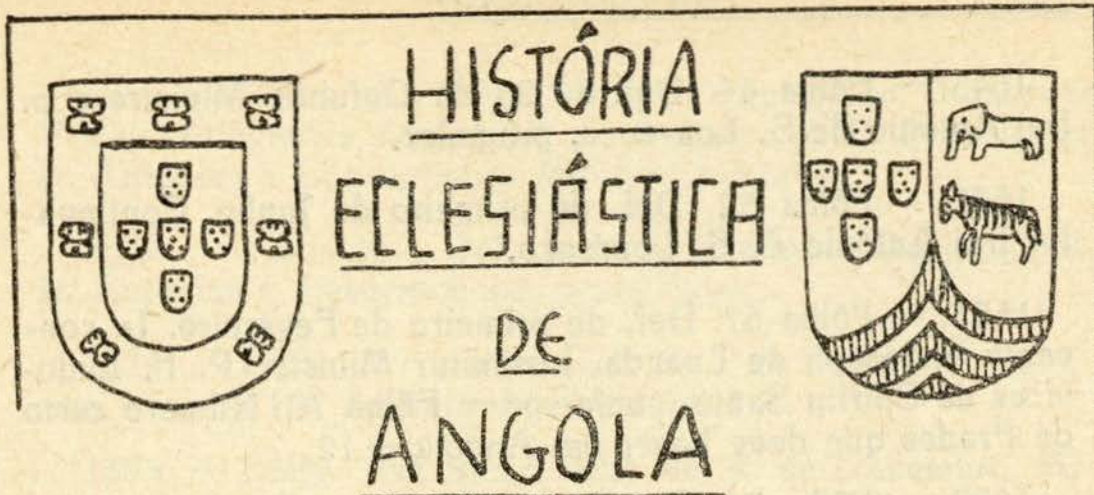
No princípio de seu govêrno havia trazido um seu neto do seu mesmo nome, e alcunha lhe deu o tempo lá no nosso Reino de Caím, do qual sabendo que andava desinquieta e fazia algumas travessuras, o mandou logo para Portugal, por querer ter tudo pacífico, e que êle não causasse a mínima inquietação — tal era a sua bondade e fidalguia.

Até agora não hei feito menção nesta História da virtude e vida exemplar do digníssimo Bispo de Congo e Angola D. Francisco do Soveral, por não interromper o que vou escrevendo, do qual se pudera fazer um grande Volume do que obrou neste Reino no Serviço de Deus, o que tocarei ao diante, não conforme êle merece, senão conforme meu curto estilo, porque o conheceu o Autor desta História, e poderá dizer muito do que viu e lhe foi notório.

Veio neste tempo successor ao nosso Governador e Capitão Geral Dom Manuel Pereira Coutinho — Francisco de Vasconcelos da Cunha, com que deu fim ao seu govêrno com aceitação de todos os vassallos d'êste Reino.

(*Continúa*).





Convento de S. José de Luanda

(Vários Documentos e Informações)

BIBLIOTECA DA ACADEMIA
DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

(Continuação da página 80)



1636. FÔLHA 24. DEFINITÓRIO de 17 e 20 de Fevereiro. Foi eleito para Ministro do Convento de Luanda o p. frei Mateus de S. Francisco. — Fôlha 26, v: No número marcado de Frades a cada Convento — foram fixados 8 para Luanda.

1639. — Fôlha 33. Definitório de 22 de Janeiro. Foi eleito Ministro o padre frei Aleixo das Neves.

1640. — Fôlha 37. Def. de 16 de Dezembro. Continua frei Aleixo.

1641. — Fôlha 39. Def. de 20 de Junho. Foi eleito Ministro o p. fr. João do Rosário, prègador e confessor.

1645. — Fôlha 44. Def. de 28 de Outubro. Ministro o p. frei António de S. Lourenço, prègador.

1647. — Fôlha 52. Def. de primeiro de Junho. Continua tur frei António de S. Lourenço.

1651. — Fôlha 67. Def. de primeiro de Fevereiro. In conventu S. Joseph de Luanda, instituitur Minister P. F. Ludovicus de Spiritu Santo, confessor. — Fôlha 70: Número certo de Frades que deve haver em Angola — 12.

1652. — Fôlha 72. Def. de 4 de Agosto. Continua Ministro de Luanda o padre frei Luís do Espírito Santo.

1654. — Fôlha 76, verso. Def. de 3 de Maio. Ministro de Luanda o pater frater Antonius à Divo Petro, conf.

1655. — Fôlha 81, v. Def. de 6 de Novembro. Continua ministro o padre frei António de S. Pedro.

1657. — Fôlha 84, verso. Def. de 7 de Setembro. Ministro o padre prègador frei António Garcês.

1659. — Fôlha 98, verso. Def. de 26 de Julho. Ministro o rev. p. frei António de S. João, confessor.

1661. — Fôlha 105, verso. Def. de 12 de Março. — Ministro o p. frei João de Madre de Deus, prègador e confessor.

1665. — Fôlha 125, verso. Def. de 21 de Fevereiro. Ministro o p. frei Salvador da Conceição.

1666. — Fôlha 131. Def. de 16 de Janeiro. Ministro frei Francisco de S. José. Fôlha 132. — Ordenamos que no nosso Convento de S. José de Luanda tenha cada Religioso um só negro, que lhe acuda a suas necessidades. — Ordenamos que os nossos Prelados de S. José de Angola não dêem licença aos Religiosos seus súbditos para fora da terra, se não fôr por especial ordem do Governador, as quais ordens, se as derem, para alguns frades, as traga ao Capítulo, sob pena de não votar nele, e de outras ao arbítrio do Definitório.

1667. — Fôlha 137, verso. Def. de 3 de Setembro. Continua frei Francisco de S. José.

1669. — Fôlha 142, verso. Def. de 23 de Março. Domorum Prelati, Conventus S. Josephi de Angola: R. P. Praedicator fr. Antonius à Conceptiones Minister instituitur.

1672. — Fôlha 152. Def. de 17 de Setembro. Instituitur P. fr. Antonius à Resurrectione, praedicator.

1674. — Fôlha 157, verso. Def. de 7 de Setembro. Continua o padre frei António da Ressurreição.

1675. — Fôlha 160, verso. Def. de 30 de Novembro. Ministro frei Manuel de S. Teresa, prègador. Fôlha 164: frei Manuel de S. Teresa resignou o ministrado de Angola e em seu lugar, a 19 de Dezembro, foi nomeado ou eleito frei António da Madre de Deus.

1678. — Fôlha 170. Def. de 29 de Novembro. Ministro frei Francisco de S. Agostinho, prègador. Fôlha 171: Taxa do número dos Religiosos em Angola — dez.

1680. — Fôlha 176, verso. Def. de 8 de Junho. Continuat fr. Franciscus à Divo Augustino.

1682. — Fôlha 182, verso. Def. de 14 de Fevereiro. Instituitur R. P. fr. Franciscus à Divo Fructuoso, praedicator.

1683. — Fôlha 190, verso. Def. de 8 de Novembro. Continua frei Francisco de S. Frutuoso como Ministro. — Fôlha 200, verso, notícia de sua morte.

1685. — Fôlha 196, verso. Def. de 13 de Janeiro. Instituitur R. P. f. Joannes à Divo Bonaventura. A 13 de Março, foi confirmada a eleição do p. frei Manuel da Penitência, natural de Aljubarrota: Fôlha 199. A 7 de Dezembro, continua frei Manuel de Penitência: Fôlha 203.

1688. — Fôlha 210, verso. Def. de 13 de Março. Frei Jacinto de S. Paulo, prègador.

1689. — Fôlha 217. Def. de 4 de Abril. Continua frei Jacinto.

1691. — Fôlha 225, verso. Def. de 20 de Janeiro. Ministro frei Micael da Expectação.

1692. — Fôlha 234, verso. Def. de 21 de Junho. Continuat fr. Michael ab Expectatione.

1694. — Fôlha 243. Def. de 20 de Março. Fr. Francisco ab Purificatione. Nas segunda e terceira sessão, havidas em 23 e 24 de Março: — Mais se nomeou em Definitório em que a Casa de Angola fôsse de Noviciado e ao rev.do p. Ministro se lhe concedeu faculdade para que possa aceitar 3 noviços naturais daquele Reino, pela muita falta que há de Religiosos que vão para aquelas pártes, atendendo ser isto muito necessário para a utilidade daquele Convento; e fará aos Noviços as deligências, na forma em que os nossos Estatutos dispõem.

1695. — Fôlha 250 ou 251, verso. Definitório de 24 de Setembro. Continua frei Francisco da Purificação.

1697. — Fôlha 255. — Def. de 10 de Agosto. R. p. fr. Dominicus à Divo Antonio, praedicator, instituitur.

1699. — Fôlha 260. — Def. de 20 de Junho. Fr. Emmanuel à Divo Josepho.

1701. — Fôlha 263, verso. Def. de 5 de Fevereiro. Fr. Emmanuel à Resurrectione, confessor.

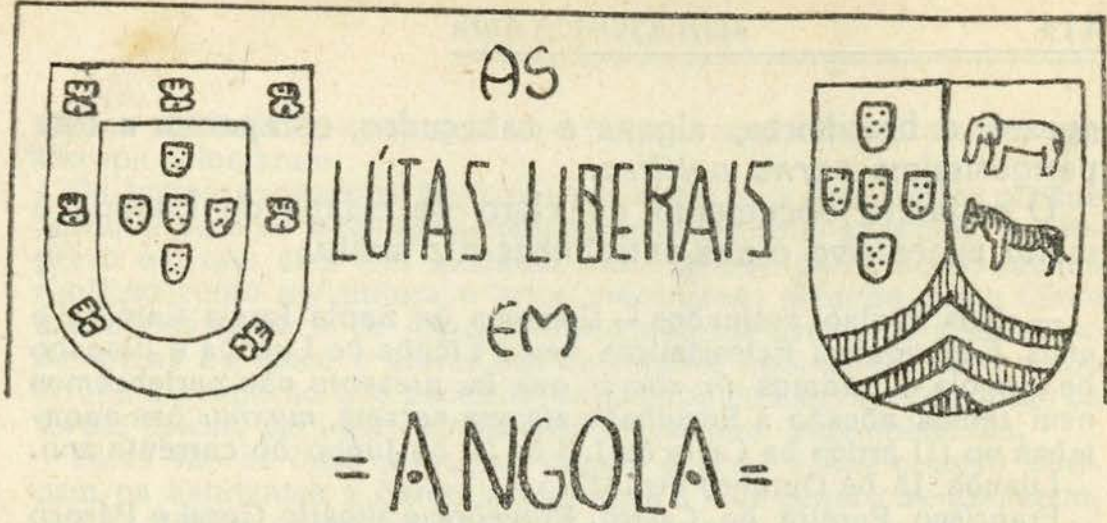
1703. — Fôlha 271, verso. Def. de 27 de Janeiro. Continua no cargo de ministro o p. fr. Manuel da Ressurreição.

1704. — Fôlha 277, verso. Def. de 17 de Maio. Frei João do Sacramento, confessor.

1706. — Fôlha 285. Def. de 30 de Janeiro. Continua frei João do Sacramento.

(Continúa).





(Continuação da página 74)

Capitulo sexto

O Governador Cristóvão Avelino Dias

1823-1824

54. — Sociedades secretas



A MAÇONARIA EM TODO O PORTUGAL, também no Brasil, e até em Angola, nesta época, teve grande importância ou força nos acontecimentos políticos: é da história.

Sobre este factor importante é bem acertada a seguinte opinião: — «Aqueles que estudam a história moderna e contemporânea, se não conhecem este factor misterioso, omnímido e poderoso, encontram-se frequentemente diante de surpresas, arriscando-se a nada compreender dos acontecimentos...».

Pois, como íamos dizendo, nem os padres e frades portu-

gueses e brasileiros, alguns e cabeçudos, escaparam a esta perigosíssima *sarna política*.

O seguinte documento do clero da cidade de Luanda é muito expressivo e nas entrelinhas diz muito :

— «Nós abaixo assinados — Cónegos da Santa Igreja Catedral e mais Empregados Eclesiásticos desta Cidade de Luanda e Bispaço de Angola — Juramos *in sacris* que de presente não pertencemos nem temos adesão à Sociedade alguma secreta, *maximè* das apontadas no III artigo da Carta de Lei de 20 de Junho do corrente ano.

Luanda, 15 de Outubro de 1823.

Francisco Pereira de Castro, Provedor e Vigário Geral e Pároco da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios. — O cónego Marcelino José de Campos. — O cónego Aniceto Rodrigues Alentejo. — O cónego Julião Alves da Silva. — O cónego Leonardo José Vilela. — O cónego Belchior José dos Reis. — O padre Cosme de Lemos. — José Manuel Gonçalves da Cunha. — O padre Joaquim José de Abreu. — O padre António Francisco das Necessidades. — Manuel Pinto de Barros, presbítero. — O padre Domingos Pereira da Silva Sardinha. — João Nepomuceno e Sousa, diácono.»

A frase «de presente» salva mas não prova a *inocência* da maior parte dos membros do alto e baixo clero de Luanda, que também... tinha ido na onda, como veremos mais à frente.

Quanto a estas declarações curiosas do... mais baixo e reles servilismo, no passado e... no presente, vale a pena ler os capítulos 8.º e 9.º da *História da Maçonaria em Portugal* de M. Borges Graíña.

Encontram-se já à venda em Lisboa os dois primeiros volumes da *História Secreta do Brasil* de Gustavo Barroso : apesar da narração ser apaixonada, contêm muitas verdades.

55. — A administração pública

No seguinte ofício, tam cheio de notícias locais, faz o governador Cristóvão Avelino Dias a descrição panorâmica de Luanda e Angola inteira, quanto ao seu comércio :

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr :

O Comércio da Escravatura, o principal e mais importante ramo da renda da Fazenda Real neste Reino, é geralmente feito por indi.

vídúos mandados expiar aqui os crimes atrozes e horrorosos que na Europa cometeram.

Os lucros excessivos de cento por cento, que êste tráfico produz aos que nele se empregam, têm motivado o total abandono e desprezo em que êles têm qualquer outro género de Comércio menos rendoso como agricultura e artes mecânicas; além de que o Clima ardente desta parte de África, produzindo um constante abatimento de forças no físico e moral dos habitantes, opõe-se em certo modo a tóda a ocupação que necessite actividade de espírito e emprêgo de forças físicas, para ser conveniente e útilmente desempenhada.

Estas são as duas principais causas que, na minha opinião, obrigam os habitantes a darem preferêcia a êste género de Comércio, cuja facilidade e simplicidade está em harmonia com a sua fraqueza e natural indolência.

Mas êste vil tráfico fomenta e entretém uma constante imoralidade nos indivíduos dêste país, a qual está em directa opposição com os generosos sentimentos do amor da Pátria, que ordinariamente se encontra entre os súbditos dos estados europeus; e, na verdade, parece que tais monstros perderam na passagem do Equador tóda a lembrança e interesse pelo país aonde nasceram!

Assim êles diàriamente proclamam em suas ordinárias práticas e conversações que êste país não pode deixar de pertencer ao Brasil pela «sua localidade ou posição geográfica, pelas relações comerciais entre ambos os Reinos há séculos estabelecidas, e ainda pela protecção e socôrro de tóda a espécie fáceis ao Brasil e que Portugal jãmais pode prestar a êste país pela distância em que dêle se acha situado, além da facilidade que se lhes oferece de tratarem seus particulares negócios e dependências na Côrte do Rio de Janeiro, pela sua menor distância e maior freqüência de Comércio e Comunicação com esta última Cidade; vantagem que, na sua própria opinião, nunca êles poderão alcançar com igual prontidão e facilidade do Governo de sua Majestade residente na Côrte de Lisboa...»

Tam insidiosas sugestões inquietam sobre-maneira o espírito público, já bastantemente propenso ao desejo da união dêste Reino com o Brasil, como já fiz saber à sua Majestade, pelo Ministério da Guerra, nos meus officios 14 e 35.

Os últimos acontecimentos da Baía e embarque de tropas portuguesas naquella Cidade para o pôrto de Lisboa, em Junho dêste ano, deram novo calor e mais firmes esperanças aos partidistas daquella união.

Até agora não me tenho embaraçado com êstes e outros..... e sempre me persuadi que pela força militar, a todo o tempo..... ao silêncio e socego êstes homens malvados que não têm por pátria senão o interesse do seu comércio.

Mas a sublevação do Batalhão Expedicionário (de que à V. Ex.^a dou parte no meu Officio número..., que nesta mesma ocasião remeto), me induziu a mudar de opinião e tratamento para com tam vil gente (Tem a palavra *canalha* meio raspada), porque estou hoje persuadido que ella teve grande parte na deserção que o dito Batalhão pretendia fazer dêste Reino, prometendo aprontar dinheiro e

viveres para embárque e transporte dos Officiaes e Soldados para Portugal.

Do conhecimento judicial e devassa a que mandei proceder por motivo daquelle acontecimento, espero vir no conhecimento dos culpados.

No entanto, receoso em que os cúmplices daquelle delicto fizessem alguma nova reacção, mandei sair dêste Reino o Cirurgião-Mór Joaquim José Ferreira Campos, homem intrigante, em casa de quem, suspeito, se formou o plano daquelle sublevação, concedendo-lhe assim por meu arbítrio a licença que êle, por minha via, tinha anteriormente requerido à sua Majestade.

Mandei igualmente sair desta Cidade o tenente-coronel Matias Joaquim de Brito, pertencente ao estado maior do Exército do Brasil, a quem sua Majestade tinha concedido seis meses de licença para ir à Lisboa tratar de seus negócios.

Tôdas estas precauções tenho tomado, por julgar que elas eram de absoluta necessidade, não só para a tranquillidade e socego desta capital, que por alguns dias foi alterado, mas até para a conservação e sujeição dêste país à obediência e ordens de El-Rei Nosso Senhor; do qual espero merecer a aprovação de minha conduta nestas tam críticas conjunturas, na certeza que êste Reino só deixará de pertencer à sua Real Coroa quando primeiramente nessa Côrte constar a minha morte, a qual gostosamente sofrerei para não ser súbdito de qualquer outro Monarca.

Estou persuadido que à presença de sua Majestade não de chegar repetidas queixas contra mim, não só dos Officiaes do Batalhão Expedicionário, mas ainda daqueles habitantes que se acham criminosos e cúmplices na infame e vergonhosa deserção daquelle Tropa; mas estou demasiadamente seguro na rectidão e sinceridade das minhas intenções, na penetração e intelligência de V. Ex.^a e na impassibilidade da Justiça da sua Majestade, para poder recear os efeitos da calúnia e intriga daqueles indivíduos, sem que seja ouvido sôbre os artigos da accusação que contra..... e sem que esteja terminada a devassa a que mandei proceder, cujo resultádo hei de mandar à Presença de nosso Augusto Senhor.

DEUS guarde à V. E. muitos anos. S. Paulo da Assunção de Luanda. Aos 19 de Outubro de 1823.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conde de Suberra.

Cristóvão Avelino Dias

Tenente-coronel e Governador do Reino de Angola

Dêste documento se deduz facilmente que Avelino Dias lutava, no seu govêrno, com grandes dificuldades e sem apôio algum, nem da tropa, nem dos habitantes da cidade de Luanda

56. — **O Bispo Póvoas**

O bispo D. João Damasceno da Silva Póvoas, dentro do seu Ofício de 17 de Novembro de 1823, remeteu a sua Declaração e a dos Eclesiásticos de Luanda para Lisboa, em que diziam que não pertenciam à sociedade alguma secreta:

— «D. Frei João Damasceno da Silva Póvoas, por Mercê de Deus e Confirmação da Sé Apostólica, Bispo de Angola, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssimo, que Deus guarde, etc.

Em consequência da providente Carta de Lei de 20 de Junho do corrente ano, que tantos e tam funestos males vai afastar de tóda a Nação até agora oprimida e dilacerada por uma Seita monstruosa e desorganizadora, juro, em tóda a efusão de meu coração, que nunca pertenci, nem pertencerei à sociedade alguma secreta, antes abominei, abomino, e abominarei sempre tóda e qualquer Seita secreta, seja qual fôr a denominação, que marcar o seu sistema, por ser seu fito certo e principal a destruição do Trono e do Altar, como evidentemente se acaba de ver na sepultura desastrosa que tinham cavado êsses monstros para nela enterrarem a Religião e ao nosso Amabilíssimo Soberano com tóda a sua Augusta Dinastia.

E, por verdade e convicção íntima, passei esta de meu próprio punho que assinei e rubriquei cem o Sêlo de minhas Armas.

S. Paulo da Assunção de Luanda, 26 de Outubro de 1823.

Frei João

Bispo de Angola

O formulário e sentido destas duas declarações, logo à primeira vista, se reconhecem no jogo: o bispo era sincero, o clero foi... reservado, porque tinha culpas, como se diz, no cartório.

57 — **O desânimo do Bispo**

Já vimos que o governador Cristóvão Avelino Dias não tinha paz no seu govêrno politico: por sua vez, o Bispo

Póvoas estava em idênticas circunstâncias, no govêrno religioso.

II.^{mo} Ex.^{mo} Sr. :

Tenho a honra de participar à V.^a Ex.^a que acabo de receber os Offícios de 10 de Junho e 12 de Julho do corrente ano com as Proclamações, Decretos e Leis que tiveram logar até aquella data, do que protesto fazer o uso que a minha Dignidade, o meu Carácter e, sobretudo, a minha firme, constante e bem conhecida adesão à Pessoa de El-Rei N. Senhor me sugerir, para mais e mais realçar minha fidelidade; entretanto, julgo do meu dever levar nesta ocasião ao conhecimento de V. Ex.^a, para ser presente à sua Majestade, as críticas circunstâncias em que me vejo para pedir pela décima vez a minha renúncia ou a trasladação para algum dos Bispados vagos de Portugal, ou para aquilo que à sua Majestade mais aprover, pois cinco anos de Angola, passados no meio de enfermidades, perigos e trabalhos — são motivos de sobejo para sua Majestade atender às minhas súplicas.

Para provar as minhas enfermidades, levo ao conhecimento de V. Ex.^a os documentos juntos, ainda que bastaria 5 anos de residência em um País pestífero para comprovar o que levo dito.

A respeito dos perigos e trabalhos, só tenho a lembrar à V. Ex.^a a gente grosseira e imoral, que pela maior parte povoa este continente e que obrigando-me à força a ser Presidente da Junta Provisória, não atendendo de forma alguma às justas razões que apresentei para me evadir, apesar dos muitos sacrifícios que fiz a bem do público, apesar de sacrificar muitas e muitas vezes minha Dignidade, meu carácter e até mesmo a minha razão, — em nada pude satisfazer a um povo, que entendendo a extinta Constituição muito a seu aprazimento, quis à fôrça que a Lei fôsse — a sua vontade desenfreada e o fim — os seus interesses pessoais e individuais, tratando em menoscabo tôdas as minhas exortações, umas vezes que contravinham à sua vontade e aos seus fins injustos.

Tive ainda mais de sofrer, além de pasquins, calúnias e sarcasmos, o insulto mais atroz que talvez em Portugal ainda não acontecesse, ou ao menos, durante o passado sistema, nenhum bispo experimentasse, e vem a ser :

Tendo eu nascido na cidade do Pôrto, e indo para o Rio de Janeiro na idade de 17 anos, professei ali o Instituto Franciscano, segui os estudos e a vida-regular por espaço de 20 anos; e, dignando-se sua Majestade, então residente no Rio, nomear-me Bispo de Angola, anuí à sua nomeação, ainda não reconhecendo em mim, nem as virtudes nem a ciência que o Apóstolo requiere e os Sagrados Cânones tanto recomendam; mas, uma vez que aceitei a honra que sua Majestade houve por bem prodigalizar-me, pus todos os meios para desempenhar os meus deveres, respeitando as Leis e as Ordens régias; assim me conservei nos primeiros três anos de minha residência, mas o Espírito malfetor, que vigia de dia e de noite para espa-

lhar a cizânia ou lançar o pomo da discórdia entre os ânimos socegados, — moveu a desastrosa reacção do Brasil para com Portugal, e eis o foco de tóda a novidade neste Continente.

Era meu dever, como Bispo, e ainda mais como cabeça do Governo, sustentar, a todo o custo, unido a El-Rei este terreno, que pelo povo me fôra confiado provisoriamente, porém o Brasil, pela sua contínua comunicação com esta cidade de Luanda e a de Benguela, subordinada a esta, não cessava de ter aqui Emissários que minassem a desunião desta colónia de Portugal, para se unir em tudo ao Brasil.

Trabalhei com bastante perigo e risco para me conservar no meu dever, porque começaram a ferver os pasquins contra mim, por não consentir na rebelião que projectavam; falaram e escreveram o que quiseram, mas, como consegui ter a Tropa do meu partido, descansei e náda temi das falácias e pasquins caluniosos e incendiários do partido oposto; desenganados, pois, de uma vez, os que queriam a união ao Brasil, que de mim nada conseguiam a tal respeito, trataram de me indispor com o Príncipe-Real e seu Ministério e, se não quando, vejo imensas cartas escritas e asseveraram-no tripulações inteiras de vários navios vindos do Rio de Janeiro, que o meu Retrato, deixado no meu Convento do Rio de Janeiro (Como é costume. Oxalá que tal costume nunca houvera!!!) tinha sido acutilado, rasgado, despedaçado ignorantemente, depois queimado e as cinzas lançadas ao mar — tudo perpetrado pela mesma Comunidade, somente por não consentir que esta Província se unisse ao Brasil, desligando-se de Portugal: tal excesso não pôde deixar de me maguar, mas nem por isso secumbi à lembrança de tam cruel e horroroso atentado.

No meio, pois, de tantos insultos praticados impunemente, vendo por um lado aviltada minha Dignidade sem motivo, e por outro crescerem minhas aflições de espírito pela absoluta inutilidade de residir aonde fui e estou sendo massacrado, — julgo de meu dever rogar à beneficência de V. Ex.^a: se digne ser meu Patrono para com sua Majestade, afim de que o mesmo Augusto Senhor, — tendo em consideração as enfermidades, os trabalhos e insultos, que tenho sofrido para sustentar a minha fidelidade e gratidão como era de dever, — seja servido trasladar-me para algum dos Bispos vagos, ou para outro qualquer emprêgo, que fôr de seu Real Agrado, de que possa manter-me, ainda que seja com a última parcimónia.

Deus guarde à V. Ex.^a

Luanda, 17 de Nov. de 1823.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conde de Subserra.

Frei João

Bispo de Angola

Com êste Oficio, estão juntos dois atestados dos médicos José de Melo e Joaquim José Ferreira Campos, passados em Fevereiro de 1822.

Corria, mas sem fundamento, a má fama a respeito da lealdade política do Bispo Póvoas, que, embora frade de um convento brasileiro, era português de alma e coração.

Numa época agitada, como esta, ninguém podia agradar ao mesmo tempo aos dois partidos, que se combatiam : é certo.

Como facilmente se percebe e vê nos documentos, que aqui estamos a publicar, o Brasil tinha todo o interêsse em chamar, para si, Angola, por causa da mão de obra ou pretos para a sua agricultura, que se estava então a desenvolver em larga escala ; por sua vez, aos comerciantes de Angola convinha esta... tentação, cujos lucros eram certos.

O Bispo Póvoas e o Governador Cristóvão Avelino Dias apontam, com a experiência dura nas mãos, as raízes da crise medonha que então pesava sobre Angola.

(*Continúa.*)

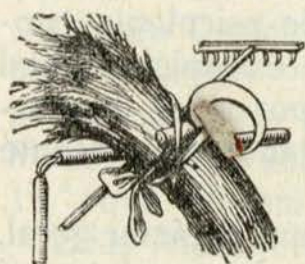




...quantos mais defeitos lhe achem, mais apreciarão o serviço preparatório que aqui lhes oferecemos...

Varnhagen, brasileiro.

Portucale



A REVISTA PORTUENSE — *Portucale* — importantíssima em todos os assuntos do seu largo e gostoso programa, acaba de completar o seu X ano ou volume, estando publicados já 60 números com variada colaboração, tanto literária como científica e artística.

Os melhores Escritores portugueses, de nome já bem feito, ali têm deixado belíssimas páginas, que marcam pela novidade, pela crítica sensata e pela cultura geral e particular.

Não é uma revista ligeira e banal, ou de bonecos, que se lê e joga fóra: os seus trabalhos são todos muito sérios e de valor positivo.

A *Portucale* ensina, orienta e sempre se consulta com proveito.

Nas suas páginas é muito séria e respeitadora, quanto à religião, com raros deslizes.

Na apreciação do pensamento, quer nacional, quer estrangeiro, tem um critério muito justo.

A redacção da revista *Portucale* é no Pôrto, na rua dos Mártires da Liberdade, 174-178, e a sua assinatura anual custa, para o Continente, 15\$00 e para as Colónias, 25\$00.

Nos variadíssimos artigos da mais elevada erudição e até na crítica bibliográfica, tanto nacional como estrangeira, as páginas da *Portucale* marcam brilhantemente o seu lugar literário, ou de destaque, nos tempos correntes ou passantes.

P. P.

Brotéria

Temos aqui na nossa frente o fascículo 6 do volume XXV da revista *Brotéria*, precioso mensário de cultura antiga e contemporânea, e que é dirigida, e quasi tóda colaborada, pelos Jesuítas Portugueses.

Pureza de ideia religiosa ou católica; história eclesiástica e civil; o pensamento mundial; a economia; a paz e a luta; a filosofia do mal e do bem; a união e a separação dos dois poderes político e religioso; ensaios de psicologia; notas críticas e justas à bibliografia nacional e estrangeira — tal é, em resumo, o assunto ou assuntos que, por mãos de mestres competentíssimos, são estudados e tratados no presente fascículo.

Porque êstes assuntos são tratados com um carácter geral, a sua leitura aproveita tanto a leigos como a sacerdotes: é uma revista com corpo e alma em equilibrada proporção.

Quem quiser estar ao facto ou ao par daquilo que actualmente agita o mundo inteiro, no vasto campo das ideias, tem nas páginas da *Brotéria* um guia ilustrado, honesto e fiel!

A série de cultura geral, que, em cada ano, forma dois grossos volumes, custa 50\$00 e para as Colónias acresce o póрте do correio.

Tóda a correspondência para a revista *Brotéria* deve ser remetida para Lisboa, Caixa postal 364.

P. P.

História de Angola

Na útil Colecção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, acaba de ser publicada, em dois volumes, a *História de Angola* de Elias Alexandre da Silva Correia, cujo manuscrito tem a data de 1782 e se encontra na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Em «Nota prévia», resumida e bem feita, o sr. dr. Manuel Múrias, ilustre Director do Arquivo Histórico Colonial, descreve o manuscrito e dá algumas notícias referentes ao autor e à obra.

Quanto ao passado — o autor nada mais fez que copiar o chamado Catálogo dos Governadores de Angola que em manuscrito andava de mão em mão em Luanda, e não consultou os Arquivos de Luanda onde, na Secretaria Geral e no Senado da Câmara, encontraria preciosos documentos, a partir de 1648; do seu tempo — dá informações muito importantes sobre comércio, agricultura e religião.

Camilo Castelo Branco, no capítulo — O Marquês de Pombal e o Vinho — do seu livro *Perfil do Marquês de Pombal*, prova que este Elias Alexandre era filho natural de José de Mascarenhas, conforme umas suas cartas, principalmente a 19.^a, que existem na Biblioteca de Évora.

Elias Alexandre chegou à Angola em 1782, razão por que pôs esta data no frontispício da sua *História*, que alcança factos posteriores.

Os três tomos da *História das Guerras Angolanas* de António de Oliveira de Cadornega, escritos em Luanda, de 1680 a 1681, são superiores à obra de Elias Alexandre, sobre todos os aspectos.

Com a publicação da *História de Angola* de Elias Alexandre prestou o sr. dr. Manuel Múrias um serviço de importante valia à cultura histórica portuguesa do Ultramar, para fácil consulta e confronto dos investigadores.

Humanidade

Entrou no seu III ano de publicação regular e progressiva o belo semanário *Humanidade*, que se publica aqui em Lisboa, e tem cumprido brilhantemente o seu programa.

Quere...

Combate...

Defende...

...e tudo isto executa com alma, coragem e bem.

A vida da metrópole e do ultramar; literatura em prosa e verso; política; assistência médica; desportos; teatro; arte; agricultura; comércio; navegação; funcionalismo colonial; problemas económicos — tais são os mais importantes assuntos que apresenta nas suas variadíssimas e patrióticas páginas.

Tem uma orientação plenamente conservadora e nacionalista.

Em lugar do título ou cabeçalho *Humanidade*, em que alguém, embora sem fundamento, já pôs ou fez reparo, não seria mal empregado outro mais significativo e plenamente nacional, como por exemplo *Portugal*...

Aos colonos de Angola, que vivem pelo mato ou interior e não têm tempo ou não podem ler os maços dos diários de Lisboa ou Pôrto, aconselhamos que assinem êste semanário que bem os pode informar de tudo o que se passa e pensa na Metrópole, custando apenas, por ano, 70\$00.

A sua Redacção está no Chiado ou rua de Garrett, 74, 2.º.
— Lisboa.

P. P.

Arquivo Nacional

Debaixo da direcção do conhecido polígrafo Sr. Rocha Martins, publica-se em Lisboa a revista ou semanário *Arquivo Nacional* — nome que, por vezes, faz confusão aos estrangeiros, principalmente brasileiros, que o julgam ór-

gão oficial ou publicação da responsabilidade do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa.

Não é.

Nas suas páginas, que são variadas, a História é... um brinquedo, que entretém e agrada.

Raras vezes, os seus artigos deixam de ser escritos sobre os joelhos...

P. P.

O Soldado Prático

A cinco de Junho de 1936 comprei por 15\$00 o livro *O Soldado Prático* do Sr. Comandante Henrique de Paiva Couceiro: naquelas 434 páginas encontra-se ciência, história, aspirações futuras, rumos gerais e objectivos de hoje...

Repleto de sã patriotismo e de óptima doutrina política, este livro não agradou, porém, a muita gente medíocre e não medíocre, por dizer muitas verdades duras.

De facto, sobre assuntos ultramarinos, principalmente de Angola, o sr. Comandante Paiva Couceiro tem ideias... cristalizadas, e não pode calcular o progresso e desenvolvimento que têm tomado Luanda, Lubito, Amboim e o próprio interior, de 1910 para cá.

P. P.

Pretensos factos...

A cada passo, as nossas Colónias estão sendo *pasto* de boatos internacionais: os jornais publicam nas suas páginas essas atoardas desagradáveis e incómodas.

Por sua parte, o nosso Governo, numa intransigência absoluta e pronta, trata de repelir com tãda a energia essas manobras de nossos inimigos contra os domínios ultramarinos, que estão cimentados com o esforço de séculos e com muito sangue lusitano.

Levado pelo seu amor à Angola, ou antes... ciúme de

ancião, o Sr. Comandante Paiva Couceiro tirou-se de seus cuidados ou ócios e dirigiu uma carta imprudentíssima ao Sr. Presidente do Conselho Dr. Oliveira Salazar, na qual se afirmava conhecedor de factos graves relativos à colónia de Angola, responsabilizando ao mesmo tempo por êles e suas conseqüências a política da actual Ditadura.

Como não podia deixar de ser, o Sr. Comandante Paiva Couceiro foi ouvido em auto, mas nada provou em concreto sobre esses pretensos factos : assim diz uma Nota Officiosa de 22 de Novembro de 1937.

Não por mal, mas por bem ou por excesso de patriotismo, o Sr. Comandante Couceiro espalhou esta sua atitude imprudente e perigosa, pelo que, em Conselho de Ministros, lhe foi aplicada a dura pena ou castigo de expulsão de Portugal ou a proibição de residir em território nacional pelo prazo de dois anos, por ser reincidente.

Arquivamos nas páginas da *Diogo-Caão* êste caso, como fizemos ao primeiro.

Não é de curta data o amor ou paixão do sr. Comandante Paiva Couceiro pela nossa Angola.

Vou contar :

Em tempo, tive o prazer e cuidado de encontrar e ler, entre os livros ou códices da antiga Secretaria Geral de Luanda, os borradores dos telegramas que, no seu tempo de Governador, fez expedir para Lisboa.

Não se fartou de avisar ou prevenir o perigo que os alemães lá no sul ofereciam à soberania portuguesa, entre 1907 e 1909 : o tempo depois se encarregou de confirmar as suas... profecias.

Já que vem a propósito, aqui ficam mais estas linhas :

Paiva Couceiro, a quando Governador de Angola, praticou uma grande injustiça contra um nativo, honrado funcionário, e que então exercia o cargo de Chefe do Concelho de Muxima : além de castigar injustamente e severamente o Major da 2.^a linha Pedro Francisco de Sousa, ainda o humilhou publicamente nas páginas do *Boletim Oficial*, como se pode

ver. *Mutatis mutandis*, ninguém gosta de ser... humilhado.

Nem os heróis-brancos...

Nem os heróis-pretos...

Dezembro, 1937.

P. P.

Presídio de MUXIMA

Na *Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa no século XIX* vimos, num dos armários, um relatório curioso: pertence ao Arquivo Histórico Colonial da Junqueira, onde, há dias, tivemos ocasião de o ler e apreciar.

Tem um valor enorme e variadíssimas informações.

Foi escrito em 1849 pelo então Chefe do Concelho de Muxima — José Joaquim Borralho, homem sabedor. Ao todo, são 56 páginas.

Numa aguarela estão marcados os sobados.

Foi oferecido ou dedicado a Francisco Joaquim da Costa e Silva, secretário do Governo Geral da província de Angola.

A I Parte — tem 4 capítulos: trata da fundação do Presídio; descreve a Fortaleza e a Igreja; enumera os sobados e marca os itinerários para Benguela-a-Velha, Novo-Redondo, Cafuxi-Cambari, Catala-Caçala, Quimona-Quiassonga; e dá também a sua opinião sobre o que se devia fazer dos agueridos Quiçamas.

A II Parte — tem 9 capítulos: descreve a região nas duas margens do rio Quanza; refere-se à vida económica da população e à navegação do Quanza, pesca e caça; regista a jurisdição dos 8 sobados; nota a vida doméstica e as intrujices dos adivinhos e feiticeiros; dá uma lista de medicamentos; trata do casamento indígena; do funeral; dos herdeiros; e dos litígios.

Vale a pena publicar esta *peça*, o que esperamos fazer, na primeira ocasião, nas páginas da nossa revistinha.

P. P.

José Agostinho

Neste corrente mês de Janeiro de 1938, morreu aqui em Lisboa o escritor José Agostinho de Oliveira, que desempenhava com justiça, competência e critério, no diário *A Voz*, o cargo de crítico literário.

Escreveu também muitos livros que são apreciados, quer no género didático ou moral, quer no género imaginativo ou histórico.

A sua vida foi, nos últimos anos, cheia de tribulações e angústias : morreu à míngua, com uma agonia lenta, prolongada à fôrça de... esmolos.

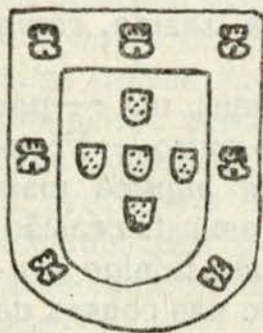
Foi sempre generoso na apreciação da nossa revistinha.

P. P.



ANTÓNIO DE OLIVEIRA DE CADORNEGA

HISTÓRIA GERAL



== DAS ==

GUERRAS
ANGOLANAS



= LUANDA =

(Continuação da página 108)

1680

TÔMO I — SEGUNDA PÁRTE

Capítulo terceiro

— O governador Francisco de Vasconcelos da Cunha. — Fundação do forte de Nossa Senhora da Guia. — Paz com os Dembos. — O rio Quanza e sua navegação. — A Rainha Ginga e o presídio de Ambaca. — Os corsários holandeses na costa angolana. — O patriotismo do bispo Dom Francisco de Soveral.

17. -- O gov. Francisco de Vasconcelos da Cunha.



VEIO DESPACHADO COM o govêrno dêstes Reinos de Angola, suas províncias e conquistas pela Católica Majestade de El-Rei D. Filipe IV, na éra de 1635 anos, não se diz mês e dia, porque não consta do assento, nem há matrícula que o diga, só se colhe esta dita éra das Provisões e Papéis e Ordens, que durante o seu govêrno passou; consta também por papéis autênticos que veio da cidade da Baía ao

governo dêstes reinos, depois de conduzir um socorro à campanha de Pernambucco, que a seu cargo havia trazido, como experimentado soldado que era.

Trouxe em sua companhia dois sobrinhos seus, um — por nome Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha e outro — Francisco de Melo da Cunha, ambos irmãos, com alguma mais gente e homens soldados que o acompanhavam em esta ocasião.

Foi dispendo as cousas de seu govêrno como fidalgo prudente e de experiência, assim no político como nas cousas de guerra, e, tendo provido as fortalezas que havia na cidade de Luanda, vendo a pouca defesa que a cidade tinha, para se defender de alguma invasão de inimigos do mar em fóra, — fundou ao pé do mórro chamado de S. Paulo uma fortaleza, a que pôs o nome Nossa Senhora da GUIA, beira-mar, bem metida nele, em que fez armazens térreos e de sobrado, os térreos para as munições, pólvora, balas miúdas e grossas de artilharia e os mais petrechos de guerra e sobreceletes, e as casas de por cima cheias de cabides para armaria de tôda a sorte, e morrão, com uma furna vinda do sobrado até o centro da terra, que serve de se meter muita parte de pólvora, por estar livre de qualquer acontecimento.

Fez também uma *cisterna* que ainda hoje veda alguma água, fazendo também casa e quartel à parte para o capitão, alferes e mais officiaes e soldados da sua guarnição, sendo dita fortaleza fechada com porta e cava por fóra, com passadiço de ponte, a frontaria com ameias para o mar e armazéns e mais casas encostadas às montantes do mórro de S. Paulo e são os Armazéns Reais, que até hoje servem de tôda a munição e mais petrechos de guerra, os quais estão entregues ao Feitor da Fazenda Real de Sua Alteza, feita carga de tudo sôbre êle dispendo por ordem corrente de seus governadores que de outra sorte se lhe não leva em conta o despendido, registrado pelo Provedor da Real Fazenda, e Escrivão da Feitoria.

18.—Paz com os Dembos e armadilha contra os corsários holandeses.

Achou o Governador a guerra em campo que o Governador seu antecessor havia mandado fazer ao soba Dembo Ambuila, e tendo estado de cêrco à Pedra e Forta-

leza principal daquele senhorio, como atrás se disse, havendo-lhe o nosso poder talado a campanha em que haviam feito muitas prêsas em as povoações que havia por fora de suas eminências, vendo-se desta sorte oprimido, — pediu misericórdia, dizendo: era vassalo da Coroa de Portugal e, como tal, procederia ao diante, e mais obediente às ordens e mandados dos governadores, e entregaria os vassallos e escravos fugidos da gente portuguesa, que em suas terras houvesse.

Avisado o Capifão-mór daquela empresa, e tendo também o dito Soba mandado à cidade de Luanda seus enviados a manifestar o mesmo ao Governador, o qual, vendo estar bem castigado o seu desafôro passado, e haverem vindo à costa algumas naus de corsários holandeses, mandou ordem ao capitão-mór António Bruto que com seu exército se retirasse à cidade, visto o arrependimento do Dembo Ambuíla e o que prometia cumprir, o qual foi logo dando disso mostra, por ir entregando alguns escravos dos fugidos e satisfazendo as perdas e danos das tomadias feitas em suas terras e senhorio, agradecendo ao Governador com seu presente o mandar tirá-lo da opressão que a nossa guerra lhe fazia; e por andarem algumas naus holandesas de corsários a barlavento deste pôrto esperando algumas naus mercantes para as roubarem, como costumavam, — botou o governador armadilha fóra contra estes piratas, em que foi por capitão-mór seu sobrinho Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, e por almirante Francisco de Brito Castelbranco, também seu parente, os quais, afugentaram com as suas naus as dos corsários holandeses, indo correndo a costa até o Reino de Benguela e daí se vieram recolhendo para este pôrto donde haviam saído, deixando a costa limpa para poderem vir os nossos navios mercantes com segurança.

19. — Os desaforados quiçamas

Sabendo o Governador, por avisos que teve, em como o gentio da Província da Quiçama andavam cada vez mais desaforados, fazendo em o rio Quanza e na nossa banda da Ilamba muitas tomadias e assaltos, passou nova paténte e novas ordens a Fernão Rodrigues, capitão da navegação do rio

Quanza, consignando-lhe mais gente paga da que tinha para a opposição daqueles inimigos quiçamas e guarda e combóios daquela tam importante navegação. e ordens e regimento mais amplo, para fazer alguma entrada naquela província, indo sôbre alguma sua povoação de assalto e empresa, com faculdade para das três fortalezas e presídios de Muxima, Maçangano e Cambambe se prover de alguma gente, e vendo aquele vigilante e esforçado capitão que dos sobas daquela Província o que mais era culpado, e assim também em recolher em suas terras muita gente fugida sem a querer entregar, por mais que era pedida, — era um chamado Quimbaobala, frente ao rio Mucoso e arimos do soba Quilonga Quiabungo, em que em suas terras tinham arimos e searas muitos dos Vassallos Portuguezes assim de Cambambe como de Maçangano; tendo os escravos destas fazendas aquele soba da Quiçama por seu velhacouto, para onde fugiam, — determinou o dito capitão do Quanza, com parecer dos capitães das fortalezas e moradores conquistadores, de fazer uma entrada de noite, que não fôsse sentida senão quando, ao romper da manhã, estivesse sôbre a povoação, que o mais dela constava de gente fugida. para o que mandou destoutra parte do rio preparar lanchas e canoas, indo-o a acompanhar nesta função muitos daqueles moradores, por serviço de El-Rei e pelo particular da sua gente, embarcados de noite e tomado terra da banda da Quiçama, foi marchando para a dita povoação com tôda a quietação, por não ser sentido antes do tempo.

Um dos homens, que iam na companhia, impaciente de seus negros o não acompanharem como êle queria, começou a dar de pancadas em os seus escravos; estas pancadas causou um reboliço, e, como era de noite e por caminhos estreitos, por dentro de matos, se entendeu: eram sentidos, e que aquela desinquietação era causada pelo inimigo quiçama, com que tudo foi uma confusão, vendo o capitão dispersa a sua gente e o gentio que o acompanhava vir de borbotão, e não se ver, por ser de noite e escuro, com quem o haviam, por não ter algum ruím successo — passou palavra: o capitão e cabo se viessem outra vez. marchando para o rio e fizessem da retaguarda vanguarda.

Chegados que foram às embarcações, vinha já amanhecendo, e achando-se todos juntos sem ver inimigos, ficou aquele ca-

pitão com os companheiros admirados que por isto se disse que o que de noite se faz, pela manhã aparece, e, sabendo-se donde havia saído aquela desinquietação, se tomaram todos contra a pessoa que tinha sido causa e se presumiu conforme o conhecimento que tinham do seu ruím natural, fizera aquilo adrede para que aquele capitão e cabo não tivesse o louro de empreender e sair à luz com aquela cavalgada ou função.

Neste tempo foram acudindo os quiçamas, que sem embargo tinham ouvido os tiros de nossas armas; não saíram, receando a noite e por não saberem o poder que os infestava e não estarem juntos, o que fizeram já de dia encorporados, com os quais houve junto do rio uma boa refrega, em que pagaram com as vidas muitos daqueles inimigos, porque era tôda a nossa gente dextra e grandes espingardeiros; vingados dêles em parte, se passou a nossa gente a seu salvo para a nossa banda, dando muitas graças a Deus e à sua Santíssima Mãe, a não se matarem todos naquela confusão, como tem sucedido em muitas ocasiões, e em nosso tempo na Ilha de Taparica, mandando o Governador do Estado do Brasil António Teles da Silva desalojar ao General dos Holandeses Segismundo daquela ilha, matar-se a nossa gente por ser de noite uma à outra cuidando serem inimigos, com o que se perdeu aquela função por desordem, até que chegou a nossa Armada Real com seu famoso general o Conde de Vila Pouca António Teles de Meneses, com o que o inimigo holandês levantou da ilha de Taparica. Outros muitos acontecimentos houve semelhantes, causados de desordens.

20. — Defesa de Ambaca.

Tendo posto o Governador a prevenção necessária, como d'ito é, em a navegação do rio Quanza, teve aviso da fortaleza de Ambaca em como a rainha Ginga, desimpedida já da conquista do Reino de Matamba, aonde até agora havia estado ocupada até que o avassalou de todo, metendo aquela Rainha, como já dissemos, debaixo da sua sujeição, começou de novo a fazer assaltos nas terras consignadas a el-rei de Dongo D. Filipe Angola Airi; e molestando também alguns sobas da lotação da fortaleza de Ambaca, vassalos da Coroa

de Portugal, para opposição do que nomeou o Governador a seu sobrinho Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha por capitão-mór daquela emprêsa, com seu sargento-mór André de Benavides Homem, e duas companhias de Infantaria, a que chamam de sobreceleste, para acudir em aos intentos que aquella nossa inimiga causava.

Fez sua viagem o eleito capitão-mór pelo rio Quanze acima até à vila da Vitória de Maçangano, onde se acabou de preparar de alguma infantaria e mais cousas necessárias, e dali marchou para a fortaleza de Ambaca e da outra parte do rio Lucala, onde chamam Axile, pôsto bem conhecido dos nossos arraiais, a respeito das muitas vezes que ali hão alojado.

Estava ali posto em campo com a gente que levava, observando os intentos daquela desinquieta e valerosa Rainha, que, sabendo nossa prevenção, não se atreveu tanto a desinquietar aquelle Rei de Dongo, vassallo da Coroa de Portugal, nem os Sobas da lotação de suas fortalezas, com o que ficou aquella oppressão reparada e mais bem assombrada com a assistência daquelle capitão-mór, cabos e infantaria, estando tudo naquelle sitio tam conhecido do gentio deste Reino, em que haviam alojado.

21. — Na costa de Benguela, outra vez.

E porque soube novamente o Governador, por aviso que teve pela costa do Reino de Benguela, que Corsários Holandeses haviam vindo à costa a esperar os navios mercantes para neles fazerem o que tinham por costume, tratou o Governador de botar fóra a correr a costa algumas naus de armadilha, em que foram embarcados alguns capitães com gente da terra e alguma infantaria e por cabo pessoa de satisfação, morador da Cidade, que era seu nome Diogo Gomes Sampaio, e por seu almirante Antonio Neves Camelo, também pessoa honrada, morador da cidade, em que o virtuoso Bispo D. Francisco do Soveral quis também ter a sua parte à falta de infantaria, mandando em rancho à parte e embarcação separada alguns clérigos *de minoribus* com muitos estudantes creados da sua casa e de fóra, àquella função em serviço da Coroa Portuguesa.

Saídas que foram dêste pôrto estas naus de armáda, que

constavam de três embarcações bem artelhadas, foi costeando para barlavento costa arriba para o Reino de Benguela; [Dizemos costa acima por ser dêste pôrto para riba, que na verdade é costa abaixo para o Cabo de Boa Esperança, para onde corre esta costa.]; e tendo o nosso cabo notícia certa da paragem em que aqueles piratas estavam, mandou fazer o Cabo as nossas embarcações na volta do mar, para virem em demanda do inimigo a barlavento, onde o Holandês estava, dando-lhe a entender serem navios mercantes que vinham do mar em fóra, costeando, buscando o pôrto de Luanda, que tudo o da guerra é um ardil e estratagemas, que muitas vezes se vence mais com êle do que com as armas; no mesmo modo predito lhe saiu aos nossos valerosos navegantes, vindo por barlavento sem rumo nenhum de instrumentos bélicos, por fazer a negaça mais dissimulada àquele inimigo.

Tanto que deram vistas das nossas embarcações, com muita diligência levaram ferro, indo em busca do que tanto desejavam, aos quais deixaram os nossos entrar; tendo-os de dentro, foram conhecendo que a mercadoria, que as nossas naus traziam, era de pólvora e bala e de mui esforçados soldados; e, como êles não vinham buscar semelhante fazenda, lhes ficaram seus intentos frustrados, experimentando os tiros da nossa artilharia e mosqueteria, de que haviam recebido muito dano, com o que fizeram muito por botar e velejar para o mar, vendo o engano que havia em o que êles cuidavam do que lhes tinha saído, o que não puderam fazer tam a seu salvo que não tivessem as nossas naus atracado uma das suas e depois de renhida pendência, havendo mortos e muitos feridos de uma e outra parte, nos ficou por despojo de nosso trabalho; as demais, vendo-nos embaraçados no rendimento daquela, houveram por seu barato não perderem mais; fazendo-se ao mar, onde, depois da primeira estar rendida, lhe deram os nossos caça, e por isto se diz: mui corre, quem corre, mas... mais corre quem foje.

Não foram as nossas naus mais em seu seguimento, por não desgarrarem da costa, que seria muito trabalho tornar a ela, e mais levando as naus do inimigo holandês a fuga para sotavento, costa abaixo para Pinda, com o que se deu o nosso Cabo por satisfeito com a prêsa, deixando a costa livre de piratas, e terem o passo livre as nossas embarcações mercantes

que se esperavam do nosso Reino e do Brasil e mais partes que costumavam a vir a mercanciar, e era tempo oportuno de virem à costa, e aqueles inimigos, como noticiosos, se vi-nham pôr à espera, mas nem sempre se consegue aquilo que se deseja; e ainda neste Reino de Angola vive, no tempo que se escreve esta *História*, um Flamengo dos tomados em dita nau, por nome Mestre Lourenço, que se não foi mais dêste Reino, por nele haver casado e ter filhos e netos.

Havendo o Governador e Capitão Geral Francisco de Vasconcelos da Cunha disposto as cousas de seu Govêrno, como de sua qualidade e experiência militar se esperava, lhe veio a suceder, em o Govêrno dêstes Reinos, Pedro César de Meneses.

Capítulo IV

Começa o govêrno de Pedro César de Me-
neses. — Sua viagem para Angola. —
Passagem em Benguela. — Cumpri-
mentos. — Uma triste notícia.

22. — Qualidades do Governador Pedro César de Meneses.

Foi despachado pela Majestade Católica de El-Rei D. Filipe, o quarto, Pedro César de Meneses por Governador e Capitão Geral dos Reinos de Congo e Angola, suas Províncias e Conquistas, na era de 1639, fidalgo de grande qualidade, tilho de Vasco Fernandes César, Provedor da propriedade dos Armazéns da Côrte e Cidade de Lisboa, fidalgo de antiga nobreza, descendente daquele famoso Adail Africano que por terra e por mar obrou proezas — como o relata Damião de Góis na *Crónica* que escreveu do tempo e reinado do Sereníssimo Rei D. Manuel, e por parte de mãe, filho da excelente senhora D. Ana de Meneses, filha da ilustre Casa da Feira; o qual havendo servido desde sua primeira juventude, pela Coroa de Castela ocupando os póstos honrosos da milícia; já vindo por capitão de infantaria espanhola à Baía

com o famoso general D. Fradique de Toledo; [Nesta ocasião da restauração da Baía, foi por capitão da nau *Santa Catarina*, como o traz no seu *Abecedário Militar* João de Brito de Lemos.]; já sendo capitão de cavalos em Flandres, debaixo do estandarte de D. Filipe da Silva, irmão do excelente Senhor Marquês de Gouveia, General da Cavalaria daqueles Países, sendo depois Almirante da Armada Real em companhia do General D. António Pereira Corte-Real, procedendo em tudo como de seu fidalgo sangue se esperava; por todos êstes e outros serviços foi acrescentado em o govêrno destes Reinos.

23. Viagem acidentada.

Saiu do pôrto da cidade de Lisboa em o mês de Abril de 1639, com duas naus de fôrça — Capitânea e Almiranta; a Capitânea, nau inglesa chamada *Rei David*, a Almiranta, *Santa Catarina*, nau portuguesa, em que vinha o senhorio dela chamado Agostinho Freire e trazia por seu almirante a Francisco de Figueiroa, pessoa de serviços e merecimentos, tendo assistido ao Real Serviço em a guerra viva da Campanha de Pernambuco, com três Capitães de Infantaria por patentes reais, que eram seus nomes Jácome Ferreira, o Renegado de alcunha, porque o havia sido, João de Sousa e João Veloso, soldados todos de serviços e satisfação.

Constava o Socôrro de Infantaria, que em sua companhia vinha embarcado, de perto de 300 homens, que todos haviam assentado praça voluntariamente para virem a servir a Coroa de Portugal por 3 anos; e o Autor desta *História*, com vir por tempo tam limitado, há 44 que reside e mora neste Reino de Angola; efectivamente veio muito bem abastecido de armas, de munições, e de todo o necessário para o sustento da viagem, como quem tinha sido aviado por seu pai Provedor daqueles Régios Armazéns.

Saído que foi pela barra fóra, veio fazendo sua viagem, e por a nau Almiranta não vir bem arrumada a carga que trazia, vinha muito zorreira e não velejava bem, que obrigou ao Governador de necessidade tomar a Ilha da Madeira, em que gastou na estada naquele pôrto alguns 20 dias; consertada que esteve a Almiranta, saiu daquela ilha fazendo sua via-

gem à Angola, em cuja companhia saiu da Ilha uma sumaca também de guerra e artilharia, cujo senhorio e capitão chamavam o Fortel, com carga de vinhos daquela Ilha, vindo as três embarcações seguindo sua viagem a tomar altura de 33 graus e meio, onde tiveram e correram as naus com uma tormenta desfeita, só com o traquete sem moneta, com mares muito grossos, que faziam umas serras mui altas daquelas soberbas águas, ficando logo como em uns vales profundos, que parecia que cada momento nos subvertiam; e assim eram já mares filhos daquele Cabo Promontório, em que muitos têm sido, causado deles, alimento de peixes, direi, como disse o Espanhol, *no es la burlla para duas vezes*.

Quís Deus lembrar-se de nós tôdos principalmente de alguma gente feminina honrada que naquelas naus iam, que, se a tormenta não aplaca brevemente, ficam todos sendo alimentos de peixes, sem chegar ao Cabo das Correntes, que este nome e outros lhe têm dado os Mareantes ou Navegantes, que está, conforme os seus Roteiros, em 35 graus e tantos minutos; isto eles têm e o entendem, que não se estende lá a nossa faculdade.

Na nossa nau Almiranta iam seis Padres Religiosos da Companhia de Jesus, e três da Ordem Terceira do Seráfico Patriárca S. Francisco; todos se puseram em oração, e, mediante ela, abonçou o mar, e não podia deixar de ser menos, pois uma tamanha tormenta, com tam horríveis mares, se aplacasse em tam breve tempo que, começando à meia-noite, não durou mais que de pela manhã até horas de jantar; depois de estar o mar bonançoso, chegou a nau Almiranta a dar a boa viagem ao Governador, como é estilo, e, como Agostinho Freire era tam grande homem do mar, perguntou ao Governador se queria ir à Índia, que estávamos abarbados com aquele negro e seu trombeta de seu pai e seu correio, ao pé de um penedo, outro penedo, como disse o nosso insigne poeta Luís de Camões, ao que respondeu o Governador que ele vinha para Angola e não para a Índia; estas nossas naus puderam dobrar o Cabo de Boa Esperança, que este nome lhe deu aquele valeroso e bem afortunado Conde da Vidigueira D. Vasco da Gama; e o não pôde fazer o vice-rei que partiu deante nós do rio de Lisboa, em os mais potentes dous Galiões que naquele tempo tinha botado da sua Régia

Fábrica — a célebre Ribeira das Naus, e ao cabo de andar em o mar 7 meses, tornou de arribada a Lisboa, assim que as cousas do mar não têm limite, nem há entendê-las: releve o curioso Leitor em me divertir tanto do assunto desta *História*, que cada um se queixa daquilo que mais lhe doi; já tornamos ao fio dela.

24. — Na costa de Benguela-a-Nova.

Da altura dita, viéramos a buscar a Costa para onde navegamos por nossos pecados, ou de nossos vizinhos; ao cabo de muitos dias, tomámos terra de Angola de 14 graus do Cabo Negro para dentro, que o fazem os Roteiros dos Mareantes estar em 16, havendo todos os pilotos cortado lenha, em via que era o da Capitânea 300 léguas, o da Almiranta 200 e o da sumaca era, a quem chamavam *Santo Onofre* por ser velha, outras tantas.

Só Agostinho Freire mestre e senhorio da nau Almiranta *Santa Catarina*, por ser muito experimentado no mar, trouxe o seu ponto certo.

Eu me atenho com os que se fazem tanto ao mar sem terra, e não com aqueles que dão com os narizes nela, por quererem tresler; fomos costeando descobrindo as Mesas conhecidas da gente marítima, o senhorio pelo conseguinte, até que chegámos ao pôrto da cidade de S. Filipe, cabeça do Reino de Benguela, salvando-a com muito contento, por ser a primeira do Senhorio da Coroa de Portugal e dos Reinos de Angola; de terra nos responderam com tôda a artilharia da Fortaleza, que na marinha, beira-mar, há.

25. — Os cumprimentos e uma notícia triste.

Foi logo batel à terra e nele veio logo o governador daquele Reino, que então era Nicolau de Lemos Landim, natural da vila de Estremós, pessoa de geração nobre, despachado com aquele govêrno por patênte real; o qual, depois de haver dado as boas-vindas ao Governador e Capitão Geral, lhe deu informação do estado em que se achava aquele Reino e sua Conquista, falta de gente, armas e munições, a respeito da perda que tinha havido próxima no sertão, em que

havia sido roto e desbaratado uma nossa guerra, governada por um capitão-mór de valor e qualidade por nome Lopo Soares Laso, o qual havia ido com tôda a possibilidade daquele Reino a dar guerra a um soba poderoso que se tem por rei daquela Gentilidade, por nome Gola-Angimbo, o qual tendo chegado a suas terras pelo sertão dentro, mandara dizer êste poderoso ao Capitão-mór e aos Moradores daquele Reino, que o acompanhavam, que razão havia para lhe fazerem guerra, que se o faziam por alguns escravos fugidos que lá tinham, lhos mandaria entregar, e se por ambição de peças, que êle lhe daria tantas com que a sua cobiça se satisfizesse; que não era bom: o fôssem buscar às suas terras e senhorio, onde estava vivendo quieto e pacífico.

Esta protestação tem alguma parecença com a que contam nossas histórias: que mandou fazer El-Rei de Fez ao nosso Rei D. Sebastião, que não foi admitida, justificando sua causa, [Fulano Barriga conta a perda de el-rei D. Sebastião em África, onde o pode ver o curioso ou especulativo, e Jerónimo de Mendonça o traz mais especificado.], como também o não foram a deste Rei, antes os nossos com orgulho portuguezes foram fazendo-lhe guerra, entrando em suas terras e suas povoações, o que êle foi resistindo, e defendendo o seu partido, com muito valor, até não poderem mais, que lhe entraram os nossos Portuguezes com seu esforçado capitão-mór à povoação principal e banza de sua morada, prendendo, canzando e abrasando tudo o que nela havia, em que todos andavam engolfados e divididos; o que vendo aquele Poderoso, tendo-se refeito de novo de maior poder, que lhe havia acudido de suas dilatadas terras e dos sobas circunvizinhos, andando a nossa gente portuguesa ocupados em quem havia de apanhar mais, sem lhe parecer que poderia haver coisa que os pudesse ofender, dera de improviso sôbre os nossos, e, como andavam divididos, os foram matando, e que deste desbarato e luta escapara só um homem, que trouxe a nóva desta perdição.

26. — Episódios bélicos, comparados.

Lembra-se ter lido [João de Barros — *Décadas* e Manuel de Faria e Sousa — *Ásia Portuguesa*] o Autor desta *História* outro semelhante desconcerto em as histórias da Índia.

dia, quando o Conde Marechal foi dêste Reino de Portugal com boa armada e gente bastante a fazer a guerra a El-Rei de Calicut, achando-se na Índia aquele portento de valentia, o grande Afonso de Albuquerque, tio do mesmo Conde, o qual vindo mui orgulhoso a fazer aquela emprêsa, o advertiu o tio de algumas cousas como nelas experimentado, o que lhe não admitiu; contudo, o acompanhou e tendo o dito Marechal entrado a cidade onde estava aquele Imperador do Samorim, lhe largou a cidade depois de porfiada resistência, e andando também os Portuguezes engolfados no sacco da cidade, advertira o tio ao sobrinho mandasse recolher a sua gente, o que não quis fazer, blasonando, até que tornado a refazer-se o Samorim, deu sôbre a cidade, em que foi matando muita gente portuguesa; e querendo o Conde Marechal acudir com seu valor ao reparo, foi também morto; e custou muito esforço, e ser tam destro guerreiro o famoso Afonso de Albuquerque, para salvar parte da gente que não percesse ali tudo, que a não ser assim lá fica tudo; mas esta perda do Reino de Benguela não houve outro Albuquerque; e, ainda que o houvera, se entende não pudera fazer o que fez em a cidade de Calicut, que as guerras de Angola não têm comparação com as do mundo todo; fala-se por êste estilo, razão por que a experiência tem mostrado que não houve guerra rota em Angola que delas só escapasse apenas quem trouxesse as ruins novas; nas outras partes há uma quebra ou desbarato; de um exército sempre escapa ao menos as relíquias dêle, como succedeu em Flandres na batalha de Rancroi, [Virgilio Malvesi relata a Batalha de Rancroi], ou incorporados uns com outros, ou fazendo-se fortes em alguma parte, tendo cidades, vilas e fortalezas em que se valer e amparar; uma perda ou rôtta dêstes Reinos de Angola, tantas léguas pelo sertão dentro, onde não há amparo em que se guareça uma desgraça, o nosso gentio, que acompanha as nossas guerras, é o primeiro que desampara, o pé como vento, deixando a nossa gente sem quem lhe carregue as munições e sustento em caso que alguns se encorporem naqueles accidentes, faltando o gentio para a carruagem, ainda que pelejem e se defendam alguns dias com a munição com que se acharam; logo lhe vem a faltar juntamente com o sustento e de perseguidos dos inimigos vêm todos a morrer às suas mãos; e assim todo o que

em certas guerras virou as costas, se considere perdido e degolado do Gêntio.

Algumas pessoas, que as não experimentaram, têm em pouca cõnta as guerras dêstes Reinos, dizendo: são guerras de... *coata, coata*, como também assim foram reputadas as das nossas Conquistas da Índia d'aqueles que não as haviam experimentado, até que daquelle Estado se mandou a Portugal aquelas amostras daqueles tam grandes e famosos tiros de artilharia, que a um chamam de Diu, e outro de Malaca, que hoje se vê um em S. Gião, fortaleza na bõca da barra de Lisboa, e outro na famosa fortaleza da Ilha-Terceira, para que vissem os maldizentes o com que naquelas remotas partes hospedavam aos Portugueses que lá iam, assim que umas e outras Conquistas, só quem as experimentou, o sabe.

Em esta *História* no deante se verá as rôtas que houve nestes Reinos e os poucos que delãs escaparam com vida; e disse mais aquele Governador que indo naquela campanha a possibilidade de gente de todo aquele Reino de Benguela, ali perecera tôda, não escapando ùnicamente mais de um, que foi o correio da ruím nôva.

27. — Despedida de Benguela.

Tendo informado como dito é ao Governador e Capitão Geral do estado em que se achava aquele Reino, lhe mandou dar logo algumas armas e mosquetes e arcabuses, que a Infantaria trazia preparadas, com que faziam no mar seu exercício militar, com mais algumas munições, prometendo-lhe que, chegando à cidade de Luanda, conforme a possibilidade com que achasse aqueles Reinos, lhe mandaria e socorreria da infantaria que pudesse.

Indo o Governador para terra, mandou um grandioso presente de refrêsko de novilhos, cevados, e carneiros, que são os melhores que pode haver, porque nas outras partes têm quatro quartos ordinariamente, e êsses que vieram daquelle Reino têm cinco, porque têm a cola tam grossa de tanta grossura e gordura que com ela faz os cinco; vieram também muitas uvas, melancias ricas e boas, romãs, goiavas e outras frutas da terra como bananas e mecefos, tudo em abundância que o nosso General mandou repartir pelas mais naus e infantaria.

Saiu o Governador daquelle pôrto, em que havia estado 3 dias, e foram navegando, costa abaixo, deixando atrás aquellas grandiosas salinas, onde com pouco custo e beneficio se tira tanta quantidade de sal e em si tam bom, passando por Catumbela das Ostras, onde há muitas e grandes, onde se vem ali meter o rio a que chamam o Cubo; logo se vê o pôrto de Quicombo, o rio Longa, o Cabo Ledo, a Barra do Quanza, a da Curimba com aquella deleitosa Ilha chamada da Luanda, em que está a Igreja de S. João de Casanga, a do Desterro, os Coqueiros, as Ensandeiras, Nossa Senhora do Cabo e sua Igreja, a Ponta da Ilha e o pôrto da cidade de Luanda, estando Benguela e seu Reino, onde se saíu, em 12 graus.

É este pôrto de Luanda em 8 graus, onde portou o Governador com suas naus e mais companhia, aquelle pôrto tam desejado de tôda ela, em que desembarcaram em 18 de Outubro do mesmo ano que demos à vela, do Rio da muito nobre e populosa Cidade de Lisboa, em 18 de Abril.

Capítulo V

Continua o govêrno de Pedro César de
Meneses. — A sua posse solene. — Pro-
vidências e nomeações de cargos. —
Embaixada da Rainha Ginga. — Defesa
da costa.

28. — As chaves da Cidade.

Mandou o Governador e Capitão Geral desembarcar os capitães e infantaria de socôrro, e êle veio de bordo acompanhado do virtuoso e caritativo Prelado digníssimo Bispo de Congo e Angola D. Francisco do Soveral e Senado da Câmara, dos quais foi recebido com muita alegria, e de tôda a Nobreza da terra, tendo-lhe à dextra um famoso cavallo bem ajaezado, em que montou ao subir da Ladeira e

Calçada, e os mais em suas rêdes, de que usam, que são os seus cavalos ordinários, sem embargo que alguns dos Moradores tinham cavalos em que montar, mas quiseram naquele honorífico recebimento só o Governador tivesse essa preeminência.

Em o tôpo da Calçada se apeou, onde o Senado da Câmara lhe havia aparelhado um rico pálio, em que pegaram os principais Cidadãos, e naquele logar, como é costume, lhe fez uma Prática breve o Vereador mais velho, entregando-lhe as chaves-da-cidade, como é estilo; dali foi debaixo dêle, acompanhado do Governador Francisco de Vasconcelos da Cunha até à Matriz, onde, lida a Patente de sua Majestade pelo Escrivão do Senado da Câmara, cedendo o Governador Velho o Bastão, ficou metido de posse, mandando o Prelado abrir o Sacrário, ou êle o abriu mesmo, cantando a música o *Te Deum laudamus*.

Feita esta cerimônia, assim eclesiástica como secular, saiu da Matriz para o Colégio da Companhia de Jesus, indo acompanhado de todo o concurso da gente da cidade, por entre duas alas da Infantaria assim da sua gente, como da terra, disparando muitas cargas, a que respondiam as Fortalezas e Fortes, onde se hospedou, por entanto que o Governador reformado desembaraçava o Palácio.

29. — Nomeações para cargos.

Havendo tomado posse do Govêrno, foi pondo em ordem a boa direcção dêle; e, como trazia por seu almirante a Francisco de Figueiroa com prometimento de Sargento-Mór da Praça, achando-o provido por patente real em António Bruto, o proveu no cargo de Ouvidor Geral Corregedor da Comarca, que estava até então servindo por provimento do Governador passado — Francisco de Velória Pinto, cidadão autorizado, filho do famoso conquistador e capitão-mór João de Velória, o qual cargo foi exercendo mostrando na boa administração da justiça que igualmente sabia menear na guerra a espada, como em a paz a vara e pena.

Foi assim provendo todos os póstos que estavam vagos, assim da Real Fazenda como da milícia, abastecendo as Forta-

lezas assim da cidade como da conquista de Infantaria e munições, por haver anos que não havia vindo socorro em forma, desde a éra de 1625, que foi o último conduzido pelo capitão-mór Bento Banha Cardoso, como se tem relatado em a primeira parte desta *História*.

Dali a pouco tempo de sua chegada, veio o Governador de Benguela à cidade, deixando naquele reino em seu logar-tenente a seu irmão Duarte de Lemos Landim, em busca da gente prometida, o qual o Governador e Capitão Geral recebeu com tôda a honra, por ser pessoa de respeitos o Governador daquele Reino, dando ordem nos corpos de guarda se lhe tomasse arma e se respeitasse como à sua pessoa própria, até que, ao cabo de alguns dias de sua estada, o despachou com a gente e soldados, que lhe foi possível, com armas e munições, e o mais de que necessitava, partindo para o seu govêrno muito satisfeito das honras e bom aviamento que lhe havia dado o Governador e Capitão Geral Pedro César de Meneses.

30. — Salvâdos de uma nau da Índia

Teve notícia o Governador em como a caravela chamada dos Diamantes, que havia saído do Rio de Lisbôa diante do Governador, era partida com o cabedal de El-Rei, havia 15 dias, na qual tinha vindo um homem de muito cuidado, com prometimento de Hábito de Cristo e de outras mercês, só afim de conduzir em dita caravela 600.000 cruzados em Diamantes e alguns boiões de Ambar e Almiscar, que estavam em depósito em o Colégio da Companhia de Jesus desta cidade de Luanda, os quais se salvaram da perdição de uma nau da Índia, que deu à costa em a terra que chamam do Natal, e, por fazer naufrágio em uma praia de areia, se aproveitaram os da perdição de suas madeiras e fazendo delas duas embarcações pequenas, as quais brearam com Benjoim, uma das quais fez viagem para Angola, e outra para Moçambique, esta se não soube mais dela, e a que veio para Angola, veio a salvamento com dito cabedal, que a dita caravela veio buscar, muito bem preparada de remos e 60 homens, para a navegarem e remarem, e foi à Lisboa a salvamento.

31. — Um conflito importante

Achou também o Governador em o pôrto desta cidade de Luanda o galeão *S. Bento*, que, indo da Índia, havia aqui arribado, molestado dos mastros e obras mortas daquelle Tormentoso Cabo, que, se a uns foi por dita de Boa Esperança, a outros foi de boa mofina, de que era Capitão-mór João Soares Ribas, soldado de valor e serviços, que por êles mereceu chegar àquelle pôsto.

Foi dando o Governador ordem pelos Officiais Reais ao consêrto do galeão, e veio o Governador a descompadrar com o Capitão-mór, a respeito do seu aviamento e de outras cousas, que, como presumia de valente como era, e o Governador era aquella qualidade, e, sem embargo dela, também havia chegado ac Govêrno que ocupava por seas punhos, não se adjectivavam as vontades, e esteve com êle na Sala do Palácio para chegar com êle a um extremo, se não se achara presente D. Gonçalo da Silveira, fidalgo de muita qualidade da nobilíssima Casa de Sarzedas, que havia vindo da Índia no mesmo galeão e se meteu de permeio, com que o galego Ribas, vendo-se no seu galeão por se não ver em outro risco, não veio mais à terra, e enfadado não quis dar clareza aos Officiais Reais do gásto que haviam feito com o galeão; nele foi embarcado o Governador Francisco de Vasconcelos da Cunha e o fidalgo, que nele tinha vindo, Dom Gonçalo da Silveira.

32. — Embaixador da Rainha Ginga

Sabendo a Rainha Ginga D. Ana de Sousa que era chegado o Governador, e foi correndo a fama pela terra dentro que trazia muita gente de guerra, e como o Governador lhe havia escrito sôbre entregar aquella gente fugida dos Vassallos portuguezes e sôbre outras conferências, respondeu por seus Embaixadores, vindo com suas Cartas ao Governador, mandando-lhe mimo de peças, e outras para o Bispo e Ouvidor-Geral, vindo em sua companhia o Enviado que havia mandado com as cartas à dita Rainha, por nome António Pinto de Vargas, morador autorizado, ao qual entregou al-

gumas cabeças de escravos de gente fugida, mas tam velha que já se lhe não sabiam senhores; e a vinda destes seus embaixadores, conforme se presumiu, foi para com mais certeza se informarem do poder de gente que o Governador havia trazido, sem embargo de ter em a cidade sua irmã a Infanta D. Grácia, que de tudo a avisava, coisa por que nunca tratou de a pedir, nem resgatar, como fez à outra irmã D. Bárbara, que tam astuciosa era como tudo isso.

O Governador recebeu seus Embaixadores com o aparato bélico, mandando pôr na Praça, de uma e outra parte, tôda a Infantaria em ala com seus capitães e bandeiras arvoradas; êles eram uns maltrapilhos que os mandava oferecidos a não tornarem; e, cada vez que a Infantaria disparava, se prostravam por terra os bons dos Embaixadores batendo as palmas, e talvez lhes chegasse alguma bucha que os chamuscasse; para êste gentio todo o aparato e império é necessário e isso é o que respeitam.

Vá à terra e senhorio de qualquer Soba dêstes um Português nobre e não leve muitos negros e negras do serviço de casa, a que chamam *mocamas* e outras do serviço de portas à fora, como são cozinheiras, lavadeiras e outras que vão buscar água ao rio e lenha ao máto, com muitos instrumentos da terra, como marimbas, chocalhos, pandeiros, violas da terra, se não levam esta pompa, ainda que seja um grande fidalgo como temos dito, não fazem dêle nenhum caso, dizendo que é pobre, que a pobreza entre êles é vitupério e ao pobre chamam *engariama*; e indo qualquer homem por baixo que seja com dito aparato e bem vestido, aquele é o que têm por senhor e macota amindele; [*Macota amindele* = senhor principal dos brancos]; pudera dizer-se pois o que disse outro no banquete: Mangas comêde aqui, que a vós honram, que não a mim.

Tendo dado sua embaixada e cartas, que traziam daquela Rainha, em que nelas lhe pedia: lhe mandasse algum Morador dos principais para tratar com êle alguma cousa de importância entre as duas Coroas, para o que determinou o Governador mandar à côrte daquela Rainha a Gaspar Borges Madureira, conquistador antigo e cidadão da cidade, pessoa de merecimentos, que havia ocupado póstos maiores nas guerras, genro daquele valoroso espanhol João de Velória,

de cabedal de gente, ao qual mandou o Governador: se aviasse para aquela jornada.

Aviado que esteve, lhe deu instruções necessárias do que com aquela belicosa e estadista Rainha havia de tratar; o qual partiu para aquela Embaixada com grande aparato, levando dois cavalos que tinha seus, que, como havia sido capitão da gente de cavalo em a guerra de Quinalonga e na de Andala-Quisuba, sempre se prezou de conservar alguns em seu, pois tinha posses para o poder fazer, levando também alguns homens brancos para o assistirem, e muita sua escravaria de que era abundoso.

33. — Piratas holandeses na costa

Indo pondo o Governador as cousas do seu govêrno em forma, teve aviso, por lanchas que trazia para barlavento a vigiar a costa, em como andava uma nau possante de inimigos Holandeses na costa à pilhagem, e que haviam já roubado uma nau, vinda do Reino, de um homem marítimo chamado o Potagem, de alcunha, a qual lhe haviam largado, depois de lhe haverem tirado o mais precioso, por não se avolunarem, e a mesma nau roubada e o seu mestre deu as matérias mais certas, como quem havia passado por suas mãos, para o reparo do que mandou o Governador preparar Armadilha à tôda a pressa, uma nau bastante bem artelhada do contratador que então era Rui Dias Mesa, a sumaca era do Fortel, que já havia na barra da Baía mostrado com os Flamengos ser bom navio de guerra, e um patacho; na nau grande ia o capitão Jácome Ferreira, o Renegado, com pôsto de capitão-mór; na sumaca era por almirante Estêvam de Seixas, o Tigre também de alcunha, que já nesta *História* havemos feito menção, com capitães de infantaria de mar e guerra e guarnição; e no Patacho, um morador soldado de experiência, por nome Manuel Maciel Vilasboas, e levava de sua guarnição muita gente eclesiástica de ordens menores, e outros mais àvante e estudantes familiares da casa do dignissimo Bispo, que também nesta ocasião quis mostrar êste bom prelado o quanto zelava o serviço real.

Embarcados que foram, deram à véla pela barra fóra em demanda daquele pirata que estava a barlavento por cima do Cabo Ledo ; assim como deram vista dêle, tratou o Capitão-mór, como bom corsário que havia sido, em ganhar o barlavento ao inimigo, para ficar mais senhores de suas acções, e nisto foi entrando com êle com muito valor, dando-lhe suas cargas de artelharía, e o inimigo não dormia e tinha uma nau de muito porte, mas, avolumada com as prêsas, fazia o mesmo atirando e alejando ao mar para ficar mais hábil para a peleja ; e, como o Capitão-mór entendia de tudo um pouco, parecendo-lhe que os artilheiros não faziam bem seu ofício, desceu abaixo tendo o convês de sua nau bem guarnecido, e todo o bordo de infantaria com seu capitão de mar e guerra e de guarnição, indo a fazer pontaria tendo a portinhola aberta, veio pela mesma portinhola uma bala do inimigo, e dando-lhe pelas güelas, lhe levou com elas a lingua fóra, que parece quis Deus que pagasse nesta ocasião o ter arrenegado seu Santo Nome, com que logo caiu morto, não ofendendo mais a ninguém com perigo da vida mais que de alguns estilhaços, mas outras, que nos vieram por outras partes, nos tinham morto mais alguns homens, assim soldados como do mar.

Com a morte do Capitão-mór ficou tudo em confusão, faltando a suas obrigações os capitães que na nau Capitânea iam; com isto se foi o inimigo saído para fóra; a sumaca era onde ia o almirante Estêvam de Seixas Tigre; deram a culpa ao Fortel em não querer abalroar, por ser navio velho, temendo se lhe abrisse; só o Patacho com seu capitão e gente de valentona foi perseguindo o inimigo, dando-lhe suas cargas e o inimigo desatando nele, e o Patacho preparando-se e seguindo, que, assim como neste pequeno foi, o Maciel fóra na nau grande, não se vai o inimigo, e se o Capitão-mór o não matam, êle traz aquele pirata para dentro, porque havia sido grande corsário e era valente.

34. O capitão Renegado.

Meteremos aqui um parêntesis, por não ficar ao juízo dos homens o chamar a êste Capitão o Renegado: é de saber que esteve êste homem muito tempo em terras de Mou-

ros, pelo haverem cativado, e pela mesma continuação da estada veio a renegar da fé de Nosso Senhor Jesus Cristo; e tinham já dêle tanta opinião os Mouros, por êle ser valente, que fiavam dêle naus com que andava a corso: andando neste fadário, fóra do grémio da Santa Mãre Igreja, lhe acudiu Deus com seus divinos auxílios, que não desampara nunca com êles a tôda a criatura criada à sua imagem e semelhança, e foi isto de qualidade que vindo êle em uma nau, como costumava, a côurso, aconselhado com mais alguns cativos, que com êle vinham, deram nos Mouros e mataram dêles muita parte e se alevantaram com a nau, metendo-se com ela em a vila de Calheta e seu pôrto da Ilha-da-Madeira, onde êste cabo era morador e casado, e daí se foi à Lisboa acusar à Mesa e Tribunal da Santa Inquisição, onde foi absolto da culpa enorme que havia cometido.

Outras circunstâncias teve seu alevantamento com os Mouros com que vinha, mas, por não causar enfado, o Autor ao curioso Leitor as não relata; que lhas ouviu contar ao próprio Jácome Ferreira mui miudamente.

35. A limpeza da costa.

Sabido pelo Governador o successo que as nossas naus da Armadilha haviam tido com aquele Corsário Holandês, e como haviam faltado a suas obrigações o Almirante e Capitão, despachou logo o Ouvidor Geral Francisco de Figueirôa a que fôsse a devassar e tomar conhecimento dos seus procedimentos, e mandou para Cabo da Armadilha ao capitão-mór Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, sobrinho, como dito é, do Governador passado, com ordens que fôsse costa acima até à cidade S. Filipe e pôrto do Reino de Benguela, para onde havia notícia havia ido aquele pilhante consertar da refrega passada, e a esperar alguma prêsa, pois, do navio que havia roubado, se havia aproveitado tam pouco que tudo na peleja alijou ao mar, de que os nossos da armada se aproveitaram de algumas cousas que ficaram capazes; e com ordem apertada que em todo o caso buscasse aquele inimigo, depois de feita a pesquisa do Ouvidor-Geral; melhorada a Capitânea de outros cabos, foi seguindo o novo Capitão-mór

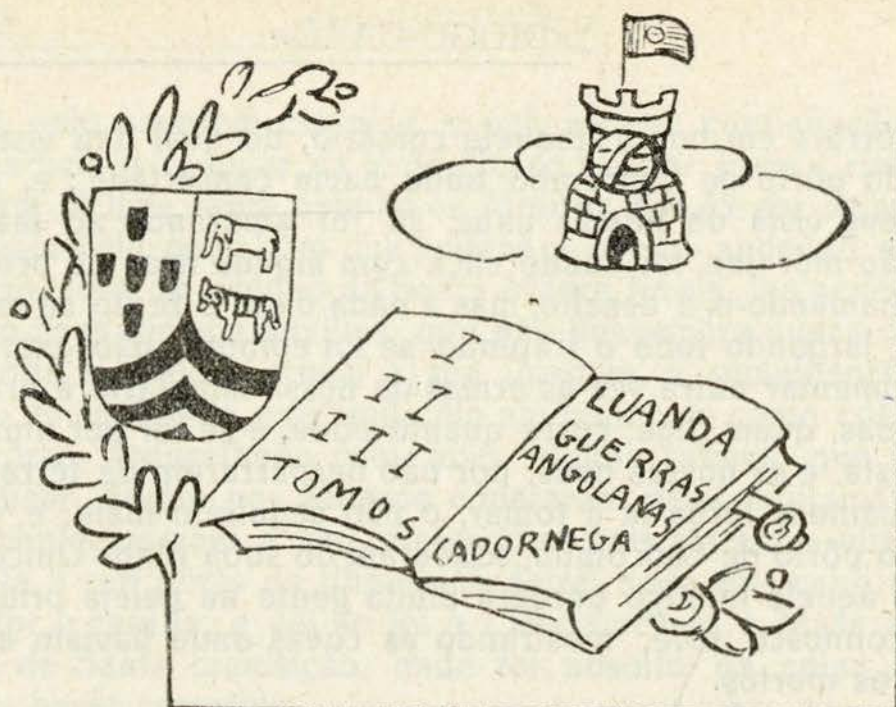
sua derrota em busca daquele corsário, do qual deu vista ao mar do pôrto de Quicombo onde havia consertado; e, tanto que teve vista de nossas naus, se foi amarrando ao mar; o Capitão-mór lhe foi dando caça com alguns tiros de artilharia, chamando-o a desafio, mas a náda disso o bruto se movia, antes, largando todo o trapinho, se foi embora, não querendo experimentar outra vez as armas da nossa infantaria e artilharia; mas, quem foge, corre quanto pode, e se foi por uma vez da costa, e as nossas naus, por não desgarrarem de terra, que é trabalhosa torná-la a tomar, o não seguiram mais; e, vindo para o pôrto de Quicombo, souberam do soba Mani-Quicombo como aquele inimigo perdera muita gente na peleja primeira, que connosco teve, mostrando as covas onde haviam enterado os mortos.

Estando o Capitão-mór com os mais navios naquele pôrto alguns dias, tendo chegado à Benguela seguindo a ordem que levava, se recolheu com naus do Reino e navios do Brasil que foi de muita utilidade êste serviço, a respeito de sacudirem da costa aquele corsário, e não correrem risco êstes navios mercantes.

36. Contrabando queimado.

Neste tempo succedeu mandar o Governador queimar uma lancha em a Praia desta Cidade, com tudo o que dentro trazia, a qual era de um homem chamado o Tisna, e bem tismado que parecia negro sem o ser, — por êste tal ir na dita lancha ao Reino de Luango a comprar aos Holandeses fazendas de contrabando e talvez das que haviam roubado nesta costa aos nossos navios; e além da queima, que tudo ardeu, mandou castigar àesperamente ao bom ou mau Tisnado, pela culpa que havia cometido de ir contratar com aqueles inimigos.

(*Continúa*).



Como íamos dizendo...

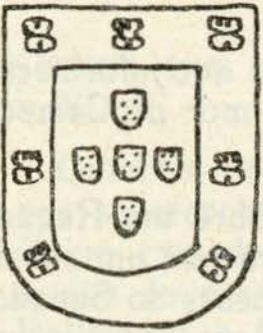
OS NOSSOS LEITORES ESTÃO VENDENDO E LENDO a História de Angola, que António de Oliveira de Cadornega aqui nos dá ou escreveu; é cheia de interesse e agrado, e também mui pitoresca; narra as felizes e também as infelizes entradas dos Portugueses pelo sertão; dá cõnta das naus holandesas na nossa costa; e refere a vida económica e religiosa da cidade de Luanda.

Quanto à parte política e administrativa, quando nos apresenta a relação dos Governadores e o seu exercício público, Cadornega relata o que fizeram a bem do progresso da Colónia, desde as pazes com os sobas, até à defesa da navegação do rio Quanza, cujas margens ubérrimas, principalmente nos anos secos, eram e são, por assim dizer, o celeiro da cidade de Luanda.


Estamos, pois, empenhados em completar a publicação dêste I tómo nesta IV série da nossa revistinha, para o que iremos dando de cada vez 3 ou 4 capítulos.

A seguir, Cadornega com côres berrantes e impressionantes conta-nos minuciosamente os 7 anos do condomínio português e holandês em Angola, de 1641 a 1648.

P. P.

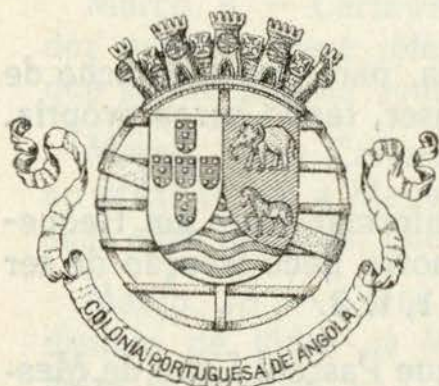


LEIS
DE
=ANGOLA=



(Continuação da página 88)

1685



NOVEMBRO, 5 — CARTA-
régia, em que se aprova a
resolução de fazer sair o navio
Santa Marta, não obstante não
ter a sua carga completa, pela des-
pesa, que pela sua demora, causa-
va à Fazenda Real.—L. 1, f. 226.

Novembro, 26. — Carta-régia,
em que se pedem as Capitulações
da Paz, que se intenta fazer com o Conde de Sonho.—L. 1,
f. 226.

Dezembro 13. — Carta-régia para que se tomem contas
aos Almojarifes, Feitores e Tesoureiros, e se executem pelo
alcançe em que estiverem. — L. 1, f. 226, v.

Dezembro, 18. — Carta-régia, para que se não deixe edifi-
car Convento algum sem expressa licença de sua Majestade.
— L. 1, f. 226, v.

1686. — Janeiro, 31. — Carta-régia, para que o Governador

dor cumpra a Ordem, em que se lhe mandou que informasse das pessoas capazes para o pôsto de capitão-mór de Campo. — L. 1, f. 226, v.

Março, 22. — Carta-régia para informar sôbre um Reque-
rimento, em que a Câmara pede licença para pôr um subsí-
dio de mil cruzados por ano, para várias despesas do Senado,
reedificação da Igreja de Santa Maria Madalena, e fazer um
cemitério murado. — L. 1, f. 227.

Março, 23. — Carta-régia, em que se manda que as Mi-
cutas corram pelo preço que está declarado. — L. 1, f. 227.

Março, 23. — Carta-régia, em que se manda fazer um Colé-
gio para 12 moços negros. — L. 1, f. 227, v.

Novembro, 28. — Carta-régia, em que se manda que a Câ-
mara desta Cidade de Luanda pague ao Secretário do Con-
selho Ultramarino as propinas que lhe estiver devendo. —
L. 1, f. 227, v.

1687. — Janeiro, 17. — Carta-régia, para que o patacho de
Geraldo Rodrigues saia quando quiser, tendo carga própria.
— L. 1, f. 227, v.

Janeiro, 31. — Carta-régia, para informar sôbre um Reque-
rimento, em que o P. Manuel Chamorro pede isenção de ser
nomeado Capelão de Navios. — L. 1, f. 3.

Fevereiro, 5 — Carta-régia para que Pascoal Lobo de Mes-
quita sirva os Ofícios em que fôra provido, e de que o Go-
vernador o suspendera. — L. 1, f. 30, v.

Março, 20 — Carta-régia para que se ponha todo o cuidado
em cobrar o que se está devendo à Fazenda Real, e se re-
meta ao Tesoureiro do Conselho Ultramarino. — L. 1, f. 228.

Março, 22. — Carta-régia, para que se faça cobrar o que
se deve pertencente ao Impôsto destinado para obras pias, e
estabelecido pelo Alvará de 10 de Abril de 1592. — L. 1,
f. 228.

Outubro, 21. — Carta-régia, em que se manda informar se
os proprietários servem os seus Ofícios em observância das

Ordens que, por vezes, se têm passado a êste fim. — L. 1, f. 30, v.

Outubro, 30. — Carta-régia, para que, em tôdas as ocasiões que se oferecerem, se dê cõta do estado das Missões dêste Reino com declaração das pessoas que nelas se empregam; e que se examine a origem das Ordinárias concedidas aos Religiosos e Provisões das Fundações dos seus Conventos. — L. 1, f. 8, v. e f. 24.

1688. — Janeiro, 9. — Carta-régia em que se manda conceder licença ao patacho *Bom Jesus de Além* para sair quando quiser, tendo carga própria. — L. 1, f. 32.

Março, 5. — Carta-régia, para informar sôbre o Requerimento, em que o Tesoureiro da Igreja Matriz de Luanda pede aumento da consignação destinada para a despesa de vinho, cera e hóstias. — L. 1, f. 19.

Março, 8. — Carta-régia, em que se responde ao Governador que não deve interpretar à sua vontade as Ordens, em que se lhe proíbiu conceder reformas. — L. 1, f. 2, v.

Março, 11. — Carta-régia para que o Ouvidor-Geral segure no Real Nome a Manuel de Moraes Frazão de tôdas as pessoas suas inimigas, que êle nomear. — L. 4, f. 11, v.

Março, 16. — Carta-régia, em que se pede uma Relação distinta de tôdas as Missões dêste Reino, e Religiosos que nelas se ocupam. — L. 1, f. 30, v.

Março, 23. — Carta-régia, em que se recomenda a inviolável observância das Leis e Regimentos pertencentes ao cativo dos Negros. — L. 1, f. 3.

Março, 23. — Carta-régia, em que se participa que ao Provedor da Fazenda se ordena que principie o Colégio para se doutrinarem e ensinarem 12 moços negros; e se manda dar todo o favor e ajuda, para se concluir esta obra. — L. 1, f. 30.

Março, 28. — Carta-régia, em que se ordena que todos os Navios, que saírem do pôrto de Luanda, levem certidão do Ouvidor, e na sua falta do Provedor da Alfândega, de como vieram e voltaram com Capelão. — L. 1, f. 3, v.

Março, 29. — Carta-régia, com que vieram para êste Reino José de Siqueira e Manuel Lopes Lobo, os quais manda sua Majestade que se separem dos outros soldados, e se lhe dê cõta do como procederem. — L. 1, f. 32.

Abril, 2. — Carta-régia, para que todos os anos se dê cõta do como procede António Luís de Almeida, que sua Majestade manda para êste Reino. — L. 1, f. 4.

Abril, 3. — Carta-régia, em que se ordena que, completando Diogo da Fonseca três anos de serviço neste Reino, se lhe conceda licença para se retirar. — L. 1, f. 32.

Abril, 3. — Carta-régia, em que se ordena ao Governador que, achando-se suspensa a guerra, que se fez ao Jaga Canda, a não renove, salvo se lha fizerem ofensiva. — L. 1, f. 1.

Abril, 5. — Carta-régia, para que se conceda ao Conde de Sonho a Paz que pediu, e que o mesmo se pratique com os mais Potentados que a pretenderem. — L. 1, f. 1, v.

Abril, 5. — Provisão, em que se determina que não saia navio algum deste Pôrto sem levar Capelão, e que, não podendo os Mestres ajustá-lo, o Prelado lho nomeie, arbitrando-lhe o salário que parecer justo. — L. 4, f. 62.

Abril, 6. — Carta-régia, para que se regulem as Ordenanças da Gente Miliciana. — L. 1, f. 32.

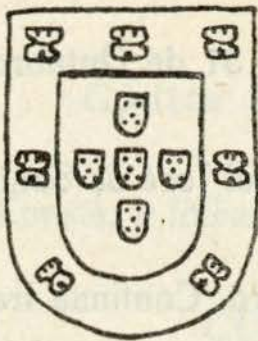
Abril, 7. — Carta-régia, para que, achando-se falso o que se imputou ao Capitão-mór de Benguela — Manuel de Nojosa — se lhe deixe exercer o seu pôsto. — L. 1, f. 3.

Julho, 20. — Carta-régia, para informar, ouvindo a Câmara, sôbre um Requerimento, em que os Padres da Companhia pedem licença para ter um Patacho, em que naveguem os seus efeitos. — L. 1, f. 19, v.


Novembro, 27. — Provisão, em que se determina que os Governadores e Ministros não consintam que os Povos lhes ponham os seus Retratos na Casa-da-Câmara, ou em outra alguma parte pública. — L. 4, f. 10, v.

(Continua).





HISTÓRIA
ECLESIAÍSTICA
DE
ANGOLA

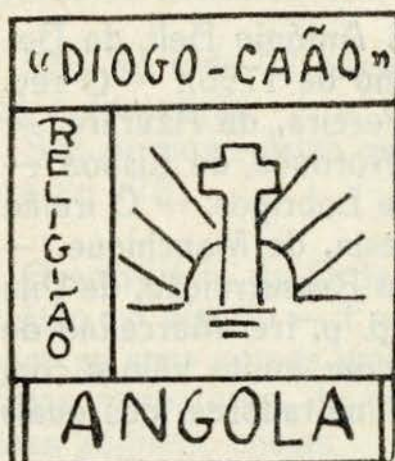


Convento de S. José de Luanda

(Vários Documentos e Informações)

BIBLIOTECA DA ACADEMIA
DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

(Continuação da página 112)



1707. FOLHA 287, VERSO.
Def. de 25 de Junho.
Frei Gregório da Purificação, con-
fessor.

1710. — Folha 295. Def. de 27 de
Setembro. Frei Manuel de Jesus p.

1715. — Folha 298, verso. Def.
de 16 de Fevereiro. Frei António da
Conceição, prègador.

1716. — Folha 304, verso. Definitório de 31 de Outubro. Continua frei António da Conceição.

1718. — Folha 311. Def. de 9 de Julho. Frei José de Santa Teresa.

1720. — Folha 322. Def. de 13 de Janeiro. Continua frei José de Santa Teresa.

1721. — Folha 328, verso. Definitório de 9 de Agosto. Foi eleito para Ministro do Convento de S. José de Luanda o padre frei João de Santa Isabel.

Códice 781, vermelho

Tábua dos Religiosos da Terceira Ordem

Existiam em Angola os seguintes frades :

1749. — O reverendo padre Ministro e Prêgador frei António da Ressureição, natural de Vila Cova da Serra. — O p. p. frei Manuel do Amor Divino, de Lisboa. — O p. p. frei José de Jesus e Maria, de Lisboa. — O p. p. frei António de Madre de Deus, de Lobrigos. — O irmão leigo frei Manuel de Jesus e Maria, de Monchique. — O p. p. frei Luís de S. José Pestana, veio de Angola.

1751. — O rev. padre Ministro frei António Beli, de Belém (Morreu em Lisboa a 13 de Junho de 1796). — O rev. p. prêgador frei José da Conceição Pereira, de Azurara. — O p. p. frei Manuel do Amor Divino Noronha, de Lisboa. — O p. p. António de Madre de Deus, de Lobrigos. — O irmão leigo frei Manuel de Santa Teresa Testa, de Monchique. — Ainda é vivo o rev. p. p. frei António da Ressureição, de Vila Cova. Foi Ministro em Angola. — O p. p. frei Marcelino de S. Teresa, de Lisboa, tem servido com muito zêlo e com muito trabalho o Convento. — São 7 moradores, dos quais seis são sacerdotes.

Códice 382, de numeração vermelha

Consta, à folha 80, o seguinte :

CONVENTO DE ANGOLA

Inventário do Convento, no ano de 1774.

O mesmo, no ano de 1757

O mesmo, no ano de 1761

O mesmo, no ano de 1768

Não encontramos êsses inventários, cuja existência aqui foi registada.

Códice 544, vermelho

Contém os «Estatutos da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Venerável Seráfico Patriarca S. Francisco, sita no Convento de S. José desta cidade de S. Paulo da Assunção, sendo comissário visitador dela o M. R. P. prègador frei Manuel do Amor Divino e Noronha, Ministro actual do seu Convento, e Ministro da Ordem o irmão Custódio Simões da Silva, a cuja instância e zêlo se compuseram e ordenaram os presentes estatutos. Em o ano de 1761».

São, ao todo 22 páginas : prólogo, 23 capítulos, aditamentos e aprovação.

São originais êstes estatutos e têm a data de 20 de Dezembro de 1761.

O secretário da Ordem, então, chamava-se Caitano Matias Leitão ; o vigário — Francisco de Faria e Albuquerque. Assinam os seus nomes mais outros definidores e ex-definidores. Estas assinaturas, do próprio punho de cada irmão, ocupam duas páginas, cheias.

Maço de cartas originaes. Número 927, vermelho

1779. — Luanda, 8 de Dezembro. Carta de frei João Gualberto de Miranda para o padre meste José Maine. — O Rei-de-Congo pediu Missionários. Devem ir em Junho, por ser o tempo mais apto. O Governador D. José Gonçalo da Câmara deseja ter boa política com o Rei-de-Congo. Frei João chegou ao pôrto de Luanda a 3 de Dezembro. Sofreu, na travessia do Rio de Janeiro para Angola, uma grande tormenta.

1779. — Luanda, 18 de Dezembro. Frei Clemente José de Melo escreveu uma carta cheia de notícias ao padre mestre frei José Maine. Frades desobedientes andavam a comerciar entre Benguela e Rio de Janeiro. Tinham sido vendidos ao desbarato alguns arimos do Convento. Eram fracos os rendimentos dos arimos. Andavam atrasados os pagamentos da Fazenda Real. A 16 de Setembro morreu frei Luís Salmo. Estão hospedados, por ordem do Governador e do Bispo, no Convento 7 missionários, até Maio futuro: 2 crúzios, 2 xabrêganos, 1 agostinho descalço, 1 bento e frei João Gualberto de Miranda.

(Continúa).



Diogo Caão
558

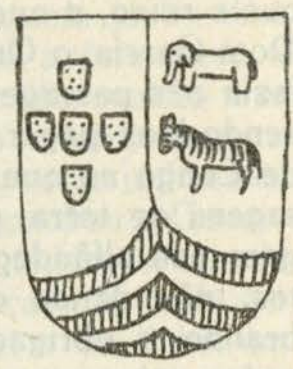
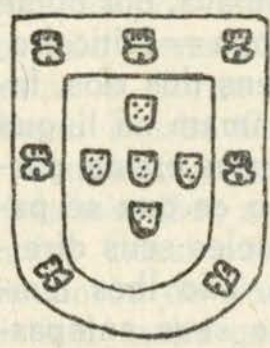
ANTÓNIO DE OLIVEIRA DE CADORNEGA

HISTÓRIA GERAL

== DAS ==

GUERRAS
ANGOLANAS

= LUANDA =



(Continuação da página 151)

1680

TÔMO I — SEGUNDA PÁRTE

Capítulo sexto

- Continuação do govêrno de Pedro César de Meneses. — A administração pública.
- A navegação do rio Quanza. — As guerras da Conquista. — A nóva da restauração de Primeiro de Dezembro de 1640. — As festas patrióticas.

37. — Os negócios de S. Salvador.



HAVIA TIDO o Governador, depois que entrou neste Govêrno, algumas diferenças por cartas com El-Rei de Congo sôbre o bom tratamento dos Cónegos que assistiam naquela Séde de seu Reino, e também sôbre a jurisdição do Ouvidor, que êste Govêrno naquele dito Reino provia para administrar Justiça à muita gente portuguesa que na cidade de S. Salvador, côrte

daquele rei, assistia, com a mais que andava contratando na-

quele reino, a quem aquele Rei, que então reinava, por nome Dom Garcia, o Quimpaco, [na língua muexiconga = feiticeiro] fazia nas passagens em as aduanas e passagens dos rios, fazendo-lhes pagar muitos xicacos [xicacos chamam na língua de Congo ao que se paga nas passagens dos rios e mais passagens de terra, que são direitos reais, como os que se pagam nas alfândegas], que assim chamam àqueles seus direitos, não dando o caminho livre ao negócio, não lhes lembrando a obrigação que devia aquele Rei e seus antepassados aos nossos Sereníssimos Reis de Portugal e aos vassallos de sua coroa portuguezes, que tantas vezes lha haviam sustentado na cabeça, não querendo dêle as Párias que pagava como vassallo tributário, que eram umas tantas peças e uns tantos gatos-de-algália, o que naquele tempo pagavam por via da Ilha de S. Tomé, donde lhe tinham vindo os primeiros socorros dos portuguezes, usando os nossos Principes esta liberalidade afim-de estenderem a Fé Católica naquele dilatado reino, querendo mais isso do que os próprios interesses, em que houve naqueles tempos muita cristandade, como tudo consta de tradições dos antigos e o traz o douto Pedro de Maris na recopilação das Crónicas dos Senhores Reis de Portugal, [O Dr. Pedro de Maris nas Crónicas, de el-rei D. Manuel e de el-rei D. João o segundo. O mesmo traz Damião de Góis na Vida de El-Rei D. Manuel, e Manuel de Faria e Sousa no I tómo e sua I parte da *Ásia Portuguesa*; falam nas cousas do Reino de Congo.], e agora se mostrava êste rei D. Garcia tam soberbo e arrogante como de sua natureza o são, que a uma das cartas, que o governador lhe ordenava as cousas ditas, para que nelas se pusesse emenda, as puseram na ponta de uma lança, começando o alarde de guerra; o mesmo alvoroço haviam feito em tempo do govêrno passado; e foi cousa para rir que dizendo-se, na provisão do Ouvidor, o Governador Comendador da Comenda de Santa Eufémia, começou aquele rei e seus vassallos a levantar grande matizada, dizendo: o Governador é fêmea e nós somos machos!

33. — O dembo Caculo Cacaenda.

Tinha o Governador também despachado a João Juzarte de Andrada, fidalgo nos livros de El-Rei, genro do

Capitão-mór Paio de Araújo Azevedo, de quem já fizemos menção nesta *História*, e como tinha vindo a êste reino a servir a Coroa de Portugal, em companhia do capitão-mór Bento Banha Cardoso, na éra de 628 com o socôrro para a Conquista, que vinha fazer por ordem real, como já fizemos atrás menção; a êste autorizado cidadão despachou o Governador Geral por embaixador a um Dembo poderoso vassalo da Coroa de Portugal, por nome Caculo Cacaenda, onde assistiam muita gente portuguesa a mercanciar, e êle tinha, em sua banza e principal povoação, Igreja com seu capelão, onde lhe diziam missa e administravam os Sacramentos da Santa Madre Igreja, servindo-se êste soba dembo com muita autoridade e fasto, como pessoa régia, indo êste Embaixador a tratar cousas competentes ao Govêrno, onde esteve residindo.

39. — Visita às fortalezas do interior.

Indo o Governador dispondo as cousas de seu govêrno, tendo aviso que, sem embargo da Rainha Dona Ana de Sousa haver mandado seus embaixadores, como dito é, havia aparências de, por sua parte, haver novas revoluções, como sempre costumava, para o que elegeu a Rui Pegado da Ponte por Visitador e Superintendente das Fortalezas, pessoa de merecimentos, conquistador dos antigos, com ordem que, havendo feito a visita, fôsse assistir com as duas companhias de sobre-celentes no distrito da Ambaca, da outra banda do rio Lucala em o sítio da Axila, para o que levou alguma infantaria para sua companhia e guarda e com os infantes reforçar aquelas companhias que estavam diminutas naquele sítio, com seu cabo de companhias António Teixeira de Mendonça, em razão das doenças daquele sertão.

Chegado que foi à vila da Vitória de Maçangano, teve diferenças com o capitão-mór daquela capitania e fortaleza, por nome Sebastião Ribeiro, provido nela por patente real, não querendo consentir em sua superintendência em visitador assim; sôbre isso veio o Capitão-mór à cidade de Luanda dar conta da sua repugnância.

Na fortaleza de Cambambe foi em tudo obedecido, por o capitão-mór dela ser feitura do Governador, que seu nome era António de Abreu de Lima.

Passando à Ambaca, de que era capitão-mór da fortaleza e capitania, por real patente, Francisco da Fonseca Saraiva, o Beiçorra de alcunha, cavaleiro do Hábito de Cristo, pessoa que por seus merecimentos o haviam provido com aquele pôsto, casado com gente principal da cidade de Luanda, — com êle foram as maiores dissensões, não querendo admitir a sua precedência, com que o mandou o Governador vir à cidade dar sua descarga, e, enquanto vinha, mandou para aquela fortaleza António de Abreu de Miranda, pessoa de muitos serviços, cavaleiro fidalgo da Casa de sua Majestade, conquistador dos mais antigos dêstes reinos.

Na fortaleza de Maçangano, mandou, entanto que o capitão-mór vinha à cidade, ficar o Alferes da fortaleza Manuel Correia de Cadornega, irmão do autor desta *História*.

Depois destas visitas, foi a exercer o pôsto de superintendente em o arraial sítio de Axila, seguindo a ordem do Governador e Capitão Geral.

40. — O rio Quanza e o Gentio da Quiçama.

E porque em o rio Quanza havia revoluções em aquela tam importante navegação, causada do gentio da Quiçama, que sempre desinquietavam aquela passagem com assaltos, roubos e tomadias, para quietação do que chamou de Maçangano, onde era morador, ao capitão Fernão Rodrigues, encomendando-lhe de novo a guarda e comboios daquela navegação, como o haviam feito os Governadores seus antecessores que governaram êstes reinos, por conhecerem nele pârtes e suficiência para o tal cargo.

Não me alargo em dizer alambanças deste vigilante Capitão e antigo conquistador e o muito que serviu à sua Alteza, que Deus gaurde e vaio ao deante servindo, porque era sogro do Autor desta *História*; o que tudo consta de papéis e serviços autênticos e justificados, e não pretende mostrar se suspeito, que alambanças na pessoa própria não frisam bem, outrem o diga e seus verdadeiros e continuados serviços, patentes, e certidões de mais de cinqüenta anos.

41. — Escravos para o Brasil e inspecções militares.

Em êste tempo, veio do Estado do Brasil ao pôrto e cidade de S. Paulo de Luanda Dom Filipe de Moura,

Mestre de Campo da praça e cidade da Baía, fidalgo de militar disciplina, muito inteligente das cousas da guerra e fortificações, filho do Balio-de-Leça; o que se divulgou da sua vida, foi: o mandava o Marquês de Montalvão, vizo-rei então do estado do Brasil, Dom Jorge Mascarenhas, buscar um Donativo de Escravos para remir os de uns barcos longos, chamados Bichas, que trazia o dito Vizo-Rei para segurança da Barrã da Baía e seus pórtos.

Outros disseram, e foi o mais certo, viera ver esta terra por ordem Real para ver: se tinha algum modo de poder fortificar-se a sua defesa; e, andando vendo tudo com o Governador, que o hospedou em Palácio, fazendo-lhe as honras que merecia; depois de tudo visto e examinado, veio a conferir: que não era capaz para isso, por ser praça muito aberta e ter muitas paragens, onde, quem a viesse invadir, podia lançar gente; que, o que convinha ao Reino de Angola e Cidade de Luanda, [era] ter boa guarnição de gente para acudir a que se não botasse gente em terra, que era o remédio que podia ter; e outra cousa, não.

42. — Honorífico conselho

E vendo o Governador que as cousas de el-rei de Congo não tomavam termo, antes estavam cada vez em peor estado, como também as da Rainha Ginga, pois se tinha dela vindo o nosso Embaixador atossicado de peçonha, que escapou com vida pelas boas contras com que lhe acudiu el-rei de Dongo D. Filipe Gola Airi, e até os seus cavalos correram a mesma fortuna, em ódio de ver uma cousa e outra, que a tinham tanto perseguido em as guerras passadas.

De inimigos reconciliados ninguém se pode fiar, e mais não tendo lei nem fé, nem ainda palavra; o que visto pelo Governador — o estado do Reino, que havia mister tratar de seu remédio, — chamou a conselho, em que se achou aquele caritativo e virtuoso Prelado D. Francisco do Soveral, por mercê de Deus e de Santa Sede Apostólica Bispo de Congo e Angola, o Senado da Câmara, os Prelados das Religiões e os principais Cidadãos que tinham na guerra ocupado póstos maiores, estando todos juntos em Palácio — propôs o Governador os têrmos em que as cousas dêste reino estavam:

- O Rei de Congo com ruíns correspondências;
- A Rainha Ginga, cada vez mais ardil, maquinando traições contra os Portugueses;
- O Rei de Dongo e sobas vassallos de sua Majestade, tímidos;

— Os sobas Dembos, fazendo muitas avexações aos portuguezes e pombeiros de homens brancos, que por suas terras comerciavam, que davam a entender: estavam todos de uma voz e um acôrdo;

— e, para remédio de tudo, vissem: se convinha e era justo pôr-se guerra em campo, por reputação de nossas armas e para castigo de quem o merecesse; ao que dando suas razões os doutos — como eram o Prelado, Reitor do Colégio da Companhia de Jesus, Ministro de S. José, e outros homens letrados, — em que vieram a conferir: era justo o pôr-se guerra em campo para segurança dêstes Reinos, visto o estado dêles e para castigo de quem o merecesse e reputação de nossas armas.

Com êste acôrdo se confirmou o Ouvidor Geral, Senado da Câmara e gente principal que naquele honorífico conselho se achou; só um vereador, que então servia na Câmara, por nome António Dias Pinheiro, se ergueu de seu lugar e disse que não convinha nem era justo fazer-se guerra a Congo, a respeito do negócio que se fazia naquele Reino; e como o dito era nele muito interessado, falava por aquele estílo, como quem lhe doía; o que, pelo Governador, lhe foi mui estranhado, por aquele vereador falar fóra dos têrmos da proposta e acôrdo tomado; se enfadou contra êle, dizendo que ali não se havia falado particularmente em a guerra que êle dizia, senão geralmente em os modos que se achavam aqueles Reinos, mas, visto êle querer por seus particulares falar fóra dos têrmos, fôsse preso, e mandou ao Ouvidor Geral: fizesse auto para preguntar testemunhas, e procedesse contra êle por querer penetrar e revelar o segredo do conselho que se havia tomado.

43. — A notícia da restauração de 1640

Neste tempo corria a éra de 41, quando chegou ao pôrto desta cidade de Luanda uma Caravela do Reino, e,

vendo-se no pôrto, causou a todos novidade, e logo se inferiu: vinha nela algum aviso de importância; e, estando todos suspensos e receosos de saber, entrando o homem que nela vinha em Palácio sem querer dizer nada, viram-se as janelas do Palácio fechadas; foi-se corrompendo que tínhamos em Portugal Rei Português; alguns sebastianistas cuidavam neste interim, enquanto não se divulgou, que era o seu desejado; nisto veio o digníssimo Bispo a Palácio, que tinha também carta, e foi sempre um fino português; avistado com o Governador, soube então em como junto com a nóva da feliz aclamação, lhe tinha vindo ao Gov. a nóva da morte de seu Pai Vasco Fernandes César, motivo com que os creados, sem saberem do mais que traziam as cartas, haviam fechado as janelas por lho dizer o que tinha vindo com o prégo, que era creado da casa.

O nosso Governador, como bom português fazendo aquella tam leal e fidalga consideração, que aquele portento de valor e fidalguia quando esteve cercado em Tarifa — Dom Afonso Peres de Gusmão, que trazendo-lhe o mouro seu próprio filho ao-pé-da muralha, ameaçando-o que lhe entregasse a Tarifa ou, se não, degolaria a seus olhos o filho, que êle tanto amava, no que fazendo consideração em matéria tam aprestada, vendo de uma parte a lealdade que devia a seu rei, homenagem que lhe havia dado, pela outra o amor do filho, vendo que a seus olhos lhe haviam de tirar a vida, armado de sua nobreza, acabou dizendo: *entre la sangre e El-Rey, mas pesa El-Rey que la sangre*, com que lhe botou o seu punhal, com grande constância, que na cinta tinha, dizendo da muralha: se não tinham com que lhe tirar a vida, que ali lhes botava instrumento para o fazerem; ao que disse El-Rei, sabendo essa gloriosa acção, chamando se D. Alonso Peres de Gusmão — el bueno —, disse bueno e re-bueno.

Assim se viu nesta ocasião o nosso Gov., vendo por uma parte a lealdade que devia ao sangue de Portugal e por outra o contrário dizia o sangue e amor paternal, com que, rompendo pelo próprio, se resolveu com o valor do de Tarifa, entre la sangre e El-Rey; mas pesa El-Rei que la sangre; com que logo se abriram as janelas e êle, vestido de gala com uma capa de escarlata, tôda rendada, mandou cha-

mar o Senado da Câmara e dando-lhe parte como se tinha aclamado em Portugal o Sereníssimo Duque de Bragança, Herdeiro Hereditário daquela Coroa, de quem tinha carta e havia sido aclamado no 1.º de Dezembro de 1640, e em 15 do dito mês jurado por El-Rei de Portugal e dos Algarves e de todos os seus Reinos e Conquistas do Ultramar, assim que êles, como Leais Portuguezes ao sangue donde êle procedia por linha direita, tratassem logo de o aclamar Rei e Senhor; ao que responderam que com grande vontade fariam cousa que de todos era tam desejada havia tantos anos; e logo foi o Vereador mais velho, que então era António Ribeiro Pinto, cidadão dos principais desta cidade, filho daquele famoso e valente espanhol João de Velória, buscar o Guião e Bandeira da Câmara, e, pegado dêle, começaram logo a ouvir-se pela Cidade tôda muitos vivas, dando-se todos, uns aos outros, muitos parabens de chegarem a ver em seus dias o que tanto desejavam; e com isto ficaram desenganhos os sebastianistas que não era o que êles esperavam, mas era o predito.

44. — As festas

Saíu de palácio o Governador junto com o destemido português do Bispo, Senado da Câmara e Ouvidor como dela Presidente, e todos e todo o Clero, Vigário Geral, de Religiões, Cidadãos e Moradores, com todo o concurso de mais gente da Cidade, aclamando o dito Vereador mais velho por tôda a cidade — Real, Real por El-Rei D. João, Rei de Portugal, o quarto.

Foram logo à Matriz a dar a Deus as graças e à sua Mãe Santíssima Senhora da Conceição, e, abrindo o mesmo Bispo o Sacrário, se cantou o *Te Deum laudamus*, com boa capela de música, que então havia, com tôda a perfeição, e era bem: se esmerassem os músicos, pois El-Rei, que se aclamava e festejava, foi sempre tam afeiçoado a ela, vindo-lhe esta inclinação já por herança, como lhe vinha o Reino por seu progenitor o Sereníssimo Infante D. Duarte, filho daquele grande e feliz Rei D. Manuel.

Feita a Aclamação, como dito é, se foram fazendo as festas conformes com o gôsto e alegria que em geral havia.

O virtuoso Prelado tomou à sua conta o que mais lhe competia, que foi um outavário de Missas-Cantadas, com o Senhor desencerrado, com Sermões em todo êle, a que o Bispo deu princípio com sua conhecida eloqüência e saber, que era mui grande teólogo, sujeito de muitas letras, a quem seguiu o padre Gonçalo de Sousa, reitor do Colégio da Companhia de Jesus, que além de ser muito douto, era grande matemático e astrólogo, em o qual, das muitas cousas boas que disse em louvor de nosso Rei e de sua Real descendência, veio trazendo os todos impérios, que tinha havido no mundo, e disse que sôbre o nosso Reino de Portugal, antiga Lusitânia, dominava sôbre Lisboa a estrela e conjunção máxima que domina os Impérios, com outras alegações e regras de matemática que não é o juizo do Autor capaz das relatar.

Foram seguindo as prédicas os melhores sujeitos que tinha a cidade, e, por remate de tudo, uma solene e devota Procição, em acção de graças de nos haver Deus feito mercê de chegarmos a ver a Monarquia Lusitana governada por Rei portugûês, Hereditário do Reino de Portugal, cumprindo-se nele a palavra de Deus, dada em o Campo-de-Ourique ao nosso primeiro Rei D. Afonso Henriques.

Em êste outavário tomou a seu cargo o Governador e Senado da Câmara as tardes e noutes, em que se correram touros, que os há nestes Reinos tam bons e bravos como os de Ronquam da Real Casa de Bragança, e Chamusca e dos prezados da Espanha de Enxarama; a que houve toureiros de a-cavalo e a-pé, havendo custosos prémios, sendo os juizes dêles Paio de Araújo de Azevedo e António Bruto, cidadãos e capitães môres, que haviam sido nas guerras do sertão e conquista dêstes Reinos, como dito é, fazendo-se todo o género de festejos a-cavalo como canas, alcancias, e argolinha, dispendendo os juizes das sortes muitos ricos prémios; e de noute, muitas luminárias e fogo do ar, disparando as fortalezas e fôrtes sua artelharia; e de dia, a infantaria em esquadraão na praça dando muitas cargas.

Na forma referida se festejou em Angola a Aclamação de nosso invicto Rei D. João, o quarto, o Restaurador, de saúdosa memória.

Na vila da Vitória de Maçangano se fez grande festejo como em as mais fortalezas e presídios de Muxima, Cambam-

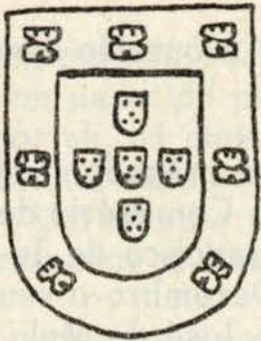
be, Ambaca, e até o gentio vassalo da Coroa de Portugal, como também no Reino de Benguela; e em as mais partes, onde havia gente portuguesa, foi festejada a feliz Aclamação.

Tendo-se concluidas as festas da Aclamação, o nosso Governador e Capitão Geral tratou de fazer o que devia a seu sangue e a seu pai, fazendo-lhe as exéquias com tôda a pompa fúnebre, como a obrigação o pedia a filho tam honrado.


Passada a dita função, nomeou por capitão mór da gente de guerra, que se havia assentado em conselho, como se tem dito, António Bruto, que actualmente occupava o pôsto de Sargento-mór da Praça, por El-Rei, pessoa de serviços e satisfação, que havia exercitado o pôsto de capitão-mór em ocasiões das guerras do sertão, começando a formar seu arraial em a Engombota, sítio junto da Ermida de Santa Maria Madalena, à vista da cidade, e se avisou à vila da Vitória de Maçangano para que estivesse preparada a gente moradora daquela vila e soldados; e o mesmo se fez à fortaleza de Ambaca: descesse o cabo de companhias e capitão-mór de cavalos António Teixeira de Mendonça, com as duas companhias de sobreceletes, que estavam no sítio da Axila e se viesse encorporar com a gente de Maçangano e mais presídios, para virem assistir a esta ocasião e campanha.

(*Continua*)





**HISTÓRIA
ECLESIAÍSTICA
DE
ANGOLA**



Convento de S. José de Luanda

(Vários Documentos e informações)

BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

(Continuação da página 160)



1780. — LUANDA, 8 de Dezembro. Frei Clemente José de Melo escreve uma carta com várias notícias para o padre mestre ministro geral. O portador era o padre frei José dos Remédios. Respondia à carta que recebeu das mãos do padre frei José Justiniano Visa, Vai seguir para Lisboa brevemente o padre frei Cosme. O padre frei Luís do Espírito Santo tem tido graves desavenças com os Terceiros.

1780 — Luanda, 9 de Dezembro. Frei José Justiniano Visa escreve ao padre mestre ministro geral uma carta, sendo por-

tador o padre frei José dos Remédios. Conta a questão com os Terceiros

1780. — Luanda, 21 de Dezembro. O padre prègador frei Luís do Espírito Santo, que foi mandado para Comissário de Ordem Terceira de Luanda pelo padre frei Francisco de Jesus Sarmiento, teve de renunciar a 7 de Dezembro o seu cargo nas mãos do p. ministro frei Clemente José de Melo. Por esta razão o superior concedeu-lhe licença para se retirar para Lisboa.

1780. — Luanda, 24 de Dezembro. Frei Luís do Espírito Santo escreve ao padre Ministro Geral que os Terceiros são homens levantados e intrigistas. Diz também que aquela desordem ou tormenta foi excitada por frei José dos Remédios.

1781. — Luanda, 3 de Janeiro. Carta de frei Clemente José de Melo para o padre mestre Ministro Geral. Participa que a 11 de Dezembro de 1780 seguiu para o Rio de Janeiro o p. frei José dos Remédios. Agora partia também o padre prègador frei Luís do Espírito Santo. Os irmãos terceiros andavam às turras com os frades. Na igreja, em 15 de Agosto de 1780, os frades tiveram uma grave questão com o Senado da Câmara, por causa do logar. Frei José dos Remédios era mau colega.

1781. — Luanda, 3 de Janeiro. O padre frei José Justiniano Visa escreve uma carta ao Ministro Geral de Lisboa, sendo o portador o p. frei Luís do Espírito Santo. Manda seis Benguelinhas (pássaros).

1781. — Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro. Frei Luís do Espírito Santo participa também a desordem dos frades com os Irmãos Terceiros. Sente-se atacado de sarna. Espera melhorar para seguir a viagem para Lisboa.

1781. — Córte de Congo, 18 de Dezembro. Frei João Gualberto de Miranda felicita o padre geral Maine, pela eleição do cargo que desempenha, pois agora a província tinha

um prelado nacional. Narra as doenças, aflições e fomes que têm padecido pelo sertão. Anda com mais dois companheiros por ali, há mais de ano e meio. Têm baptizado para cima de 25.000 almas.

Vai mandar uma relação dessa jornada, que o Bispo e Governador já leram e muito apreciaram.

1782. — Luanda, 19 de Fevereiro. Frei José Justiniano Visa recebeu no dia 1 de Janeiro a carta de 8 de Junho de 1781, que lhe mandou o padre ministro José Maine, por mão do dr. Juiz-de-Fóra. Frei José Justiniano Visa passa mal com dôres fortíssimas da cabeça. Participa também o embarque de frei Clemente José de Melo, que, de viva voz, melhor lhe contará algumas coisas.

Códice 714, vermelho

Alguns dos Serviços marítimos da Congregação da Terceira Ordem, em Angola :

— O Ministro do Covento de Santa-Catarina de Santarém — frei João da Costa e alguns seus súbditos foram Missionários em 1484 ao Congo, na companhia do Capitão-mór Diogo Caão.

— Na Armáda de 1490, que ia a cargo do Embaixador e capitão-mór Gonçalo de Sousa, que faleceu à vista de Cabo-Verde, seu parente Rui de Sousa ficou encarregado no desempenho das Ordens Régias, que pôs em execução, indo os nossos Religiosos na sua companhia missionar ao Congo.

— Frei Baltasar de S. Francisco, natural de Marialva, e frei Luís da Assunção, de S. João das Areias, fundaram o Covento de Angola, em 1594.

— Frei Cristóvão Gordilho, natural de Lisboa, que foi baptizado aos 9 de Abril de 1572 e professou em Caria a 14 de Março de 1590 e morreu em Santa-Catarina a 29 de Ja-

neiro de 1627 — ajudou muito à fundação de Angola, com doutrina e exemplos.

— Na Expugnação dos Holandeses de Angola, frei Barnabé da Assunção, natural de Viana do Alentejo, sendo baptizado aos 11 de Julho de 1615 e professando o Sagrado Instituto da Terceira Ordem no convento pátrio em 1642, estando no combate com os inimigos, animando e confessando os feridos soldados, — foi decapitado pelos herejes.

— Naqueles mesmos dias, o padre frei Francisco dos Reis, natural de Cedovim, que tinha nascido em 9 de Fevereiro de 1623 e professado no Convento da Esperansa em 1642; e frei Francisco de S. Domingos — foram comidos dos bárbaros de Angola.

— Frei Belchior dos Reis, natural de Coimbra, aonde nasceu aos 11 de Janeiro de 1604 e professou no convento pátrio em 1622, foi capelão-mór das armadas reais e administrador geral dos exércitos em Pernambuco, aonde serviu muito na guerra contra os Holandeses; e, indo em serviço da Coroa à Angola, — faleceu naquele convento em 30 de Julho de 1658.

— Mestre frei Luís da Assunção, natural de Lisboa, aonde foi baptizado aos 30 de Março de 1604; professando a Regra da Terceira Ordem no Convento do Vimieiro em 3 de Março de 1623, — faleceu em Angola em 1650; e o Ministro frei João da Piedade Fonseca, natural de Setúbal, aonde foi baptizado aos 2 de Maio de 1602, e professou em Coimbra em 2 de Janeiro de 1619, foi administrador geral dos exércitos em Angola.

— Frei José do Amor Divino Noronha, da Casa-de-Marialva, sendo Ministro de Angola, passou à Rainha Ginga, em dependência e serviços interessantes do Estado. Nasceu em Lisboa em 1708. Professou na pátria em 4 de Agosto de 1728 e faleceu em Angola em 1762.

— Frei João Gualberto de Miranda, natural de Miranda,

passou missionário ao Congo, onde morreu. (Como em outro lugar vai anotado, escreveu uma carta de Congo ao Padre Geral Maine, em 1781. — No máço 785, vermelho, está uma «*Dissertação sôbre a multiplicidade dos Mártires dos primeiros séculos da Igreja*» — escrita por êste frei João Gualberto, religioso da Terceira Ordem).

— O Ministro do convento de S. José de Angola, frei José Visa, foi por capelão-mór do exército de Angola, aonde morreu. (Noutro lugar, há referência a duas cartas, escritas de Luanda, em 1780 e 1781, por frei José Justiniano Visa).

— Frei Manuel da Penitência, natural de Aljubarrota, baptizado a 19 de Fevereiro de 1640 e professo em Santarém aos 7 de Fevereiro de 1666, morreu em Angola. O governador D. João de Lencastro, bem como o Cabido de Luanda — tinham em elevado conceito a virtude de frei Manuel, por meio de quem Nosso Senhor, padecendo o povo de Angola tantas e tais calamidades, suspendeu a espada de sua justiça.

(*Continúa*)



Importantíssimo acontecimento

Como sabem os nossos Leitores, nos próximos meses de Julho e Agosto, vão receber — **S. Tomé & Angola** — a Visita honrosíssima dos Ex.^{mos} Srs. General Carmona, venerando Presidente da República, e Dr. Francisco Vieira Machado, operoso Ministro das Colónias.

O alcãnce político e as vantagens práticas desta Viagem não têm número ou medida, tanto pelo lado patriótico, como pelo lado económico ou administrativo.

Por ser um acontecimento, plenamente nacional e verdadeiramente histórico, o registamos nas humildes páginas desta revistinha, e com imensa satisfação.

Que façam uma Boa-Viagem, na ida e na volta: são os nossos votos mais sinceros.

P. P.



1139-1939

1640-1940

As Festas Nacionais do duplo Centenário da Fundação da Monarquia Portuguesa e da Restauração, como é de plena justiça, prometem ter um brilho singularíssimo, principalmente em Lisboa.

Os números do variado Programa estão repletos de finíssimo Patriotismo e anunciam novas fundações, tanto no campo intelectual, como no progresso material.

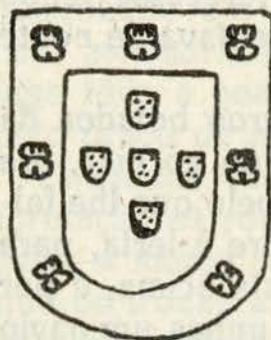
Em Angola, após os festejos da Aclamação de El-Rei D. João, o quarto, deu-se a Invasão dos Holandeses, que durou até Agosto do 1648: nas páginas de Cadornega, que aqui estamos publicando, constam os factos dolorosos que sofreram os Portugueses naqueles 7 anos de condomínio.

O patriotismo da nossa gente esteve à duríssima prova, mas manteve-se corajoso e firme e em elevado grau.

P. P.

ANTÓNIO DE OLIVEIRA DE CADORNEGA

HISTÓRIA GERAL



== DAS ==



GUERRAS
ANGOLANAS

= LUANDA =

(Continuação da página 170)

1680

TÔMO I — SEGUNDA PÁRTE

Capítulo sétimo

Os Holandeses apoderam-se da cidade de Luanda. — A impossibilidade da resistência. — As providências urgentíssimas. — A retirada estratégica e feliz dos Portuguezes para o interior.

45 — Quatro maus Flamengas.



INDO O NOSSO GOVERNADOR e Capitão Geral Pedro César de Meneses prosseguindo seu govêrno, avistaram o pôrto desta Cidade quatro naus de guerra, que, pelas bandeiras, demonstravam ser Flamengas, por cuja causa se tocou a rebâte e marchou o Governador com a gente de guerra, assim paga como auxiliar, para o fôrte do Penedo sito na marinha e enseada da Caçandama, para dali medir as acções da-

quele inimigo, e estar apto a tudo o que se oferecesse, tendo muitas rondas e vigias na marinha para : se intentava de route botar gente em terra.

Ali estiveram estas naus uns dias com ferros botados da banda de fóra da ponta da Ilha, ora bordejando ao mar, ora ancorando, como quem vinha ver òu esperar pelo que lhe faltava; e o Governador e tòda a gente, sempre à-lerta, para ver seus desígnios, até que deram à véla costa acima, e por cima da barra da Curimba lhes veio dar nas unhas um navio nosso, de um homem chamado o Faísca de alcunha, e o apanharam e roubaram, vindo do Reino; determinavam levar consigo os roubados, mas como vinham ali algumas pessoas que vinham para uns parentes seus, que tinham em esta cidade de Luanda, pediram muito e rogaram àqueles piratas os lançassem em terra, e os não levassem consigo ao Brasil ou Holanda; não remédio o Cabo vir nisto, até que um capitão de uma das naus, que devia ter alguma cousa de católico, ou de compassivo, pediu ao Cabo mandasse botar aqueles Portugueses em terra, visto terem naquela cidade pessoas para quem vinham, e que êle os lançaria em terra, acompanharia o batel com o da sua nau, onde os roubados haviam de ir. Concedeu o Cabo, importunado daquele capitão, o pedido, que, donde há tantos maus, como naquelas naus havia, não podia deixar de haver algum que parecesse bom; com dita permissão, tratou o capitão de preparar o seu batel e o em que haviam de vir os despedidos Portugueses, e ficando-se o mestre do navio roubado com mais alguns dos seus com os flamengos, com pretexto de ir à Holanda pleitear o seu navio, que lho haviam tomado havendo Paz assentada entre os Senhores dos Estados de Holanda e o Nosso Rei de Portugal; e trazia êste Faísca um como passaporte do seu Embaixador, que deixavam em a Còrte de Lisboa; indo o capitão a botar a gente em terra, se levantou tal carranca de mar e ondas encapeladas que escapou o capitão, por ventura, de não ser submergido e dado à costa, que, parece, quis Nosso Senhor pagar-lhe aquela boa obra, e que quis logo ajustar contas com êle por não ser capaz de as ter mais prolongadas; o batel dos roubados naufragou, dando à costa fazendo-se em pedaços, que estiveram muitos quási afogados. os quais, saídos em terra junto com os flamengos remeiros, vieram com muito trabalho

marchando até à Curimba, onde então havia fortaleza nossa com artilharia e capitão com soldados ; o capitão despachou logo tôda a gente do naufrágio para a cidade ao Governador, pelo braço de mar da banda de dentro da Ilha.

Chegados que foram à presença do Governador, dando informação os roubados do successo referido, mandou, por quem sabia a língua do norte, inquirir àqueles flamengos o desígnio que os trouxera a êste pôrto de Luanda, o que jãmais quizeram dizer senão que vinham das feitorias da Costa e iam fazendo sua viagem à Holanda.

Visto pelo Governador virem estes Flamengos remeiros em prol da gente roubada, os mandou por pessoas práticas, que sabiam a sua língua, a bordo das naus em uma lancha, também por ver : se descobriam o intento da vinda daquelas naus a avistar êste Pôrto ; foram os enviados a levar na lancha os naufragados a Cabo-Ledo, onde as naus estavam surtas, de que se mostrou aquele Cabo agradecido, hospedando-os muito bem com muitos brindes, mas não puderam alcançar nada do que iam por mais brindes que houve ; recebidos os seus companheiros, deixaram o pôrto e foram para barlavento costa acima para Benguela, aonde tinha mandado o Governador uma lancha com aviso, que passou de noute junto da costa sem ser sentida, para que estivesse o Governador daquele Reino de acordo, em como andavam aquelas naus inimigas na costa ; e por não ter naus suficientes, nem infantaria bastante, não botou armadilha fóra contra aquelas quatro naus de guerra.

Tôdas as diligências que fez o Governador por saber o intento destas naus Flamengas foi em razão de dar o gentio nosso contrário a entender, principalmente o Rei de Congo, com ameaças, que esperava Mafulos [Mafulos chamam aos Flamengos], e havia alguma notícia por via do mesmo gentio nosso confidente que havia aquele Rei de Congo mandado embaixadores a Pernambuco, e daí à Holanda, pedindo aos Estados das Províncias Unidas : mandassem Armada contra os Portugueses e Cidade de Luanda, prometendo minas e outras conveniências, e que haviam levado boa data do metal, que a fortuna a tantos nega, o que não foi dito no ar, pois se soube que lá foram, e os efeitos de sua armada o mostrou, assim como logo diremos.

46. — A grande armáda.

Em 22 de Agosto de 641, appareceu, por cima da fortaleza da Curimba, uma Armáda, da qual mandou logo aviso à cidade o Capitão que então era António Monos, e da fortaleza mandou com a artilharia fazer alguns tiros às embarcações, que vinham mais chegadas à terra, por conhecer pelas bandeiras ser armáda inimiga, e haverem dado a sálva de artilharia com bala, como o Capitão informou, que, passado o inimigo, se veio para a cidade; tendo o Governador a nóva, e vendo já a Armada apparecendo, mandou o Governador tocar caixas, e marchou com as suas companhias de gente paga para o fóрте do Penedo, onde havia poucos dias tinham estado em razão das 4 naus, as quais companhias se achavam mui diminutas a-respeito-de que haviam morto muitos soldados, que trouxe, da doença da terra, outros que havia mandado a fornecer as fortalezas da conquista e reino de Benguela, e alguns que tinham fugido no galeão S. Bento, descontentes da aspereza da terra; com o que o Governador se achava com alguns duzentos homens pagos, 150 da sua gente, de que eram capitães António Graça Palha, José Antunes da Silva e Fernão de Aires Pessoa, com mais 50 da terra, com que tinha feito pé de exército o capitão-mór António Bruto para a guerra do sertão, de que eram capitães Diogo Gomes Morales e Manuel Carvalho, o Mártir da Conquista por alcunha.

Com êste pequeno poder marchou o Governador, como dito é, para o sítio do Penedo e enseada da Caçandama, e, por não saber, em praça tam aberta como esta, por onde seria acometido, mandou ao sargento-mór, que então era João de Sousa, com a gente da ordenança pelos áltos da montanha, que constavam de três capitães e da gente moradora, que era João Pegado da Ponte, da gente extravagante — Manuel Gonçalves Cidrão, da do mar — Francisco Rodrigues Bexiga; e, para dar calor a esta gente que defendesse a terra, foi em sua companhia aquele bom e fiel Prelado — Dom Francisco do Soveral, acompanhado de muita clerezia e creados de sua casa, não pondo por deante sua velhice, levando seu arcabuz a seu lado, para com isso dar bom exemplo aos mais.

47. — A defesa do canal.

O inimigo se veio chegando em 23 de Agosto com sua Armada à ponta da Ilha, que constava de 18 naus, muitas delas tam possantes que julgaram alguns, que não tinham tanto conhecimento, que eram galeões de Espanha e armada castelhana; e, porque se entendeu que podia entrar o inimigo o Canal, donde pudesse fazer dano com sua artilharia à cidade, ordenou o Governador aos officiais da fazenda real: mandassem botar duas embarcações das de menos porte, das tantas que havia neste pôrto, no Canal, a pique para impedir a passagem do inimigo; e, reparando os officiais a pouca fazenda que havia para a satisfação do que o Governador ordenava, e outras cousas necessárias, disse, vendo aquele reparo, António Ribeiro Pinto, cidadão afazendado, de quem havemos feito menção, que, se importava ao serviço de El-Rei botarem-se aqueles navios no Canal, que ia para a cidade, se fizesse, que, quando não houvesse fazenda real para se pagarem a seus donos, que êle o faria da sua fazenda e tôda, quanto possuia, oferecia por serviço de seu Rei e defesa da terra; e logo mandou vir de sua casa piroleiras de vinho, muito peixe salgado e farinha de guerra, que deu à Infantaria, e se botaram as embarcações a pique em dito canal.

48. — O desembarque na Caçandama.

Em 24 de Agosto, que foi dia do bem-aventurado Apóstolo S. Bartolomeu, que, parece que por castigos e pecados que tinha que purgar Angola e seus habitantes, se soltou o Diabo que tem aos pés, para castigo de culpas cometidas, — esteve pela manhã o inimigo à-capa, parece tomando conselho do que havia de fazer, e logo foram entrando e prolongando-se da ponta da Ilha até defronte da Caçandama, fechando-nos o pôrto, que não pudesse sair nenhuma embarcação nossa para fóra; desta sorte deram fundo assim prolongados, e, incontinentemente, saíram as suas lanchas e batéis, que já, quando deram fundo, traziam a gente dentro; de voga arrancada, aguçaram à terra para a Caçandama, amparados de duas galizabras com artilharia e gente.

O Governador, que viu a determinação do inimigo, e que

lhe não saíra como êle cuidava, que era entrar o Canal para a cidade e combater com as suas naus de fôrça aquele fôrte do Penedo, não capacitando nunca que naquela paragem lhe pudesse botar a gente, sem que primeiro com êle chocasse, nem que lhe fôsse buscar um caminho tam limitado por onde se sobia à montanha, mas o Inimigo trazia a cousa bem preditada e pessoa prática em sua companhia, que sabia muito bem da terra e suas veredas; porque — botar fundo entre um fôrte e outro co.no era o da Caçandama e do Penedo, com tal proporção e medida, que nem de um nem do outro podia ser ofendido, assim pela distância como pelo pouco calibre da artilharia dos fôrtes, que, atirando-lhes alguns tiros um e outro, foi sem nenhum efeito, e logo ir buscar aquela vereda tam limitada, não havendo outra por onde pudesse subir ao álto, por serem tudo barrocas íngremes — o certo é que o trazia bem gizado.

Vendo o Governador para onde levava a proa o inimigo, mandou marchar a tôda a pressa o Capitão com a Infantaria e gente de-cavalo, que ali se achava, e, por mais diligência que se pôs, muita mais pôs o inimigo, que, indo a nossa gente em meia trincheira, que por ali havia da banda da terra, já o inimigo estava desembarcado com aquela primeira batelada e gente que levou nas galizabras jogando sua artilharia para a nossa gente de-cavalo e infantaria que ia marchando, e a capitânea do inimigo que ficava mais ao perto, botando muitas balas de 24, dando com isso favor à sua infantaria, que tinha em terra; e logo, os que tinham saltado, em um improviso, levantaram uma trincheira ou borda de terra com que se cobriram, o que vendo o Governador, que se não podia obrar já nada pela marinha, onde êle cuidou tivesse o encontro, e como via a sua gente perdida, tam poucos para tantos, com tantas vantagens, mandou muito depressa ordem se recolhessem.

49. — A deslealdade.

Não fique no esquecimento dizer-se em como o Governador, — por saber que gente era a daquela armáda, que lhe vinha a invadir a terra, — lhe mandou uma embaixada, em que lhe mandou dizer que aquela terra, e mais reino,

estava por el-rei D. João, o quarto, e que sabia estava em paz e tinha amizade com todos os príncipes de Itália e Províncias Unidas dos Estados de Holanda: — ¿ que razão havia para, à falsa fé e empresa, invadirem a terra do seu Príncipe e Senhor? — ao que responderam frívolos; que eram mandados por seus maiores, que não sabiam de outra cousa...

50. — O chóque lá no álto.

As companhias, que tinham ido pelos álto com o sargento-mór, tiveram falta na marcha, com que o inimigo teve tempo; como formigueiro, tanto que desembarcavam dos batéis, logo iam subir ao álto, em que se iam formando em seu esquadrão; e um morador Gaspar Gonçalves, o Ensenadeira, com alguns negros seus atiradores ou espingardeiros, fez retrair uma manga do esquadrão inimigo, mais que de passo, com perda de alguns flamengos; o capitão do mar ou de sua gente chegou a chocar com o inimigo no álto, e, cuidando o seguiam a mais gente da sua companhia e os demais capitães, foi com valor português fazendo retirar algumas mangas inimigas e empenhou-se de qualidade que lhe mataram o seu alferes por nome Manuel de Siqueira, natural de Vila-Viçosa, filho de Goldres, da rua da Cadeia, que, metendo mão à espada, cuidando o acompanhava a mais gente da sua companhia, veio uma bala do inimigo, que lhe tirou a vida, e o Capitão trouxe o chapéu passado de uma bala, o qual era natural de Portalegre, pessoa honrada, de satisfação, e lhe haviam ferido mais alguns homens da sua companhia, que o tinham acompanhado naquela avançada e investida; e, como os muitos tiram a virtude aos poucos, se retirou de necessidade; e não há dúvida que se naquela iminência, por onde subiu o inimigo, estiveram de mão posta a nossa pouca Infantaria, ou no desembarcadouro, que lhe houvera de custar muito sangue o pôr pé em terra, ou ser senhor dela; contra o céu não valem maus, ainda que as nossas eram poucas, foram mais os pecados, que tinha que purgar Angola, pois desde a primeira Conquista destes Reinos não haviam padecido semelhante castigo, como daqui por deante foram experimentados seus moradores e os mais habitantes destes Reinos.

51. — Resolução acertada.

Estando as cousas neste estado, e que não havia fôrças para rebater tamanho podêr, se retraíu o Governador daquelle sítio para a fortaleza de Santa Cruz, fechada por tôdas as partes, a qual guarneceu com a infantaria paga com que se achava, esperando ali o que a fortuna dispusesse.

Em uma casa pouco adeante para a Cidade, se ajuntou o Prelado com os Cidadãos principais, os quais, praticando sobre o estado em que aquelas cousas se achavam, que era necessário dar-lhe o remédio que pudesse haver, para êstes reinos se poderem sustentar e não se perdessem enquanto Sua Majestade acudia, — era de muita utilidade retirarem-se com aquele pequeno poder ao Sertão, onde se poderiam sustentar enquanto não vinha quem lançasse aquele inimigo fóra da cidade e reino; e que, encorporados com a gente da conquista, se podiam conservar e fazer alguma opposição àquele inimigo.

Nisto conferiram todos e já bem de noute foram buscar o Governador, ao qual manifestaram o Bispo e mais pessoas principais as razões ditas, a que respondeu o Governador com resolução: que — já que êle tinha sido tam desgraçado em perder sua reputação por falta de podêr, queria também perder a vida naquella fortaleza como soldado, e dar a entender àquele inimigo que lhe não faltava valor para o fazer; — o que vendo o Bispo e os mais tal resolução, — lhe protestaram pelo Reino de Sua Majestade e que daria conta a Deus e a El-Rei do mal que a êles moradores lhes viesse e a todo o mais Reino por êle não querer fazer o que era conservação destes Reinos e serviço de Sua Majestade.

Esta resolução, com que lhe falou o Prelado e mais Moradores, o fez meter por dentro, com que disse lhe fizessem um papel assinado por todos: que aquella retirada ao Sertão era serviço de El-Rei e conservação dêstes seus Reinos, o que se pôs logo por obra, como a ocasião o pedia.

Feito o papel e assinado pelo Bispo, Cidadãos e Moradores, Capitães de infantaria e ordenança da terra, estando já neste tempo o Governador nas casas de António de Abreu de Lima, onde se haviam congregado para aquele conselho, mandou dali ordem ao capitão do fôrte do Penedo, que era André Coelho de Melo, cavaleiro do hábito de Sant'Iago, cida-

dão da cidade de Lisboa, despachado por Sua Majestade com a fortaleza de Ambaca, se retirasse com a guarnição que tinha, botando a munição que tinha ao mar e cravada a artilharia; ao capitão da fortaleza da Caçandama, que era um morador da terra e cidade por nome António Vás da Costa, não houve recado que lá pudesse ir, por estar àlém do inimigo, mas êle se retirou antes de ser degolado, êle e a sua guarnição, por ser fortaleza aberta pelo sertão; a mesma ordem mandou ao capitão da fortaleza de Santa-Cruz, que era Matias Teles Barreto, cidadão dos principais da cidade, o qual se achava dentro da Fortaleza com o tio de sua mulher Dona Luísa Freire, por nome frei João de Angola, religioso autorizado, padre do Carmo Calçado, que havia sido provincial de sua Religião em a Cidade da Baía e o primeiro filho de Angola branco, que se havia baptizado em a cidade de Luanda; êste honrado Religioso fez ao sobrinho capitão requerimento: não largasse a fortaleza, de que havia dado homenagem, sem expressa ordem do Governador por escrito, em que lha havia por levantado que, se não, lhe havia de cortar a cabeça, com que replicou à ordem que lhe havia vindo da palavra, com que foi necessário mandar-lha o Governador por escrito, em que o havia por desobrigado da homenagem, com o que veio recolhendo com sua guarnição, fazendo a mesma diligência como o havia feito o do fôrte de Penedo com a artilharia e munições; o capitão e guarnição do fôrte da Fôrca, que assim se chamava, foi trazendo-o consigo, que estava em caminho; a mesma ordem mandou ao fôrte de Vicente Velho da Silva e a seu capitão, que assim se chamava; e ao da fortaleza de Nossa Senhora da Guia, mandando dos armazens reais, que nela havia, tirar a munição, para levar em sua companhia, mandando capitães e pessoas de satisfação a fazer sair tôda a gente da cidade, que não ficasse viva pessoa com o inimigo.

52. — Preciosidades.

Era perto da meia-noute, quando o Governador chegou à Praça e seu Palácio, com os capitães e infantaria e alguns cidadãos e moradores principais, que o acompanhavam, aos quais deu alguns barris de pólvora e cunhetes de balas e morrão, para mandarem carregar por seus escravos, que, se

deixávamos uns inimigos pelas costas, nos ficavam muitos por deante, os quais desejavam beber o sangue à tôda a gente portuguesa, que os dominados pelas armas nunca são fixos, por mais que se mostrem ou pareçam leais.

O bom do Prelado também tratou, pelos Moradores, de acomodar a Prata da Matriz, que era muita.

Postas as cousas em ordem, e os Moradores naquele breve tempo tiraram de suas casas o mais precioso, e os homens de negócios, que tinham armações de escravos feitas, mandaram carregar parte da fazenda com que se achavam em ser; os Moradores não tinham posto em salvo do muito que possuíam, por causa dos rigorosos bandos que o Governador mandou botar com pena de morte, só afim-de se defender a terra ao inimigo; e, se não fôra, quando foi das 4 naus, haverem tirado alguma cousa, que então não foram os bandos tam rigorosos, sem nada, ou pouco mais de nada, se ficaram.

53. — Primeiro dia de marcha.

Às duas horas, depois da meia-noute, preparado já do necessário para nos guarecermos no sertão, se foi saindo o Governador com tôda a mais gente da cidade pela porta do Convento de S. José, dos Frades da Ordem Terceira de S. Francisco, por quanto as demais saídas e caminhos os haver tomado o inimigo; e era necessário dar um grande rodeio para, pelas costas do inimigo, ir buscar o caminho que ia para o rio Bengo e arimos, onde o Governador levava a sua derrota e retirada.

Aquela noute, andou com sua infantaria que sempre o seguiu e alguns moradores como perdido por aqueles matos, em que começou a padecer detrimento a gente feminina que tôda seguia a mesma derrota; e, por ser escura a noute, sem lua e faltos de guia, se iam a meter nas mãos do inimigo, até que um morador topou com uma negra, que naqueles matos fazia carvão, e encaminhou para o sítio de Bem-Bem, caminho para o Bengo e arimos, que nesta paragem tinham para suas lavouras.

Àquele sítio chegou o Governador com a mais companhia ao romper da álva, quando se ouviram 3 grandes cargas do inimigo que deu assim, por terror, como por festejo ao entrar

na cidade, como se soube logo por negros que dos áltos, onde estavam com cargas de seus senhores, o haviam visto.

Neste dito sítio de Bem-Bem, achámos o Bispo, que, como teve os seus estudantes filhos da terra, que foram os que o carregaram e acompanharam, souberam melhor as veredas; por essa causa o achámos diante; folgou muito de ver o Gov., que, como viu que tardava, cuidou lhe havia sucedido alguma cousa, o que assim fôra, se aquela negra não tivesse servido de guia, que não foi nesta ocasião negra, senão como um Anjo de Luz; e, com o sentimento da perda da terra e imaginar como um fidalgo da sua qualidade e experiência tivesse semelhante successo, lhe deram desmaios aquella noute, em que faltou pouco que não morresse.

Com êste trabalho chegou aonde estava êste bom Prelado, mui cortado do sentimento, ali o consolou aquele virtuoso Bispo, dizendo não ser êle o primeiro a quem tinha sucedido o perder praças, e mais tendo êle feito sua obrigação como bom soldado, estando exposto, com tam pouco poder, a ter o encontro ao inimigo, esperando na Praia com o valor que se viu e ao depois na fortaleza de Santa-Cruz metido, para dali pelear e ser rendido pelos seus rivais, e que isso não acomodava ao serviço de El-Rei, nem à conservação de seus Reinos, e que queria Deus: com aquella retirada se melhorassem as cousas, e não ficar aquele inimigo de uma vez, as mãos lavadas, feito senhor da Cidade e do mais dêstes Reinos; com estas e outras semelhantes palavras, ditas com mais audácia do que o Autor aqui relata, o consolou em aquella tristeza e aflicção em que vinha.

54. — A caminho do Sequile.

Ali se deteve o nosso aflito Governador algumas horas, incorporando a mais da gente, que vinha dispersada, e era lástima ver algumas mulheres e moças donzelas o trabalho e descómodo com que vinham, principalmente a gente que não tinha escravaria que os comboiasse e carregassem; e ainda os que o tinham, vinham com a mesma fadiga, por lhes carregarem alguma cousa que haviam tirado de suas casas da cidade em aquele repentino acidente e alguns lhas entregaram na mão, que não viram mais carga nem escravos;

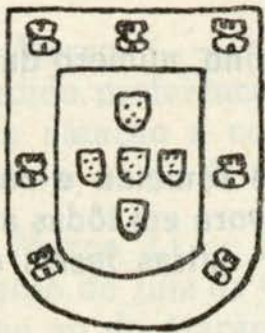
outros as botavam pelo mato e desapareciam, como quem está na sua terra e não queriam mais sujeição dos seus senhores.

Encorporada que teve o Gov. a gente tôda, foi marchando para os arimos e searas do Sequile por um sol terrível, que não havia quem pudesse pôr os pés na arêia daquele caminho, sem haver em todo êle uma pinga de água com que refrigerarem-se de tamanho calor, até que, com esta moléstia, se chegou já de noute àqueles arimos, onde havia esparzidas algumas casas de palha dos moradores da cidade. Ali fez álto o Governador com sua Infantaria e alguns moradores da cidade, e dormiu aquela noute, todos com as barrigas vazias, por não haver nada que comer, que são terras agrestes e só se vêem, quando chove, produzir muito milho grosso e miúdo.


55. — Até o rio Bengo.

A o outro dia, levantou daquele sítio, com tôda a gente marchando por aquela estéril terra e chegou ao meio-dia à fazenda dos Padres da Companhia de Jesus, sita junto do rio Bengo, com boas casas assobradadas e capela de dizer missa, com muita frescura de pomares e hortalica; ali se refrescou a gente da retiráda em a abundante e cristalina água daquele rio, e com o que aqueles piedosos Padres ofereceram ao Governador de bois e farinha de guerra, que logo mandou matar e repartir pela Infantaria e mais gente; e, já que deixamos o nosso Gov. e Capitão Geral a salvamento, posto em campo, e havemos escrito desde os princípios da Conquista dêstes reinos e os Governadores e conquistadores que gloriosamente trabalharam em suas conquistas, conforme as notícias verdadeiras e papéis antigos, que o Autor desta *História* com seu desvelo pôde descobrir e capacitar, até esta entrada da terra pelos Belgas Holandeses — razão será dar um pouco de descanso a esta tosca pena, acabando êste VII capítulo da segunda parte, tendo por deante o mais em que há muito que dizer; e assim necessita tomar um pouco de reflexão, para de novo escrever até à feliz restauração desta Cidade, dando as notícias do que se obrou com o inimigo Hollandês, em o decurso de 7 anos que teve ocupado êstes Reinos, e com os gentios dêles.

(*Continúa*)

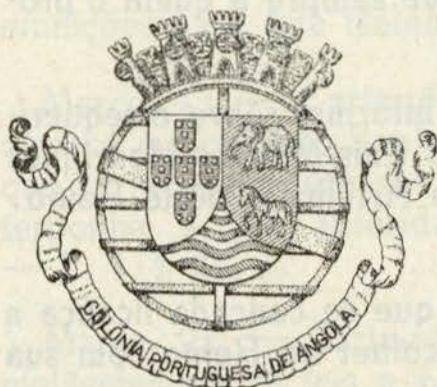


LEIS
DE
=ANGOLA=



(Continuação da página 156)

1689



FEVEREIRO, 5. — CARTA-
-Régia, para informar sô-
bre o Requerimento, em que José
Ferreira de Moura pede a pro-
priedade do ofício de Escrivão de
Cambambe. — L. 1, f. 32.

Febrero, 19. — Carta-régia,
em que se recomenda a inviolável
observância das Leis e Regimen-
tos pertencentes ao cativoiro dos negros. — L. 1, f. 20.

Febrero, 28. — Carta-régia, em que se pede uma Rela-
ção de todos os ofícios, que há neste Reino, com declaração
dos seus ordenados, proprinas e emolumentos. — L. 1, f. 8.

Março, 20. — Carta-régia, para que, não havendo inconve-
niente, se conceda licença a António Machado de Brito, para
se retirar dêste Reino, com a sua família. — L. 1, f. 32, v.

Março, 31. — Carta-régia, em que se pede uma Relação

exacta de tôdas as munições, que há neste Reino, número das tropas e estado delas. — L. 1, f. 10.

Setembro, 2. — Carta-régia, com que se remeteu e recomendou a Lei, que proíbe os fogos de pólvora em tôdas as Festas de Santos, assim como em qualquer outras festas e ocasiões. — L. 1, f. 25, v.

Outubro, 22. — Carta régia, em que se participa o nascimento do Príncipe Nosso Senhor [D. João V] — L. 1, f. 25.

1690

JANEIRO, 14, — Carta-régia, para informar sôbre o requerimento, em que João Gomes Frágua pede o pôsto de Capitão-do-fogo deste reino, declarando por quem vagou êste pôsto, que sôlido tem, se o houve sempre e quem o provia. — L. 1, f. 31, v.

Janeiro, 17. — Carta-régia, para informar sôbre o requerimento, em que o capitão engenheiro Luís Mendes Henriques pede o pôsto de tenente general da Artelharía dêste Reino. — L. 1, f. 26.

Janeiro, 20. — Carta-régia, para que se conceda licença a Estêvão Pereira Bacelar, para se recolher ao Reino com sua casa e família. — L. 1, f. 13.

Fevereiro, 12. — Carta-régia, em que se manda cumprir o que se determinou por Carta de 3 de Abril de 1688, a respeito da guerra do Jaga Caconda. — L. 1, f. 31.

Fevereiro, 24. — Carta-régia, em que se ordena ao Governador que se escure, quanto possível, de entrar na guerra contra a Rainha Ginga, bem como em qualquer outra semelhante. — L. 1, f. 31.

Março, 1. — Carta-régia, em que se participa: estar resolutu mandar-se moeda de cobre para êste Reino. — L. 1, f. 25.

Março, 1. — Carta-régia; em que se participa: ter-se concedido preferência ao navio «*Nossa Senhora da Conceição*», em atenção a conduzir para êste Reino os Missionários Italianos. — L. 1, fl. 31, v.

Março, 11 — Carta-régia, para que o Ouvidor-Geral, no cargo de Juíz da Coroa, observe o mesmo Regimento, que se deu ao do Maranhão, só com a diferença de que, não se cumprindo a primeira e segunda carta, se vá tomar o assento à Relação da Baía, e que, nos casos em que conhecer das violências dos Eclesiásticos, despreze as suspeitas com que lhe vierem, ou aos seus Adjuntos. — L. 1, f. 12.

Março, 12. — Carta-régia, para informar sôbre o requerimento, em que Luís de Abreu pede: se lhe faça mercê da serventia do Ofício de Juíz dos Órfãos. — L. 1, f. 26.

Março, 15. — Carta-régia, para que se conceda preferência ao navio «S. Nicolau e S. Pedro», por haver conduzido munições para êste Reino. — L. 1, f. 31, v.

Março, 17. — Carta-régia, para que se aceite a Paz, que oferece o Conde-do-Sonho, não obstante não querer consentir que se faça fortaleza nas suas terras; e que o Governador interponha a sua autoridade na eleição do Rei-de-Congo. — L. 1, f. 27, v.

Março, 22. — Carta-régia, em que se manda observar inviolavelmente as leis e regimentos relativos ao cativoiro dos Negros, e que haja dous Clérigos para assistirem ao exame dos Mucanos. -- L. 1, f. 26, v.

Março, 22. — Carta-régia, para que se façam cumprir as Sentenças, que Pedro Álvares de Neiva alcançou contra Diogo da Fonseca Henriques, contratador dêste reino. — L. 1, fl. 31, v.

Novembro, 30. — Carta régia, para que, não havendo inconveniente, se conceda licença a João Álvares de Oliveira, para se recolher a Portugal com sua mulher e família. — L. 1, f. 52.

Dezembro, 9. — Carta-régia, em que se ordena que se remeta para a Côrte tudo quanto se deve, pertencente a 1 por cento, e obra pia. — L. 1, f. 63.

Dezembro, 13. — Carta-régia, para que se notifique ao desembargador sindicante, Jerónimô da Cunha Pimentel, que se recolha à Baía, na primeira embarcação, que houver para o dito pôrto. — L. 1, f. 32, v.

1691

FEVEREIRO, 13. — Carta-régia, em que se determina que a Tropa se componha de 50 cavalos, e que o seu sustento corra por conta do capitão, concedendo-se-lhe para isso uma preferência de 400 cabeças [de pretos] por ano; e se participa que aos Governadores do Brasil se tem ordenado que não deixem embarcar cavalos para êste reino, sem primeiro se examinar se são capazes de servir. — L. 1, f. 79, v.

Fevereiro, 14. — Carta-régia, para que o contrato deste reino se ponha em pregão, e se remetam os lanços para a Côrte. — L. 1, f. 53, v.

Fevereiro, 15. — Carta-régia, para que, não havendo inconveniente, se conceda licença a Martinho da Silva, para se recolher a Portugal. — L. 1, f. 67, v.

Fevereiro, 17. — Carta-régia, para se guardar o Seguro que o capitão-mór de Benguela concedeu ao Jaga Caconda. — L. 1, f. 44.

(*Continúa*).



Cónego Magalhães

— Não julgueis, para que não sejais julgados ;
pois, segundo o juízo com que julgardes, sereis julga-
dos, e com a medida com que tiverdes medido, vos me-
dirão também a vós.

¿ Porque vês tu, pois, a aresta no olho de teu irmão,
e não vês a trave no teu olho ?

Ou ¿ como dizes a teu irmão : deixa-me tirar-te de
teu olho uma aresta, tendo tu no teu uma trave ?

Hipócrita, tira primeiro a trave do teu olho, e então
verás para tirar a aresta do olho de teu irmão.

Jesus Cristo, em S. Mateus, cap. VII. vers. 1-5.



COLEGA E ADMIRADOR DO
Rev.^{mo} Sr. Cónego António Miranda de
Magalhães, — que traça estas ligeiras
nótas da sua vida de missionário, colo-
nialista e pensador, — foi seu compa-
nheiro em Angola, sucedendo-lhe em
Dezembro de 1923 no cargo de pároco
da Ilha-de-Luanda: no entanto, acima

das fingidas delicadezas ou mentiras convencionais, — quer
ser justo, verdadeiro e imparcial, — e não exagerado, nem
fantástico, nem subserviente.

O sr. Padre Magalhães nasceu em Ponte-de-Lima a 27 de
Junho de 1882 e morreu em Lisboa a 18 de Maio de 1938.

Deu princípio a seus estudos num colégio de Braga e con-
cluiu-os em Cernache-do-Bom-Jardim, onde recebeu também
as ordens sacras.

Desde os tempos de seminarista, mostrou ou manifestou as suas aptidões ou vivacidade de talento.

Por ser autoritário ou orgulhoso, os seus colegas de curso e os contemporâneos não o estimavam lá muito, embora com um pedaço de inveja... «essa implícita confissão de inferioridade».

Inteligente e cultivado e muito trabalhador, mas falho de prudência ou cálculo na vontade, — que, se nem sempre foi desprendida, foi sempre generosa, — êle teve, por vezes sem cõnta, nas suas mãos a vara da felicidade ou ventura ou fortuna, que não soube segurar: outros missionários, menos prendados e menos capazes, desempenham hoje, nas colónias e na metrópole, cargos de categoria religiosa e civil bem elevados e honrosos, porque souberam e sabem... viver.

Não estamos a escrever a vida de um santo que fêz milagres ou maravilhas prodigiosas: o génio, o carácter e o trabalho são prendas ou virtudes, que sempre se admiraram e admiram, tanto no sacerdote como no militar.

A biografia do sr. Cónego Magalhães, que aqui vamos resumir, porque contém verdades nuas e vestidas, cruas e cozidas, — não agradará à muita gente: não importa; os coloniais tágides ou de água doce, e os missionários teóricos ou místicos ou só de rézas, mas não de trabalho e trabalhos, — êsses não a podem compreender: é claro...

Começou o nosso Padre Magalhães a sua carreira de missionário secular na Ilha de S. Tomé, onde não foi feliz.

Passou-se depois, ainda no tempo da Monarquia, para a Colónia de Angola, e ali tentou executar os seus planos algo fantásticos ou impraticáveis.

A seu respeito, em Fevereiro de 1910, escreveu o então Bispo de Angola, D. João Lima Vidal, as seguintes linhas:

— «O pároco do Ambrissete — padre António Miranda de Magalhães — homem de energia e boa vontade, encheu-me os bolsos de projectos, de creações de novas linhas missionárias; esqueceu-se, porém, de me indicar a bica doirada, a fonte donde haviam de correr os recursos indispensáveis para a execução dos planos.

A grande dificuldade nesta diocese não é traçar no papel itinerários amplos, generosos, rasgados; não é conce-

ber projectos de realizaçõe rápida no fôro interno, nos domínios do pensamento...

A grande dificuldade é pesar as urgências...» —

Mais tarde, ai por 1912 ou 1913, o sr. Padre Magalhães, protegido pelo então Governador Norton de Matos, seu patrício, teve a ousadia pessoal, — pessoal e portanto sem futuro, — de ir fundar uma missão religiosa entre os Dembos, povos rebeldes há mais de um século e que, a partir de 1907, vinham sendo ocupados ou sujeitos à Autoridade Portuguesa: trabalhou ali muito, desajudado de auxiliares; a sua vida correu perigo, porque os pretos chegaram a julgá-lo espião; mas a sua acção religiosa e patriótica foi plenamente fructuosa.

As dificuldades da Grande Guerra e a escassez de padres missionários, para continuarem esta obra apostólica, impediram, pois, que a missão crescesse: teve em 1918 de a abandonar por falta de saúde.

A civilização católica, que os pretos ainda hoje conservam e praticam por aquelas paragens, é da semente que lá espalhou o sr. Cónego Magalhães.

Com os Militares, que andaram nas campanhas da occupação difficilima dos Dembos, sempre manteve as melhores relações.

Há poucos meses, o actual Bispo de Angola, D. Moisés Alves de Pinho, não a pé ou de tipóia, mas em cómodo automóvel, atravessou aquella região dos Dembos: apesar de a igreja e de a escola terem deixado de funcionar há mais de dúzia e meia de anos, o simpático Prelado teve occasião de ver com seus olhos e de ouvir com seus ouvidos que os Pretos lêem, escrevem, rezam e cantam ainda agora como lhes ensinou o sr. Padre Magalhães, e se vão ensinando uns aos outros, sucessivamente de pais a filhos!!!

Bonito e consolador, não é?!...

No meio dos seus trabalhos, teve inimigos que o acusaram de ter trocado a sua alma de branco ou por ser defensor dos pretos, perseguidos injustamente: quem disse que o Cónego Magalhães estava cafrealizado, não o conhecia absolutamente e foi seu caluniador, com todos os dentes naturais ou artificiais.

Quando contra os Dembos, aí por 1919, foram cometidas certas barbaridades, o protesto do sr. Cónego Magalhães, enérgico e rápido, fez-se ouvir e com óptimo resultado, a bem da humanidade e das normas abençoadas da colonização lusitana.

Para avaliar a rigor o carácter ou feitiço moral dêste padre e homem, não devemos esquecer o seu temperamento, a sua... psicologia de minhoto.

Como minhoto, tinha o seu coração à beira da bôca demais, sendo por vezes falto de caridade, se não de justiça, nas suas apreciações ao próximo: felizmente, a sua memória era fácil em esquecer os agravos, que recebia ou fazia.

Nunca se adaptou completamente a uma disciplina, que lhe seria de plena vantagem na sua vida social e religiosa: para si — era liberal sem limites, e para os outros — rigorosíssimo, norma de vida esta, como sabem, muito errada e muito contrária ao nosso bem particular e ao bem comum, como sacerdotes de Cristo.

Em 1924 e 1925, como pároco da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na cidade de Luanda, iniciou o sr. Cónego Magalhães, entre outros serviços, a reforma canónica da Ordem Terceira de S. Francisco, que andava decaída a valer: o seu sucessor, Cónego António Barata Duarte, encontrou, a seguir, tôdas as dificuldades removidas, e pôde executar então um belo programa de vida piedosa naquele Bairro da Ingombota.

Mons. Dr. Manuel Alves da Cunha, Vigário Capitular e Director das Missões Católicas durante largos anos, sabia conter os ímpetos do Cónego Magalhães, no campo da bonança e da paz, porque o conhecia bem, por dentro e por fóra.

Os embaraços, que encontrou à sua acção ou actividade em S. Tomé e em Angola, repetiram-se últimamente na Guiné, onde exerceu o cargo de director ou chefe dos Serviços Religiosos: enquanto foi Governador o seu Admirador e grande Amigo Sr. Cel. António Leite de Magalhães, tudo correu bem; depois, foi um desastre.

Por sua vez, como homem estudioso ou de pensamento, os ensaios ou trabalhos linguísticos e antropológicos, que escre-

veu e publicou sôbre os Pretos de Angola, são de valor científico muito alto e justamente apreciados por técnicos nacionais e estrangeiros.

As virtudes patrióticas e a fé religiosa do Sr. Cónego Magalhães podem ser consideradas e resumidas assim:



Cónego António Miranda de Magalhães

(Gravura do diário «A VOZ»).

-- Partidário e defensor do Império Colonial Português centralista, em conferências que fêz, em artigos que escreveu, em sermões que prègou, em teses que apresentou a congressos em que tomou parte honrosa;

— Sacerdote sem preconceitos de raça ou côr, como se pode ver no *Caderno Colonial* número 40 — «Alma Negra» — que apareceu à luz da publicidade já depois da sua morte;

— Lutador sempre animado e satisfeito, quer nas vitórias, que poucas gozou, quer nos desastres, que numerosos sofreu.

O sr. Cónego Magalhães tinha o gosto ou paixão da polémica.

Na Quaresma de 1925, de parceria alternativa com o sr. Cónego Adelino da Costa e Silva, resolveu fazer conferências religiosas na Catedral de Luanda, nos domingos à tarde: a assistência foi regular.

O sr. Cónego Magalhães escolheu assuntos de carácter apologético, e, com fôrça lógica, calor e brilho, discutiu as questões sôbre a divindade de Jesus, sôbre a veracidade dos Evangelhos, sôbre a unidade e apostolicidade da Igreja de Roma, combatendo os Protestantes.

O sr. Cónego Magalhães, que sempre fôra um palrador in-cançável, de há meses a esta parte praticava o silêncio ou isolamento social, evitando até as conversas com os seus colegas.

Quando leu a «nota oficiosa» de 19 de Março, — principalmente para ultimar *in loco* trabalhos literários que trazia em adeantada elaboração, — manifestou a alguém a vontade de ir na comitiva dos Ex.^{mos} Srs. Presidente da República e Ministro das Colónias, na patriótica Visita que, em Julho e Agosto próximos, vão fazer a S. Tomé e Angola: eram também as saudades ou nostalgia de ver de-novo aquelas terras muito suas amadas e por onde passara os melhores anos de sua operosa existência...

Como possuía *manhas* médicas ou entendia de doenças chamadas tropicais, adquiriu por si a certeza ou convicção dolorosa do incurável mal que o prostrava, e era complexo: preparou-se para a operação com os Últimos Sacramentos da Santa Madre Igreja, com muita piedade e devoção, assistindo-lhe também nestes solenes momentos o Venerando Doutor Senhor Padre Cruz, êsse santo Sacerdote, que Lisboa inteira admira e estima e ama pelas suas exemplaríssimas Virtudes.

O sr. Cónego Magalhães acolheu-se ao Hospital Franciscano de Jesus e alguém houve que reparasse neste seu acto... paradoxal: naufrago no mar encapelado da vida, pobre ou sem recursos económicos, procedeu assim, não sem pretexto ou

protesto, isto é, mais para reparar uma ingratidão do que para receber um benefício, como desvalido.

Foi certamente êste o maior acto de humildade, e não de humilhação, de sua vida!!!

Por tôdas estas e outras razões, a sua morte não podia deixar de ser sentida.

Priores e capelães da cidade de Lisboa, missionários aposentados e missionários novinhos em fôlha mas já barbados, padres franciscanos, padres da Congregação do Espírito Santo, titulares, magistrados, advogados, médicos, professores, engenheiros, oficiais do exército metropolitano e colonial, marinheiros, comandantes da marinha mercante, estudantes, antigos negociantes de Angola, a benemérita Sociedade de Geografia, maestros, ex-alunas e alunas do Orfanato de Santa-Isabel, terceiros, antonianos, vicentinos, pagens, cruzados, jovens, artistas, sacristães, homens do povo, senhoras de categoria e humildes, muitas creanças — prestaram Homenagem sentida ao Senhor Cónego António Miranda de Magalhães, tomando parte nas suas exéquias e entêrro.

Num devêr grato, que fez impressão sentimental no público assistente, um Grupo de Pretos de Angola — sendo quatro rapazes da região dos Dembos e ali baptizados há anos pelo sr. Padre Magalhães, — carregou pelas suas próprias mãos, tanto ao sair da Igreja das Mercês, como no Cemitério da Ajuda, o ataúde, que guardava os restos-mortais do nosso Colega e Amigo.

A esta *liturgia colonial*, de invenção ou registo privilegiado do rev.^{mo} sr. Padre Vieira Baião, não me sujeitei eu, porque quis também, e com as lágrimas nos olhos, prestar essa homenagem ao Sr. Cónego Magalhães, que o mesmo me faria, em circunstâncias idênticas e mudadas ou trocadas.

Das últimas lévas de Missionários do Real Colégio de Cernache-do-Bom-Jardim — o sr. Cónego Magalhães foi um elemento ou ornamento dos mais notáveis ou brilhantes.

Amou e honrou a sua profissão.

Foi sempre missionário, e só missionário; nunca foi comerciante; nem agricultor; nem funcionário civil; nem agente de lotarias; nem empreiteiro ou sócio de hipódromos...

Nunca explorou o trabalho dos pretos, nem directa, nem indirectamente.

Dirigiu o funeral o rev.^{mo} Mr. Amadeu Ruas, que conhecia bem as circunstâncias precárias da vida do sr. Cónego Magalhães: era de uma generosidade ou caridade ilimitada, reparando sempre com os necessitados e infelizes as esmolas, que podia e até as... que não podia.

Após a última e dolorosa operação cirúrgica — que os Médicos lhe tiveram de fazer no Hospital de Jesus, na esperança pouco animadora de lhe prolongar a vida, pois o seu organismo estava minado de diversos acháques tropicais, — saíram de sua bôca repetidas vezes, já quando a Morte se avizinhava, estas palavras desconexas, mas profundamente expressivas:

— Missões... Missionários... Padres... S. Tomé... Angola... Pretos... Portugal... Guiné... meu Deus... meu Senhor... Senhora do Cabo... Senhora do Carmo... Senhora do Conceição... Senhora da Nazaret... S. António... meu Jesus... Viagem do Sr. Presidente Carmona... Sr. Ministro das Colónias... Capelão. . .

* * *

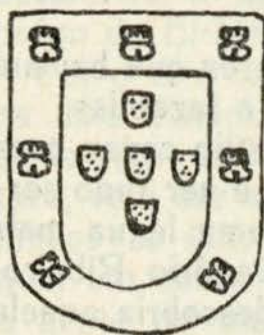
No sábado, terceiro dia após a morte do sr. Cónego António Miranda de Magalhães, celebrei o Santo Sacrifício da Missa com *Libera me*, na Igreja de S. Domingos, em sufrágio piedoso de sua Alma: a êste acto de Religião assistiram muitos Amigos e Admiradores do falecido, que os tinha, e sinceros.

LISBOA — Maio, 1938.

Padre Manuel Ruela Pombo.



ANTÓNIO DE OLIVEIRA DE CADORNEGA



HISTÓRIA GERAL

== DAS ==

GUERRAS
ANGOLANAS

= LUANDA =



(Continuação da página 188)

1680

TÔMO I — SEGUNDA PÁRTE

Capítulo oitavo

Os Holandeses em Luanda. — Continua a re-
tirada dos Portuguezes. — O aviso para
Lisboa. — Escaramuças

56 — Na fazenda de Gregório Ribeiro.



DEIXAMOS AO GOVERNA-
dor Geral Pedro César
de Meneses em a fazenda dos Pa-
dres da Companhia de Jesus, sita
beira rio Bengo, refrescando solda-
dos e mais gente em as abundan-
tes águas daquele rio; se bem aga-
salhados em barracas feitas das
fôlhas das palmeiras e bananeiras,
enquanto de água estavam de me-
lhor partido do que na cidade de
Luanda, porque a não havia de rio

como esta ; mas faltava-lhes o regalo que lá tinham, assim de boas casas, como de sustento.

Vieram-se ajuntando os cidadãos e moradores que haviam ido levar suas casas e famílias a seus arimos e fazendas.

Vendo o Governador que não estava em sítio capaz para tratar do exercício militar, por não ter praça, e ser tudo serrado de arvoredos e bananais, se foi dali uma légua mais acima, fazenda de um morador chamado Gregório Ribeiro, por ser sítio um pouco eminente, donde se descobria aquela várzea tôda ; ali fez seu corpo de guarda, tendo de noute suas rondas e vigias, com sentinelas perdidas ao largo, assim de a-pé como de a-cavalo por se acaso o inimigo o intentasse barrar ; arranchando-se naquêl sítio tôda a gente da retirada em suas barracas e casas de palha, mandando por negros saber à cidade o desígnio daquele inimigo, que, como são ligeiros no marchar, entravam e saíam com afouteza, e ainda dela traziam algumas cousas que achavam pelas casas da cidade que estavam sem gente, porque o Flamengo não se afoutava a estar nas que estavam fóra de suas fortificações e trincheiras, com que haviam já nêste tempo fechadas as entradas das ruas que subiam para todo o cima da Praça, tendo-se, como soldado, não fôsse assaltado de noute.

57 — Notícia para Lisboa.

A êste sítio de Gregório Ribeiro veio, atravessando o rio Quanza por entre o gentio, que já estava ou não estava do bom título, que são de — viva quem vence ! — Fernão Rodrigues, capitão e cabo da navegação do rio Quanza, o qual veio à medida do desejo o vir ali logo encontrar-se com o Governador, e assim lhe ordenou logo que com grande cuidado lhe mandasse aparelhar dois Patachos os mais possantes e de cobérta dos que se achassem naquela navegação para passarem ao Brasil com aviso à Sua Majestade do estado em que se achavam as cousas de Angola e termo em que estavam, aos quais por serviço de El-Rei lhe metesse o necessário para a viagem, assim de aguada, farinha e peixe salgado, como do mais que fôsse necessário, e que, aviados que estivessem com a brevidade que lhe fôsse possível, tornasse àquêl sítio para comboiar os homens do mar que

havam de ir nos avisos e as pessoas que haviam de levar o prégo de El-Rei.

Foi o dito capitão e com muito cuidado e diligência aviou os dois Patachos do que lhes era necessário, tudo à sua custa, por então não haver Fazenda-Real; aviados que os teve, veio dar aviso ao Governador em como estavam aparelhados; o Governador lhe agradeceu muito o cuidado com que, em cousa de tanta importância, havia obrado e lhe deu a gente do mar, que aquele capitão mandou comboiar por seus escravos; e foi em um dos avisos um Padre da Companhia de Jesus por nome João Leitão, Mestre que havia sido na Cidade de uma das Classes em que se ensina gramática, e no outro Roque Vás, mestre e senhor de um navio que havia ficado no pôrto da cidade de Luanda por despojo ao inimigo.

Tomadas as cartas, atravessou aquêlê Capitão aquelas léguas que havia do arraial ao Quanza, em que se gastava um dia de boa marcha; chegado que foi àquele caudaloso rio Quanza, embarcou logo a gente, que levou, em os dois patachos com as pessoas ditas que levavam a seu cargo os avisos, e lhes foi dando combóio com suas lanchas e soldados até à barra do Quanza, e os botou pela barra fóra, à paz e a salvo, sem então serem sentidos do Flamengo, mas logo lhes foi pelos negros a notícia; que se mostravam com aquêles inimigos finos em nosso ódio e logo acudiu o Flamengo ao reparo em não nos saírem nem entrarem embarcação nenhuma por dita barra, mandando nela fazer uma fortaleza com artilharia e boa guarda, trazendo dois navios da banda de fóra da barra para nos pôrem em cerco, e a mesma prevenção puseram na barra do Bengo, para que de todo ficasse o Governador destituído e sem esperanças de ser socorrido, para que, oprimido, viesse a bons partidos para êles, e, de necessidade, se pusesse tudo de-baixo-de seu domínio.

58. — Auxílio do interior.

Os primeiros homens, que da Conquista vieram a êste sítio e arraial de Gregório Ribeiro a encorporar-se com o Governador — foram dois moradores do presídio e fortaleza de Cambambe, um por nome João de Mendonça de

Vasconcelos, parente do Governador passado Francisco de Vasconcelos da Cunha, e o outro Manuel Correia de Cadornega, pessoas ambas de qualidade, e que haviam ocupado póstos, um de capitão e outro de alferes, e por se acharem aviados para a guerra do sertão, sabendo da perda da cidade, se embarcaram logo em suas canoas, e, indo pelo Quanza abaixo, tomaram pôrto dentro daquele rio chamado Quisequile Cambenza, e dali atravessaram por terra por entre o gentio já pouco fiel, com suas armas e escravos, até êste arraial onde estava o Governador, que folgou de os ver, agradecendo a fineza e cuidado com que haviam acudido, como bons portugueses, ao serviço de Sua Majestade e defesa da terra.

59. — Acampamento de Quilunda.

Vendo o Governador lhe ser necessário fortificar-se à oposição daquele inimigo, que já o estava na barra do Bengo, e não ser aquele sítio de Gregório Ribeiro capaz para isso, e sabendo pelos moradores práticos naquele país que o sítio e outeiro da Igreja da Quilunda era mais superior e afastado daqueles arimos de moradores, que estavam povoados, e aquela assistência neles com arraial se destruíriam, com que nos viria a faltar o sustento, e que junto àquele sítio havia uma espaçosa lagoa, que chamavam a Quilunda, de quem aquele outeiro tomava o nome, fértil de pescado, — tratou logo o Governador de se mudar para êle com tôda a gente.

Mudado que foi, tratou das fortificações e foi repartindo pelos moradores, a tantas braças a cada um, assim de trincheira de pau-a-pique como da cava por fóra, conforme a possibilidade de cada um, com baluartes e traveses, tomando circuito bastante para alojar tôda a gente dentro, o que se fez com muito cuidado, em breve tempo, dando o Governador o exemplo, obrando com suas mãos junto com a infantaria a ir entupindo as trincheiras e baluartes de terra e faxina.

Com êste trabalho e desvelo extênuo, esteve tudo feito em breve tempo; e, vendo-se sem artelharia para sua defesa, mandou a gente de-cavalo, com infantaria de escolta, com bois e carros a um fórté da cidade, que estava no alto sôbre

o fôrte do Fenedo, chamado o Fôrte-dos-Lobos, por andar por ali muitos, um pouco distante da cidade, e trouxeram de noute duas peças de ferro de bom calibre que ali havia, e nos haviam ficado com as mais, e as trouxeram para o arraial, sem serem sentidos dos Flamengos, e distava o Arraial 6 léguas. Com ditas peças ficou a nossa gente com mais esforço e alento em verem que tinham já algum modo de defenza.

60. — Mais gente escolhida e audaciosa.

A êste arraial e fortificação do outeiro e igreja da Quilunda havia chegado António Teixeira de Mendonça, capitão-mór de cavalos e cabo de companhias, que com as duas de sobreceleste, que estavam no arraial da Xila distrito da capitania-mór de Ambaca, tinha baixado com muita guerra preta até à vila da Vitória de Maçangano, para dali, incorporado com mais alguns moradores, vir assistir à guerra do sertão; e, como foi sabedor da perda da cidade, e que estava o Governador em campo, marchou com tôda a brevidade com mais de 150 homens, gente tôda escolhida e conquistadores antigos, com muita guerra preta.

Veio encontrar-se com o Gov. àquele sítio e vinham tam deliberados em quererem provar a mão com o inimigo que pediram licença ao Gov. para darem uma vista à cidade; e, vendo que aquele arrojo era sobrado valor, os mitigou, dizendo que êle, posto nos têrmos em que estava, não tratava mais que da conservação dêstes Reinos de Sua Majestade, e não estava em estado de arriscar a pouca gente que tinha, porque, se tivesse uma rôta — ç de donde ou por donde havia de ser socorrido? — pois lhe tinha o inimigo cerrado o passo a tudo o que lhe podia entrar de mar em fóra, tendo-se senhareado das duas barras, Quanza e Bengo, que, se o Flamengo o buscasse em campanha, o acharia, que não estava em tempo de experimentar fortunas.

61. — Função aventureira

Contudo, permitiu que alguns soldados práticos com gente preta fôssem fazer algumas emboscadas de noute, sem serem sentidos; a gente do Flamengo que vinha de madru-

gada à lagoa chamada antigamente dos Elefantes, por virem a ela a beber alguns, e neste tempo tem o nome de Maianga, também por tomar fala e saber com certeza o poder com que haviam vindo a ocupar a cidade, e quem os governava,—partidos que foram os valerosos aventureiros àquela função, chegaram de noute àquelas barrocas que não faltam por ali onde sai o caminho da cidade às cacimas da Maianga por de trás do Convento de S. José; estando nas emboscadas, vieram saindo ao romper da alva os Flamengos do serviço com suas vasilhas às costas, a buscar água, e, porque os negros, que acompanhavam os nossos soldados, fizeram rumor, sentiram os Flamengos a maranha, com que foi necessário alevantar antes que se fôsse... tódo o peixe pela malha, com que não ficaram de dentro mais que dois; os mais foram correndo para a cidade dando gritos e alaridos; com êles deram aviso e logo se ouviram tocar caixas e clarins.

Os nossos, antes que botassem fóra algumas tropas, com quem não pudessem ter partido, se vieram retirando, tocando arma ao inimigo e à sua vista, que já era de manhã clara, ficando o Flamengo em confusão, pelo que ao depois se soube pelos que atrás vieram com outro estratagemas de guerra, que, o que traz consigo, são enganos, e, quem melhor engana, vence às vezes mais que a espada.

62. — Cilada de dois Quilambas nossos

Dois Quilambas nossos, que são capitães da guerra preta, e os que se têm mostrado com os Portugueses mais fiéis, e nos ajudam nas guerras do sertão, e dêles se fia a munição, e os mandam carregar pela gente de seu partido, por cuja causa são mui odiados do gentio inimigo, e lhes desejam tanto mal como a nós outros; — êstes tais, que um se chamava Bango-Bango e o outro Mulundo, ambos negros de muito valor, que sempre em os trabalhos acompanharam fielmente, — fôram ter à cidade com os Holandeses, dizendo-lhes que êles eram homens de guerra e soldados de fortuna, e queriam servir e acompanhar contra os Portugueses, de quem estavam enfadados e ofendidos, pelo mau trato que lhe davam; que êles tinham suas mulheres e filhos ali perto; e, porque se

receavam de encontrar algum português, os acompanhassem alguns, que não era longe a jornada.

Crendo sem ver os Holandeses que aquilo era verdade, saíndo alguns com os Quilambas, com ordem de seu Major que os mandava; saídos que foram da praça alguma distância, os encaminharam para onde haviam deixado a sua gente escondida; assim como viram os Quilambas, seus senhores, se foram alevantando donde estavam, com suas armas nas mãos, ficando os Holandeses assustados.

Tiveram tempo os dois esforçados capitães de se abraçarem cada um com seu flamengo ou holandês, que tudo vem a ser um; os demais se puseram em fugida, defendendo-se, indo alguns dêles bem empenados e feridos de algumas frechas.

Bem amarrados os dois, vieram com êles marchando para o nosso Arraial, e, por não quererem andar, mataram um dêles e lhe trouxeram a cabeça; à vista disto, marchou o outro até o arraial.

63. — O desânimo holandês

Por êste prisioneiro, que os nossos Quilambas trouxeram, que era soldado velho de nação inglêsa, que servia com outros mais de seu lote a Companhia de Holanda por suas pagas, — deu notícias ao Governador de tudo o que procurava saber:

— como havia aquela Armáda saído de Pernambuco, vindo para isso gente de refrêso dos Estados de Holanda, e como havia feito nova bolsa para a invasão de Angola,

— que o General do mar era o Pé-de-Pau, bem conhecido por suas emprêsas ou roubos,

— que trouxeram de gente de guerra 2.500 homens em 18 embarcações, as mais delas de fôrça, — e que o General, que governava em terra, era o Andresson, pessoa de muita experiência na guerra,

— e que lhe ia morrendo muita gente,

— que não estavam muito contentes do País, e

— que, quando a nossa gente fôra dar na gente da Maianga, estivera a gente da cidade com grande susto, posta em arma, temendo ia o nosso podêr sôbre a cidade, e guarneceram as

trincheiras, e não ousaram a botar gente fóra a descobrir o campo, que tão tímidos estavam.

Estas e outras cousas disse aqúelle soldado inglês: que os que se apanharam na Maianga, era gente de serviço e não souberam dar razão de nada; com estas e outras certezas e inteligencias que tinha o Gov. na cidade, e por um clérigo de grande coração, por nome Jerónimo da Fonseca Saraiva, que nela entrava e saía, pelo conhecimento que tinha com uma mulher Bodegoneira, que lá havia ficado, em cuja casa tinha prática com alguns franceses, e alguns dêles que ocupavam póstos, por onde tinha o Gov. notícia, por quanto êste esforçado padre entrava afouto, por a casa desta mulher, que servia de bodega, estar desviada das trincheiras, e a ela não irem senão os que eram católicos romanos.

64. — Encontro no sítio de Sequile

E por estas e outras inteligências, que o Governador tinha na cidade, e lhe davam a entender largaria o Director Andresson a cidade, se lhe desse alguma soma de dinheiro, — com estas notícias mandou uma embaixada à cidade, escrevendo ao dito que se quisesse, que se avistassem em o sítio do Sequile, meio caminho para uma e outra parte, vindo com uma companhia de 50 homens de sua guarda, que êle levaria outra, e ali falariam em algum negócios que estivesse a bem de ambos êles.

Nêste tempo havia também notícia: lhe tinha, como dito é, morto muita gente de doença, e que a nossa gente tinha também experimentado bem de mortos em aqueles sítios do Bengo; e havíamos tido também alguns encontros e, quási os mais dos dias, com e Flamengo da Barra do Bengo, em que sempre saímos de ganância.

Tendo-se assentado as vistas, como dito é, em o sítio do Sequile, partiu o governador e Capitão Geral Pedro César de Meneses do seu Arraial da Quilunda com alguns principais moradores e os 50 homens de sua guarda.

Chegado que foi ao sítio aplacado, achou já nêle o Director Andresson com os 50 homens carabineiros em um batalhão, e consigo alguns officiais de milícia e os commissários da Companhia da Bôlsa, ainda que não embolsaram muito com a Com-

panhia feita em Holanda para Angola, porque lhe não saíram os interesses à medida do desejo; e, como o traziam preditado, em serem senhores absolutos destes Reinos de Angola; e antes se entendeu: tiveram mais perdas do que ganâncias, quanto ao que dêles ocuparam na parte que puderam.

Avistados que foram os dois Generais Holandês e Português, houve entre êles muita saüdação e cortesia, discorrendo em diversas matérias públicamente entre as pessoas que entre um e outro acompanhavam, tendo sua colação e seus brindes, porque, ainda que o nosso Gov. estava falto de todo o regalo, contudo lhe quis mostrar que lhe sobrava tudo, e que, ainda que estava em campanha, e nos tinham aferrolhados, lhe não faltava o regalo.

Depois de haverem feito seu baque-festa, tocou o Gov. na matéria que ali o levou àquelas vistas, em lhe largarem a cidade e pôrto de Luanda e o de que se haviam senhoreado, pelo que seria êle e os Senhores da Bolsa gratificados do seu gasto e trabalho.

Tanto que lhe tocou nesta matéria, respondeu com soberba e altivez, como quem estava de melhor partido, ou como quem se havia demasiado nos brindes; que êle entendera, quando viera da cidade àquelas vistas, que era para pedir passagem para se embarcar com a sua infantaria e deixar-lhe aqueles Reinos, de que êle estava de posse e eram dos senhores da Companhia dos Estados de Holanda.

A estas palavras, ditas com tanta altivez e arrogância, se incendeu em cólera o nosso General, e lhe disse que êle falava por aquele estilo por lhe parecer estar de melhor partido; que, se êle se retirara da praça, lhe não faltava calor para a tornar a recuperar, e que, onde havia fôrça, direito se perdia; que o seu procedimento o tinha mostrado em Flandres com a sua mesma nação e em outras partes onde havia militado; que, se êle quisesse experimentar corpo-a-corpo, o desafiava e lhe daria a entender o muito que valia, ou com partido igual em campanha.

Vendo, os que acompanhavam, os dois generais com aquelas diferenças, porque a paixão os não fizesse chegar a algum extremo, se metem uns e outros de permeio; respondendo o director Andresson ao desafio, disse que êle era mandado — pelos Estados de Holanda e Senhores da Companhia da Bolsa,

— a governar esta emprêsa e gente de guerra dela, e que lhe não permitiam os seus maiores semelhantes desafios; que, a não ser assim, lhe mostraria como para tudo havia nele valor.

Com isto se apartaram mais desavindos do que dantes estavam, indo-se o Director para a cidade e o governador para o seu Arraial.

65. — Na Barra do Bengo

Assim como chegou o nosso Governador ao seu arraial do Outeiro da Quilunda, além das tropas que estavam na fazenda dos Padres da Companhia à opposição do inimigo fortificado na Barra do Bengo, em a fazenda de Domingos Fernandes de Pinda, sita na bôca da dita Barra, onde tinham casa forte e trincheiras por fora de pau-a-pique, com bastante cava, — mandou o Gr., como dissemos, mais tropas com o capitão António Dias de Macedo, filho desta terra, muito bom soldado, e a Estêvão de Seixas Tigre, em quem já falámos nesta História, sendo o almirante já capitão, com que se vieram a fazer 5 tropas com as que já andavam, com soldados e moradores da conquista e outros, gente pouco veterana, tôdas elas à ordem de Gregório Ribeiro, morador dos principais, que tinha sido soldado e capitão de valor; e, como tal, se lhe encomendara esta emprêsa com ordem de que com ditas tropas andasse volante, que haveria nelas 120 homens, não deixando sair fora de suas fortificações aquele inimigo, tirando-lhe a comunicação do gentio e amparando tôdas aquelas fazendas e moradores, que estavam do Arraial para baixo, em que tinham muitos suas casas e famílias, e a gente preta que possuíam de escravos; e andava mais naquele serviço e cuidado a gente que havia de-cavalo, para, com a guerra preta, fazerem alguma função com mais presteza.

Disposto isto nesta conformidade, foi a nossa gente tendo muitos encontros com o inimigo Holandês os mais dos dias, com que não era ousado a sair fora da sua casa-forte e trincheiras a tomar naqueles arimos e fazendas uma fôlha verde, perdendo em tôdas as pelejas muita da sua gente, chegando

a nossa e de cavalo às suas fortificações; e houve dia que entenderam entrar com êles de coalho em suas trincheiras ou as tiveram para melhor dizer entradas, mas da casa-forte sustentaram seu partido com valor, por não serem ali todos degolados, matando e ferindo alguma gente que donde *se las dan se las toman*.

Estas vantagens tínhamos tido com tam veteranos soldados, os quais vendo-se tam acurralados e impedidos da nossa gente, mandaram aviso ao Director Andresson que os mandasse recolher à cidade ou lhes mandasse o poder que nela tivesse, para se desempenharem das correrias e investidas que os Portugueses lhes faziam, não sendo senhores de saírem fora de suas fortificações, que não estivessem logo sôbre êles; com o que se deliberou o seu general em acudir por sua reputação, mandando da cidade em lanchas pelo mar, por não serem de nossa gente sentidos, a maior parte do poder com que se achava, com os capitães da Praça de maior valor.

Chegados que foram às suas fortificações, logo se sentiu em o grosso dos encontros a possibilidade de gente com que estavam, esperando que houvesse noite escura; quando a álva ia no seu definamento; assim como viram tempo conveniente a seu intento, marcharam com todo o silêncio pela outra banda do rio Bengo, por entre um mateval fechado, mandando primeiro espiar o logar certo onde as nossas tropas estavam por soba traïdor, morador naquela Barra do Bengo, que, cuidávamos, era fiel, por nome Mani-Gango, e êle jogava a uma mão e à outra; êste, entrando onde estava a nossa gente, vendo tudo, disse ao inimigo holandês a paragem e modo com que a nossa gente estava; com que veio marchando com pouco rumor, encoberto com as sombras da noite e do mateval; contudo, tinha a nossa gente uma sentinela perdida, que bem perdida foi por culpa do Cabo, na outra banda do rio, que levava pouca água, por ser tempo de sêca, e se passar com água por meia perna; veio o Cabo da sentinela, que era um homem serralheiro, natural da ilha de S. Tomé, que em êste tempo não exercitava senão o ofício de soldado, e deu aviso ao cabo em como sentia rumor no mateval, que parecia ser o inimigo; mandou o Cabo maior ao da sentinela que se certificasse bem: se era o flamengo ou alguma representação de mêdo; tornou a vir o pobre cabo, e, indo outra vez com bre-

vidade, disse que era o inimigo que vinha marchando, em que não havia dúvida; tornou a mandar que se certificasse bem e que, quando viesse chegando, tocasse arma e se viesse retirando com os mais companheiros; e, tendo todos estes avisos, não deu parte de nada aos mais cabos para estarem prevenidos e com corda acesa, ou se mudarem para umas ravinas de terra que estavam perto e ficara aqueie inimigo prostrado com a sua emprêsa e saída, dando em vão em uma parte que buscava preitada e achar a nossa em outra de mão posta, com que lhes ficaram frustados seus intentos, mas, o que há-de ser, tem muita fôrça; foi à sentinela o cabo dela terceira vez e ficou perdida por uma vez na mão do inimigo e logo degolado com os mais companheiros, que deu neles tam de súbito que não tiveram tempo de disparar e tocar arma, com que deu também na nossa gente, que dormia, como quem não sabia de nada, e nos foram matando alguma gente de mais valor, moradores e soldados da conquista que quiseram ter mão, que os bisonhos valeram-se dos pés, com o que foi amanhecendo e se foram encorporando alguns dos cabos capitães das tropas com seus oficiais e alguns moradores da conquista, soldados velhos, indo-se retirando em ordem com cara ao inimigo; e, como eram bons espingardeiros, foram fazendo dano ao Flamengo que o não levou tam a seu salvo, não ficando do partido com menos perda do que os nossos.

Estes cabos e pouca gente que se ajuntou, com os homens de-cavalo, foi causa daquele inimigo não degolar naquela ocasião tôda a nossa gente das tropas, que como bisonho fugiu; o acidente foi terrível que em parte os desculpa; e o inimigo não deixou de ficar com os narizes mais bem quebrados.

Chegando esta nóva ao Arraial, tocou o Gov. logo a rebate e saiu precipitado pelas trincheiras fora em uma mula que tinha de andadura, dizendo que, quem o quisesse acompanhar, o acompanhasse; os que se prezavam de soldados, o seguiram, indo pelo caminho recolhendo a gente do destrôço, e foi descendo com ela, e com a que seguiu, até o sítio onde foi a rôta, e ainda deu vista do inimigo, mas não quis mais môlho, e se foi, mais que de passo, marchando e recolhendo-se a suas trincheiras e casa-forte; e por mais que o Go-

vernador fez diligência pelos deter, mandando-lhes tocar os instrumentos bélicos, como quem os desafiava, não deram por isso.

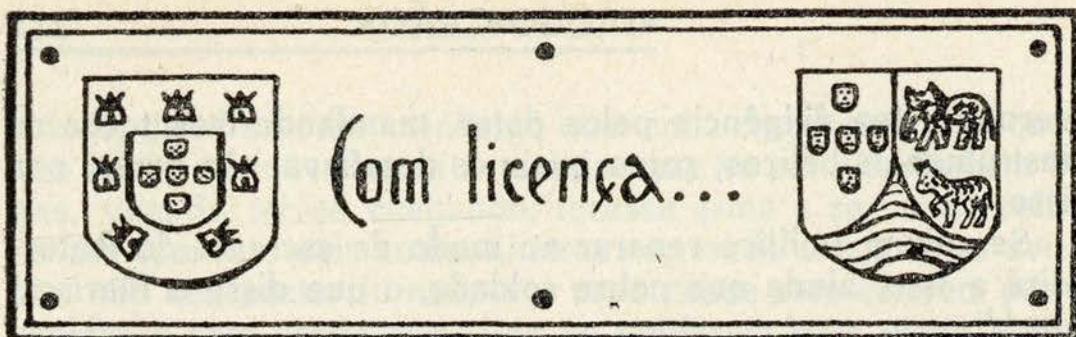
Se algum político reparar no modo de escrever do Autor, dirá a isso, ainda que pobre soldado, o que disse o Mariscal de Viron:

Estos son mis disvarios
perdonad el desenfado
que yo como soy soldado
gasto mui pocas razones.

Esta desculpa acompanha o Autor desta *História*, como tem dito no princípio da I parte ao pio Leitor.

(*Continúa*).





DOCUMENTAÇÃO HOLANDESA

Na interessante colecção de S. Paulo — **Brasiliana** — o volume 123 tem o título de *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*: foi escrito em alemão pelo alemão Hermann Vätjen e traduzido agora pelo brasileiro Pedro Celso Uchoa Cavalcanti.

O seu valor, embora unilateral, é apreciável, porque a documentação, que foi estudada, é a que ainda se conserva no Arquivo Real de Haia e resta do expólio da própria Companhia das Índias Ocidentais.

Só a contar a ocupação da cidade de Luanda, em 26 de Agosto de 1641, lá existem, pelo menos, quatro cartas.

P. P.

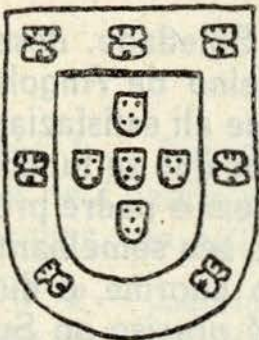
DOCUMENTAÇÃO PORTUGUESA

Por sua vez, os Documentos portugueses, que ainda existem nos nossos arquivos, também são de valor histórico mui importante: nas séries V e VI desta revistinha, que vamos consagrar ao Condomínio Português e Holandês de Angola, faremos a sua publicação.


Manuel Calado, Brito Freire, Rafael de Jesus, Rocha Pita e Varnhagen não contaram todos os pormenores da Guerra Holandesa no Brasil, em Angola e em S. Tomé.

A 15 de Agosto de 1948, comemora-se o III Centenário da Reconquista de Angola do poder dos Holandeses: para antecipadamente preparar tal Festa Nacional foi que nasceu esta nossa Revistinha.

F. P.



HISTÓRIA
ECLESIAÍSTICA
DE
ANGOLA



Convento de S. José de Luanda

(Vários Documentos e informações)

BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

(Continuação da página 175)



EM PAPÉIS AVULSOS É POR várias vezes citado o Livro n.º 2 dos Acórdãos e Assentos de Definitório, a partir de 1721 ou 1722: não existe na Biblioteca da Academia e calculamos que esteja na Torre-do-Tômbó.

Após a extinção das ordens religiosas pelo decreto de 28 ou 30 de Maio de 1834, estes livros de carácter económico foram reclamados pelas diversas comissões encarregadas de liquidar os bens dos conventos.

Códice 925, vermelho

Documento posterior a 24 de Fevereiro e anterior a 15 de Julho de 1778:

Senhora — Diz o Provincial da Terceira Ordem da Peni-

tência que o seu antecessor frei António da Soledade, desejando abolir o Convento de S. José do Reino de Angola, mandou vir para êste Reino os Religiosos, que ali satisfaziam os Offícios divinos e mais obrigações e fins por que se fundou o sobredito Convento, determinando que fôsem o padre prègador frei António Beli com um cõpanheiro seu semelhante para vendêrem, ainda que fôsse com lesão enorme, o dito Convento e suas pertenças; e, porque lhe é preciso ao Suplicante dar providência pronta a estes danos, mandando alguns Religiosos que os possam evitar e é de costume fazer-lhe vossa Majestade a graça da ajuda de custo, a cada um dêles, do dinheiro da Caixa da Búla, havendo agora ocasião de irem nos primeiros navios três Religiosos da sobredita Província:

Pede à vossa Majestade por bem determinar que se lhes dê da Caixa da Búla aquela ajuda de custo, que é de costume dar-se aos Religiosos que vão com santos fins para aquele Reino.

E. R. M.

Junta com êste Requerimento está uma tira de papel com a minuta do despácho, que diz o seguinte:

— Aos Religiosos, que passaram para Angola, e mais Pórtos da Costa de África, destinados para Missionários, lhes mandou sua Majestade dar viático a cada um, pago pelo Cofre da Búla de Cruzada:

Para êste efeito se expediram Decretos lavrados nas Petições que fizeram os Prelados dos ditos Religiosos, nomeados Missionários, declarando os nomes e número dêles.

*

O códice 562, de marcação vermelha, tem o seguinte título:

— «N.º 39. — Catálogo do Cartório do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa de Padres da Congregação da Terceira Ordem da Penitência — Coordenado por Frei Vicente Salgado, Ex-geral, e Cronista da mesma Congregação. Ano de 1793».

Relativamente ao Convento de S. José de Luanda, dá cõta da existência dos seguintes documentos:

(Armário primeiro. Casa quinta. Seis maços).

Maço I

N.º 1 — Petição do Minstro e Padres do Convento de S. José de Luanda sôbre uma librança do licenciado Padre Pero Marques, em 1611.

N.º 2 — Serviços do licenciado Padre Pero Marques, capelão que foi da Fortaleza do Rosário de Cambambe, de 1603 até 1605.

N.º 3 — Treslados do testamento com que faleceu o licenciado Padre Pero Marques em Angola, deixando ao Padre Comissário Frei Baltasar e aos Padres do Convento de S. José por seus Herdeiros e Testamentários. Feito em 7 de Dezembro de 1606 e aprovado pelo tabelião Martim Correia.

N.º 4 — Certidão de que se devia, de soldos ou ordenados ao Padre Pero Marques, 270\$000.

N.º 5 — Escritura de Doação que Francisco da Silva fez aos Religiosos de S. José de Luanda, em 1680.

N.º 6 — Carta e conhecimentos do dinheiro para os Padres Provinciais, em 1728 e 1734.

N.º 7 — Cópia de uma petição feita à sua Majestade, pedindo-lhe que nomeasse bispo de Congo e Angola ao Provincial Frei João de Madre de Deus.

Maço II

Cartas de sua Majestade aos Ministros Provinciais para mandarem Religiosos de probidade para o Convento de Angola, e que evitem as queixas que vêm daquele Estado das suas negociações; e Avisos de ofício para que os Prelados vão assistir aos Conselhos de Estado que se faziam naquela Capital.

Maço III

Várias Cartas dos Prelados Maiores para os Ministros do Convento de S. José de Angola, e dêstes para os Superiores.

Maço IV

Desapropriamentos de vários Religiosos, falecidos, no Convento de S. José de Luanda.

Maço V — papéis de diversa importância

N.º 1 — Ao padre frei Bernardo de Santa Catarina, despacho da ordinária para ir para Angola, em 1723.

N.º 2 — Receita do Provedor dos Armazéns para 4 Religiosos, que iam para Angola, em 1725.

N.º 3 — Atestações de abôno do Ministro Frei Manuel da Purificação e seu procedimento em Angola, em 1727.

N.º 4 — Atestações de frei Francisco de Santo Agostinho e róis das obras que fez no Convento de Angola, em 1682.

N.º 5 — Vários papéis avulsos de menos serventia.

Maço VI

N.º 1 — Motivos por que os Padres Moradores no Convento de Angola removeram de Prelado ao Padre Frei Miguel da Expectação.

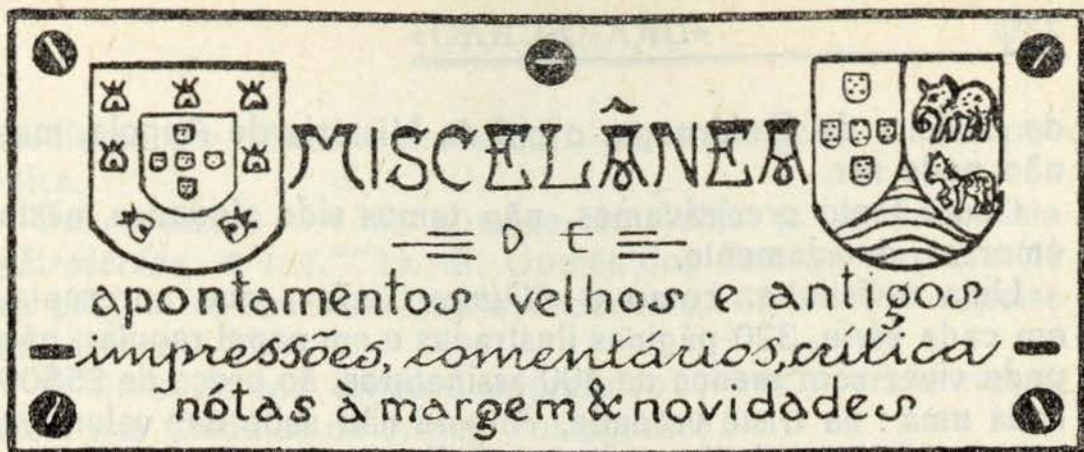
N.º 2 — Depoimentos que se fizeram ao padre frei Brás de Santo António, vindo de Angola para Lisboa, em 1619.

N.º 3 — Depoimento que o Ministro de Lisboa frei João da Natividade tomou dos Padres que vieram de Angola e Brasil, em 1656.

N.º 4 — Testamento de António de Miranda, e alcãce na sua execução do testamenteiro Roque Vieira Leitão, em 1735.

N.º 5 — Treslado do testamento com que faleceu Dona Francisca Correia da Silva, em Angola, em 1751.

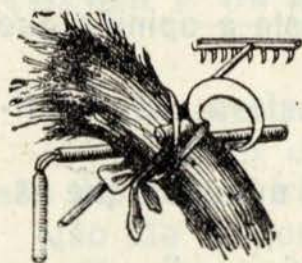
(*Continua*).



— Um povo sem pássado é como uma árvore sem raizes : um pé de vento a derruba.

J. A. de Oliveira.

A nossa... empresa



QUANDO SE ATINGEM OS 50 anos, e êsses anos foram de vida agitada,—começa-se a pensar na MORTE que, dia-a-dia, nos vai roubando os mestres, os condiscípulos, os amigos, as pessoas da família!!!

Ilusões da mocidade, esperanças do futuro, ideal económico e vaidoso — tudo se desfaz à vista das realidades tristes da VIDA, que, segundo os poetas, é a porta da MORTE...

... segundo os poetas e segundo os prosadores...

Por nossa parte, pensamos na MORTE, não porque a tememos, mas porque carecemos ainda da VIDA, para acabar esta obra cultural, que pesa sôbre nossos ombros...

Era nosso cálculo e promessa, nesta IV série, findar a publicação do I tómo das «Guerras Angolanas» de António

de Oliveira de Cadornega, o pai da História de Angola, mas não pode ser.

Como tanto precisávamos, não temos sido ajudados, nesta empresa, devidamente.

Uma revistinha, como a «*Diogo-Caão*», que apresenta, em cada série, 320 páginas ilustradas e em papel regular, não pode viver com menos de 300 assinaturas, ao preço de 25\$00 cada uma : na triste verdade, Angola não sabe dar valor, ou não quer dar valor ao nosso trabalho de investigação da sua História, tam curiosa, linda e exemplar!!!

Até 1948, comemoração do III centenário da Reconquista de Angola aos Holandeses, daremos mais duas séries, se Deus quiser : a acção missionária dos Frades Carmelitas, as leis, os documentos do condomínio, as lútas liberais e mais outros assuntos todos variados — são de palpitante valor histórico, como sabem.

Outubro, 1938.

Padre Manuel Ruela Pombo.

«Cadernos Coloniais»

Pedem-me que dê aqui na minha revista a opinião que faço destes curiosos opúsculos...

Sou assinante, isto é : pago-os ; se não gostasse, não continuava.

Tenho lido, um a um ou em seguida, os números que estão já publicados.

Já são 47 : no geral, a colecção é modesta e valiosa.

Quanto ao seu valor, como acontece sempre em empresas desta raça ou natureza, êle é desigual.

Cada autor tem a liberdade de escrever o que pensa e julga e observou...

No Programa, traçado pelos Srs. Editores da Sociedade COSMOS, cabe tudo : história, heroísmo, desgraças, religião, fauna e flora, indignato, etnografia, romance, administração pública...

Não é, pois, para admirar que um ou outro Caderno seja

mediocre em ciência e em moral, e até perigoso... em política.

Por exemplo: — No número de Julho p. p. da revista «*Broteria*», o rev.^{mo} sr. dr. Gomes dos Santos, na nota (1) da página 92, escreveu que o Caderno n.º 42 contém inépcias ou idiotices!!!...

O título do seu artigo é expressivo: — «O perigo comunista nas Colónias da África Portuguesa».

Por sua vez, A. de A., à página 339 do «*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*» Julho e Agosto, p. p., faz um rasgado elogio a Paulo Braga, ao seu... colorido estilo, às suas... preciosas descrições, e... acha que tal Caderno é... demasiado curto!!!

Na verdade, triste e indigesta, há... certos *escritores* que julgam que etnografia e pornografia, ou literatura afrodisíaca e de bordel, são a mesma coisa, ou arte e ciência!!!

Alguns dos Cadernos até são escritos em... *português cafre*.

Outubro, 1938.

P. P.

Angola e os Jornais Metropolitanos

Merece nesta nossa revistinha uma especial referência o «*Diário de Lisboa*»: rara é a semana em que nos não dá dois ou três artigos gostosos sobre Angola.

Não são artigos com logares-comuns ou banalidades escritas sobre os joelhos, mas de alto interesse administrativo, económico e militar.

O sr. António Augusto Dias, um colono de Angola muito trabalhador e optimista, sabe tratar ou estudar os problemas de Angola com utilidade prática, pois o seu saber é de longa experiência feito: além da sua pena, outros escritores, com melhor ou peor capacidade, se ocupam nas páginas do «*Diário de Lisboa*» da Colónia de Angola, sempre com uma feição plenamente nacionalista.

A Visita do Ex.^{mo} Sr. Presidente da República e do Sr.

Ministro das Colónias a S. Tomé e à Angola não podia ser mais oportuna, por tôdas as razões presentes e futuras.

Pela sua actividade constante, intensa e incançável, felicitamos, louvamos e encorajamos o sr. António Augusto Dias, colaborador semanal do «*Diário de Lisboa*», o qual presentemente se encontra na Metrópole a refazer a sua preciosa saúde, que do coração também lhe desejamos.

Não podemos, nem devemos, ser injusto para com o venerando «*Jornal do Comércio e das Colónias*» de Lisboa, que nas suas páginas dá notícias abundantes e publica muitos artigos sôbre assuntos ultramarinos.

O diário portuense «*Primeiro de Janeiro*», além de uma página quinzenal, traz a miúdo magistraes artigos sôbre Angola, da pena do sr. General Norton de Matos e do sr. Capitão Sousa Dias, professor do Liceu de Sá-da-Bandeira.

O belo semanário ilustrado — *Humanidade* — é uma publicação modelar: ali são tratados com verdadeiro carinho todos os problemas coloniais.

Não fazemos referência aos boletins e revistas officiais ou officiosas, porque cumprem o seu mister, como... devem.

Outubro, 1938.

P. P.

Pires de Avelanoso

Na tarde de 8 de Junho p. p., quando, após o jantar, me dirigia para a Praça do Rossio, onde estava a funcionar a simpática Feira-do-Livro, comprei o *Diário de Lisboa*, onde li a triste notícia da morte do sr. dr. António José Pires de Avelanoso, meu bom amigo: conheci-o pessoalmente em Outubro de 1928, quando, por mandado do rev.^{mo} sr. dr.

Alves da Cunha, tive de ir fazer umas investigações ao Arquivo Colonial da Junqueira, ainda então fechado à leitura pública.

Através ou por intermédio de artigos de carácter colonial, que numerosos e variados publicava em jornais e revistas, julgava-o um moço e não um venerando ancião, como já era: manifestava o seu pensamento, sempre optimista, com energia e entusiasmo exemplares.

Atingido pela lei do limite de idade, deixou o Cargo efectivo de Director do Arquivo Histórico Colonial, sendo distinguido então com o título ou mercê de Director Honorário, porque, de facto, foi o fundador ou centralizador desta preciosa Documentação Ultramarina no Palácio da Ega, à Junqueira.

Há 2 anos foi vítima dum atropelamento de automóvel, quando atravessava uma rua de Lisboa: e de então começou a decaír muito no seu físico, a-pesar-da sua robustez transmontana.

Nas «advertências» e «palavras prévias», que escreveu nos vários números da publicação oficial — *Arquivo das Colónias*, — ali se vê e avalia a sua cultura e, com a sua cultura, o seu patriotismo.

Outubro — 1938.

P. P.

Documentário de Angola

Em fim de Março ou princípio de Abril, recebi de Luanda — e não sei por quem remetido? — o *Catálogo do Documentário de Angola para a Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa no Mundo*, que em 1937 se realizou aqui em Lisboa.

Em tôdas as suas páginas está manifesta e bem patente a alta cultura de um dos seus organizadores — o ex.^{mo} e rev.^{mo}

sr. Dr. Manuel Alves da Cunha, nas secções de História, Arqueologia e Bibliografia.

Não posso deixar de pôr em destaque especial os Quadros a óleo que Roberto Silva e G. O. Marques pintaram, e estiveram no Palácio do Parque Eduardo VII: foram muito apreciados pelos conhecedores da História de Angola e dos Monumentos da cidade de Luanda.

Os dois volumes do *Catálogo da Exposição Histórica da*



Bispo D. Frei António do Espírito Santo

Ocupação, aqui publicados em Lisboa, são apenas um pálido resumo do que foi aquela demonstração documental da abençoada e humanitária Obra Colonizadora dos Portugueses: o que lá estava, agradava ao coração, afervorava o patriotismo e era só a expressão rigorosa da verdade.

Quanto às estampas (aguarelas) da obra de Cadornega, números 80 a 101 do Catálogo de Angola, tenho a dizer que as cópias de Rochefort, em razão de existírem os originais da mão do próprio Cadornega, têm um valor medíocre, embora com mais arte.

As cópias de Paris dos 3 tomos da *História de Cadornega* não podem ser do tempo de D. Pedro II, pois os Rochefort, pai e filho, só vieram da Holanda no reinado de D. João V, para trabalhar nas edições da Academia Real de História.

Aqui damos o retrato do Bispo D. Frei António do Espírito Santo, falecido em Luanda a 12 de Janeiro de 1674 e não a 27, como reza a lápide sepulcral da Igreja do Carmo.

Dêste Bispo já tratámos às páginas 289-296 da nossa II série.

A tela, em ponto grande, existe na Biblioteca Pública de Évora, onde a mandamos fotografar, há anos, quando fomos ler os manuscritos angolanos, que lá se guardam.

Out. — 1938.

P. P.

« África Bantú »

Em 16 de Julho p. p. comprei por 15\$00 êste Livro do sr. Luís Figueira: dei o dinheiro por bem empregado. Em língua portuguesa, não tem Angola um objecto assim igual: mas não é o melhor por ser apenas o único.

Logo à leitura das primeiras páginas se nota que o Autor não tem a preparação científica que uma obra literária desta natureza ou qualidade exige: falta-lhe, pelo menos, a cultura naturalista, para poder agrupar devidamente os fenómenos e actos sociais da população indígena angolana, tam diversa.

Talvez por esta razão, o Júri do Décimo Concurso de Literatura Colonial de 1926 não aceitou o Livro ou não lhe deu prémio, sem nova revisão: uma injustiça, disseram-me!

O Livro do Sr. Luís Figueira, é certo, não tem rigor metodológico, nem erudição científica própria ou comparada, mas acumula material variadíssimo, que outra cabeça melhor apetrechada pode utilizar fartamente: *mutatis mutandis*, é um «Freire-Gravador», ali da Rua do Ouro, em cujas «montras» se... acha, ou vende tudo!!!

Sôbre africanologia, no Rio-de-Janeiro marca presentemente um lugar brilhante o sr. dr. Artur Ramos, que pertence à escola científica fundada pelo baiano dr. Nina Rodrigues.

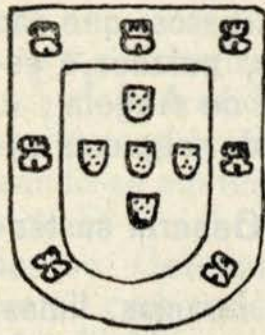
Pois o dr. Ramos acaba de reunir num livro — *Costumes Africanos no Brasil* — tôdas as publicações feitas pelo professor Manuel Quirino, que, embora não fôsse um técnico, foi um observador inteligente dêstes assuntos, de que também se ocupa o sr. Luís Figueira.

Out. — 1938.

P. P.



ANTÓNIO DE OLIVEIRA DE CADORNEGA

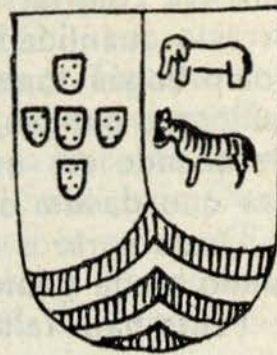


HISTÓRIA GERAL

== DAS ==

GUERRAS
ANGOLANAS

= LUANDA =



1680

TÔMO I — SEGUNDA PÁRTE

(Continuação de página 213)

Capítulo nono

Os Holandeses em Luanda — Continuam os Portugueses no sertão. — Tropas volantes. — Vigias. — Um francês boticário. — Ordem de seguir para Maçangano.

66 — Mudança do nosso Arraial



ESTANDO O GOVERNADOR naquele sítio, onde foi o desbarato da nossa gente até quasi noute sustentando o campo, se veio recolhendo com sua gente para o Arraial, onde havia feito muita prevenção de farinha de guerra, de que ia dando ração à Infantaria e à gente pobre retirada, dando-lhe conduto de peixe, pescado todos os dias naquela espaçosa e fértil lagoa da Quilunda, em que se

pescava com tarrafas e casaculas abundas e alguma rêde de arrasto quantidade de um peixe chamados cacussos, que são como bogas mais largos, e algumas choupas, pelados e esquilões e gunges, que são peixes desta terra de Angola; e, de quando em quando, dava ração de vaca, de algumas reses que davam os moradores para isso.

Desta sorte e com esta ordem ia o nosso General sustentando a sua gente.

Fruta não faltava, de bananas e mucefos, laranjas, limas, ananases, goiavas e outras frutas da terra; mas êste regalo não era tam geral, e, vendo a muita gente que naquele sítio morria, que havia dia de 6 e mais pessoas enterradas naquela Igreja, e além disso estar aquele Arraial metido em um saco, onde o inimigo nos podia tomar as costas, e não estar senhor de suas acções para tudo aquilo que pudesse succeder, e juntamente também ter aquele Arraial um grande padraço, por onde podia ser ofendido, e tendo informação que havia, mais para cima, um sítio mais iminente sem padraço nenhum, só com uma entrada e pelas mais partes inexpugnável, onde tinha sua fazenda, da outra banda do rio, um morador honrado, de cabedal, que seu nome era António Vieira, e nesta banda de cá tinha suas casas, — tratou o Governador, acompanhado de alguns moradores, í-lo ver pessoalmente, como foi; e, como achasse conveniente, determinou de passar o Arraial para êle, em que mandou primeiro fazer casas para si e para o bom Prelado, quartéis para a infantaria e uma cova subterrânea para se meter a munição por estar livre de algum incendio, que, como tôdas as casas eram de soasos e palha, e o recinto das trincheiras não muito largo em razão do terreno, era necessária tôda a prevenção na pólvora, pois não havia então onde nos pudéssemos socorrer de outra, a qual, muita dela, haviam dado os moradores.

Mandou também o Gov. passar palavra a todos os Moradores, que estavam espalhados por suas fazendas com suas famílias, se recolhessem todos ao Arraial, onde mandassem fazer suas casas, para se recolherem, principalmente os que se achavam do arraial para baixo, que não estivessem expostos às calamidades do Flamengo, repartindo por todos conforme o chão e família de cada um.

67 — No arraial de António Vieira

Os primeiros que deram exemplo, foram os Reverendos Padres da Companhia de Jesus, largando sua vistosa fazenda para se virem recolher em uma choupana de palha, mostrando-se em tudo sempre mui zelosos do Real Serviço de Deus e de El-Rei, acompanhando em aqueles trabalhos e calamidades ao Governador, assistindo a tantas mortes e doenças, juntos com aquele virtuoso Prelado, servindo de consolação aos afligidos; e era tanto o amor que todos em geral tinham ao Bispo, que, quando foram os avisos para o Reino ou Brasil, intentou de ir neles, só afim-de apresentar à sua Majestade o estado em que se achavam as cousas destes Reinos e das suas afligidas ovelhas, para que mandasse com brevidade livrá-las de tantos trabalhos e moléstias, com que as via estar padecendo, com grande mágua de seu coração; o que sabido pelos moradores, se lhe foram botar aos pés, pedindo-lhe com muitas lágrimas: os não desamparasse em tamanhas misérias, que a sua presença era a consolação que tinham, com o que cedeu, lastimado da tenção que tinha, porque de uns era compadre e de outros — amigo e a todos amava como a filhos no amor que geralmente tinha.

Tendo-se fabricado as casas em o novo sítio do Arraial, de António Vieira assim chamado, passou o Governador para êle com a sua Infantaria e moradores, que sempre o acompanharam, em companhia do Prelado, Vigário Geral, da Clerozia e Religiões; chegado que foi de estada para o dito sítio, tratou com tôda a brevidade da fortificação, como o tempo, em que se achava, o pedia, a qual repartiu pelos moradores pelo mesmo estilo da que havíamos deixado feita tôda em cinza por se não servir dela os nossos inimigos, com baluartes, traveses e cava por fóra, a qual não pôde ser tam funda por falta de ferramentas, e haver muita pedra que romper; fez-se como se pôde, fazendo-se, naquela entrada que tinha aquele sítio, um baluarte de maior grandeza e altura, tudo de pau-a-pique e faxina, tudo coberto por cima, em que assentou as duas peças de artilharia, furtadas em a cidade, como dito é, que não faz muito escrúpulo à consciência furtar uma pessoa do que foi seu.

Tendo feito a fortificação e arranchados os moradores e

infantaria que couberam, alguma ficou por fóra das trincheiras com suas casas e barracas, um pouco afastados, em que entravam os Religiosos de S. José, com a igreja em que diziam missas, e casa em que moravam; o Bispo e Clerezia tinham igreja dentro da fortificação, como também os Religiosos da Companhia de Jesus.

68 — Uma proposta... de arte diabólica...

Neste novo Arraial, estando em Conselho o Prelado e Officiais da Câmara, cidadãos e moradores, propuseram algumas pessoas mais inteligentes das cousas desta terra, em como havia Negros encantadores, que êles mandariam buscar, para que em a cidade botassem tigres, onças e leões, que matassem a muitos dos Holandeses, ao que respondeu o virtuoso do Bispo: que não se podia fazer, que não era guerra limpa senão muito suja, pois havia de ser feita por arte diabólica, que não convinha.

69 — Defesa das fazendas e caminhos

Estando tudo na conformidade dita, porque não ficassem aquelas fazendas dali para baixo sem algum reparo ou amparo, que ainda tinham gente preta dos moradores da cidade e muitas farinhas plantadas e outros mantimentos, que eram necessários para o sustento da gente daquele arraial, — formou o Gov. duas tropas com dois capitães, soldados velhos e conquistadores antigos, um por nome — Leonardo Pereira, e outro — Domingos Dias da Silva, com gente soldados de bom pé e antigos no serviço Real, e lhes ordenou: andassem volantes, dando favor áquelas fazendas, picando ao inimigo que andasse desmandado fora de suas fortificações; e que não tivessem paragem certa onde o Flamengo o pudesse buscar; não lhe succedesse o que ao outro cabo, que, por exceder a ordem, fôra roto como se viu.

Preveniu também em o sítio do Sequile, caminho que vem por terra da cidade, que fôsem dous moradores possantes de escravos, de 8 em oito dias, uns idos e outros vindos, que servissem de atalaias, assim ao inimigo da cidade como ao gentio da terra, que não tivessem comunicação com o Fla-

mengo, e também para que não passasse nenhuma pessoa do arraial para a cidade, tendo dita assistência em sítio alto donde se descobrisse tudo.

70 — Um francês, boticário

Sucedeu, neste tempo, que um Francês, Boticário, que havia com os Portugueses, e sua botica, assistido muitos anos na cidade de Luanda, o qual se ia passando para o Flamengo, por estas vigias do Sequile foi apanhado e trazido ao arraial ao Gov., o qual, por haver encorrido no bando de pena de morte a quem se metesse com o inimigo, mandou nele, para exemplo, executar a lei, ao qual mandou dar garrote; estando posto no suplicio, se quebraram algumas cordas sem o poder afogar, até que, desabrochado o gibão que vestido tinha, se lhe achou um Bentinho de N.^a S.^a do Carmo; tirado fora, o afogaram com facilidade, sem mais quebrar a corda, o que, depois de feita a execução, sabido pelo Governador, ficou com pesar de lhe não fazerem a saber, que talvez por aquela maravilha que a Senhora obrava em favor daquele seu devoto, lhe outorgara a vida.

71 — Agitação dos pretos

Em a fortaleza de Ambaca estava neste tempo por capitão daquela capitania António de Abreu de Miranda, pessoa nobre, cavaleiro fidalgo da Casa de sua Majestade, conquistador dos mais antigos e muito inteligente das cousas da terra, que lhe não levava nisso vantagem o mais previsto filho dela; e, como pessoa de tanta experiência, escreveu ao Gov. algumas advertências acêrca de como se havia de haver em semelhante apêrto com o gentio dêstes reinos, dizendo que agora era o tempo em que com êles se havia sua Senhora de mostrar mais severo e justiceiro com aqueles que delinqüissem e faltassem à fé e fidelidade que deviam a vassallos de El-Rei Nosso Senhor: e o que fizesse o contrário, pagasse logo seu êrro, com a segura nos pescoços, porque êste gentio, mais que outra nação nenhuma, era de — vive quem vence, e não temiam como negros senão o castigo e açoute, como sucedeu aos romanos com os libertinos, que, o

que não puderam obrar contra êles com as armas, obraram com os azorragues com que os castigavam, que só desta sorte é que se tinham conservado com êles os Governadores e Conquistadores antigos, e com isto sustentando o ganhado pelas armas nestes reinos.

Tendo êstes documentos de pessoa tam versada nas cousas de Angola, lhe veio aviso ao Gov. em como um soba por nome Namboa-Calumbe, distante do arraial para o sertão algumas seis léguas, confederado com outros sobas seus comarcãos, tinham feito quilombo com ajuntamento de muito gentio, todos vassallos da coroa de Portugal, à nossa opposição, já comunicados com o Flamengo, vendo o Gov. ser cousa forçosa acudir a semelhante movimento, porque não entendesse aquele gentio que por ter a Nação Portuguesa aquele barbilho de flamengo, lhes faltavam mãos para seu castigo, — com êste pressuposto mandou ao capitão-mór da gente de guerra António Bruto: saísse com poder bastante de moradores e soldados baquianes áquela emprêsa com a possibilidade que bastasse, com que ficasse no Arraial a guarnição necessária pelo que podia succeder, indo com tôda a presteza castigar aqueles sobas alevantados à voz do inimigo Holandês.

O que fez aquele esperto e valente Capitão-mór, levando consigo a gente que lhe pareceu bastante para aquela emprêsa, com capitães da conquista, que haviam vindo com o capitão-mór de-cavalos e cabo de companhias António Teixeira de Mendonça, como dito é, indo exercendo o seu pôsto com a gente que havia de-cavalo e guerra preta que em sua companhia havia, vindo de Maçangano e Ambaca.

Com esta preparação saíram do Arraial, rio Zenza acima, que assim chamam ao rio Bengo no sertão, em demanda do Quilombo dos alevantados; chegados que foram às terras de Namboa-Calombe, houve de parte a parte grandíssima resistência, até que, por fim, vendo e experimentando o que não esperavam, parecendo-lhe não termos possibilidade para emprender esta função, — se puseram em fugida e foi a nossa gente fazendo neles grande degolação, com palavra passada pelo Capitão-mor: se não desse vida a pessoa nenhuma; e foi tal a degolação que neles se fez, que mandou o capitão-mór fazer um xalo ou girão alto, em que mandou

pôr tôda aquela quantidade de cabeças, para que ficasse ali por memória e espelho, em que se vissem aqueles gentios traïdores e desleais; e esta foi uma das cousas que, em nossas misérias, nos deu muita reputação, com que se não desafortassem tanto em nosso ódio.

72 — Os Holandeses da Barra do Bengo

No tempo que a nossa guerra marchou do nosso Arraial a castigar aqueles rebeldes, tendo êles disso notícia, avisaram pelos ares ao flamengo como tínhamos o poder fora e que ia em sua demanda, pedindo-lhe os socorressem; vendo o inimigo a ocasião nas mãos, quis ver se podia gozar dela, fazendo uma entreprêsa no nosso arraial ou ao menos botar-nos fora daquele país, que tanto o desejavam desimpedido da nossa assistência nele, para sua recreação e se gozarem de seus frutos.

Com êste pretexto, saíram, com ajuda de gente da cidade, da Barra do Bengo, e por não virem pela várzea beira rio, onde andavam as nossas tropas volantes, que lhes podiam fazer, em suas espessuras, algumas emboscadas, ou ao menos dar aviso ao nosso arraial, a êsse respeito cortaram pelos altos por detrás da Lagoa da Quilunda, por caminho descoberto, e vieram a sair por cima do nosso arraial, como quem nos queria tomar as costas e impedir o passo da retirada.

No arraial não tinha havido aviso por os da vigia do Sequile estarem distantes; os das tropas os não sentiram por tomarem caminho desviado, com que o inimigo a uma vista se descobriu do mesmo arraial e seu poder, que representava a formatura de seu esquadrão, muito bastante para a nossa possibilidade.

Vendo o Governador aquele inimigo à vista, se preparou com muito valor à defesa de seu alojamento, mandando recolher à tôda a gente, que alojava por fora, dentro, mandando dar fogo a tôdas as casas e palhoças que podiam impedir o maneiio das armas. guarnecendo as trincheiras de gente, animando a todos á defesa, mandando recado ao capitão-mór da guerra que, com todo o cuidado, se recolhesse pela outra banda do rio, por se não encontrar com o Flamengo; e man-

dou também enramar as duas peças, que no baluarte da entrada estavam carregadas de balas miúdas, para que na avançada experimentasse seu dano.

Vendo o inimigo a prevenção e preparação da queima feita por fora para desafrontar as cortinas e que, quem fazia aquilo, esperava o combate, para se dêsenganar do que havia, saíu do esquadrão uma manga de alguns 80 homens e vieram-se chegando a reconhecer o nosso arraial, espalhados, vendo-o por onde lhe dava logar o terreno.

O governador deu ordem que nenhum bulisse consigo por não espantar a caça que o vinha a buscar; alguns quiseram fazer seus tiros com espingardas compridas, que não quis dar licença para isso, outros diziam-lhe atirassem com a artelheira, tam pouco, dizendo que, se o inimigo o reconhecia para ver onde o havia de acometer, que não podia faltar o combate, e que nele mostrariam seu valor e esfôrço; que atirar ao ar é de que servia? — que êle e êles ali estavam a pé quedo esperando por quem os vinha demandar; que, se seu partido não fôra tam desigual, que êle tivera já feito seu dever em campanha rasa com êles; que era serviço de El-Rei sustentar-lhe e conservar-lhe os seus Reinos e não o pôr no tômbo de um dado; que êle aventurava mais que o inimigo, porque êle, perdendo, perdia tudo, pois não tinha por onde lhe vir para se refazer; e o Flamengo, perdendo uma e outra ocasião, tinham quem os socorresse, o que a êle lhe faltava.

Vendo o inimigo, naquele reconhecimento que fez, a nossa gente tam firme e socegada, se foi recolhendo a manga a seu esquadrão; e, entendendo o governador viesse com todo o poder marchando a investir, se foi retraíndo para trás; vendo se ia retirando, saíram pelas portas das trincheiras alguma da nossa gente de borbotão, dizendo — foge o inimigo!

Saíu o governador em a sua mula, tendo mão na gente se não desmandasse, e se ia meter em uma emboscada que o Flamengo descobridor havia deixado atrás, já antevendo como soldado o que havia de fazer a nossa gente do arraial; e se não é um homem ourives, por nome Francisco da Costa, muito bom soldado, que descobriu a emboscada, e com uma espingarda que levava nas mãos lhe atirou, com que a fez levantar e descobrir, estava arriscado o nosso governador a ser preso ou morto, que além de ter mão e retirar a sua gente, o le-

vava o orgulho de soldado a ver a ordem e forma com que o Flamengo marchava.

Dois homens de a-cavalo com alguns negros deram ao inimigo alguma fadiga, escaramuçando-lhe na rectaguarda, despedindo os negros algumas frechas, e êles sem darem rumor de si; nisto se foi fechando a noute e êles a uma vista, bem desviados, metendo-se aquella espaçosa lagoa da Quilunda de permeio, onde dormiram aquella noute; o capitão-mór da guerra preta havia chegado da outra banda do rio e tinha mandado aviso como ali tinha chegado vitorioso da guerra que fez a Namboa-Calombe e aos mais rebeldes.

As vigias dos dois moradores de Sequile chegaram aquella noute com muito trabalho e muito molhados, por virem por pântanos e alagadiços, por se desviarem do inimigo e quasi estiveram chegados ao seu poder; disseram então ao governador como havia o Flamengo saído da Barra do Bengo, e que êles, mandando por seus negros buscar água ao rio Bengo para beberem, viram a trilha do inimigo, e souberam de outro negro, que encontraram, era o Flamengo que tinha passado pelos altos da lagoa da Quilunda para o Arraial, e que da cidade não havia saído, salvo pelo mar; êstes moradores eram seus nomes — Manuel Correia de Cadornega e Diogo Rodrigues da Nóbrega; com a vinda e chegada do capitão-mór da guerra, se entendeu: mandasse o governador sair ao caminho àquele inimigo. mas, como êle tratava da conservação do Reino, lhe não appareceu arriscar a pouca gente que tinha; antes de se amanhecer, se pôs o Flamengo em marcha, indo aqueles dois homens de-cavalo dando-lhes algum cuidado com alguns negros que levavam, e tôda aquella noute estiveram desinquiets postos em arma, e se foram retirando em ordem, mas com muita pressa até se recolherem em suas estâncias da Barra do Bengo, e as nossas duas tropas, ao passar emboscados nos bananais, lhe foram dando suas cargas na rectaguarda e lhe fizeram algum dano.

73 — O desânimo

Do primeiro Arraial, quando a barra do Quanza ainda não estava tomada do inimigo, se foram dêle algumas pessoas extravagantes, cuidando não fossem sentidos, vendo o muito

que padeciam, assim no mau trato do passar, como de achaques e doenças que causava aquele mau, se bem aprazível, sítio.

Caminharam aquela travessia de caminho em busca do rio Quanza, onde haviam comprado um patacho de cobérta, para se irem nele para o Brasil, saindo pela dita barra fora, do que foi avisado o governador da sua saída do Arraial e da compra que haviam feito; e, para que não conseguissem o que intentavam, mandou o governador logo ordem ao Capitão e Cabo da gente do Quanza — Fernando Rodrigues, que logo descesse do sítio onde estava, e tinha seu alojamento, ao de Calumbo e tomasse aquele patacho, tirando-lhe o leme e as vélas, porque não conseguisse aquela gente o seu intento.

Chegada dita ordem, veio logo aquele capitão com todo o cuidado aonde estava aquele patacho; e, tomando-lhe as vélas e tirando-lhe o leme à vista daquela gente retirada do Arraial, ia levando uma e outra cousa consigo para o sítio onde residia com seu quilombo à opposição do gentio da província da Quiçama; indo já para cima, chegou outra ordem com Pedro Barreiros, que também assistia naquele sítio por capitão à ordem daquele cabo, trazendo em sua companhia alguns soldados, em que entrava um chamado de alcunha o Alma, porque tinha pouca, e era grande caçador, e um esforçado soldado; manifestou o capitão ao cabo a nova ordem, que trazia, a qual continha que levassem o mesmo patacho Quanza acima; disse-lhe aquele cabo que êle trazia consigo o leme e velas, com que ficava impossibilitado de poder fazer viagem que parecia que bastava, a que replicou aquele capitão que desse cumprimento à ordem do general em levar o patacho rio acima.

Com isto tornou o cabo para baixo com os que vinham com a nova ordem; chegados ao pôrto de Calumbo, onde dito patacho estava e gente; vendo os ir para lá e sabendo era para levarem a embarcação, pegou Manuel Gonçalves Cidrão, capitão que era dos extravagantes em a cidade, em um arcabus para defender o patacho, que o não levassem, a que aquele soldado o Alma, porque a não tinha que bôa fôsse, começou a disparar as suas espingardas e o capitão Barreiros, de qualidade que logo mataram o capitão Cidrão e ao li-

cenciado João Lopes e a outro homem carpinteiro, que estava metido em uma caseta de palha doente que não era dos partidos; mais e por mais que o cabo Fernão Rodrigues quis evitar aquele desassocego, não pôde, tendo êles a culpa em se quererem defender e que lhe não levassem o patacho do pôrto de Calumbo, em que estava o licenciado.

Foi sentida sua morte porque era bom médico e muito previsto nas doenças desta terra, com irmãos pessoas autorizadas; e, feito aviso ao governador do sucedido, o houve assim por bem o que se havia obrado, a respeito do mau exemplo que dariam aos mais, indo-se, por aquele estilo, desmantelando-se o Arraial, que o governador desejava conservar por serviço de sua Majestade e conservação de seu Reino, sem embargo das misérias e necessidades que já neste tempo padeciam, com doenças, faltas de regalo, e só tinham uma pequena de farinha de guerra por ração e um pequeno conduto de carne ou peixe, que era o mais ordinário que naquela tam dilatada Lagoa-da-Quilunda se pescava todos os dias.

74 — Plano dos Holandeses

Estando o Governador dispendo as cousas da conservação dêstes Reinos em boa forma, como do seu valor e fidalguia se esperava, lhe veio nóva certa, por intelligência que trazia sempre em a cidade, em como havia chegado um grande socorro de gente ao Flamengo, assim para suprir a falta que tinha de gente, por haverem perdido muita, assim nos encontros da guerra com os Portugueses, como a que havia gastado a calamidade do clima, com doenças, assim em a Cidade como nas duas barras do Bengo e do Quanza, e também para, com podêr mais grosso sair em campanha a renderem o nosso Arraial, que assim ordenavam os Senhores dos Estados de Holanda, como os da Companhia da Bolsa, vendo o pouco lucro que até então tinham tido, e os esperavam ter, assenhoreando do Reino e seus Moradores com renderem o Governador em o Arraial, em que estava fortificado, que êles haviam já explorado e vindo dêle por vergonha, sem fazerem efeito nenhum; o que também os ascendia à vingança e a sujeitarem-no, para ficarem senhores do campo e de tudo o mais dêstes Reinos, para o que se foram preparando, avi-

sando a El-Rei de Congo : os mandasse assistir com sua guerra, e que mandasse ao governador da Ilha Dom Cristóvão Corte Real que com todos os Mixilundas de seu partido os acompanhassem para, de uma vez, se verem livres daquele estorvo e empecilho dos Portuguezes e seu Governador, que os não deixava comunicar com êles, como êles desejavam.

Tendo aquele Rei de Congo, nosso bom amigo, chamado irmão em armas de El-Rei Nosso Senhor, aviso do referido, vindo-lhe à medida do seu desejo, mandou do seu Reino a muitos de seus vassallos em ajuda daquele seu novo amigo, mas de lei contrária, inimigo da fé católica e sua religião, mandando ordem ao Governador da Ilha de Luanda, então sua tributária, e apresentado por aquele Rei àquele Govêrno, acompanhasse ao Flamengo, fazendo tudo o que por êles lhes fôsse mandado a fim de nossa ruína, e de acabar a Nação Portuguesa, que lhe havia servido tantas vezes de seu refúgio.

Estando o Flamengo com tôda esta prevenção a ponto de sair da Cidade, foi avisado o Governador, com certeza, de tudo; e, vendo êle o estado em que se achava, comunicou tudo com o Bispo virtuoso e grande Português e servidor de Sua Majestade, com os Prelados das religiões, que com êle se achavam, Colégio e S. José, com os que haviam sido da Câmara da Cidade, homens de póstos maiores, capitão-mór da guerra António Bruto, sargento-mór Manuel de Medela, capitão-mór de cavalos e cabo de companhia, António Teixeira de Mendonça, e outros Cidadãos e Moradores principais, manifestando em conselho perante todos o aviso que tinha em como o Inimigo Flamengo vinha em demanda do Arraial, com ordem de seus Maiores, com gente superior pelo socorro, que, para esse efeito, lhes haviam mandado a confederação de El-Rei de Congo e Governador da Ilha de Luanda, e o estado em que se achava aquele Arraial com gente mui diminuta em razão da que havia gasto o clima e hostilidade da guerra, as trincheiras do arraial mui débeis para poderem resistir a muitos combates, a cava pouco funda por falta de aparelhos para se fundar e romper a pedra, as muntções poucas para laborar e ter mão em muitas investidas, as casas do alojamento muito apinhadas de madeira e palha, que, com uma alcancia ou granada posto fogo, de necessidade se haviam de largar as cortinas, por estarem os quartéis e casas

dos moradores chegadas a elas, por não dar mais logar o terreno, quando se aquartelou, que só aquela fortificação servia para um bom ou mau quartel, se elles não cumprissem como costumavam o capitulado, e mais sendo isto em partes tam remotas da nossa Europa, o que não podia nunca ser de reputação nem proveito a vassallos de um Rei tam católico, pois a Religião, que seguia aquella Nação, era tam diferente da nossa, tam abominada dêles, chamando-nos papistas por seguirmos a Lei de Deus Católica-Romana; e que assim lhe parecia, por se não verem em semelhantes perturbações, assim aos bens da alma como do corpo, — se retirassent à Vila da Vitória de Maçangano, para que, assim alongados pelo sertão dentro, se pudessem conservar na fé e lealdade de Deus e de El-Rei, até êle acudir com seu braço poderoso a êstes seus reinos e conquistas e a tam leais como fiéis vassallos.

Fez esta fála o prudente e leal Governador com tanta fôrça e audácia de palavras, mostrando tudo tam evidente que não houve quem discrepasse uma mínima, vendo porém que, por serviço de seu Rei e conservação de seus reinos se iam expor ao rigor do sertão e de seus agrestes caminhos, invasões do gentio inimigo, que, se deixavam um atrás, tinham tantos por deante, a que os exforçou aquele zeloso Prelado, — que mais valia morrerem entre tantas asperezas como católicos romanos de que viverem entre herejes chamados católicos apostólicos, onde vissem ultrajadas suas famílias e talvez misturado o sangue cristão com o heresiarco, que Deus havia de acudir em tanta aflição, e El-Rei Nosso Senhor D. João o quarto, e se não havia de esquecer da recuperação destes seus Reinos e vassallos tão fiéis, por mais occupaões de guerra que tivesse com Castela; e que disto os podia certificar.

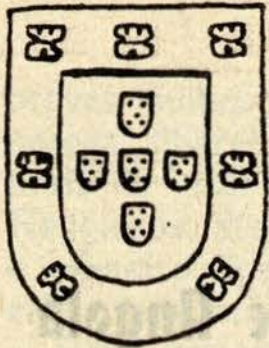
Com isto foi o Governador dando ordem à sua retiráda, mandando em algumas lanchas embarcar alguns doentes, que não podia comboiar por terra, para irem pelo Bengo acima até onde pudessem chegar, em razão das sêcas, que era tempo de cacimbo, que chamam em Angola ao verão, mandou cravar e enterrar as duas peças de artilharia, visto se não poderem comboiar, por não haver carro-mato, que apenas havia carretas para estarem as duas peças cavalgadas; carros com bois não podiam passar por terras tam agrestes, de tantas barrocas e tam prolongadas.

Repartidas as munições pelos Moradores e pelos nossos quilambas capitães da guerra preta, com seu capitão da guerra preta Diogo Mendes, que os governava, por ser morto António Dias Musungo, de quem fizemos menção, estando tudo já da banda de fora a ponto de partir, — mandou o Governador dar fogo a todo o Arraial, trincheiras e baluartes e pôs-se em marcha.


Tem esta nossa retiráda parecença à que contam as nossas Histórias Brasileas que, depois de se senhorear o Flamengo do nosso arraial de Pernam-Mirim, se retirara o Conde de Bagnolo, que em tôda a parte houve êste castigo e opressão por uma mesma nação, para uma distância chamada as Alagoas, por não poder sustentar a campanha de Pernambuco, sendo tam grande soldado, e nem ainda no retiro de as Alagoas, indo-se delas com sua gente para as abas da cidade da Baía e Tôrre de Gracia da Vila, donde ajudou a defender a cidade de Baía da armáda do Conde de Nassau, governando aquele estado Pero da Silva: mas a nossa retiráda foi mais sublimada, porque se sustentou 7 anos sem os inimigos Belgas nos poderem invadir e render, avistando-nos algumas vezes, como ao deante se irá relatando.

(Continúa).





HISTÓRIA ECLESIAÍSTICA DE ANGOLA



Convento de S. José de Luanda

(Vários Documentos e Informações)

**BIBLIOTECA DA ACADEMIA
DAS CIÊNCIAS DE LISBOA**

(Continuação de página 218)



COMO VAMOS dizendo ou escrevendo, a acção missionária dos Religiosos Franciscanos em Angola foi muito importante e frutuosa: com a publicação destas páginas nada mais queremos do que fazer justiça à fé e constância e trabalhos de tam abnegados sacerdotes.

Arrancar do esquecimento tam gostosas páginas, sem preconceitos vaidosos ou ingénuas pretensões, é de nossa parte também uma homenagem ao Passado, de que se honra a nossa Obra Civilizadora em terras ultramarinas.

As linhas, que se seguem, pertencem a um livro em que se fazia ou apontava a História dos Conventos Franciscanos.

Códice 424, vermelho

ARTIGO ONZE

Do Convento de S. Joseph de Angola

Mandava em outros anos esta Província Religiosos Missionários a tôdas as Conquistas dêste Reino, como consta dos Livros dos Acórdãos e do Tômbo de Santarém, de que resultou sempre grande glória a Deus e à Religião, e não pequeno proveito espiritual àquelas Crisandades.

No ano de 1594, saíu do pôrto de Lisboa para a Missão do Reino de Angola o padre frei Baltasar de Marialva com outro sacerdote seu companheiro.

Êstes dois religiosos, depois de haverem discursado pelo Reino de Angola em proveitosa missão, vieram a descansar por algum espaço de tempo na Cidade de Luanda, que é a cabeça daquele tam vasto sertão.

Afeiçoados e devotos os moradores daquela Cidade aos sobreditos Religiosos pela sua rara virtude, modéstia e vida exemplar, lhes rogaram : quisessem fundar ali um Convento de nossa Ordem, oferecendo-se a Câmara da Cidade para as despesas maiores, e o povo todo para dar esmolas convenientes à fundação.

Escreveu o padre frei Baltasar à Província, dando cõta aos Prelados, e juntamente escreveram os Vereadores e Senado da Câmara, rogando com instância ao nosso Provincial : quisesse mandar ordem para lá fazer o dito Convento.

Era então Provincial o padre frei Luís de Figueiredo, Mestre presentado (que então ainda não havia jubilados na Província) e êste em o ano de 1603 deu comissão ao padre frei Baltasar para fazer os contratos convenientes com a Câmara da dita cidade e fundar Convento capaz de assistirem nele 12 Religiosos, conforme o Brêve de Clemente 8.º, para efeito de saírem dali os Missionários para todo o Reino de Angola e mais Conquistas daquele Estado.

De facto, no mesmo ano se principiou o Convento, e, pela grande devoção e fervor com que os moradores o faziam, em

breves tempos se acabou, e o proveram com grandeza, e generosa liberalidade de ricos ornamentos, muitas peças de prata de valor e estimação, com admirável cómodo para os Religiosos, assim nos dormitórios como nas oficinas, e foi êste o primeiro Convento que houve naquela Povoação, por cuja causa tem muitos privilégios Reais.

Daí a poucos anos (Agosto de 1641) tomaram os Holandeses a Cidade, por cuja causa ficou o Convento deserto e os Hereges o trataram tam mal, que quási de todo se arruinou. Quis Deus que em breve tempo (Agosto de 1648) recuperássemos outra vez a Cidade, lançando dali fóra aos Holandeses, e foi maior a glória de a recuperar do que a desgraça de a perder.

Sabido isto em Portugal, saiu desta cidade de Lisboa por missionário para aquelas Conquistas de Angola o rev. padre mestre jubilado frei João da Piedade (a quem chamavam por alcunha o *bacalhau*), homem de grande espírito e mui zeloso do bem e aumento da Religião; chegou êste Religioso à cidade de Luanda com procuração da Província para reedificar o Convento, sendo governador daqueles Reinos Salvador Corrêa de Sá.

Com igual devoção à que tiveram no princípio do Convento, achou ainda então aos moradores da Cidade, os quais ofereceram diversas esmolos, e com elas não só se reedificou o Convento, mas também se pôs em melhor forma, e no estado em que hoje está, e lhe estão consignados 13 Religiosos.

O Convento está fundado no fim da Cidade para a parte do nascente e banda do sertão, em pouca distância. A igreja é alta, forrada de madeira, de uma nave grande com boa capacidade para todo o povo. No corpo da igreja não há altares. O cruzeiro tem 3 altares. A capela-mór é dedicada a S. Joseph, que é o orago da igreja e do convento; é de abóbada, tem retábulo e tribuna dourada com primor; na mesma forma, os dois altares colaterais.

Para êstes altares há na sacristia preciosos ornamentos de todas as côres e muitas peças de prata; com especialidade é singular o ornamento dos defuntos, obra que, entre outras, nos deixou um Inquisidor que vinha da India e ali acabou os dias.

A forma do convento é regular, com 3 dormitórios no cir-

cuito de um claustro de bastante grandeza ; êste é de varandas cobertas e descansam seus telhados em colunas de tijolos, bem formadas ; nos dormitórios há 16 celas de boa capacidade ; as oficinas são perfeitas, tôdas com muita proporção para os seus ministérios ; a cêrca é pequena e de pouca utilidade ; pouco distante da cêrca está a sanzala dos negros do Convento, em que haverá até 30 casais, pouco mais ou menos.

A êste Convento por privilégio e costume antigo vai assistir a gente da milícia formada em diversas companhias nos dias das Endoenças e no de S. José, orago da casa.

O Prelado por privilégio Real é conselheiro de estado e guerra naquela Côrte.

Dêste convento vão os Missionários por todo o Sertão até o Monomotapa, e Rio de Prata, em cujas missões têm falecido muitos, uns — tiranizados dos bárbaros, e outros — oprimidos das calmas e asperezas dos climas.

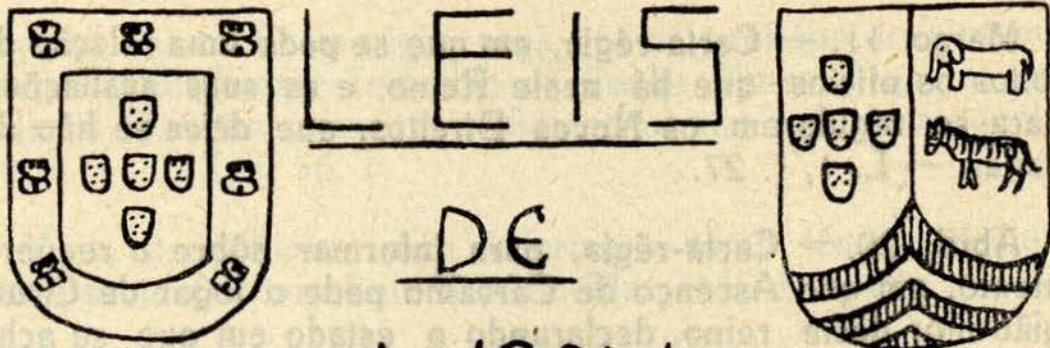
Tem êste Convento algumas fazendas em partes remotas da cidade, como no Bengo, em Maçangano e outras partes, nas quais se criam os gados em abundância e se colhem muitos frutos da terra, que são milhos, farinhas, tabacos ; e, se estas fazendas estiveram em sítios mais aptos para a comunicação, bastavam para sustentar tôda a Província.

Distante da cidade um quarto de légua, fica uma horta do convento, donde se provê de todo o género de hortaliças, que as cria admiráveis, e juntamente se dão ali muitas flores, por cuja razão os moradores da cidade chamavam a esta horta — quinta do regalo ; está muito bem murada e tem uma nora com dois tanques grandes e larga planície.

Tem êsto Convento obrigação de mandar cada triénio um negro para servir a Província, e já está esta obrigação comutada em 20\$000 réis.

(Continúa).

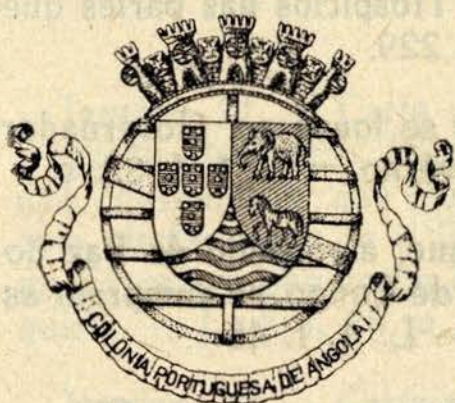




LEIS
DE
=ANGOLA=

1691

(Continuação da pag. 192).



MARÇO, 4. — CARTA-RÉ-gia, em que se aprova que o Governador mandasse fazer um livro de Mostras para cada Presídio, e tudo o mais que obrou relativo ao bom govêrno das tropas dos mesmos presídios, e meios de evitar os descaminhos da Fazenda-Real. — L. 1, f. 33.

Março, 13. — Carta-régia, para que, todos os anos, se remeta ao Conselho Ultramarino uma informação da capacidade que têm os que podem ser pretendentes aos póstos, que por êle se consultam. — L. 1, f. 47.

Março, 14. — Carta-régia, em que se declara que ao Provedor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes toca a obrigação de pôr em arrecadação os bens, que ficaram por morte de João Rodrigues Meira, e não ao Ouvidor Geral, nem ao Juiz Ordinário. — L. 1, f. 38, v.

Março, 11. — Carta-régia, em que se pede uma relação de todos os officios que há neste Reino, e as suaz avaliações, para se regularem os Novos Direitos, que dêles se hão de pagar. — L. 1, f. 27.

Abril, 20. — Carta-régia, para informar sôbre o requerimento, em que Ascenço de Carvalho pede o lugar de Cirurgião-mór deste reino, declarando o estado em que se acha António da Silva. — L. 1, f. 49.

Abril, 26. — Carta-régia, para informar que Cômgruas serão necessárias para cada um dos Padres da Companhias e para os das outras Religiões, entrando também os leigos; que fazendas possuem, além das cômgruas que percebem da Fazenda Real; e se neste Reino se tem formado a Junta das Missões e como se obra nela. — L. 1, f. 59.

Abril, 26. — Carta-régia, que acompanhou outra dirigida ao Bispo deste Reino, em que se recomenda que, com a maior brevidade, se faça um Colégio, em que se doutrinem 12 moços negros, e igualmente se façam Hospícios nas partes que parecerem convenientes. — L. 1, f. 229.

Abril, 29. — Carta-régia, em que se louva ao Governador as acertadas disposições de seu Govêrno. — L. 1, f. 32, v.

Abril, 29. — Carta-régia, para que, a respeito da Paz do Conde de Sonho e Eleição do Rei de Congo, se cumpram as ordens expedidas no ano passado. — L. 1, f. 45.

Abril, 29. — Carta-régia, para informar, ouvidos a Câmara e Moradores, sôbre o meio de aumentar o Sôlido dos Governadores dêste Reino, proibindo-se-lhes o commerciar. — L. 1, f. 45, v.

Abril, 30. — Carta-régia, para que se cobrem de Manuel Correia 4.008\$750 de que é devedor à Irmandade da Misericórdia de Lisboa, como testamenteiro de D. Francisco de Lima, e igualmente o que lhe devem João Rodrigues Carneiro e os Herdeiros de Lourenço Moreno Pinto. — L. 1, f. 68.

Abril, 30. — Carta-régia, para que se notifique ao Desembargador Sindicante Jerónimo da Cunha Pimentel que se recolha à Baía na primeira embarcação que sair para aquele pôrto. — L. 1, f. 56, v.

Maio, 2. — Aviso, para informar : como tem procedido neste reino António Luís de Almeida. — L. 1, f. 49.

Maio, 4. — Carta-régia, para que se cumpra tudo o que mandou o Gov. D. João de Lencastre a respeito das Mostras e governo dos soldados dos Presídios. — L. 1, f. 48.

Maio, 25. — Aviso, em que se participa o nascimento do Senhor Infante. — L. 1, f. 63. — (D. Francisco).

Novembro, 8. — Carta-régia, para que se averigúe : que pólvora escapou do naufrágio do navio «S. José», que se perdeu nesta costa, e quem foi nisso culpado. — L. 1, f. 85.

1692

Janeiro, 11. — Carta régia, para informar sôbre a Representação, que fez o Provedor da Fazenda a respeito de lhe não consentirem que leve mais de 100 réis por cada matrícula, declarando : se o Regimento, que fez o Gov. Francisco de Távora, e que assim o determina, se praticou nesta Conquista. — L. 1, f. 88, v.

Janeiro, 12. — Carta-régia, em que se determina que, logo que algum pretendente entregar os seus papéis para se examinarem e remeterem para a Côrte, se lhe passe disso certidão. — L. 1, f. 69.

Janeiro, 18. — Carta-régia, em que se declara ao Ouvidor que nas Procissões, em que fôr Santo Lenho, deve ir descoberto, e os oficiais da Câmara ; e que só se poderão cobrir naquelas em que forem unicamente imagens. — L. 4, f. 43.

Janeiro, 24. — Aviso, em que se participa ter Sua Majes-

tade concedido ao Provincial dos Religiosos Terceiros que pudesse mandar retirar dêste Reino 3 Religiosos seus, que para êle vieram degredados por resistir e tirar presos à justiça.— L. 1, f. 88.

Janeiro, 26. — Carta-régia, para que se observe o que praticou o Gov. D. João de Lencastre sôbre a arrecadação do produto dos baculamentos. — L. 1, f. 87, v.

Janeiro, 26. — Carta-régia, em que se declara que, não obstante as obras que fez o Gov. D. João de L. serem muito necessárias, contudo devia primeiro dar parte à S. Majestade, por ser proibido aos Governadores fazerem obras de novo. — L. 1, f. 86, v.

Janeiro, 26. — Carta-régia, para que se observe o que ordenou o Gov. D. João de L. a respeito das Mostras e pagamentos dos soldados dos Presídios. — L. 1, f. 87, v.

Janeiro, 26. — Carta-régia, em que se ordena que o consêrto das Armas, que se derem aos soldados, corra por conta dos mesmos soldados. — L. 1, f. 88.

Janeiro, 27. — Carta-régia, para informar donde há-de sair a despesa da subsistência dos Religiosos de S. João de Deus, que se pedem para o Hospital dêste Reino. — L. 1, f. 85, v.

Fevereiro, 6. — Carta-régia, em que se proíbe aos Governadores darem Hábitos de Cristo. — L. 1, f. 81, v.

Março, 10. — Carta-régia, para que se continuem as Missões nas sanzalas de Luanda e se nomeem Religiosos para as Capelas dos Presídios, pela incapacidade dos filhos da terra. — L. 1, f. 69, v.

Março, 22. — Carta-régia, para que, não havendo impedimento, se conceda licença a José de Melo, para se retirar para a Baía. — L. 1, f. 69, v.

Março, 14. — Aviso para informar: se haverá meios de

prefazer aos Governadores dêste reino o sôlido de 10.000 cruzados, proibindo-lhes o comerciarem. — L. 1, f. 229, v.

Setembro, 22. — Carta-régia, em que se manda observar as ordens sôbre as preferências concedidas aos Navios, que conduzirem cavalos do Brasil para êste Reino. — L. 1, f. 90.

Setembro, 25. — Carta-régia, em que se determina que, sôbre o conceder licença às pessoas, que vivem neste Reino, para se retirarem para Portugal, e suas filhas buscarem o estado de Religiosas, se observe o que sempre se praticou. — L. 1, f. 90.

Setembro, 25. — Carta-régia, em que se isenta ao Governador de mandar informação para os póstos de Milícia. — L. 1, f. 90.

Outubro, 13. — Carta-régia, em que se aprova a guerra que se fez ao Dembo Ambuíla, e empréstimo, que para as despesas dela se tomou dos Subsídios, o qual se deverá satisfazer pelos quintos procedidos da mesma guerra. — L. 1, f. 105, v.

Outubro, 17. — Carta-régia, para que se encarreguem em receita ao Feitor da Fazenda Real os quatro pedreiros de bronze, que se tomaram ao mestre do navio «Nossa Senhora da Conceição e S. António», dando-se ao Mestre conhecimento em forma para haver o seu valor. — L. 1, f. 90, v.

Novembro, 5. — Carta-régia, em que se participa à Câmara desta Cidade de Luanda que, para o futuro, ficará desobrigada de pagar a aposentadoria aos Ministros sindicantes que vierem a êste Reino. — L. 4, f. 26, v.

Novembro, 11. — Carta-régia, em que se recomenda a inviolável observância da Lei das Arqueações. — L. 1, f. 92.

Novembro, 15. — Carta-régia, para informar sôbre a necessidade que tem a Sé deste Reino de Ornamentos, Rituais, Missais, etc. — L. 1, f. 105, v.

Novembro, 17. — Carta-régia, em que se responde à Câmara de Luanda que não há razão para derrogar a Ordem, que proíbe a introdução das Gerebitas do Brasil neste Reino. — L. 1, f. 27.

Novembro, 18. — Carta-régia, para que se faça cumprir a sentença que obteve João de Macedo Clovis contra o Provedor da Fazenda António Pacheco de Almeida. — L. 1, f. 90, v.

Dezembro, 18. — Carta-régia, em que se manda dar a João Pregador uma praça de soldado, do que possa subsistir. — L. 1, f. 91.

Dezembro, 28. — Carta-régia, em que se responde ao Governador: que não há razão para alterar o que ordenou D. João de Lencastre a respeito das Mostras e pagamento dos Soldados desta Praça e dos Presídios. — L. 1, f. 91.

1693

Janeiro, 4. — Provisão, para que se conceda licença a Estêvão Pereira Bacelar, para se recolher a Portugal, com sua casa e família. — L. 4, f. 52, v.

Janeiro, 5. — Carta-régia, em que se manda cobrar e remeter para o Reino o rendimento dos Novos Direitos dos Ofícios. — L. 1, f. 108, v.

Janeiro, 8. — Carta-régia, para que, não se provendo a propriedade do Ofício de Escrivão de Fazenda neste ano, se deixe continuar a servir André Cardoso. — L. 1, f. 91.

Janeiro, 10. — Carta-régia, em que se recomenda a execução das ordens relativas à conservação e sustento dos Cavalos. — L. 1, f. 91.

Janeiro, 24. — Carta-régia, em que se responde ao Gover-

nador que se espera do seu zêlo que a respeito da Paz do Conde de Sonho e Eleição do Rei de Congo, pratique o que se lhe tem recomendado. — L. 1, f. 91, v.

Janeiro, 24. — Carta-régia, para que se não inove coisa alguma a respeito da Irmã do Jaga Caconda, que morreu preso, e se procure por meios suaves a Paz do Sertão. — L. 1, f. 91, v.

Janeiro, 24. — Carta-Régia, em que se determina que, a-respeito-de entrar na guerra da Rainha Ginga, se observe o que já se ordenou sôbre esta matéria. — L. 1, f. 91, v.

Fevereiro, 18. — Carta-régia para que, não havendo inconveniente, se conceda licença a António de Negreiros para se retirar dêste Reino com sua casa e família. — L. 1, f. 109, v.

Fevereiro, 19. — Carta-régia em que se recomenda a inviolável observância da Lei das Arqueações. — L. 1, f. 92.

Fevereiro, 20. — Carta régia para que, não havendo inconveniente, se conceda licença a Gaspar de Brito Soares, para passar para a Baía com sua mulher, fazenda e escravos. — L. 1, f. 92.

Fevereiro, 26. — Carta régia, em que se pede uma Planta da obra que se necessita em Benguela, e a avaliação do quanto poderá custar. — L. 1, f. 92.

Março, 4. — Carta-régia, em que se manda cumprir a Provisão pela qual se concedeu preferência ao navio *Nossa Senhora da Conceição*, que conduziu os Missionários Italianos para êste Reino. — L. 1, f. 92, v.

Março, 7. — Carta-régia, para que se cobre do Contratador dêste Reino o que estiver devendo à Misericórdia de Lisboa, e igualmente os 40\$000 do Oficial da Secretaria do Conselho Ultramarino, e a cônica da cêra de S. Francisco Xavier da Igreja de S. Roque. — L. 1, f. 94.

Março, 7. — Carta-régia, para que se façam as Fortificações necessárias para segurança da barra dêste Pôrto de Luanda, especialmente a da Ponta da Ilha. — L. 1, f. 93, v.

Março, 10. — Carta-régia em que se participa que para o ano seguinte se remeterá **Moeda** de cóbre, e que, enquanto ela não chegar, corram as Macutas e Libongos que houver, não se consentindo, porém, que se façam de novo. — L. 1, f. 98.

Março, 11. — Carta-régia, para que se proponham os sujeitos que forem capazes para os póstos de três Capitães de Infantaria, a quem Sua Majestade mandou passar Alvará de entretenidos. — L. 1, f. 98, v.

Março, 13. — Carta-régia para que se faça cobrar tudo o que neste Reino se está devendo à Misericórdia de Lisboa. — L. 1, f. 105, v.

Março, 15. — Carta-régia, em que se pede 4 ou 5 arrobas de morrão, declarando que quantidade dêle se poderá aqui fazer, e o que custará cada quintal. — L. 1, f. 100.

Março, 17. — Carta-régia, em que se recomenda que haja todo o cuidado em que se não falte com os sacramentos aos negros enfermos, nem que estes deixem de os procurar; e, quando isto acontecer, por culpa dos Senhores, se proceda contra êles. — L. 1, f. 100, v.

Março, 18. — Carta-régia, que acompanhou as novas condições para o estabelecimento de uma Companhia do Comércio da India, as quais Sua Majestade manda comunicar aos Negociantes desta Praça, e persuadi-los a que entrem nêla. L. 1, f. 101.

Março, 18. — Carta-régia, pela qual se concede à Junta-das-Missões uma preferência de 700 cabeças por ano para a sustentação dos Missionários, devendo esta pôr-se a lanços e arrematar-se a quem por ela mais der. — L. 1, f. 101, v.

Março, 18. — Carta-régia, pela qual se manda crear a Junta-das-Missões neste Reino. — L. 1, f. 102.

Março, 18. — Carta-régia, em que se responde ao Governador que se receberam as cartas, em que dava notícias da sua chegada a este Reino. — L. 1, f. 103.

Março, 22. — Carta-régia em que se manda resgatar pela Fazenda Real o muito còbre que há nos sertões deste Reino, pagando-o pelo preço de 4 vinténs até tostão por cada libra. — L. 1, f. 103.

Abril, 2. — Carta-régia em que se determina que os Contratadores da Companhia de Cabo-Verde e Cachêu só sejam obrigados a vir registrar nesta cidade de Luanda as cabeças que trouxerem dos pórtos de sotavento para pagarem os direitos delas, e não as fazendas com que as resgatarem. — L. 1, f. 104 e L. 4, f. 48.

Abril, 5. — Carta-régia, em que se ordena que, não havendo inconveniente, se conceda licença a Manuel Rodrigues de Barros para ir para Pernambuco com sua mulher e filhos. — L. 1, f. 105.

Abril, 8. — Carta-régia, em que se manda comprar negros carpinteiros para a Ribeira das Naus da Baía. — L. 1, f. 104, v.

Abril, 9. — Aviso para que as Aguadas dos Navios se façam no rio Bengo. — L. 1, f. 105.

Abril, 10. — Carta-régia, para que se não desanexe o cargo de Provedor da Fazenda Real do de Ouvidor Geral. — L. 1, f. 105.

Abril, 12. — Aviso em que se recomenda que os negros carpinteiros, que se comprarem para a Ribeira das Naus da Baía, não sejam casados. — L. 1, f. 105, v.

Novembro, 6. — Carta-régia em que se responde ao Go-

vernador que não deve dar o Hábito de Cristo ao Jaga Calandula.— L. 1, f. 133, v.

Novembro, 14. — Carta-régia, para que todos os anos se remeta uma relação das Munições que existem neste Reino, e das que se necessitam, e do estado em que se acham as Fortificações.— L. 1, f. 114.

Novembro, 17. — Carta-régia, para que na Fortaleza de S. Miguel se faça um Armazém, em que se guarde a pólvora, quartéis para os soldados e uma cisterna. — L. 1, f. 114.

Novembro, 24.— Carta-régia, em que se ordena que Martinho de Oliveira seja remetido para um dos Presídios dêste Reino.— L. 1, f. 114.

Dezembro, 17.— Carta-régia, para que se remetam para o Reino os Quintos procedidos da guerra que se fêz ao Dembo Ambuíla.— L. 1, f. 114, v.

Dezembro, 17. — Carta-régia, para que se não consinta que o exército, que se expediu contra o Dembo Ambuíla, inverne na campanha.— L. 1, f. 113, v.

Dezembro, 17.— Carta-régia, para que se faça tôda a diligência para que os dembos Ambuíla e Dembi se reconciliem connosco, mas por meios que nos sejam decorosos. — L. 1, f. 115.

Dezembro, 17. — Carta-régia, com que se louva o zêlo, com que o Governador tem procedido na guerra contra o Dembo Ambuíla. — L. 1, f. 115.

Dezembro, 17,— Carta régia, em que se responde ao Governador que se não julga conveniente fazer fortaleza nas vizinhanças da Banza de Ambuíla.— L. 1, f. 114, v.

Dezembro, 17.— Carta-régia, para que se não procure cobrar os Quiburis procedidos da guerra que se fêz ao Dembo

Ambuíla, e que no Real Nome se publique um perdão geral para todos, a-fim-de que tornem para as suas terras.— L. 1, f. 114, v.

Dezembro, 17.— Carta-régia, em que se estranha passar-se a cutelo os prisioneiros, que se fizeram na guerra contra o Dembo Ambuíla, e se ordena que para o futuro se não pratique mais semelhante procedimento.— L. 1, f. 114, v.

Dezembro, 17.— Carta-régia, para que os Governadores cumpram as Patétes que se lhes apresentarem assinadas pela Real Mão, ainda que conheçam que foram obtidas com informações menos verdadeiras e por sujeitos indignos delas.— L. 1, f. 114, v.

(Continúa).





Com. Rodrigues Gaspar

A companhei, no dia Primeiro de Dezembro corrente ou passante, numa tarde fria e chuvosa, até o Cemitério dos Prazeres os restos-mortais do sr. Comandante Alfredo Rodrigues Gaspar: como sabem os nossos Leitores, foi um marinheiro competentíssimo e um colonial exemplar, deixando uma fôlha de serviços altamente patrióticos.


Conhecia por experiência e muito bem a obra ou trabalhos de Civilização que os Padres Seculares e as Ordens Religiosas têm realizado nos nossos Domínios Ultramarinos, por isso, sem preconceitos de partido político, êle foi, em pleno regimen republicano, o primeiro a fazer-nos justiça e a dar-nos generosos auxílios para o cumprimento frutuoso e largo de nossos devêres de sacerdotes e de portugueses.

Como missionário aposentado de Angola e representando, aliás sem procuração, os meus Colegas Seculares, que trabalharam e trabalham nas nossas Colónias, foi que tomei parte no funeral, a que presidiu o rev.^m sr. Cónego Dr. Joaquim Martins Pontes, virtuoso Prior de S. Jorge de Arroios.

No préstito via-se uma multidão numerosa de pessoas de tôdas as categorias sociais: altas patétes da Guerra e da Marinha, antigos ministros, professores, funcionários publicos muitas Senhoras e um grupo de 12 Marinheiros que prestaram as honras militares.

Lisboa, 15 Dez.-1938.

P. P.





ANGOLA MENINA

— No códice número 644 da chamada Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, às folhas 333 e 334 encontram-se as cópias de umas Cartas mui curiosas, que se referem ao governador Luís Serrão, sucessor de Paulo Dias de Novais.

Como sabem, o pessoal da ilha de S. Tomé — autoridades e comerciantes — não podia ver com olhos generosos a Conquista de Angola, por egoísmo.

O referido códice tem êste título: — «*Caderno de Consultas que vão à Sua Majestade de todos os tribunais, desde 24 de Julho de 1589 até 10 de Maio de 1590*».

P. P.

**Cópias de Cartas, que vieram de S. Tomé, com
nóvas de Angola do desbarato que houve :**

Jerónimo Castanho, em carta de seu filho do Reino de Angola, escrita em 26 de Dezembro passado, em que diz: entre os Brancos havia divisão sôbre Luís Serrão, que servia de Governador, querer ir tomar por guerra ao Dongo, onde morava o Rei de Angola, que pela informação das pessoas

SÉRIE IV — FOLHA 17.

que o viram, seria tamanho como a cidade de Évora, não tratando da casaria e nobreza; e que o dito Governador chamara a pregões a gente tôda sob graves penas, sem reparar à cousa alguma. Se partira com seu campo e que se dizia que dia de Nossa Senhora das Candeias, em 2 de Fevereiro, havia de dar batalha.

Agora chegou a êste pôrto um Navio de S. Tomé, no qual vieram Cartas a particulares de pessoas de crédito, que dizem, com êste treslado dum capítulo que aqui vai:

— Pelo que entendo das cousas de Angola, inda há arreceio que os inimigos viessem, seguindo vitória, até o pôrto de Luanda e fizessem despejar da Feitoria e embarcar alguma pouca gente que ali estava, que esta é a sua pretensão.

Dizem também mal do Rei de Congo, que, além de se sentir dêle contra a Fé, alterou contra os Portugueses e favorece o Rei de Angola, e tudo isto vem por papéis nas urcas de S. Tomé: que esperam cada hora com que se saberá a verdade do que passa.

Mas no desbarato, não há aí dúvida e queira Deus que não seja tanto mal, como dizem; e, como creado de V. S., farei aqui esta lembrança, posto que mo não merece os Agravos que me são feitos.

Lembro à V. S. quantos anos passaram e gritei e gemi que mandassem socôrro àquele Estado e, se Sua Majestade não quis, foi grande Mofina à sua fazenda e bem comum dêste Reino; e digo isto como fiel vassalo e amigo de El-Rei.

A importância de Angola — V. S. a sabe bem, pois a pôs no estado em que estava, que era assaz proveitoso à Coroa Real.

Além disto se perde, Senhor, o estado do Brasil e os dízimos dêle, porque o ano que falta a escravaria de Angola, não há lavourar açúcar; e, se faltar dous, começarão a fechar os engenhos; e, se fôrem três, fecharão de todo. Não haverá gente para cortar o pão.

Tráto de S. Tomé também terá muita perda e o de Angola é acabado, e não digo o que importa às mil peças que os tratadores de Angola haviam de pôr nas Indias à Vossa Majestade, vivas, pelo terço das 3 mil llcenças.

Parece que seria de proveito Cartas de V. Majestade em uma caravela de aviso, que partisse por todo êste mês de Ju-

nho, que ainda vai preste a aventura, se acharão gente no pôrto de Angola, que se detenham, que S. Majestade proverá pessoa: que em 15 de Setembro partem daqui 1000 homens.

E nisto me perdoi V. S. gastar o seu tempo neste negócio, porque certo me magoa ver perder tanta despesa, o que tam caro custou a esta Casa e ao remédio dela, de que não colhi outro fruto mais que a honra, que só me fez num perpétuo silêncio, em tempo que eu esperava outro galardão. Vosso Filho.

*

Cópia de duas Cartas, que vieram neste navio de S. Tomé, da dita Ilha dirigidas — uma a Fernão Martins, feitor que foi do tráto da dita Ilha, e — outra a Gaspar Dias de Beja, morador em Alfama:

Cópia da Carta de Fernão Martins

Tivemos no dito navio de Congo muito ruins nóvas de Angola, dos homens portuguezes, que estavam naquella Conquista, porque se levantou o logar do Maçangano, que está a 60 léguas do pôrto, à borda do rio Quanza, que se navega com barcos de Santarém, do mar até ali, em cujo logar faleceu Paulo Dias de Novais e ficou Luís Serrão governando.

E com cobiça ordenou guerra para o sítio de Dongo, que é 30 léguas, donde o Rei vive; e, com tôda a gente chamada a prègões, se levantou dali onde estava e foi marchando para o sítio de Dongo.

E mandou diante a mór cópia de gente, que seriam até 150 portuguezes, soldados velhos da terra, e muita escravidão, e todos mui destros e bons espingardeiros e ao redor de 30 fidalgos obedecidos a esta Coroa, a que lá chamam Sobas, por maneira que deram no sítio de Dongo, onde o Rei de Angola morava, que estava do Maçangano 30 léguas pelo sertão.

E o Governador Serrão foi junto do rio da Lucala, perto

dali, de maneira que deram em Dongo e acharam despejado de tudo, e a razão d'êste despejo foi :

Que El-Rei de Angola despejou e se foi a-diante, confederado com El-Rei da Matamba e outro ; e todos juntos, sendo dantes inimigos, se uniram e vieram sôbre os Portugueses, e os desbarataram todos sem ficar nenhum.

Temos por nóva que nesta guerra morreram alguns homens conhecidos, como são : Diogo Soares de Melo e seu irmão Bernardo Drago Soares, um João de Melo, da casa de António Falério e outras pessoas que escuso dizer.

O Governador, dizem, se recolheu da Lucala, onde estava, que é perto dali, ao máto, onde havia muitos dias que estava sacreto dos Inimigos e os que mais apêrto e se faziam e o trabalho davam, eram os próprios negros fidalgos seus amigos, porque, mal viram que os nossos estavam desbaratados, entoncos se alevantaram e lhes deram nas costas e os Inimigos na dianteira, por modo que temos por impossível deixarem de acabar todos em mãos de seus inimigos, sentindo : será acabada de-todo a Conquista de Angola, e estarão lá 20 naus e nunca têm pressa para se aviar.

E não diz mais o dito Capitulo.

Carta para Gaspar de Beja :

Neste navio tivemos muito ruíns nóvas de Congo e Angola : Que em Angola mataram muita gente, porque estava El-Rei na sua banza e teve nóva que iam sôbre êle e se passou dali à Matamba e Caculo, e todos três se uniram, sendo dantes inimigos, e se fizeram num corpo e vieram sôbre a gente que o Governador tinha mandado à Banza de Dongo ; tiveram recôntro com outros fidalgos da terra, por maneira que houve grande batalha, onde, dizem, não escapou portugês nenhum e morreram como 150, e o Governador estava perto dali.

Dizem : se recolheu com muito apêrto dos Inimigos e da gente da terra, que se levantou contra êle, e se recolheu a em sítio arriba muito de Maçangano, donde êle tinha partido, u sido cercado dos inimigos.

E, segundo o sei por nóvas, ficava em muito apêrto.

Nesta guerra, se diz, morreram Bernardo Drago e Gaspar Soares de Melo, seu irmão, e outro Melo de António Faleiro, e outras muitas pessoas, que escuso dizer.

E em Cabonda, que é no Reino de Congo, mataram Gomes Rodrigues, o moço, e outros homens, com muitos escravos que tinham soltos, e inglêses, e outra muita gente portuguesa, que estava trocando (fazendo?) fazenda em tôdas as mais partes; que, como souberam esta nóva, se levantaram contra os Portugueses e os mataram.

As nóvas de Congo são: ficar arruïnado do marfim. D. Rafael fugiu de Congo para Manibambo, de maneira que está a terra alevantada. E Manissongo não se mostra por El-Rei, nem pelos outros. E a terra fica em aflição.

*

Nóta do P. P. — O Governador Luís Serrão tentou executar ou continuar o plano de conquista de Angola delineado por Paulo Dias de Novais, e por isso avançou de Maçangano para o sertão,— o que foi uma louca temeridade, segundo diz Felner.

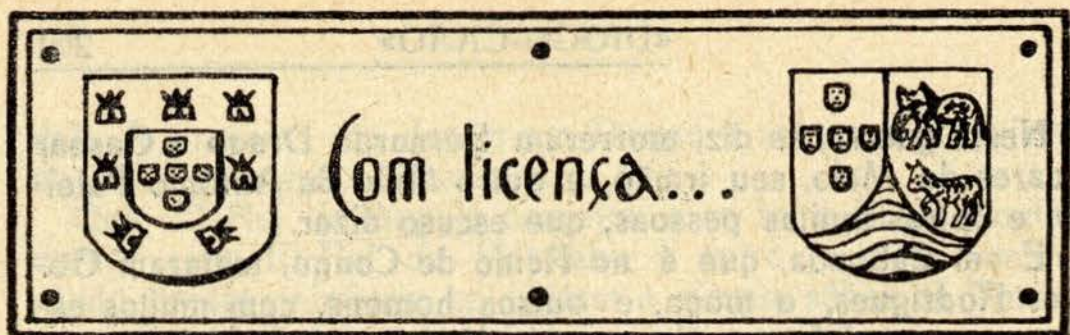
Foi desastrosa esta sua campanha.

A 28 de Dezembro de 1590, dia dos Inocentes, foram vencidos os Portugueses; a êste desastre é que se referem as Cartas acima resumidas.

Um mês, depois, falecia em Maçangano o governador Luís Serrão.

Conforme a narração do jesuíta Padre Pedro Rodrigues, que dá pormenores interessantes desta retiráda do exército português, o gov. Luís Serrão era um general valente e calmo.





Uma explicação

Na crítica, que nas páginas desta nossa revistinha costumamos fazer, — das obras literárias, — seguimos sempre esta norma :

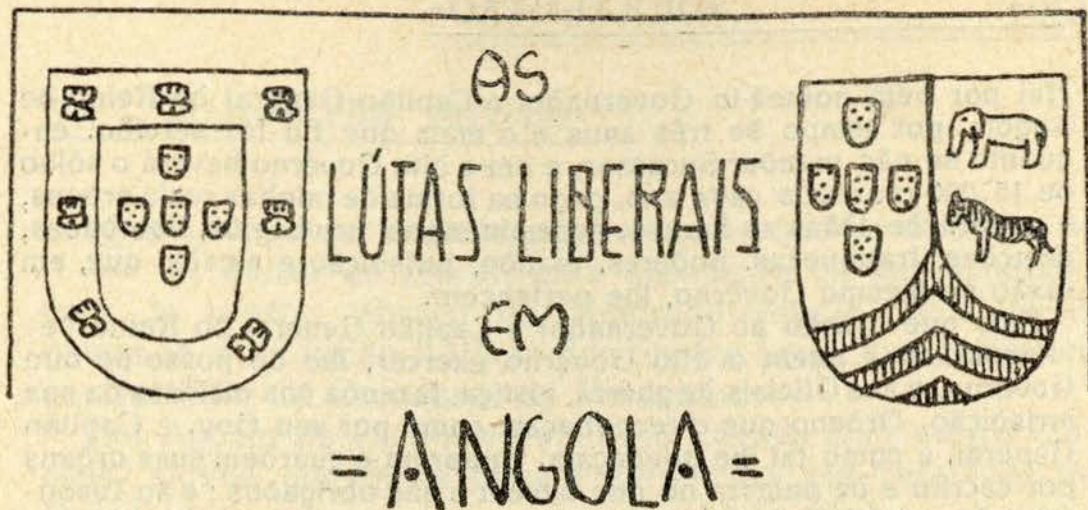
— Dos livros, que nos oferecem, damos uma apreciação mais desenvolvida, e

— Dos livros, que compramos, apenas dizemos, e nem sempre, que gostamos ou não, e as razões ocupam poucas linhas.

Aqui fica esta nossa explicação, com o fim de prevenir desde já maliciosos e infundados juízos sôbre a notícia bibliográfica, que vamos publicar num dos fascículos seguintes, a-respeito-do volume I do tômo II da importantíssima *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, que o rev.^{mo} sr. Dr. Francisco Rodrigues tam criteriosamente escreveu, e de que nos ofereceu um exemplar.

Como sabem, da *História da Companhia de Jesus no Brasil* — do rev.^{mo} sr. Dr. Serafim Leite — já estão publicados dois tomos, que em tudo são excelentes.

Os Brasileiros cultos e patriotas, que estão limpos de preconceitos contra os Jesuítas, não se cansam de elogiar a Obra, classificando-a justamente de Monumental: para o seu regozijo literário têm carradas de razão, e sabem ser gratos ao presente e ao passádo.



(Continuação da página 120)

Capítulo sétimo

O Governador Nicolau de Abreu Castelo Branco

1825-1829

58. — A sua nomeação



POR DECRÉTO DE EL-REI D. JOÃO VI,
de 4 de Novembro de 1823, foi nomeado
Governador e Capitão General do Reino de
Angola o coronel de cavalaria Nicolau de Abreu
Castelo Branco: pode-se dizer que foi um ho-
mem de actividade e zeloso do bem comum,
embora de ideas absolutistas.

Como fizemos para os outros, aqui fica a sua patén-
te de nomeação :

— «Dom João — Faço saber aos que esta minha Carta-Patén-
te vi-rem que, tendo consideração aos serviços e merecimentos e fideli-
dade do coronel de cavalaria Nicolau de Abreu Castelo Branco, —

Hei por bem nomeá-lo Governador e Capitão General do Reino de Angola, por tempo de três anos e o mais que Eu fôr servido, enquanto se não mandar Sucessor, e em o dito Govêrno haverá o sôlido de 15.000 cruzados cada ano, pago na forma de minhas reais ordens, e gozará de lôdas as honras, proeminências, privilégios, liberdades, isenções, franquezas, podêres, mando, jurisdição e alçada, que, em razão do mesmo Govêrno, lhe pertencem.

Pelo que mando ao Governador e Capitão General do Reino de Angola, ou a quem o dito Govêrno exercer, lhe dê posse do dito Govêrno, e aos Officiais de guerra, justiça, fazenda dos distritos da sua jurisdição, Ordeno que o reconheçam como por seu Gov. e Capitão General, e como tal lhe obedeçam, cumpram e guardem suas ordens por escrito e de palavra no que devem e são obrigados; e ao Tesoureiro de minha Real Fazenda do dito Reino mando lhe faça pagamento de seu Sôlido, aos quartéis, por esta Carta sômente, sem que para isso seja necessário outra minha Provisão, a qual será para o dito efeito registada nos livros da sua Despesa, para lhe ser levada em conta nas que der de seu recebimento; e êle jurará em minha Chancelaria na forma costumada, de que se fará assento nas costas desta minha Carta-Patênte, que, por firmeza do referido, lhe Mandei passar, por mim assinada e selada com o Sêlo de minhas Armas Reais. E, pelo sobredito Govêrno, êle fará preito e homenagem em minhas Reais Mãos, segundo o uso e costume dêstes Reinos, de que apresentará certidão do meu Secretário de Estado.

Pagou de novos direitos, um conto e quinhentos mil réis, que se carregaram ao tesoureiro dêles, à fl. 9 do livro 37 de sua receita; e deu fiança, no livro 6 delas à fl. 107, a pagar do mais tempo que servir, como consta por um conhecimento em fôrma e resgistado à fl. 253 do Livro 93 do Registo Geral.

Dada na Cidade de Lisboa, aos 21 de Janeiro do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1824.

El-Rei — com guarda.

Visconde de Manique do Intendente. — Doutor Diogo Vieira de Továr e Albuquerque. — Filipe José Stócler, no impedimento do Secretário, a fez escrever. — Joaquim José Maria de Góis a fez. — Desta 12\$500 réis. — Pagou de sêlo 20\$000. Lisboa 26 de Janeiro de 1824. — Frederico. — Número 16. — Lançado.

Por Decreto de Sua Majestade de 4 de Novembro de 1823.»

Encontra-se êste documento no Arquivo Histórico Colonial da Junqueira, à fôlha 37 do Códice 171 de Angola.

No Códice 542 à fôlha 9 e com o número 6 consta o seguinte :

— «Em 17 de Fevereiro de 1824, foi comunicado a Nicolau de Abreu Castello Branco para comparecer no Palácio de Bemposta, no dia de sexta-feira próximo, pelas 2 horas da tarde, afim de prestar o Juramento de preito e homenagem nas Reais Mãos de Sua Majestade, na forma do costume.»

59. — Expedição Militar

Em Janeiro de 1824 organizou-se, no quartel da Torre de S. Julião da Barra, uma expedição ou destacamento para ir prestar serviço no Reino-de-Angola, debaixo do comando do Capitão António dos Santos Leite, que pertenceu ao Batalhão de Caçadores de Pernambuco.

Em Agosto de 1825 partiram para Luanda mais outros Officiaes, alguns dos quais tinham pertencido aos batalhões do Brasil.

Tal informação consta ou foi por nós recolhida em vários Documentos, que se guardam no «Arquivo Histórico Militar» de Lisboa, com esta indicação: secção 2, 1824-1825 — Corpo Expedicionário à Angola.

60 — Calma e prudência

O então ministro da Guerra e Marinha Subterra, em carta de 18 de Outubro de 1824, fazia ao Gov. Nicolau as seguintes recomendações:

— «Na agitação, em que se acham aí os espíritos, convém tôda a prudência com que se evitem excessos mesmo de jurisdição, que, longe de acalmarem, servem mais de alimentarem desordens públicas.

E, como no estado em que se acha este Reino com o Brasil, se deve remover todo o protexto à desordem que os facciosos, que ali vogam, tentem nesse país.

Sua Majestade deixa este objecto ao cuidado de Vossa Senhoria.»

O imperador do Brasil Pedro I, como já dissemos, tentou chamar ou atrair Angola para si, por causa da mão de obra dos escravos pretos, mas não o conseguiu.

O artigo III do Tratado de Paz de 29 de Agosto de 1825, entre o Brasil e Portugal, reza assim:

— «Sua Majestade Imperial promete não aceitar proposições de quaisquer Colónias para se reunirem ao Império do Brasil.»

61. — Regozijo em Luanda

No dia 16 de Abril de 1826, em regozijo do referido tratado de aliança entre Portugal e Brasil, houve, na Catedral de Luanda, o seguinte serviço religioso :

— «Foi celebrada Missa Solene com o Sacramento exposto e a seguir «*Te Deum*», a cujos actos assistiram o Gov. Nicolau de Abreu Castelo Branco, o Senado da Câmara, Nobreza e Povo, e todo o Clero do Bispado, secular e regular.»

Consta esta Notícia num Ofício que os Cónegos do Cabido de Luanda — Marcelino José de Campos, Aniceto Rodrigues Alentejo, Leonardo José Vilela e José Manuel Gonçalves da Cunha, sede vacante, — remeteram para Lisboa ao Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Joaquim José Monteiro Tôrres.

62. — A morte do bispo Póvoas

A vida do bispo D. João Damasceno da Silva Póvoas, como sabem, foi agitadíssima em Luanda, mais pelo lado político do que pelo lado religioso : faleceu a 21 de Fevereiro de 1826 e, ainda depois de morto, a sua memória sofreu imensos baldões.

O seguinte documento narra os factos com muita dignidade e consideração :

— «Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — É do nosso dever e de indispensável necessidade levarmos à Respeitavel presença de Vossa Ex.^{cia} : que, no dia 21 de Fevereiro do corrente ano, foi Deus servido chamar a Si ao Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Bispo desta Diocese Dom Fr. João Damasceno da Silva Póvoas, ficando esta Igreja viúva de seu Pastor e nós órfãos de um Pai, que amávamos, que por sua virtudes e qualidades pessoais se fazia digno de respeito e estima de todos os seus súbditos.

Sendo muito necessário encher a Cadeira Episcopal desta Igreja, não nos podemos dispensar de rogar à V. E. : haja de levar à Presença de Sua Majestade Imperial e Real esta nossa súplica, afim de que o mesmo Senhor se Digne nomear outro Prelado, que suceda ao

Rev.^{mo} Bispo falecido ; entretanto ficamos pedindo a Deus pela acertada escolha do Pastor que nos há de vir a reger.

Este Prelado, que jámais desmereceu a acertada eleição, que Sua Majestade Imperial e Real d'êle fez para Pastor desta Igreja, tendo sofrido imensos baldões, suportando por vezes o não ser tratado com aquela distinção, honra e proeminência, que era devida à sua alta Dignidade, e que Sua Majestade Imperial e Real há por muito recomendado em suas sábias e providentes Ordens, como dissimulando, com prudência, privações das cousas necessárias para a comodidade e decente tratamento, as quais umas vezes lhe foram franqueadas e outras suprimidas, segundo a afeição ou desafeição dos Governadores e Capitães Generais.

Vendo por um lado baldadas suas representações e frustadas tantas vezes suas queixas, começou a desgostar-se e a pedir à Sua Majestade Imperial e Real : lhe aceitasse a Renúncia do Bispado ; mas, apesar da sua grande prudência e indizível sofrimento, contudo succumbiu inteiramente à força de dissabores, e em menos de 5 dias decidiu de um ataque de febre.

Quando pensávamos que, depois de morto, não seria jámais viltima d'esses baldões, que em vida sofreu, foi tanto pelo contrário que, meia hora depois de ser o seu cadáver dado à sepultura no Hospício dos Religiosos Capuchinhos, foi tratada a sua Residência com a maior indecência e indignidade, vendo-se cercada de Tropa Militar a título de vigiar e guardar o seu espólio, para que se não desencaminhasse, movendo-se questão se êste espólio pertencia ou não à Imperial e Real Fazenda, apesar de se achar presente o Corpo Capitular, assim como outros Eclesiásticos e Seculares da amizade do Ex.^{mo} Bispo, na ocasião da sua morte, e ter o mesmo Corpo Capitular dado tôdas as providências de segurança, e encarregado ao Cônego Procurador da Mitra para que tivesse a seu cuidado e resguardo tudo quanto pertencia ao mesmo Ex.^{mo} Bispo, afim de que nada se extraviasse ; contudo nada disto foi bastante para deixar de se intrometer nesta administração o actual Governador e Capitão General d'êste Reino, procurando atar as mãos ao Cabido com ameaças de responsabilidades, relativamente às despesas do funeral, insinuando uma maneira de sepultar-se o Cadáver do Ex.^{mo} Prelado tam económica, que deixaríamos de observar o Ceremonial que em tais casos designa o que se deve fazer, e até querendo, a título de economia, proibir embalsamar-se o corpo, ao que nós não anuímos de maneira alguma e nem anuíamos no caso mesmo de que êle, Prelado, não deixasse com que se fizesse essa despesa.

Chegou a tal ponto o seu excesso que, depois de feito o funeral com a decência devida e proporcionada às circunstâncias do País, o mesmo Gov. e Capitão General proibiu pagarem se as despesas o que até agora se não tem feito ; isto tem causado um clamor geral daqueles que trabalharam e venderam os seus géneros, privando-os até agora do que é seu.

Por um Offício do Desembargador, Ouvidor Geral e Corregedor Faustino Ferreira de Noronha Oliveira e Saro, cuja cópia levamos à Presença de V. Ex.^{cia}, se passou a Inventariar o dinheiro e espólio,

que se achou por morte do Ex.^{mo} Prelado; e, feito este Inventário por Ordem do mesmo Desembargador, foram avaliados judicialmente todos os bens, entre esse número vestes Preláticas e paramentos da Igreja, até os mais bens do espólio dos outros Bispos passados, vendendo-se com indignidade no seu próprio Palácio, onde se efectuou a praça pública, todo o espólio, arrematando se alvas, amitos, roquetes, por senhores, que farão talvez mau uso dessas vestes, que têm benção, não atentando o dito Corregedor e Presidente do Leilão as nossas requisições e respostas do Procurador da Coroa, e o da Mitra, quando foram ouvidos sobre esse objecto, sendo depois de se ter dado princípio à venda da maior parte dos bens.

Até hoje estão em ser as vestes Pontificais, talvez por não ter havido quem lance sobre elas.

Não podemos deixar nesta ocasião de levar à Presença de V. Ex. nossas queixas relativamente à indecência e indignidade com que tem sido tratado o Corpo Capitular, já sendo violentado a ser Inventariante do espólio do finado Ex.^{mo} Bispo, já sendo obrigado a assistir às praças públicas, e a todos os actos judiciais, sendo testemunha de um procedimento injusto, vendo o espólio do Ex.^{mo} Bispo exposto a uma praça pública, para ser vendido e arrematado, quando Sua Maj. Imp. e Real tem determinado, por suas Sábias e Providentes Leis, a quem pertence este espólio, visto ser Regular o finado Bispo, como se colige da Resolução de 17 de Abril de 1793, publicada em Provisão de 14 de Julho do mesmo ano, a qual Provisão e a mesma Resolução vêm publicadas na Provisão de 25 de Janeiro de 1800, em que se declara pertencer o espólio dos Bispos Regulares aos seus sucessores, e o dos Seculares aos seus herdeiros, cuja Imperial e Real Determinação, sendo por nós apresentada, não tem tido por ora observância.

Em demonstração do nosso crédito e conservação de honrado carácter, pois que talvez tenhamos sido maculados, como nos consta, de ambiciosos e de dilapidadores dos bens do finado Prelado, teremos a honra de levar à Presença de V. Ex.^{cia} os Documentos que justificam o procedimento que tivemos no acto do falecimento do mesmo Ex.^{mo} Prelado, o que agora não fazemos por nos ter sido até á data de hoje coarctados os meios da nossa justificação, no entanto só apresentamos por cópia os passos que demos acerca da arrecadação do dinheiro.

A' vista disto, Ex.^{mo} Sr., resta-nos unicamente a esperança de que V. Ex.^{cia} se dignará levar à Augusta Presença de Sua Maj. Imperial e Real esta nossa representação, afim de que o mesmo Senhor, Compadecendo-se do nosso clamor e da opressão que sofremos, Determine o que fôr justo e da Sua Imperial e Real Vontade.

V. Ex.^a queira desculpar-nos a extensão desta nossa representação. Deus Guarde à V. Ex.^a.

Luanda, em Cabido de 19 de Abril de 1826.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Joaquim José Monteiro Tôrres, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

(aa) Marcelino José de Campos — Aniceto Rodrigues Alentejo — Leonardo José Vilela — José Manuel Gonçalves da Cunha. —

A seguir, vamos publicar as duas cópias: a da intimação do Ouvidor Saro, e a do depósito do dinheiro do Bispo Póvoas.

63. — Inventário dos bens episcopais

Esta certidão ou cópia foi passada pelo Secretário do Il.^{mo} e Rev.^{mo} Cabido, Sede Vacante — José Manuel Gonçalves da Cunha.

— «Il.^{mo} Senhor. — Em consequência de uma Portaria, que me foi transmitida na data de ontem por Sua Excelência o Sr Governador e Capitão General deste Reino para proceder a inventariar tôda a herança e mais espólio que ficou pelo falecimento do Sr. D. Frei João Damasceno da Silva Póvoas, Bispo deste mesmo Reino: Tenho a honra de me dirigir à Vossa Senhoria, como primeira dignidade que forma o Cabido desta Sé, afim de comunicar-lhe: que pelas 9 horas do dia de hoje devo dar princípio ao sodredito Inventário, esperando que V. S. e algum dos seus Companheiros sejam presentes à facção do mesmo Inventário. não só para que vejam o que se inventaria, como porque sendo V. S. aquele que testemunhou o falecimento do mesmo Senhor, e deu princípio, talvez com alguns de seus Campanheiros, a pôr em arrecadação e guarda tudo o que lhe era pertencente, se faz por isso necessária a sua assistência e dos ditos Ilustrísimos Companheiros.

Por esta ocasião previno à V. S. de que me deverá ser presente, para juntar ao Inventário, um Mapa circunstanciado de tôdas as despesas que fizeram no entêrro do Ex.^{mo} Senhor, cujo deverá ser assinado por aquele ou aqueles que fizeram as referidas despesas.

Deus q. à V. S. Luanda, 24 de Fevereiro de 1826.

— Il.^{mo} Senhor Leonardo José Vilela, Deão da Sé de S. Paulo da Assunção de Luanda.

O Desembargador, Ouvidor Geral e Corregedor do Reino — Faustino Ferreira de Noronha Oliveira e Saro.»

Se nos Arquivos de Luanda ainda existisse o Inventário dos Bens do Bispo Póvoas e a relação dos lanços que os objectos do espólio tiveram no leilão, tal documento teria alto valor histórico, pelo lado económico, e... a-favor-da pobreza do Prelado, melhor.

64. — A guarda do dinheiro do espólio do Bispo

Grande ou pequena a quantia apurada no leilão do espólio do Bispo Póvoas, o caso é que o Cabido insistiu com o Doutor Ouvidor e Corregedor Geral Saro, para que esse dinheiro, a bem e honra de todos, fôsse depositado em casa ou mãos seguras e insuspeitas.

O seguinte Documento prova que o Cabido também sabia pedir as responsabilidades àqueles que abusavam de seus poderes ou eram subsevientes :

— «Por nos lembrar que a quantia de dinheiro metálico, descrita no Inventário, a que se procedeu, do espólio do falecido Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Bipo Dom Frei João Damasceno da Silva Póvoas, e que se acha em mão do Procurador da Mitra, seja necessário depositar-se em casa de maior segurança, e vendo nós que qualquer dos Negociantes desta Praça têm casas mais seguras e mais defendidas pelo número de escravos que possuem, o que nós não temos, — por esse único motivo temos acordado rogar à Vossa Senhoria : se digne dar Ordem para que a mencionada quantia, descrita no Inventário, se remova do poder do Procurador da Mitra para casa de um dos Negociantes abonados, guardando-se no Cofre da Mitra, debaixo de 3 chaves : uma — das quais terá o dito Negociante Depositario, outra — o Presidente do Cabido, e a terceira — o Procurador da Mitra.

Para êste depósito nos lembramos da casa do capitão José Severino de Sousa.

Aproveitamos esta ocasião para também se recolher no mesmo Cofre o produto das arrematações dos bens vendidos em praça, e que foram já pagos. cujo produto existe na mão do Cónego Magistral Leonardo José Vilela, ficando a seu cuidado recolher igualmente o que receber dos arrematantes que ainda não pagaram.

Deus g. à V. S. Luanda, em Cabido de 22 de Março de 1826.

Il.^{mo} Sr. Dr. Ouvidor e Corregedor Geral dêste Reino de Angola — Faustino Ferreira de Noronha Oliveira e Saro.

(aa) Marcelino José de Campos. — Aniceto Rodrigues Alentejo. — Léonardo José Vilela. — José Manuel Gonçalves da Cunha.

Está conforme. — O Secretário do Il.^{mo} e Rev.^{mo} Cabido, Sede vacante. — José Manuel da Cunha.»

Como já vimos, sôbre a pessoa do Bispo Póvoas corria a má fama de que era avarento ou... amigo de dinheiro, de-

masiadamente; pelo receio, que todos tinham em guardar o produto das arrematações do seu espólio, só à vista das parcelas e soma total do apuramento é que se pode fazer um juízo recto destes boatos.

Sobre este importante assunto, não temos mais Documentos, por enquanto, que façam a luz histórica nas trevas ou escuridão da nossa curiosidade.

Os Cónegos de Luanda, afirmando solenemente que o Bispo Póvoas sofreu privações das cousas mais necessárias à vida, não exageravam a sua pobreza, antes a conheciam e reconheciam: queremos crer.

65. — **● Cabido Luandense**

Como já disse, o Cabido de Luanda, sede-vacante, continuava a desempenhar-se do seu cargo com tóda a pontualidade.

No Ofício seguinte está a notícia da festa de 16 de Abril de 1826:

— «Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Temos a honra de acusar a recepção do Ofício que V. E. dirigiu ao Ex.^{mo} Bispo desta Diocese, já falecido, no qual V. E. lhe participa ter Sua Majestade Imperial e Real assumido a Si o Título de Imperador do Brasil e Rei de Portugal, e de se ter efectuado o Tratado de Aliança entre Portugal e Brasil, vindo incluídos os impressos, que dirigem a maneira por que daqui em diante se devem dirigir as Repartições Públicas; o que cumprimos.

Em consequência desta mesma Participação, passámos a dar Graças ao Altíssimo, fazendo celebrar, na Cathedral, Missa Solene, com Sacramento Exposto, e *Te Deum*, no dia 16 do corrente mês; a cujo acto assistiu o Ex.^{mo} Governador e Capitão General deste Reino, Senado da Câmara, Nobreza e Povo, acompanhando todo o Clero deste Bispado, Secular e Regular, a iluminação, que no dia desta solenidade fez o Corpo Capitular.

O dito Ofício foi-nos entregue aberto pelo Ex.^{mo} Gov. e Capitão General deste dito Reino, certificando-nos de que por engano o abriam. Deus g. à V. E. Luanda, em Cabido de 19 de Abril de 1826.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Joaquim José Monteiro Tôres, Ministro e Secretario dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

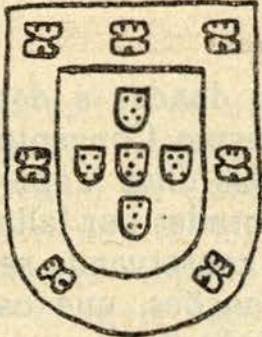
(aa) — Marcelino José de Campos — Aniceto Rodrigues Alentejo — Leonardo José Vilela — João Manuel Gonçalves da Cunha.»

Já por nós foi feita uma pequena referêcia a êste Ofício no § 61, mas agora aqui fica todo, por sua importância.


Ainda que o não pareça, esta questão do espólio do Bispo D. Frei João Damasceno da Silva Póvoas é mais de carácter político do que religioso: por sua vez, o Cabido de Luanda empregava todos os esforços para defender a sua própria honra e a do Prelado, falecido, e cuja memória não era respeitada, mas ofendida.

(Continua)





HISTÓRIA
ECLESIAÍSTICA
DE
ANGOLA



Convento de S. José de Luanda

(Vários Documentos e Informações)

**BIBLIOTECA DA ACADEMIA
DAS CIÊNCIAS DE LISBOA**

(Continuação de página 244)



COM ÊSTE REQUERIMENTO e carta-informação damos fim aos diversos papéis avulsos, que tivemos ocasião de encontrar na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa: como sabem, dêste Convento, onde está hoje instalada a Academia, é que iam os Frades Franciscanos para o Convento de S. José de Luanda.

Códice 283, vermelho

A' folha 68:

Senhora. — Diz o Padre Ministro e mais Religiosos da Terceira Ordem do Convento de S. José de Luanda, no Reino de Angola, que o dito Convento, desde a sua fundação, que

SÉRIE IV — FOLHA 18.

foi no ano de 1603, possui algumas fazendas doadas e das Capelas, que os instituidores deixaram ao mesmo Convento com obrigação de Missas, segundo os frutos das ditas Capelas e fazendas, que hoje se acham muito deterioradas por falta de cultivadores, que são os pretos, — os quais, conservando-se há mais de 150 anos naqueles privilégios e isenções, que os Senhores Reis predecessores de vossa Majestade lhe permitiram, por serem aditos ao sobredito Convento — trabalhando na cultura das suas fazendas, como meios tam necessários para a subsistência e sustentação dos Religiosos Missionários que naquelas partes se ocupam, desde a fundação do referido Convento, em reduzir aquele gentilismo ao verdadeiro conhecimento da nossa Santa Fé, e vendo-se agora vexados com pensões, que nunca se experimentaram, — se retiram para a cultura de outras fazendas de pessoas privilegiadas, em que estão livres do dito vexame, ficando por este princípio o Convento sem o referido meio necessário para a sustentação dos Religiosos ; crescendo também para a minoração do sustento sobredito a nova imposição de dízimos nas fazendas do Convento, dos quais dízimos foram sempre isentas, introduzindo-se talvez esta moderna imposição dos dízimos por correrem vozes de que os Padres queriam deixar e abolir o Convento, quando o comum da Província em tal nunca conveio ; e como tanto a isenção dos referidos dízimos como a conservação dos Pretos nos seus antigos privilégios e isenções se façam muito precisas para a subsistência dos Religiosos :

Portanto pede à Vossa Majestade seja servida ordenar por sua inata piedade se conservem os pretos cultivadores das fazendas do Convento naqueles privilégios e isenções que os Senhores Reis predecessores de V. Maj. lhe permitiram em atenção aos Religiosos Missionários, e em que os tais pretos se conservam no decurso de tantos anos, e juntamente que as fazendas do Convento sejam isentas de dízimos como sempre foram desde a fundação do mesmo Convento, e não cessarão os Religiosos de pedir a Deus pela saúde de V. Majestade e felicidade deste Reino.

A's fôlhas 69-71, v. :

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Satisfazendo à Ordem de sua Majestade expedida por Carta de Vossa Excelência datada de 2 de

mento da nossa Santa Fé, ao que eu não posso deixar de dizer que não são tantos os Religiosos para sentirem a aparente falta, que alega, porque há muitos anos que neste seu Convento se não conservam mais que dois, e um na missão de S. José de Calumbo. Os dois — um era Ministro, e outro — Comissário da Ordem Terceira de S. Francisco, que de cõgrua, sermões e missas, que têm da mesma Ordem, faz mais de 250\$000 por ano, não falando de sermões que não são da Ordem. O da missão de Calumbo recebe da Junta das Missões, annalmente, 80\$000 da sua cõgrua, além dos rendimentos do pé-de-altar, os mais que percebe das funções do seu Ministério.

Êste número de 3 Religiosos foi o que eu achei quando cheguei a êste govêrno, e, depois que faleceu um e se mandou retirar o Missionário no mês de Maio de 1775, ficou o Convento por muito tempo unicamente com o Ministro, que era ao mesmo tempo Comissário da dita Ordem Terceira, o qual se retirou depois que chegaram 2 Religiosos, cujo número é o que existe presentemente: um — ministro e comissário, outro — que foi para a sobredita missão de Calumbo, em 12 de Maio dêste presente ano, tendo estado três anos aquela sem missionário e o povo dela sem pároco nem sacerdote algum.

A' vista do que verá sua Majestade que a Representação, que fizeram o Ministro e mais Religiosos, não foi com a pureza com que lhe deviam requerer, sendo-me agora necessário informar à mesma Senhora o fim a que se dirige esta Representação.

É costume muito antigo, desde o princípio das Conquistas dêste sertão, serem obrigados os Pretos das vizinhanças do rio Quanza para transportarem em canoas as fazendas, que todos os anos se mandam pela Real Junta da Fazenda para os diários dos Militares dos Presídios do mesmo sertão, como para conduzirem alguns Officiais ou soldados que vão em diligências do Real Serviço, e por esta causa todos os dias andam os ditos Pretos procurando sítios em que possam viver isentos dêste Serviço, sendo também o principal motivo — o de fugirem de pagar o diminuto dízimo, que a cada uma família está regulado pela mesma Real Junta, desde o ano de 1766.

O mesmo acontece aos Pretos da jurisdição do distrito do Dande para a condução dos diários que pela dita Real junta se mandam para os Militares do Presídio de S. José do Encoje, e para o córte de lenha, a que são obrigados para a Real Fazenda, e porque aqueles que vivem nos referidos Arimos do Convento têm sido isentos destas obrigações, — por estas razões todos querem estar nas terras do dito Convento, e o Ministro dêle pretende por todos os modos conservá-los, e chamar a si os mais que vivem fóra, querendo desta forma se fabriquem as bastíssimas terras do mesmo Convento, ficando as outras desamparadas, sendo o principal objecto dêste procedimento querer o mesmo Ministro privilegiar quantos Pretos forros há pelo Quanza e Dande com utilidade sua, prejudicando a Real Fazenda com a falta do pagamento dos dízimos que os ditos Pretos pagam, e servir-se dêles, como é costume, em todo o particular do Convento.

A respeito do que alega o dito Ministro na sua Petição sôbre a nova imposição dos dízimos nas fazendas do seu Convento, sem razão alguma se queixa dela, porque se devia lembrar que das muitas, que possui o Convento, e de dois currais grandes de gados que têm, — só pagam a diminuta quantia de 16\$725 réis cada um ano, tendo sido feita esta regulação do dízimo no ano de 1766 por meu antecessor dom Francisco Inocência de Sousa Coutinho.

Pela antiguidade desta regulação se conhece que não foi introduzida por se presumir abolir-se o Convento, pois foi feita no mesmo tempo em que se fizeram a das mais terras dêste Reino; porém ainda assim não posso deixar de dizer que algum projecto havia de se abolir o dito Convento, porque, logo que cheguei a êste Reino, veio ordem da Província ao Ministro para remeter para Lisboa tôda a prata da Igreja o que assim executou, ficando a mesma sem cousa alguma dela, crescendo mais outra ordem para vender as fazendas do mesmo Convento e embarcar para o Brasil os escravos, por cuja razão me veio requerer o Ministro, que então existia, algum adjutório para se prenderem, por me haver também escrito o seu Provincial, pedindo-me todo o favor do que o mesmo Ministro necessitasse, mas nada disto se concluiu pelo parecer que eu dei ao dito Ministro, talvez porque adi-

vinhasse o que agora novamente resolveu a Província, para se conservar tudo no seu antigo estado.

Isto é o que verdadeiramente posso informar à sua Majestade, sendo o meu parecer querer o Ministro dêste Convento privilegiar tôdas as fazendas dêle, e conseguintemente todos os Pretos forros que para elas chama com êste pretexto, porque desta fôrma todos querem ir, para fugirem da obrigação do Serviço Real e do Dízimo, pois que aqueles, que vivem nas ditas Fazendas, se conservam isentos destas obrigações.

Á vista do que sua Majestade mandará o que fôr servida.

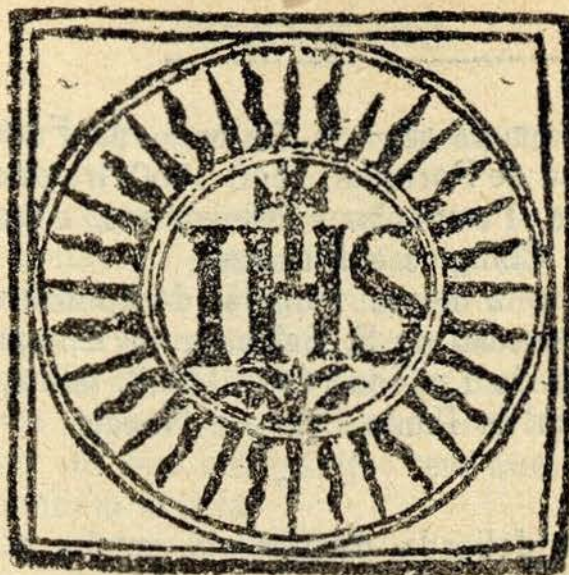
Deus guarde à V. Ex.^a S. Paulo da Assução, a 15 de Julho de 1778.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Martinho de Melo e Castro.

(Esta Carta-Informação, sem autor, está copiada no referido códice 283, acima citado.

Deve ser de D. António de Lencastre, que desempenhava então o cargo de governador e capitão general de Angola. — *P. P.*)





Os Jesuítas em Portugal

(Notícia bibliográfica)

— *A verdade sobreponha-se a todos os respeitos :
não haja amor nem desafeição que a desfigure,
nem esconda.*

Francisco Rodrigues.



M OUTUBRO DE 1932, RECEBI EM Angola, no Presídio de Muxima, onde oficialmente exercia então o cargo de pároco-missionário, os dois volumes do tómo I da *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, obra criteriosa e, sôbre todos os aspectos ou pontos de vista, importantíssima, saída das mãos competentes do rev.^{mo} sr. padre Dr. Francisco Rodrigues, autorizado escritor jesuíta : foram-me até oferecidos pelo ex.^{mo} sr. Comandante Ernesto de Vilhena, meu distinto Amigo, que sabia e sabe quanto sou apaixonado pela História de Angola, não só religiosa como política.

No t^omo I ocupa-se — o Autor — da Fundação da Província Religiosa de Portugal, 1540-1560, tratando no volume I — das Origens, Formação e Ministérios, e no volume II — da Tribulação, Colégios e Missões.

Relativamente à nossa Angola, dá apenas notícias : a) — da malograda missão de S. Salvador de Congo (1548-1555); b) — da missão de Luanda (1559-1565), isto é, no período da primeira viagem de Paulo Dias de Novais.

*

Agora, com delicada dedicatória, acaba o rev.^{mo} sr. Dr. Francisco Rodrigues de me oferecer o volume I do t^omo II, em que se ocupa da Acção crescente da Província Portuguesa, de 1560 a 1615.

O assunto d^{este} volume I é a Expansão, Vida Interna e Ministérios; no volume II, já no prelo e que deve aparecer em princípios de Fevereiro de 1939, no capítulo II do III livro será estudada então a Missão de Angola, dum modo abundante, em continuação.

Do volume I, que aqui tenho na minha mesa de trabalho, e de cuja leitura me ficou gravada no espírito uma impressão completamente lisonjeira, passo a dar uma notícia resumida, que mal dá idea do trabalho histórico e apologético, que compreende e contém tam cuidada obra literária.

No *Prólogo*, o sr. Dr. Rodrigues faz ou expõe o método que vem seguindo no seu trabalho: — a colheita do material ou documentação coeva; — o seu sistema de crítica, que é nobre, severo, claro, lógico, firme e imparcial; e — a justiça que a verdade objectiva e independente impõe à nossa razão ilustrada e esclarecida.

O Autor faz a narração dos factos com arte e justa elegância literária, mas não oculta ou não cala nada, nem do que é desagradável à Companhia de Jesus!!!

Na exposição da matéria, que é tam vasta, segue o exemplo dos grandes mestres.

Por fôrça de importante e nova documentação, — digo nova, no sentido de não ainda conhecida ou publicada — naquelas páginas inteligentes é feita, com critério, elevação e justiça, a revisão da História da Companhia de Jesus, tam

cheia de calúnias — de um lado, e tam deturpada de erros — de outro lado.

Aos críticos sinceros ou maliciosos, que se julgam com autoridade ou fundamento para censurar ou pôr sôbre as costas do Autor suspeições, êle dá uma resposta engenhosa, dizendo muito bem que a virtude da abnegação ou obediência às Regras da Companhia nunca foi abdicação da inteligência !

Ninguém mais apto, pois, para escrever a História da Companhia de Jesus do que um jesuíta : tem qualidades a favor, mas algumas também contra.

Audi alteram partem : — diz-se . . .

Amor da causa, facilidade de consulta aos arquivos reservados, a defesa da Companhia a que se honra de pertencer — ajudam e não embaraçam o historiador para avaliar as acções : é esta a impressão que se sente ao ler as páginas que escreve o rev.^{mo} sr. Dr. Rodrigues.

*

Na *Introdução Bibliográfica* cita as fontes históricas inéditas, onde colheu a sua documentação, isto é, enumera os diversos Arquivos e Bibliotecas onde fez a respectiva colheita ; e das *Obras Impressas*, que consultou e aproveitou e rebateu, fez dois grupos, um — das obras contemporâneas aos factos estudados, e outro — das não contemporâneas ; e destas não contemporâneas, umas — são obras gerais, e outras — obras particulares.

Com referência à Missão de Angola, — que será estudada pelo sr. Dr. Rodrigues no capítulo II do livro III do volume II dêste II tômo, — estão indicadas 21 obras diversas, umas de valor apreciável e outras de valor medíocre e falhas de verdade e justiça e imparcialidade.

Como é fácil de ver, o II volume do tômo II interessa muito à história de Angola : sim, Senhores.

*

Mas . . . como ia dizendo, estou a dar a notícia do I volume do tômo II . . .

Em agradecimento da generosa e honrosa Oférta, direi apenas alguma cousa da impressão, que me deixaram estas gostosas e exemplares páginas na minha alma : o sr. Dr. Ro-

drigues faz ou escreve história e apologética, não só rebatendo calúnias, como também esclarecendo deturpações, repito.

Por motivo natural, o primeiro ardor, quasi febril, dos Jesuítas veio depois a esfriar um pouco : é facto que ninguém pode negar.

São notadas as deserções dos noviços, porque a formação era pesada de mais.

Abrem-se Colégios na Madeira e Açores ; só em Évora foram creados três, anexos à Universidade do Cardeal Infante D. Henrique ; mais Colégios também em Coimbra, Lisboa e Pôrto ; mais outras fundações.

A compra ou aquisição de quintas, para recreio dos noviços e padres doentes, levanta escândalos ou murmurações dos seculares, que accusam os jesuítas de ambiciosos e demandistas ; faz-se em volta da Companhia, pois, uma atmosfera de indisposição e desconfiança.

A todos os exageros e calúnias responde o sr. Dr. Rodrigues com a verdade bem pesada : esta lenda dura ainda hoje em dia e . . . durará sempre.

Não é fácil de explicar a mania impenitente e incorrigível que Jesuítas e Frades tinham e têm de levar a sua vida tôda a fazer sacrificios possíveis e impossíveis para a edificação de soberbos Colégios e Conventos — que outros gozam, depois, mudados ou applicados em quartéis militares, em licéus, em tribunais, em bibliotecas e arquivos, em escolas agrícolas e . . . em outros empregos até indecentes ou vergonhosos, como cavalariças, adegas, tabernas . . .

Também — com os Seminários os Bispos.

Até a gente se lembra dos versículos virgilianos :

Sic vos non vobis . . .

Os Jesuitas e os Frades, dizia um Lente de Coimbra, são mais teimosos dô que o . . . Mondego.

Recordo apenas estas 3 datas : — 3 de Setembro de 1759 ; — 28 ou 30 de Maio de 1834 ; — 20 de Abril de 1911.

*

Voltemos aos jesuítas . . .

Da vida piedosa, do fervor, das ardências, das murmurações, das ambições e dos partidos, dos governos austeros e

bondosos, das imprudências e zelos, da xenofobia ou melindres patrióticos, digo : — as páginas dedicadas a êstes assuntos variados são verdadeira e completamente edificantes, porque, a tempo, foram empregados meios ordinários e extraordinários para corrigir as faltas ou deficiências, que eram notadas na Companhia.

Eram dois os processos de govêrno, uns padres — formavam o partido do rigor, e outros — o partido da brandura, e tinham seus chefes ou cabeças, para a desordem.

Após um destêrro de 20 anos por nações estranhas, volta para Lisboa o venerando Fundador da Província de Portugal — Padre Mestre Simão Rodrigues, e assim foi *vencido* o sempre ardente padre Luís Gonçalves da Câmara.

A Sentença, que condenou o Padre Mestre Simão Rodrigues, foi injusta : penso eu.

Dúzias de páginas, que o rev.^{mo} sr. Dr. Rodrigues escreveu, são dignas de meditação madura e fervor piedoso — para nós os padres de hoje — no assunto de govêrno e disciplina eclesiástica, quer de fóra de nós para dentro, quer vice-versa . . .

Em tôdas aquelas nicas & tricas, se notam o orgulho humano, a fragilidade humana, o egoísmo humano, o interêsse humano : o que é natural ou até certo ponto desculpável.

Pregunto eu : — ¿ Quem, na sua vida física, está livre ou isento de doenças ou incómodos ?

¿ Quem, na sua vida moral, está livre ou isento de crises ou de desânimos ?

. . . e o que digo dos homens, também o posso dizer das comunidades ; não é ?

A Companhia de Jesus sofreu em Portugal com os estrangeiros e admissão dos cristãos-novos : a paz doméstica, por estas e outras causas, andou muito perturbada, porque membros desnorteados desejavam a reformação da Companhia, que acusavam de decaída, sem autoridade.

Foram várias e variadas as causas do arrefecimento espiritual, mas as decadências eram individuais e não colectivas : ninguém o nega.

A actividade dos jesuítas foi assombrosa, e o culto religioso teve manifestações externas mui consoladoras.

O ensino da Doutrina Cristã pelas ruas, reunindo os meninos em batalhões pitorescos e pedagógicos — como agora se

diz e escreve e faz — teve, no Padre Mestre Inácio Martins e seus sucessores, simpáticos e populares guias.

Não eram só cuidadas as creanças, também os presos e os pretos, as donzelas orfãs e as convertidas.

Nestes recolhimentos, nas casas dos catecúmenos e nas missões rurais e ambulantes por todo o Portugal, desde o Minho ao Algarve, os Padres Jesuítas exerceram a sua acção piedosa e com frutos plenamente abundantes, na moralidade pública.

A lista dos padres doutrinários e dos grandes prègadores — é numerosa e valerosa : assim o atestam documentos e sermões que até nós chegaram.

Nas grandes calamidades e pestes, o seu heroísmo esteve à prova e em prática : nunca fugiram aos perigos e souberam sacrificar-se santamente pelo bem espiritual e temporal dos próximos.

Bons religiosos e bons patriotas : — em resumo.

*

Mas... como ia dizendo, neste volume, com mestria e competência ocupa-se — o Autor — da História interna e externa da Companhia de Jesus, em Portugal : dá mais outras informações interessantes e edificantes, pois nesta ligeira notícia bibliográfica apenas dou cõnta ou me refiro aos assuntos principais.

Como bem sabem os meus Caros e Cacos Leitores, a Companhia de Jesus tem a sua mística especial — uma mecânica espiritual para uso interno e externo — muito cheia de cálculo, engenho e arte, mas não misteriosa, como muita gente erradamente está convencida : foi sempre mais uma ordem ou corporação de carácter intelectual e de acção, do que piedosa e rezadora, e é por estas razões tôdas que os seus dignos Membros são sempre afinadíssimos, no pensamento e na moral, por selecção e por vocação — o chamado Alto Clero, que não aparece, mas comanda, diz-se...

No entanto, há padres jesuítas que, por vezes, manifestam uma ingenuidade mesmo infantil : tal é o caso do elogio, que nas páginas da revista *Brotéria*, há meses, fez o sr. Dr. Maurício dos Santos à obra do seu colega Dr. Serafim Leite.

Tôda a gente reparou e achou feio : os jesuítas são, em Portugal, admirados e . . . vigiados.

Isto assim escrito ao-de-leve, a impressão, que me ficou da leitura da *História* do rev.^{mo} sr. Dr. Francisco Rodrigues, ela foi a mais satisfatória, e continuará, para gozar os outros tomos e volumes, que estão prometidos : o rev.^{mo} sr. padre Dr. Francisco Rodrigues é um Mestre habilitadíssimo, que não improvisado.

Lisboa, 12 de Dezembro de 1938.

Padre MANUEL RUELA POMBO.

P. S. — Já tinha na tipografia esta *Notícia bibliográfica*, quando li a «Cultura Portuguesa — Cultura Estrangeira» do *Diário de Notícias* de primeiro de Janeiro de 1939.

Costumo, à tarde e quando posso, freqüentar as Livrarias de Lisboa ; e, de há tempo, vinha escutando por lá certas opiniões sôbre os escritores jesuítas rev.^{mos} srs. Padres Drs. Serafim Leite e Francisco Rodrigues, do que me faço eco nas linhas acima.

Só agora fiquei sabendo que o rev.^{mo} sr. Dr. Francisco Rodrigues cortara no seu «Prólogo» uma . . . *carapuça* que o Crítico-Anónimo da tal «Cultura» *enfiou* pela própria cabeça, mas deixou as . . . orelhas de fóra !

Em tempos passados, entre o sr. Dr. Rodrigues e o Crítico-Anónimo houve uma troca de Cartas particulares sôbre história-ciência, história-filosofia, história-exposição objectiva dos factos e história-crítica essencialmente subjectiva : cada um lá disse o que quis ou entendeu escrever, defendendo os seus modos de pensar ou critérios.

O Crítico-Anónimo acusa agora o sr. Dr. Rodrigues de . . . reservado ou vingativo : por sua vez o Crítico-Anónimo — tôda a gente o sabe ! — é uma *pombinha*, um . . . *pisco*, um . . . *taralhão* !!!

Tal e qual — o seu nome, *amargoso*.

Porque se julga ou tem na conta errada dum espí-

rito infalível e perfeitíssimo, o tal Crítico-Anónimo acha que a doutrina exposta pelo sr. Dr. Rodrigues é bizarra e escandalosamente original : faz, em defesa própria, um certo número de considerações infelizes, assim mostrando a sua incompetência, porque não entende o sentido e âmbito das mais simples noções sôbre obediência religiosa, liberdade, disciplina, regulamento, regra, constituição, votos religiosos, conselho e preceito, abnegação, pobreza espiritual e temporal, etc.

Muitas pessoas são de opinião que aquelas diatribes não merecem resposta e devem ter o mais absoluto desprezo por parte do sr. Dr. Rodrigues : — por amor de Deus ! — não queira, caro colega, que o Crítico-Anónimo morra... desconsolado e empanturrado, na sua adversidade e orgulho vazio ; não queira... não deixe...

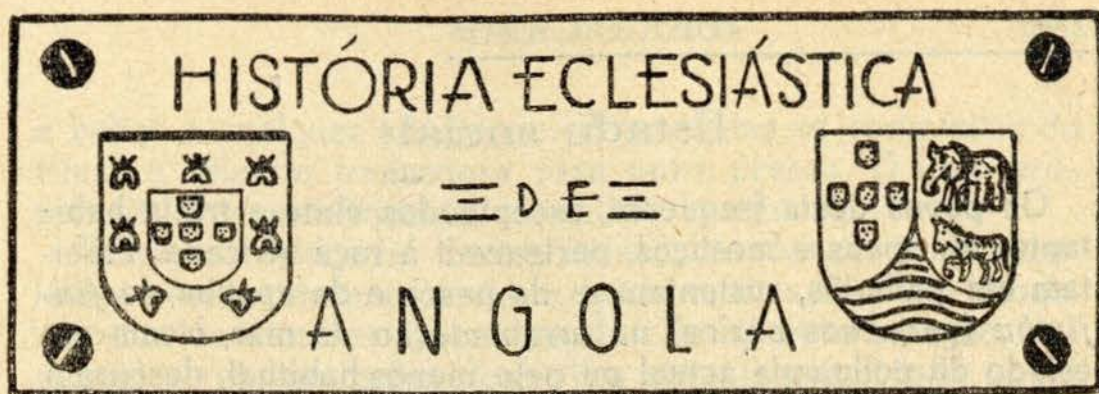
Mais outra obra de misericórdia !

Responda-lhe, mas indirectamente ou sem citar o seu nome, para que êle não passe de um... Crítico-Anónimo : — é o meu conselho, sem remuneração ; é ; é...

Lisboa, 4 de Janeiro de 1939.

Padre MANUEL RUELA POMBO





Ilha-de-Luanda

No livro do Registo de correspondência expedida da Freguesia de Nossa Senhora do Cabo da Ilha-de-Luanda, às fôlhas 4-6 está arquivado um Relatório, que aqui vamos publicar : é muito concreto e expressivo e o seu Autor, o então Pároco P.^e António Moreira Basílio, embora resumidamente, estuda com perfeito conhecimento os Pretos pescadores e os seus usos ou costumes.

P. P.



SÉRIE DE 1908 — FREGUESIA da Ilha-de-Luanda N.º 1. Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. — Em cumprimento da circular da Secretaria Episcopal, de 9 de Dezembro último, envio à V. Ex.^{cia} Rev.^{ma} o incluso mapa estatístico dos baptismos, casamentos e óbitos, extraído dos livros de registo paroquial desta freguesia, referido ao ano civil de 1907.

Quanto ao relatório conciso do movimento religioso da paróquia, estado moral e social dos povos, etc., a que se refere a mesma Circular, passo a expor o seguinte :

Estado social

Os povos desta freguesia, exceptuados vinte a trinta habitantes europeus e mestiços, pertencem à raça africana. Habitam em palhotas, sustentam-se da pesca e da apanha de *jinjimbu* (pequenos búzios) na arrebentação do mar, vivem em estado de poligamia actual ou pelo menos habitual, descoram a instrução e educação dos filhos, divertem-se em batuques nocturnos e são propensos à embriaguez.

Crêem em Deus, criador de tôdas as coisas, mas não lhe prestam culto, senão por exclamações e certas fórmulas de juramento simples para garantirem a verdade de uma asserção ou de um facto, tais como esta : «Deus me vê». A crença em Deus remunerador das boas e das más obras e em uma vida de além-tumulo acha-se neles completamente obliterada. Trazem os filhos a baptizar, mas não se preocupam mais em os mandar à igreja para receberem instrução religiosa.

Crêem na *Quianda*, divindade marítima em forma humana, susceptível de se transformar em gato, cão, porco, etc. Aparece nas praias à meia-noite sob aquelas formas, e antigamente também aparecia ao meio-dia. Quem tiver a má sorte de a ver, adoce mortalmente. É a divindade protectora dos pescadores e das mulheres que se ocupam no mister de apanhar *jinjimbu*. Dedicam-lhe templos (pequenas palhotas) invocam-na, e para a tornarem propícia vão oferecer-lhe peixes crus, *njimbu*, aguardente etc.

Crêem que as almas dos mortos *jinzumbi* ficam errantes no mundo. Atribuem-lhes necessidades físicas e sentimentos de vingança. Para as aplacar celebram os óbitos com batuques em que se gasta grande parte ou a totalidade dos espólios deixados pelos defuntos e oferecem-lhes sobre as sepulturas diversos utensílios, tabaco, comestíveis e bebidas que eram de sua predilecção em vida.

Crêem que as almas de alguns mortos vêm estabelecer morada no corpo dos vivos, oprimindo estes por meio de convulsões epilépticas. Dão-lhes a designação de *kilundus*, ou *kalundus*. Para os expulsar será preciso convidar certo personagem e seu ajudante (espécie de padre e sacristão) que procedam aos competentes exorcismos, e dar um grande batuque durante um mês em que se não pode recusar de comer

e beber a qualquer adventício. Preenchidas as cerimónias do ritual, o kilundu transmigra para outra pessoa. O traje próprio são panos tinjidos de vermelho. Causam dó!

Crêem na feitiçaria. Certos individuos com porte de excellentes pessoas durante o dia, a horas mortas da noite tomam a forma de diversos animais ou de *Cariapemba* (dragão, demónio) e rondam pelos domicílios para fazerem todo o mal que possam a quem lhes caiu em desagrado. São os *muloges*.

Estado moral

Vivem de harmonia com suas crenças sem aspirações sobrenaturais. A prática ou omissão de certas acções é má porque se incorre no desagrado dos muloges, dos kilundus e dos jinzumbis. Os restantes actos humanos são regulados pelo instinto de conservação do individuo (e da familia dentro de limites muito restrictos) e pela utilidade pessoal. Um acto praticado hoje foi mau porque dele resultou prejuizo, ou desgosto, ou punição, mas àmanhan será bom se se puder fugir a estas conseqüências. Daqui — a liberdade de costumes públicos e occultos, o atrofiamento dos sentimentos de responsabilidade, de arrependimento, de gratidão, de dedicação, de sacrificio, etc.

A decadência dos verdadeiros principios morais e religiosos destes povos corresponde uma depressão intelectual tam pronunciada que se mostram incapazes de aprender qualquer noção suprassensível natural ou sobrenatural, desde que não esteja pròximamente ligada com uma imagem natural.

Principais obstáculos ao progresso religioso, moral e social

Podem-se reduzir as crenças, usos, costumes e abatimento intelectual em cima apontados, á falta de instrução e de uma aluvião de exemplos que lhes fizesse ver e compreender as vantagens de uma vida regular, e à influencia negativa na maioria dos europeus que agenceam por esta Província sem o propósito de aqui se estabelecerem de vez, constituindo familia.

Catequese fóra da sede da paróquia

Não se tem feito por falta de pessoal instruído e devidamente disposto.

Notas

- a) População aproximada 2.000 habitantes.
Densidade, idem, 500 habitantes.
População católica, idem, 1.300 habitantes.
- b) Não houve confissões e comunhões pascais. A freguesia só esteve provida de pároco desde o mês de Junho.
- c) Não tem havido Junta da Paróquia.
- d) Não há propaganda protestante.
- e) Freqüência média da escola 9 alunos. Não houve alunos habilitados para exame.

Gratificação concedida ao professor pela comissão municipal de Luanda — 20\$000 réis anuais.

Deus Guarde à V. Ex.^{cia} Rev.^{ma}

Ex.^{mo} Rev.^{mo} Sr. Dr. Vigário Capitular da Diocese de Angola e Congo, *sede vacante*.

Ilha-de-Luanda, 28 de Fevereiro de 1908.

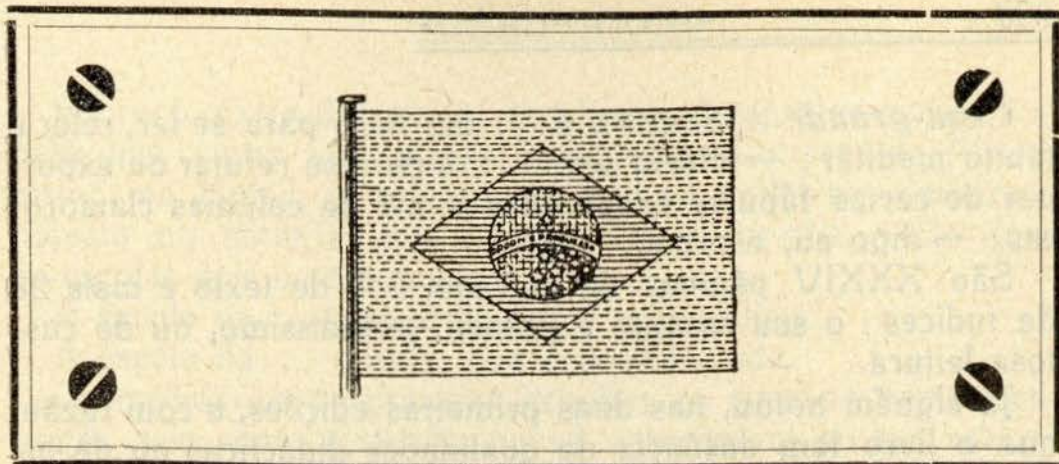
(a) *P.^e António Moreira Basilio.*

pároco

Notas do p. P. — I — Embora êste Relatório, quanto ao tempo, esteja fóra do Programa que nos traçámos, o seu assunto está dentro, com licença.

II — Sôbre o Património Religioso da Igreja da Ilha-de-Luanda, já constam a Petição, Provisão e Posse às págs. 171-176 da nossa I série.

III — Também no *Almanaque Anuário de Angola* — Luanda, 1932 — às págs. 95 e 96, vem outra notícia.



Os Pretos no Brasil

(Notícia bibliográfica)

...quasi o mesmo tipo de aristocrata e de casa-grande, quasi o mesmo tipo de escravo e de senzala que no Norte do Brasil e em certos trechos do Sul.

Gilberto Freire.

[P. S. — No dia 2 de Janeiro de 1939, tive aqui em Lisboa, na *Livraria Lelo*, uma larga e gostosa conversa com o sr. Dr. Afrânio Peixoto sobre assuntos vários e variados do «nosso» Brasil. — Tirou-me algumas dificuldades, que tinha no meu espírito, a-respeito-de certos enigmas pessoais do livro do sr. Gilberto Freire, o que aliás em nada modificou o meu pensamento crítico. — Lisboa, 4 de Janeiro de 1939. — *Padre RUELA POMBO.*]



POR SERTANTO CITADO OLIVRO brasileiro *Casa-grande & Senzala*, não era pequena a curiosidade que aguçava o meu desejo para o ler: enfim, há três semanas comprei por 36 escudos um exemplar da terceira edição-1938, que aqui tenho na minha mesa de trabalho, e que passo a apreciar.

Casa-grande & Senzala é... um livro para se ler, reler e muito meditar: — dizem uns...; e para se refutar ou expurgar de certas fábulas exageradas e até de calúnias clamorosas: — digo eu, e provo.

São XXXIV páginas de entrada, 340 de texto e mais 28 de índices: o seu assunto é pesado, pesadíssimo, ou de custosa leitura.

Já alguém notou, nas duas primeiras edições, e com razão, que o livro tem ausência de qualidades didácticas ou de intenção pedagógica: é — salvo seja! — como que um sacco ou caixote, onde se contém e encontra, misturada, abundância de tudo, mas sem unidade, coesão, e seqüência de pensamento.

A técnica literária e a exposição filosófica deixam muito a desejar, porque de factos particulares, por vezes, tira — o Autor — conclusões gerais, e, por isso, perigosas.

O sr. Gilberto Freire, em dúzias de páginas, leu e tresleu, ou não soube *avaliar*.

Embora confesse que não tem intenção ou propósito de *concluir* e muito menos *julgar*, os aspectos ou interpretações — que aventura ou chega a fazer, — obrigam o leitor, como me aconteceu, a *concluir* e a *pensar* muitas vezes, não a favor, mas contra a sua interpretação desses factos históricos, que constituem o que elle chama a formação social do Brasil através da História.

Preocupou-se ou teve contacto directo com fontes documentais preciosas, impressas, mas falta-lhe aquele critério ou preparo desapixonado que se requiere para as saber usar e utilizar: porque as deformou, erra abundantemente em seus próprios juízos e conclusões que deduz.

O livro é indigesto para a leitura, porque nas suas páginas há excesso ou carregamento sobreposse de materiais, não escritos com seqüência lógica e ordenada, mas com períodos como que espetados e atarraxados, ou que obrigam o nosso pensamento a ficar embaraçado, a parar, e a perder-se no seu caminho.

A cada passo, surgem os períodos metidos à cunha e cheios de... caróços, que pedem martelo e machado!

Como sabem, caros Leitores, está agora *em moda* no Brasil o estudo do Negro e do Ameríndio.

Sôbre o *facto* dos pretos incultos e dos pretos civilizados, pelo que tenho lido a êsse respeito, os Cultores do Africa-nismo, no Brasil, já andam em luta ou polémica: embora o objecto ou material seja o mesmo — o preto — são duas as escolas que o estudam.

A escola da... esquerda, que é materialista.

A escola da... direita, que é espiritualista.

Os partidários da primeira estudam os pretos e seus costumes, tais como êles são, ou se apresentam no seu natural primitivo, agreste, regional, em opposição à nossa civilização cristã. Convém notar-se que, no Brasil, os costumes ou culturas dos pretos já não existem em estado puro, como eu os observei no sertão de Angola.

Os partidários da segunda escola, que é prática ou de educação prática, empregam todos os esforços físicos e morais para fundir os pretos na comunhão nacional e assim incorporá-los na civilização e cultura brasileiras.

Neste assunto de colonização e civilização, é esta a Escola tradicional que os Portugueses sempre têm executado, desde o Infante D. Henrique, que iniciou os descobrimentos e conquistas ultramarinas, até os dias correntes ou passantes.

Para os Portugueses — nunca houve raças superiores, nem inferiores.

Como sacerdote católico e missionário secular português, escusado será aqui confessar ou escrever que, de tôda a alma e coração e ofício e emprego, embora já aposentado, pertença à escola da direita, por ser mais humana e humanitária, mais progressiva e patriótica, enfim.

Se alguém pergunta aos pretos de Angola, educados por nós os padres, — Qual é a tua raça? — êles logo respondem que são portugueses...

...e, na verdade, são portugueses pela língua, pela educação, pela religião, pelos costumes e até... pelo humorismo ou zombaria!!!

Nós, os Portugueses, nunca tivemos aos nossos variados súbditos ultramarinos o chamado ódio de raça ou côr: à categoria de padres, médicos e doutores de leis, um grande e feliz número de indígenas das nossas diversas colônias tem subido ou sido elevado, desempenhando brilhantemente as suas profissões ou logares.

Não é só neste livro — *Casa-grande & Senzala* — que os Portugueses estão apanhando *forte pancada*: há mais escritores brasileiros que não nos poupam.

Um veneno subtil e lento é sempre mais perigoso: — compreendem?

A colonização portuguesa teve e tem defeitos: as suas virtudes são maiores.

¿ O que têm feito os Portugueses em Angola? — é o que temos contado nas páginas da revista *Diogo-Caão*, e... continuaremos, se Deus quiser.

Nos costumes indígenas, é certo, há muito material pitoresco e interessante e curioso...

Dentro da verdade, a Ciência pode fazer pesquisas eficazes, mas sem exageros românticos ou sem trilhar caminhos falsos, como tem acontecido: a Escola de Nina Rodrigues tem adeptos, àliás de valor; mas também tem muitos *çapateiros* a desacreditá-la.

Homem culto e bem intencionado — parece-me — é o sr. Dr. Artur Ramos, do Rio-de-Janeiro, que está fazendo a «reinterpretação» de Nina Rodrigues.

Pelo conhecimento que tenho dos gentios puros da província da Quiçama e dos Pretos de Minas Gerais, por onde passei e me demorei dúzias de anos, não temo que me venham desmentir nesta afirmação, que não é só minha:

— Não se encontra no Brasil um único culto negro-fetichista puro. O que por lá se faz às-ocultas e às-claras é uma *misturada* difícil, se não impossível, de desemmaranhar. A êsse ecletismo religioso juntou-se a influência espiritista, corriqueira ou exploradora.

Com as linhas seguintes não quero defender ninguém: apenas exporei as razões por que nós — em Angola — não nos temos dedicado, a valer, aos tam lindos, caprichosos e interessantes estudos etnográficos.

Não é esta a primeira vez, nem será a última, que nós — os padres, médicos e administrativos que trabalhamos em Angola, — somos acusados de remissos nos estudos etnográficos: alguma coisa temos feito, mas seria para desejar mais, na verdade.

Por certas razões fáceis de adivinhar, nós os padres católicos não nos podemos encontrar bem nessa... *atmosfera*:

se o escândalo não é ingénuo, pode ser farisaico — entendem?

Por sua vez, os Médicos Portugueses, principalmente os de Angola, que melhor conheço pelos seus beneméritos trabalhos no combate frutuoso à maldita doença-do-sono, — eles, por falta de tempo, também não se têm dado todos ou ocupado no geral com tais estudos etnográficos, porque consideram ou assistem ou querem que os pretos angolanos sejam homens sãdios, úteis, capazes de produzir para si, e para vender; em resumo: para viverem mais felizes.

A assistência humanitária, plenamente humanitária, que os srs. Médicos prestam ou dão aos pretos, é tôda de carácter económico presente, e já não é tarefa leve esta: só visto.

*

Passo a fazer um resumo rápido de cada um dos 4 capítulos do livro do sr. Gilberto Freire, porque vale a pena:

I

Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: Formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida — Páginas 1-56.

EM 1532, organizou-se económica e civilmente a sociedade brasileira, não como na África ou Índia com feitorias comerciais, mas tendo por sua base — a agricultura.

Tal sociedade foi agrária — na sua estrutura, e na técnica de exploração económica — foi escravocrata.

Para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, os Portugueses tinham uma predisposição singular ou o seu passado étnico.

Sobre a moralidade da gente portuguesa e miscibilidade, tem afirmações certas; nem precisava de ir pedir emprestadas as razões a escritores estrangeiros, que, se censuraram os portugueses, foi porque não sabem ou não puderam compreender as suas necessidades.

Está provado que a população mestiça vence a pura nos trópicos, contra a adversidade do clima.

Hoje em dia, os cientistas, como Afrânio Peixoto, não admitem a classificação *Medicina Tropical*, porque não há doenças climáticas, mas sim *Doenças Tropicais*.

A colonização portuguesa do Brasil foi, pois, de base agrícola e pela permanência na terra, isto é, a utilização e o desenvolvimento da riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular — a chamada técnica económica.

A política social — consistiu em aproveitar os nativos e depois os pretos, principalmente as mulheres: êles — como instrumentos de trabalho, e elas — também, e mais como elementos de formação da família.

Esta atitude portuguesa foi generosa, e não de extermínio como fizeram os espanhóis e os ingleses.

A riqueza do açúcar, ou as grandes plantações da cana foram de corajosa iniciativa particular, e não de direcção governamental.

Colonos, as primeiras mãis, as primeiras sementes, o primeiro gado, os primeiros animais de transporte, plantas alimentares, plantas medicinais, instrumentos agrícolas, engenhos e fábricas de açúcar, escravos índios e africanos, as terras de sesmarias — belas páginas.

A organização política e jurídica do Estado unido à Igreja Católica não podia deixar de ter as suas vantagens também.

As necessidades da alimentação, a mandioca, o milho, frutas regionais ou exóticas e aclimatadas, isto é, sôbre a vida económica primitiva — o Autor — prova que o regimen alimentar foi, no início, deficiente e instável, por causa da monocultura.

Doenças dos pretos, a sífilis dos índios ou nativos, a castigação dos brancos ou o intercurso sexual, e outras aberrações tais, a catequese dos Jesuítas, a saúde do clima, a riqueza da terra — são, diz o Autor, um especial processo de equilíbrio de antagonismos.

Sôbre meteoropatologia, que depende muito da riqueza dos doentes, o livro, que aqui tenho na minha livraria, do sr. Dr. Octávio de Freitas — *Doenças africanas no Brasil* — também peca por exageros grandes, se não muitos.

O suor, o sangue, o leite e o trabalho da benemérita e humilde Raça preta, se não fizeram o Brasil, ajudaram e concorreram muito para o seu progresso, — no passado; no

presente — dentro das normas humanitárias e cristãs, e sem exploração, o preto brasileiro faz parte de uma Nação grande e generosa, onde, como em Portugal, não existem irritantes preconceitos de côres ou raças.

Ainda me lembro bem... do que ouvia lá por Minas-Gerais...

Nas comemorações cívicas do 13 de Maio, era logar comum dos oradores pretos esta frase: — «Ciência e virtudes, meus Senhores, não são privilégios de raça...».

— Rico Preto!... Pobre Preto!... — hás de ser eternamente explorado, a bem e a mal.

II

O indígena na formação da família brasileira — Páginas 57-128.

OS portugueses encontraram no Brasil uma raça atrasada, cuja vida social e económica desorganizaram: os índios formavam, por assim dizer, uns bandos de creanças grandes, com cultura verde e simples.

Na verdade, como aconteceu com os Pretos de Angola, a reacção dos indígenas das terras-do-pau-de-tinta contra os portugueses foi pequena; foi fácil o mestiçamento; a nudez era... escorregadia; a mulher índia ou gentia era amorosa e boa mãe.

A higiene, a cozinha, a vida de caça e pesca e de guerra — são apreciáveis qualidades dos índios: não a enxada; ou a vida de trabalho agrário, êste só entregue às mulheres.

Com pouca delicadeza, são tratados os assuntos escabrosos da cultura moral dos primitivos habitantes do Brasil: relações sexuais, magia, mítica, mística, dansas, etc.

O português carrega com a mais pesada carga de... libidinoso e sem-vergonha.

As côres dos trajes e as pinturas do corpo não são ou eram simples gôsto de bizzarria, como pareceu aos primeiros cronistas: mas sim uma espécie de defesa profilática contra os espíritos maus, principalmente a côr vermelha.

O contacto do indígena brasileiro com o português foi dis-

solvente para os costumes nativos ou gentios: é claro, porque os jesuitas, no seu ardor europeizante, ensinavam a fé e a moral cristãs.

O sr. Gilberto Freire reduz a nove as influências deletérias do sistema jesuítico.

São e não são...

Sobre o uso da pimenta na culinária primitiva do Brasil; do uso do peixe e carne, em salgado, farinha e fresco; na lista das plantas e ervas medicinais do conhecimento dos índios; na tecelagem das várias fibras — esta leitura, por ser positiva e escrita com realidade, agrada-nos bem.

A tática, que os jesuítas seguiram na catequese religiosa, fez-se ou actuou sobre os meninos, e com vantagem, embora realizada artificialmente.

A música desempenha um papel importantíssimo: por sua vez, os missionários da Companhia de Jesus praticaram a igualdade, sem discriminação alguma entre meninos europeus e índios e até mestiços e pretos.

Faz ainda — o Autor — uma larga referência ao sistema jesuítico de catequese e civilização: este, porque foi um trabalho artificial ou de estufa, não lançou raízes entre os índios, com uma permanente base económica.

A tutela dos padres sobre os índios não era, mas parecia, uma espécie de escravidão, embora suave.

O açúcar... matou o índio.

Veio então o preto.

Contra a escravidão, os Padres Jesuítas ganharam só meia vitória, a favor dos Índios; se assim procedessem em defesa dos Pretos, ganhariam a vitória inteira: penso eu, que não compreendo, mas explico, esta dupla e contraditória atitude.

III

O colonizador português. — Antecedentes e predisposições. — Páginas 129-196.

OS Portugueses — como colonizadores — sempre tiveram e têm costas largas para apanhar pancada; ás vezes, bem merecida, poucas; quási sempre, injusta, muitas: é o presente caso.

O português inventou e não seguiu qualquer processo de colonização, porque não o havia; nem da Grécia, nem de Roma ou lá do Mediterrâneo, se podiam transportar e adaptar os processos de colonização e comércio marítimo.

O seu sistema não foi absoluto, nem com preconceitos inflexíveis: foi um escravocrata terrível!

Cá se encontram, às páginas 130-132, umas *amabilidades*, que nos atirou à face um tal Keyserling...

O sr. Dr. Mendes Corrêa, às páginas 14 e 15 do vol. I e núm. 1 da revista *Ocidente*, acha que a tal opinião de Keyserling, a-respeito-dos portugueses, é desfavorável e... ofensiva.

[Os jornais de Lisboa de ontem deram todos, em chapa, a notícia de que o Conde de Keyserling, ou o Filósofo de Darmstadt, publicara numa revista alemã um grande elogio ao Estado Novo Português e ao sr. Dr. Salazar, eminente político. — Talvez seja uma reparação pública?!... — Consta, na Europa, que êste Keyserling vende e aluga a sua caneta e... as suas idéias, mas não barato! — 9 de Janeiro de 1939. — *Padre POMBO.*]

*

No Brasil, como íamos comentando, a colonização foi latifundiária e patriarcal; por sua vez, o sistema agrícola e a técnica industrial acusam várias e variadas influências.

Os portugueses levaram para o Brasil traços de cultura moral e material, que receberam do elemento moçárabe, que habitou a Península Ibérica, em matéria de higiene, nas modas de vestir, na culinária, nas habitações ou casas, e na própria arte...

Também do Oriente ou Índia.

Aparecem os judeus, como negociantes de escravos e credores de dinheiro, também como médicos e boticários.

Portugal deixou-se empolgar pela fúria parasitária de explorar e transportar riquezas, em vez-de produzi-las...

Mais páginas — sôbre a riqueza agrícola portuguesa e o desastre do mercantilismo do mar; — sôbre a inferioridade do índio para o trabalho agrícola e sôbre as vantagens do preto; sôbre os interesses da procreação numerosa e irregular; — sôbre as conversas de safadeza...

IV

O escravo negro na vida sexual e de família do Brasileiro — Páginas 197-340.

I PARTE:

FALAR ou dizer de um modo absoluto que o preto africano foi ou é inferior ao ameríndio — é uma afirmação perigosa e anti-científica: índios e pretos, parcialmente, tinham graus diversos de cultura, e, por isso, não se podem medir pela mesma craveira.

As dansas, o regimen alimentar, a cozinha preta, teorias ou diferenças da estrutura entre os crâneos de brancos, pretos e índios, a hereditariedade, o meio ou ambiente, tribus, raças, educação, religião ou crenças, diversidade das qualidades de escravos, o trabalho agrícola, o trabalho dos metais, a criação de gado, o islamismo, as mãis, as amas as amantes, outras aberrações sexuais, a prenhez, a maternidade, a puericultura, os bichos agourentos, as bruxas, as assombrações, os fantasmas nocturnos, os animais absurdos, a língua portuguesa pura e o português mestiçado, a indolência e a preguiça: — tais são, caro leitor, os vários assuntos aqui tratados nesta primeira parte do capítulo quarto, alguns superficialmente apenas, e por isso não só incompletos, como errados.

Como o afirmou, alto e bom som, o sr. Jovino da Raíz no I Congresso Afro-Brasileiro do Recife, os Pretos, hoje em dia trabalhando nas usinas de açúcar, vivem mais miseráveis e infelizes do que no tempo dos engenhos e escravatura: nesse tempo, de que os velhos falam com saüdade, trabalhavam, é certo, mas tinham a barriga cheia, agasalhos, folgas, alegrias!

A humanitária Áurea Lei de 13 de Maio de 1888, em si — um bem e uma bênção, foi um desastre económico e político — na prática: outorgou a Liberdade a quem não a sabia ainda usar, e daí... as suas conseqüências desgraçadas, na aplicação.

II PARTE:

O nosso Autor tem o seu *fraco* pelo que dizem os Viajantes, que passaram pelo Brasil e publicaram depois as suas impressões: quasi sempre são injustos, e não é com uma simples visita de meses que se pode estudar bem ou examinar a actividade e costumes de um povo ou de uma nação; é claro.

Os viajantes pitorescos e filosóficos, que em era passada andaram a correr pelo Brasil, formam ou constituem uma galeria vária e variada.

Nos seus livros — diz Melo Leitão — há cantos de louvor e acerbas catilinárias...

O nosso *peçonhento* Dr. Teófilo Braga também tinha o péssimo vêzo de abonar a sua maldade com o testemunho injusto dos escritores ou viajantes estrangeiros, que nos insultaram e caluniaram, despeitados.

Não é fraca a civilizabilidade do preto, nem do índio: exige trabalho, persistência, amparo...

A instrução e educação dos índios, enquanto os Jesuítas estiveram no Brasil, foram cuidadas e com honra.

A vida da Casa Grande ou dos Brancos, e a da Senzala ou dos Pretos — andaram misturadas em tudo: as virtudes e os defeitos podem-se notar hoje, mas não se puderam separar no passado.

A mulher brasileira foi e é boa Mãe e boa Espôsa: justiça!

A alimentação dos pretos, os seus serviços, a sua alegria e risadas e danças, o banzo ou a saúde de Africa, suas muitas doenças, e... assim acaba o livro — *Casa Grande & Senzala* — do sr. Gilberto Freire.

O *Índice das Matérias* está bem feito: no texto, o Autor devia seguir a mesma ordem, para fazer um Livro gostoso de se ler.

O sr. Dr. Pedro Calmon — no seu livro *Espírito da Sociedade Colonial* — número XL da colecção «Brasiliara», 1935, e I tómo da *História social do Brasil* — apresenta, se não estou iludido, uma refutação delicadíssima à *Casa-grande & Senzala* do sr. Gilberto Freire, que cita logo na nota (1).

Tenho aqui na minha mesa de trabalho o I volume dos *Estudos Afro-Brasileiros* ou sejam as teses ou trabalhos apresentados ao I Congresso Afro-Brasileiro, reúnido no Recife em Novembro de 1934 e sob a organização do sr. Gilberto Freire: embora os Senhores Congressistas estivessem animados de boas e rectas intenções, não faltou quem externasse idéas revolucionárias ou perigosas.

Nestes ensaios ou preliminares, uns encostam-se aos outros, citando-se mutuamente para defesa.

Pode ser que a minha inteligência seja fraca, mas... os pensadores brasileiros novos, ou que estão a espalhar agora as suas idéas, tanto sôbre política, como sôbre sociologia e economia, muitos dêles — parece-me — não têm farol... na frente, nem sabem para onde marcham, esquecidos da tradição, e da história. Prégam... novos rumos, que eu não enxergo...

Destroem as relações do passádo, as amizades financeiras e étnicas; e... obras não se vêem!!!

Revolucionários, assim! — Deus nos livre dêles.

Destruir — é fácil; construir — exige competência, juízo, sabedoria e fôrça; — tudo junto.

Uma onda de Loucura corre ou passa não só pelo Brasil como pelo mundo inteiro: nas cabeças, nos corações, nos ventres, nas tripas, e até... nas bôlsas!!!

¿ Serei eu o único português a quem as diatribes do sr. Gilberto Freire scandalizaram? — não me importa. Assumo a responsabilidade do que escrevo, perante a minha Consciência, perante a minha Pátria e perante Deus.

Neste movimento pró-preto, não só no Brasil como em tôda a América, andam metidas ou manobram intenções reservadas ou ocultas.

Não é uma campanha benemérita a-favor-da instrução e educação dos pretos, da sua vida higiênica e confortável ou da sua vida económica, enfim, como nós — os Portugueses — fazemos activamente nas nossas Colónias de África, com a assistência médica, escolar, religiosa, agrícola e industrial.

Repito outra vez, porque sinto e sei o que escrevo e digo e faço:

Pobres Pretos!!!... Ricos Pretos...

*

Mas agora não faltará quem me faça esta pergunta — ¿ O livro de Gilberto Freire tem ou não valor, deve ou não ser lido pelos Portugueses? — e eu respondo, com tôda a lisura da minha consciência:

— Deve ser lido e meditado, porque, se não directamente, indirectamente nos ensina a evitar desastres e outras asneiras remediáveis.

Modernamente, ninguém melhor que Paiva Couceiro, Norton de Matos e Vicente Ferreira — viu o problema colonizador de Argola: para comparação do passado com o presente tem o livro *Casa-grande & Senzala* muitas conveniências e vantagens.

Quisera eu vê-lo, e lido e compreendido, nas mãos dos missionários, dos médicos, dos administrativos, dos fazendeiros, dos comerciantes, desde a costa ao ôco do sertão!...

O seu *veneno*, que o tem, não faz mal a quem o saiba ler, descontando as muitas... conclusões extravagantes que o Autor ousa tirar e apontar, sem lógica e sem provas.

O próprio Sr. Gilberto Freire reconhece que os livros-de-viagens de estrangeiros — uns são viciados ou superficiais, e — outros, bons e honestos: êle próprio confessa que todos lhe são familiares, nos originais e nas traduções...

Parece-me: — De má-fé não quis discriminar imparcialmente — a verdade — da calúnia, patenteando assim, ainda que inconsciente, a tara ou mau gôsto de mexer em — *exgotos-sociais*, que aliás sempre foram necessários à higiene física e social; — compreendem?

Confunde, repito, as excepções com as regras, ou inverte o seu pêso e valor.

Afonso de Taunay diz que é imensa e riquíssima a xenobibliografia brasileira; mas...

...mas livros desta raça ou qualidade — é preciso ter muita cautela no seu uso, porque são, como já disse, perigosos, como armas em mãos de creanças.

Têm êles, quando muito, um valor relativo: se alguém dêles faz a tradução, carecem de prefácio e notas, a prevenir o leitor, sim, a acautelá-lo.

Por exemplo: Gastão Penalva, que traduziu Charles Ex-

pilly — (Volume LVI da colecção *Brasiliana*) — aponta que «Les femmes et les moeurs du Brésil» é um livro ESCANDALOSO, por 5 razões ou motivos.

Certamente, esta nossa ligeira apreciação não vai agradar ao Sr. Gilberto Freire e aos seus adeptos: não faz mal...

Já lá diz a lenda, quando os animais falavam: — Os porcos não gostavam que se lhes chamasse... *porcos*.

*

Para concluir, aqui ficam estas duas citações de pensadores brasileiros:

— Dá mostras de injustiça e ingratidão o BRASILEIRO que ataca ou deprime PORTUGAL... — *Afonso Celso*.

— Na história da civilização, a do BRASIL tem um sentimento novo, porque foram os PORTUGUESES os primeiros colonos que ensaiaram, a-baixo-do Equador, a fundação de uma sociedade agrícola. Não tiveram precursores, nem mestres. — *Pedro Calmon*.

Desculpem, caros Leitores, a minha ousadia e atrevimento: — Só não se sente, quem não é filho de boa gente.

LISBOA, 31 de Dezembro de 1938.

Padre RUELA POMBO.



— A história não é uma série nua e fria de documentos, bem que ordenados. Estes serão subsídios para a história; obra histórica não o são.

FRANCISCO RODRIGUES.

Investigador & Historiador



HOJE EM DIA, ANDAM MUI confusos ou mal extremados êstes dois cargos ou exercícios de cultura espiritual: a cada passo, por isso, são empregados sem propriedade rigorosa, nem precisão honesta, até por pessoas que se têm na conta de ilustradas ou preparadas.

Investigadores de história — existem, em Portugal Continental, Insular e Colonial ou Ultramarino, às dúzias e até aos centos — benza nos

Deus!

Agora Historiadores, no rigor e bom uso do cargo e exercício, — podem-se contar pelos dedos só de uma das nossas mãos...

...vamos lá: pelos dez dedos das nossas duas mãos!!!

SÉRIE IV — FOLHA 20.

Quem ordena e manda publicar séries de documentos, segundo a ordem cronológica como êles se guardam e existem nos nossos arquivos e bibliotecas, não é historiador; é apenas um investigador, um curioso, um paciente... antiquário, como eu sou.

Esta tarefa ou madureza de Investigador, como sabem, não é um... despôrto fácil ou higiênico, não é uma... profissão limpa ou asseada: — experimentem.

Nem agradável.

Nem cómoda.

Nem independente.

O Historiador, merecedor dêste nome, tem outros devêres e obrigações, a saber:

Primeiro — estuda com atenção e cuidado os documentos ou fontes, pesa o seu valor e mede a independência e imparcialidade das testemunhas;

Depois — analisa tudo com a crítica ilustrada, expondo e explicando os factos sem paixão, isto é, sem se desviar da Verdade, que essa documentação lhe subministra...

A maior dificuldade consiste, pois, na explicação e interpretação dos documentos e factos estudados: — é certo.

Assim aprendi com os meus distintos Professores do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, que tirei, há anos.

A chamada história objectiva, que hoje é escola geral e científica, não se apresenta, repito, como tarefa fácil, mas pesadamente árdua e complicada: — podem crer, caros e cacos Leitores.

Por sua vez, a metodologia e a crítica históricas ensinam ou marcam as leis ou regras aos que exercitam ou se dedicam às investigações do tempo passado.

São preciosos auxílios para os trabalhos de investigação histórica as seguintes artes e ciências: a Paleografia, a Diplomática, a Cronologia, a Sigilografia, a Epigrafia, a Numismática, a Genealogia, a Heráldica, a Filologia, a Biografia, a Geografia...

Quanto à própria autenticidade ou exame das fontes, para formar o seu critério firme e honesto, o Historiador não pode dispensar-se das leis ou regras da Crítica, como já se disse: por isso, não basta ler e estudar os textos ou outros monumentos próprios, é preciso e indispensável compará-los ou

confrontá-los, bem como os diversos autores ou testemunhas, e considerar também o meio-ambiente do tempo e do lugar.

A Crítica, como sabem, é externa ou interna, ou, como se costuma dizer, a História tem a sua Filosofia.

Conhecemos até tratadistas ou, melhor, nações, que têm já a funcionar, ao lado de suas universidades, *laboratórios* ou *seminários* ou *escolas* de História ou de Historiadores, para a sua formação útil e prática.

Enquanto existirem mistérios ou segredos nos nossos Arquivos Públicos e Particulares, onde dorme ou descansa um acervo enorme de Documentos por ler e sumariar, a História de Portugal não pode apresentar-se com as suas páginas definitivas: a própria *História de Portugal* de Alexandre Herculano está a pedir uma revisão profunda, mas feita por pessoa ou pessoas competentes e corajosas, e não por qualquer *çapateiro* ou *çapateira*.

O Condado Portucalense e a Primeira Dinastia desafiam... a fôrça dos Heróis das letras pátrias: — é avançar!

Já estão a aparecer umas amostras de fina qualidade:

— *Como nasceu Portugal* do sr. Dr. Damião Peres.

— *Raizes de Portugal* do sr. Dr. Mendes Correia, em resposta, e polémica, ao *Dr. Peres*. Entre os dois, há discordância... aparente.

— *A Formação de Portugal* do sr. Dr. Luís Vieira de Castro, e...

— Duas obras: do sr. Dr. José Augusto de Oliveira, e do rev.^{do} Dr. Bernardo Coutinho, a aparecer brevemente, e que já conheço...

*

Isto tudo, que acabo de escrever, é para justificar esta minha atitude:

— Quem me chamar *historiador de Angola*, fique certo de que contra mim comete ou faz um insulto: basta-me ou contento-me com a modéstia ou título de *investigador da História de Angola*, que bem me serve e me satisfaz plenamente.

Ao iniciar a minha revistinha *Diogo-Caão* em terras de Angola, como devem os meus caros e cacos Leitores estar bem lembrados, apresentei-me como *antiquário amador*:

continuo assim no mesmo pòsto, sem me promover, nem por... tarimba, nem por... distinção.

No fêcho ou atilho desta IV série, a minha consciência so-cega-me de que tenho cumprido menos mal o PROGRAMA, que me tracei.

Nas séries V e VI, que tenciono publicar antes do 15 DE AGOSTO DE 1948 — III Centenário da Restauração de Angola do podêr dos Holandeses — nelas, se DEUS quiser, continuarei a mostrar que tenho amor e devoção à nossa querida ANGOLA, mesmo sem proveito... literário, próprio ou pessoal.

LISBOA, 31-Dez.-1938.

Padre MANUEL RUELA POMBO

Cadornega

DO primeiro tómo da *História Geral das Guerras Angolanas* publicaremos nas nossas séries V e VI: os 8 capítulos da terceira parte, os 4 da quarta e os 4 da quinta.

Para que os nossos Leitores avaliem do seu interêsse ou assunto, aqui vamos enunciá-los:

TERCEIRA PARTE

Capítulo I: — Os Holandeses em Angola. — Continua a retiráda dos Portugueses para o interior ou sertão. — Em Maçangano organiza-se a Câmara, Tribunais e Casa e Hospital de Misericórdia. — A defesa do rio Quanza. — Castigo aos pretos.

Capítulo II: — Doença do Governador Pedro César de Meneses, em Maçangano. — A morte do Bispo Soveral.

Capítulo III: — Agitação dos Pretos. — A acção enérgica de António Bruto. — Castigo aos Dembos. — Destroço dos Portugueses nos matos de Libunzo. — Os Holandeses auxiliam os Pretos. — Também ajudam a Rainha Ginga. — A notícia

das Pazes entre Portugal e a Holanda. — Entendimentos lusò-holandeses.

Capítulo IV: — Assalto desleal dos Holandeses ao nosso Arraial do Gango. — Prisão do nosso Governador Pedro César de Meneses. — Os Holandeses na cidade de S. Filipe de Benguela-a-Nova. — Desolação em Maçangano. — Rivalidades entre os Portugueses. — Eleição de António de Abreu de Miranda. — Tréguas. — A fortaleza e Presídio de Muxima. — Discórdia eclesiástica. — Fome. — Contrabando.

Capítulo V: — Fuga de Pedro César de Meneses da prisão. — Processo engenhoso. — Toma novamente posse do Govêrno.

Capítulo VI: — Agitação na província do Lubolo. — A Rainha Ginga socorre os pretos de Ambaca revoltados.

Capítulo VII: — Chega a Quicombo o socôrro que veio com o Governador Sotomaior. — A gente Maçanganista agradece à Divina Misericórdia êste remédio às aflições que padecia. — A gente perdida do primeiro socôrro.

Capítulo VIII: — Um estrangeiro alemão abandona os Holandeses e vem prestar bom auxílio aos Portugueses. — O flamengo Daniel. — Um negro que se dizia profeta. — A cêra da Quiçama. — Despedida do Gov. Pedro César de Meneses. — Posse de Francisco de Sotomaior.

QUARTA PARTE

Capítulo I: — O Governador Francisco de Sotomaior. — Providências. — Os Holandeses avançam pelo rio Quanza. — Fidelidade de Paulo Escorel e de Jacinto da Câmara, flamengos. — A inquieta Rainha Ginga. — Um portugûes traïdor.

Capítulo II: — A derrota da gente da Rainha Ginga. — A miséria que se sofre em Maçangano. — A defesa por terra e pelo rio Quanza. — Morte de Francscisco de Sotomaior.

Capítulo III: — O govêrno dos Três Governadores. — Nas margens do Lucala. — A rôta ou derrota que os Portugueses sofreram em Cavala.

Capítulo IV: — Morte de muita gente. — Conselho em Casa

dos Governadores. — A defesa de Maçangano. — Rumores do ataque dos Holandeses à Muxima. — Muxima é atacada mas defende-se heroicamente.

QUINTA PARTE

Capítulo I: — Remédio às misérias de Maçangano. — O rei de Dongo e o Príncipe seu filho. — Castigo aos sobas rebeldes aplicado por Gaspar Borges Madureira. — Confederação Holandês-Congo-Ginga.

Capítulo II: — Grave perturbação em Maçangano. — O governador eleito Bartolomeu de Vasconcelos vai ao encôntro dos inimigos.

Capítulo III: — Das fraquezas... se tirou fôrças. — A desunião dos três governadores. — A Câmara e seu Senado procura dar remédio a êste desconcôrto. — Tumulto da Infantaria.

Capítulo IV: — A eleição, em 1647, de Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha. — Providências tomadas. — A deslealdade do Rei de Congo. — O grosso inimigo desbarata a nossa gente portuguesa. — Grave aflicção da gente Maçanganista. — O que os Portugueses haviam feito pela propagação da Fé em Congo, Angola e Dongo. — Salvador Correia de Sá e Benevides reconquista Luanda. — A notícia em Maçangano. — Os Holandeses retiram-se das margens da rio Quanza. — Para evitar confusões — Luanda e Holanda — a capital de Angola passa a chamar-se Cidade de S. Paulo da Assunção do Reino de Angola. — Festejos e manifestações de alegria. — Pauta de nomes illustres.

Desta enumeração de capítulos que acabo de fazer, os meus Caros Leitores hão de concordar comigo que os Portugueses de Angola, de 1641 a 1648, tiveram o seu Patriotismo à maior prova, mas na sua desgraça e nas calamidades, que souberam sofrer e vencer, deixaram-nos um bellissimo exemplo.

Com a leitura destas paginas, tam pitorescas e gostosas, de Cadornega, a nossa Alma Portuguesa recorda com ufanía

aqueles nossos Antepassados, dignos da nossa imitação e que nos legaram uma memória e herança, que temos obrigação de defender e amar, com todos os sacrifícios.

Não pode ter planos de futuro garantido a nação ou povo que não conhece o seu passado: — a História, sem pau nem pedra, sempre se vinga ou castiga os que a ignoram, na política, na religião e até na economia...

P. P.

Coloniais... aposentados

Ali no Rossio, no passeio ocidental, à tardinha costumam juntar-se ou reunir-se alguns Comerciantes e Funcionários de Angola, que de tudo falam e de tudo pretendem dar a sua opinião, umas vezes, com acêrto, poucas, mas mais vezes com injustiça e ignorância, quási sempre.

Porque, no geral, não têm nem podem ter as suas idéas bem arrumadas no seu logar e equilíbrio, e a sua conversa não me agradava por ociosa e inútil, — deixei de parar por ali e até de passar, embora tenha cá dentro de mim sempre a Saüdade da nossa querida ANGOLA: foi só por esta razão que abandonei aqueles grupos de cavaqueira, estejam certos...

Depois, como sabem, Angola é, no meu juízo e conhecimento, a província ultramarina portuguesa onde os Homens, que sobem sem valor real e próprio, mais depressa se... queimam ou vão à terra!!!

Intrigas, invejas, interêsses, egoísmos, vaïdades, ilusões e mais oufrás feias paixões — respiram-se em Luanda, em Catete, na Muxima, nas ruínas de Maçangam, no Dondo, no Zaire, no Cunene, em Pôrto Amboím, Lubito, Benguela, Moçâmedes, Huíla, Bié, Nova-Lisboa, na Lunda, no Moxico... — não acham?

Naqueles grupos do Rossio discute-se tudo: política, religião, instrução, fauna, flora, mineralogia, pôrtos, caminhos-de-ferro, agricultura, comércio, indústria, saúde, justiça, jornalismo, aviação — programa rico!

António Augusto Dias, num artigo, que foi publicado a 24

dêste corrente mês de Dezembro no *Diário de Lisboa*, até chamou a êste bocado do Rossio — «Passeio das Lamentações...»: os Colonos da Índia e Moçambique não gostaram!!!

P. P.

Inéditos Coloniais

Vamos pôr em andamento a publicação dos nossos «*Inéditos Coloniais*», a começar pelo número 3 da série A — «*Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo-Verde*» — de 1784, da qual já temos impressos 4 fascículos.

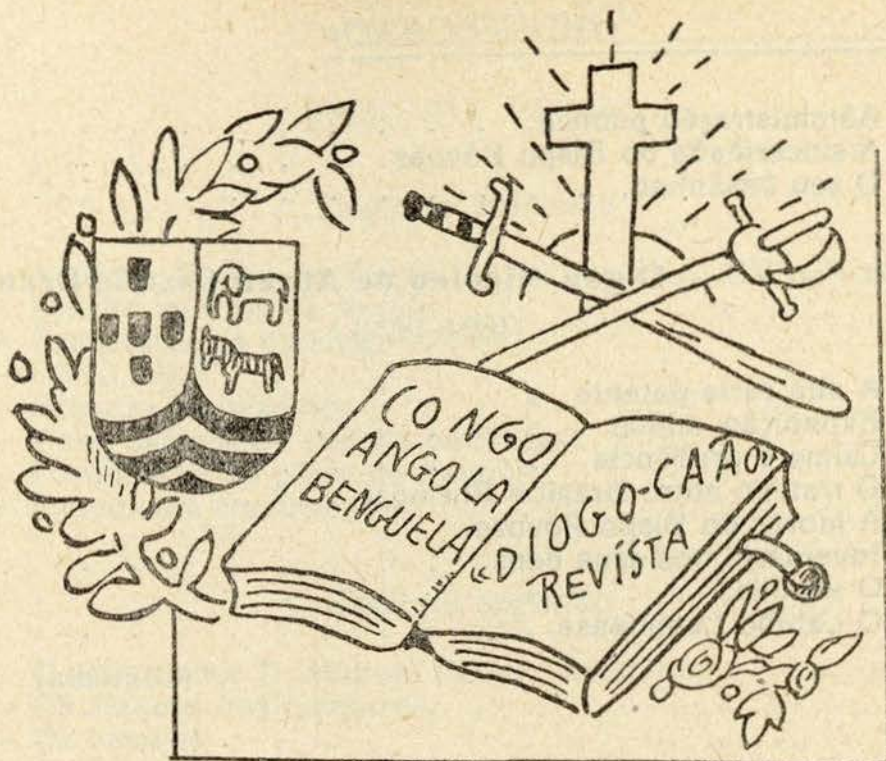
Comprei, há dias, por 20\$00, a «*História da Guiné*» do sr. Dr. João Barreto, a qual tem apenas êste mérito: o seu Autor pouco mais fêz do que ir aos «*Subsídios para a História de Cabo-Verde e Guiné*» de Sena Barcelos e tirar de lá a Guiné e... e deixar as ilhas de Cabo-Verde.

Nem era preciso declará-lo na nota (a) da página 65: ao menos, quis parecer honesto...

Sei, por informação que tirei, que o sr. Dr. João Barreto não foi uma única vez ao Arquivo Histórico Colonial da Junqueira consultar os Documentos da Guiné, que lá se guardam — tarefa que Sena Barcelos deixou confusa, e não é para admirar.

P. P.





ÍNDICE

IV SÉRIE (1937-1938)

As lútas liberais em Angola

(Continuação da pág. 305 da III série)

CAPÍTULO VI — O governador Cristóvão Avelino Dias

(1825-1824)

46 — Nomeação	7
47 — Viagem para Luanda	8
48 — A posse	8
49 — Complicação	8
50 — Os seqüestros brasileiros.	69
51 — Dissolução da Junta Provisória.	72
52 — Manifestações... pouco sinceras	73
53 — A revolta de 5 de Outubro de 1823.	74
54 — Sociedades secretas	113

55 — Administração pública.	114
56 — A sinceridade do Bispo Póvoas.	117
57 — O seu desânimo.	118

CAPÍTULO VII — O gov. Nicolau de Abreu Castelo Branco
(1824-1829)

58 — A sua carta-patente	263
59 — Expedição militar	265
60 — Calma e prudência.	265
61 — O tratado entre Brasil e Portugal	266
62 — A morte do Bispo Póvoas.	266
63 — Inventário dos seus bens.	269
64 — O espólio.	270
65 — O Cabido Luandense	271

(Continúa).

«Guerras Angolanas»

PRIMEIRO TÔMO

PRIMEIRA PARTE

(Continuação da pág. 312 da III série)

Capítulo décimo segundo

72 — O governador Fernão de Sousa.	19
73 — A lavoura e o comércio	20
74 — Vitórias de Bento Banha Cardoso	22
75 — A marcha para o interior	23
76 — As ilhas de Quinalonga	25

Capítulo décimo terceiro

77 — A invasão da ilha de Mapolo.	28
78 — Na ilha do Tandala	30
79 — Tréguas de 3 dias	31
80 — A rainha Ginga foge para o sertão.	32
81 — O rei D. Filipe de Mapungo	33
82 — Parentes do Rei Novo.	35
83 — Curiosa aposta entre 2 pombeiros	36
84 — Morte de Bento Banha Cardoso.	37

SEGUNDA PARTE

Capítulo primeiro

1 — A rainha D. Ana de Sousa	89
2 — Eleição de Paio de Araújo	90
3 — Sanguinolenta batalha.	91
4 — Cêrco inútil	92
5 — Riqueza de despojos	94
6 — Generosidade de Fernão de Sousa.	95
7 — Fortificação do pôrto de Luanda	96
8 — Expediente e actividade	97

Capítulo segundo

9 — O governador D. Manuel Pereira Coutinho	98
10 — Os ataques dos quiçamas.	99
11 — Os dembos	100
12 — O cêrco às trincheiras.	103
13 — Serviços do preto Tandala	105
14 — Rebolicho popular	106
15 — Os Holandeses no Brasil.	107
16 — Elogio do gov. Pereira Coutinho	108

Capítulo terceiro

17 — O gov. Francisco de Vasconcelos da Cunha	129
18 — Paz com os Dembos	130
19 — Os desaforados quiçamas	131
20 — Defesa de Ambaca.	133
21 — Na costa de Benguela	134

Capítulo quarto

22 — O gov. Pedro César de Meneses	136
23 — Viagem acidentada.	137
24 — Na costa de Benguela-a-Nova	139
25 — Triste notícia.	139
26 — Episódios bélicos, comparados	140
27 — Despedida de Benguela	142

Capítulo quinto

28 — As chaves da cidade de Luanda.	143
29 — Diversas nomeações	144

30 — Uma nau da Índia	145
31 — Conflito importante.	146
32 — Embaixador da rainha Ginga.	146
33 — Os Holandeses na costa	148
34 — O capitão Renegado.	149
35 — A limpeza da costa.	150
36 — Contrabando queimado	151

Capítulo sexto

37 — Os negócios de S. Salvador	161
38 — O dembo Caculo Cacaenda	162
39 — Inspeção aos Presídios	163
40 — Os quiçamas.	164
41 — Segredos do Brasil	164
42 — Conselho solene	165
43 — A notícia da Restauração de 1640	166
44 — As festas patrióticas	168

Capítulo sétimo

45 — Quatro naus Flamengas	177
46 — A Grande Armada.. . . .	180
47 — A defesa do canal	181
48 — O desembarque dos Holandeses	181
49 — A deslealdade	182
50 — O choque lá no alto	183
51 — Resolução acertada	184
52 — Salvamento das Preciosidades	185
53 — Retirada estratégica para o Sertão.	186
54 — A caminho do Sequile.	187
55 — Até o Rio Bengo	188

Capítulo oitavo

56 — Na fazenda de Gregório Ribeiro	201
57 — Notícia para Lisboa	202
58 — Auxílio do interior	203
59 — Acampamento de Quilunda	204
60 — Mais gente portuguesa	205
61 — Função audaciosa	205
62 — Uma cilada dos nossos	206
63 — O desânimo dos Holandeses,	207
64 — Encontro amigável luso-holandês	208
65 — Na Barra do Bengo	210

Capítulo nono

66 — Mudança do nosso Arraial	227
67 — Na fazenda de António Vieira	229
68 — Uma proposta... de arte diabólica	230
69 — Defesa das fazendas e caminhos	230
70 — Um francês, boticário.	231
71 — A agitação dos pretos.	231
72 — Os Holandeses na Barra-do-Bengo	233
73 — O licenciado João Lopes	236
74 — Plano dos Holandeses.	237

(Continúa).

Os Holandeses em Angola

(1641-1648)

Documentação portuguesa	43
Auto de 21 — Fevereiro — 1643	45
Manuel de Medela.	48
Diogo Lopes de Faria.	49
António Teixeira de Menonça	51
António Bruto.	53
Diogo Gomes Morales	55
Lopo Soares Pereira	56
João da Silva Pereira.	57
António Guerreiro	58
Gaspar Borges Madureira	60
Manuel Rodrigues de Almeida	65
Estácio de Sá de Miranda	66

(Continúa).

História Eclesiástica

Os Frades Franciscanos em Angola

Mais Documentos	77
Alvará de 25 de Maio de 1613	78
Assentos de Definitório (1616-1632)	79-80
» » » (1636-1706)	109-112
» » » (1707-1751)	157-158
Estatutos da Ordem Terceira, de 1761.	159
Cartas originaes de 1779	160
» » » 1780 e 1782.	171
Os Franciscanos na paz e na guerra.	173
Outros papéis	215
Viático ou passagens	216

Catálogo de Documentos (6 marços)	217
Mais notícias Históricas	241
Requerimento & informação.	273

Relatório da Ilha de Luanda

Ano de 1907 — Pároco P. ^o Basílio.	287
Estado social dos pretos pescadores	288
Obstáculos ao seu progresso ou civilização	289
Notas.	290

Legislação Angolana

Catálogo de José da Silva Costa	11
Código da Torre-do-Tômbó	12
Leis (1600-1670).	13-16
> (1670-1684).	71-83
> (1685-1688).	153-156
> (1689-1691).	189-192
> (1691-1693).	245-255

(Continúa)

Miscelânea

Com licença.	3
Angola e a Independência do Brasil	5
Exposição Colonial	10
Guerras Angolanas — por Cadornega.	17
Coronel Alfredo Felner	38
Dr. Luís Carrisso	39
Estudantes Ultramarinos.	40
Congresso Histórico da Expansão.	41
O «15 de Agosto» em Luanda.	42
Relação da Conquista de Pango-Andongo	42
A revista «PORTUGALE»	121
A revista «BROTÉRIA»	122
Uma «História de Angola»	123
O semanário «HUMANIDADE»	124
A revista «Arquivo Nacional»	124
O livro «O Soldado Prático».	125
Novo destêrro de Paiva Couceiro	126
O Presídio de Muxima	127
O escritor José Agostinho	128
As páginas de Cadornega	152
Visita Presidencial.	176
Os dois Centenários	176
Cónego António M. de Magalhães.	193
Documentação Holandesa	214

Documentação Portuguesa	214
A nossa... empresa	219
«Cadernos Coloniais»	220
Angola e os Jornais Metropolitanos	221
Dr. António José Pires de Avelanoso.	222
Documentário de Angola — Catálogo	223
O bispo D. Frei António do Espírito Santo	224
O livro «Africa Banti»	225
Com. Rodrigues Gaspar	256
Angola Menina.	257
Uma explicação	262
Os Jesuítas em Portugal	279
Os Pretos no Brasil	291
Investigador & Historiador	305
«Guerras Angolanas» — Capítulos das partes III, IV e V.	308
Coloniais... aposentados	311
«Inéditos Coloniais»	312

A V I S O

Nos anos de 1939 e 1940, por causa das Festas do duplo Centenário — Fundação da Monarquia, em 1139, e Restauração, em 1640 — não publicaremos a nossa revista «Diogo-Caão».

Angola terá as suas Festas, comemorativas do III Centenário da Restauração ou Reconquista de Luanda do Poder dos Holandeses, em 1948.

Aos nossos Assinantes e às Bibliotecas e Arquivos, — que nas suas colecções tiverem falta de fascículos das nossas 4 séries já publicadas, — recomendamos que, quanto antes, os reclamem.

P. P.

«DIOGO-CAÃO»

Preços, em brochura :

I série	50\$00
II série	40\$00
III série	50\$00
IV série	20\$00
A colecção das 4 séries.....	120\$00

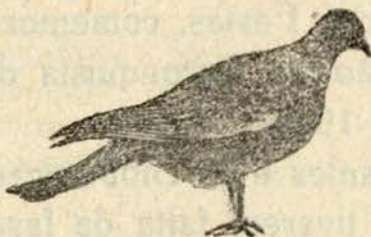
Na encadernação desta Revista convém juntar, em cada volume, duas séries.

LISBOA — Caixa postal 362.

Caro LEITOR:

Se quiseses saber — ¿ O que fizeram os Portugueses em ANGOLA ? — lê as páginas desta revistinha, onde encontras a história religiosa, militar e política desta nossa província ultramarina.

Padre RUELA POMBO.



INÉDITOS COLONIAIS

(Já em publicação)

SÉRIE A — **Cabo Verde e Guiné**

- I — *Descrição da Costa-de-Guiné*, por Francisco de Azevedo Coelho — 1669.
- II — *Descrição da Costa-de-Guiné*, por Francisco de Lemos — 1684.
- III — *O Bispado de Cabo-Verde*, por um *Leal Vasalo* de Sua Majestade Fidelíssima — 1784.
- IV — *Corónica de Guinée*, por Zurara. Cópia de 1506.

SÉRIE B — **S. Tomé**

- I — *História da Ilha de S. Tomé*, pelo padre Manuel do Rosário Pinto — 1734.

SÉRIE C — **Angola**

- II — *Guerras Angolanas*, terceiro tomo, por António de Oliveira de Cadornega — 1681.

EMPRESA DA revista DIOGO-CAÃO

Lisboa — Caixa Postal 362 — 1937

Cada fascículo — de 16 páginas — um escudo

EXPEDIENTE

I — A IV série da revista «Diogo-Caão» é publicada em 20 fascículos de 16 páginas cada um, ou seja no total de 320.

II — Para evitar descaminhos, os fascículos são sempre remetidos aos Assinantes pelo correio, registados, para tôda a parte.

III — A tiragem é limitada ao número aproximado dos Assinantes, com mais 300 exemplares para a venda avulsa e 200 para as nossas colecções.

IV — O preço da IV série, no Continente, é 25\$00, com pagamento adiantado.

V — No nosso caderno de Assinantes podemos ainda inscrever alguns nomes.

VI — A IV série, registada e com pagamento adiantado, custa aos srs. Assinantes de Angola 30 angolares; aos das outras Colónias Portuguesas, 30\$00 em moeda metropolitana ou cheque sôbre Lisboa; e aos dos Países Estrangeiros, 35\$00.

VII — Das I e II séries já não temos mais à venda, ou em depósito, números avulsos.

Padre RUELA POMBO.